

Novembro 2019

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, O Crime, Expansão, e O Perfil.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	7
1.1 Rendimento per capita pode subir mais de 24 mil dólares	7
1.2 Crise económica e financeira em Angola “matou” 11 mil empresas nos últimos cinco anos	7
1.3 Três em cada quatro empresas encerradas em 2018 fecharam por quebra de consumo	9
1.4 Desempregados mais do que duplicaram desde 2014 e são hoje 4,2 milhões	9
1.5 Desemprego dispara 41% nos centros urbanos, três vezes acima da zona rural	10
1.6 A falência das empresas, o Estado e os bancos	11
1.7 Rendimentos mais baixos ficam isentos de impostos	12
1.8 Os desafios de sempre, imutáveis no tempo e insensíveis ao passar dos anos	13
1.9 Pobreza extrema em 40 por cento dos municípios	14
1.10 FMI ‘ignora’ consequências sociais em Angola	15
1.11 Quatro (4) em cada dez (10) angolanos são pobres...	16
2. MICROFINANÇAS	19
2.1 Jovens desempregados obtêm micro-créditos	19
3. MERCADO INFORMAL	20
3.1 Mulheres Empreendedoras com problemas de liquidez	20
3.2 «Gostava de me encontrar com A. Chivukuvuku e A. Costa Júnio»	20
3.3 O drama de um jovem licenciado que zunga pipocas para sobreviver	21
3.4 «Não vamos tolerar desrespeito e roubo ao consumidor»	22
3.5 Mercado da Mabunda sem condições de higiene	23
3.6 Casas de Câmbio aguardam nova “limpeza” no sector com a disistência de vários operadores	23
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	25
4.1 OGE 2020 prevê receitas de 15,8 bilhões de kwanzas	25
4.2 OGE 2020 Prevê verbas para as autarquias	25
4.3 Os contornos do desemprego que “beliscam” a economia	26
4.4 Receitas fiscais na província do Cuanza Norte baixam 46% no IIIº trimestre	27
4.5 Recuperação da Economia é a solução	27
4.6 Terceiro OGE de João Lourenço anuncia crescimento	28
4.7 Saúde e Educação com a maior verba do PIIM	30
4.8 OGE 2020 - Priorizar o prioritário	31
4.9 Aprovação na generalidade agendada para terça-feira	32
4.10 OGE 2020 dá mais força aos Programas	32
4.11 Parlamento Deputados já têm data para discutir proposta do OGE 2020	33
4.12 Proposta de OGE recebe contribuições de parceiros	34
4.13 OGE 2020 segue á especialidade para melhor forma e conteúdos	34
4.14 Parceiros sociais pedem reforço das verbas no OGE	35
4.15 Credibilidade do Orçamento	36
4.16 Função pública vai receber 33% das despesas correntes do OGE Como salário	37
4.17 OGE 2020 Dinheiro para as autarquias depende de «decisão política»	38
4.18 OGE assume subida dos combustíveis e desvalorização do kwanza	38
4.19 Rendimentos mais baixos ficam isentos de impostos	39
4.20 “Não temos condição de pagar a dívida à China nos prazos acordados”	40

4.21	“Se os Bancos não investirem nos títulos, o Estado pode não conseguir pagar salários”	44
4.22	Dívida pública de novo nos 60% do PIB só com crescimento económico a 10%	45

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 47

5.1	OGE 2020 Prevê verbas para as autarquias	47
5.2	Saúde e Educação com a maior verba do PIIM	48
5.3	Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas é votada no dia 19	49
5.4	Avisam empreiteiros na iniciativa governamental	50
5.5	O discurso letárgico no debate autárquico	51
5.6	MPLA está preparado para vencer as eleições	53
5.7	Vera Daves garante haver dinheiro para as autarquias	54
5.8	Conselho de Governação Local reunido no Sumbe	54
5.9	OGE 2020 Dinheiro para as autarquias depende de «decisão política»	55
5.10	Estatuto dos Eleitores Locais passa no Conselho de Ministros	55
5.11	Chivukuvuku considera que autarquias continuam na incógnita	57

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 58

6.1	Preços das moradias estão ainda por definir	58
6.2	Falta de mercado baixa capacidade de venda de cimento em todo o país	58
6.3	Terrenos infra-estruturados postos à venda no Kilamba	59
6.4	Pedidos oscilam entre os 75 e 80 por mês	62
6.5	Pedidos oscilam entre os 75 e 80 por mês	63
6.6	Jefran procura soluções de quesitos com os seus clientes	64
6.7	Nos litígios, o contrato favorece quem compra	65
6.8	Quase 50 por cento das imobiliárias inscritas na APIMA foram à falência	66
6.9	Parlamento aprova Lei sobre áreas de conservação ambiental	67
6.10	Custo Elevado do Cimento Encarece Construção de Casas na Cidade do Cuito	68
6.11	O velho dilema da urbanização	68
6.12	Chefe de Estado inaugura centralidade do Sumbe	69
6.13	Centralidade de Quibaúla tem primeiros moradores	70
6.14	Complexo habitacional abandonado há seis anos	71
6.15	Micronegócios concorrem a obras de até três milhões de kwanzas	72
6.16	“ Banca comercial está a burlar os benefícios de crédito à habitação”	73
6.17	Depreciação do Kz “trava” venda de 10 mil casas nas centralidades	74
6.18	Parque Imobiliário não rentabilizado em Luanda “vale” 3 mil milhões USD	76
6.19	Preços de venda de habitações baixam 44% e rendas caem 88% desde iniciada crise em 2014	76

7. TERRA 79

7.1	Poderosos "usurpam" terrenos e vigarizam os proprietários em Viana	79
7.2	Pedidos oscilam entre os 75 e 80 por mês	80
7.3	Terrenos infra-estruturados postos à venda no Kilamba	81
7.4	Governo Acolhe recomendações da ONU sobre Direitos Humanos	84
7.5	Títulos de terra protegem famílias camponesas	84
7.6	Falta de meios atrasa “Minha Terra” na província do Cuando Cubango	85
7.7	Luanda Bairro demolido renasce sem energia e água	86

8. SERVIÇOS BÁSICOS 88

8.1	Recolha de lixo	88
8.2	Vice-Presidente do MPLA informada sobre projectos	88
8.3	Cazenga propõe rescisão de contrato com Elisal	89

8.4	207 mil milhões de Kzs para combater seca no Cunene	89
8.5	136 milhões para dar solução ao problema da seca no Cunene	90
8.6	Governo Lança Fórum da Água e Saneamento	91
8.7	Moradores da Kilunda “fazem as necessidades” ao ar livre	92
8.8	Elisal trabalhadores levantam greve após promessas de Rescova	94
8.9	Conselhos de águas avalia efeitos da seca	94
8.10	Obras de macrodrenagem melhoram a vida da população do Capalanga	95
8.11	Furos de água reabilitados minimizam efeitos da seca	97
8.12	Luanda Bairro demolido renasce sem energia e água	98
8.13	Recolha porta a porta reduz lixo o Lubango	98

9. GÊNERO E VIOLÊNCIA 99

9.1	Recolhidas mais de 110 mil armas	99
9.2	Segurança e investimentos marcam agenda com Brasil	99
9.3	Luanda: três assaltos violentos e quatro mortes confirmadas em dois dias	100
9.4	«Crimes violentos em Luanda terão respostas à medida»	101
9.5	País registou mais de três mil casos de violência doméstica	101

10. AMBIENTE 104

10.1	Defendida criação de plano de alerta sobre queimadas	104
10.2	Cunene registou ontem primeira chuva intensa	105
10.3	Desalojados pela chuva beneficiam de apoio	105
10.4	Chuva de pouca intensidade alaga Luanda e provoca caos	105
10.5	Plantadas no Zango mil árvores de tipo acácia	106
10.6	Seca afecta 1,3 milhões de pessoas	107
10.7	Trabalhadores da Elisal prepararam marcha para sábado	108
10.8	Seca continua a alastrar	108
10.9	Administradores denunciam abate de árvores em florestas	109
10.10	Governo suspende corte de madeira na província	109
10.11	Tipo de Seca existente no País ainda é desconhecido	110
10.12	Luta contra a seca “começa” hoje no Cunene	111
10.13	207 mil milhões de Kzs para combater seca no Cunene	112
10.14	136 milhões para dar solução ao problema da seca no Cunene	113
10.15	Pontes degradadas beneficiam de obras	114
10.16	Chuva mata e desaloja famílias em Cabinda	115
10.17	PNUD lança projecto de gestão de calamidades	115
10.18	Chuvas desalojam dezenas de famílias	116
10.19	Obras de macrodrenagem melhoram a vida da população do Capalanga	117
10.20	Desabamento de moradia causa a morte de crianças	119
10.21	Florestas de Cazengo estão a ser devastadas	120
10.22	Milhares de habitantes são assistidos nos Gambos	121

11. EXPLORAÇÃO MINEIRA 122

11.1	Defendida criação de plano de alerta sobre queimadas	122
11.2	Administradores denunciam abate de árvores em florestas	123
11.3	Governo suspende corte de madeira na província	123
11.4	Florestas de Cazengo estão a ser devastadas	124

12. MIGRAÇÃO 126

13. INVESTIMENTOS CHINESES EM ANGOLA

126

13.1	Angola e China reforçam relações de cooperação	126
13.2	China forma anualmente mais de 200 estudantes	126
13.3	Publicação chinesa realça novo ambiente de negócios em Angola	127
13.4	Crimes? A China Resolve!	128

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Rendimento per capita pode subir mais de 24 mil dólares

Jornal de Angola

05 De Novembro de 2019

Autor: Ana Paulo

O Executivo deve privilegiar os sectores da saúde, educação e planeamento familiar, no sentido de aumentar o rendimento per capita no país para 24.600 dólares por indivíduo até 2054, contra os actuais 4.314, indica um estudo de Dividendo Demográfico (DD), realizado em 2018.

Ao intervir no acto de lançamento do DD, o representante do Ministério da Economia e Planeamento, Pedro Palata, disse que o país, ao investir apenas no sector económico, terá em 2054 um PIB per capita de cerca de 15 mil dólares. Acrescentou que casos se aposte na economia e, em simultâneo, nos sectores da educação, saúde e planeamento familiar, o PIB será de 24.609 dólares por pessoa.

Segundo Pedro Palata, para que se impulse a abertura da janela de oportunidades, economicamente, os ganhos seriam avaliados em seis mil dólares por habitante e com o cenário combinado cerca de 9.5049 dólares, o que representa a quantificação do dividendo demográfico que Angola espera até 2054.

No sector da Saúde, Pedro Patata explicou que o estudo indica que a taxa de uso de contraceptivo moderno passaria de 12,5 por cento para 60, de modo a diminuir a taxa de fecundidade no país.

O ministro da Economia e Planeamento, Manuel Neto da Costa, considerou elevada a taxa de fecundidade no país, representando 6,2 filhos por mulher, o que impede a abertura da janela de oportunidade para a obtenção do dividendo demográfico.

Para o ministro, a alta taxa de fecundidade resultou num elevado rácio de dependência infantil e um rápido crescimento da população, referindo que tal situação compromete a capacidade do Governo e das famílias de economizar para investir na educação de qualidade e no desenvolvimento de um capital humano saudável.

"Esta é uma das razões do país em apostar nos domínios da saúde, educação, incluindo saúde sexual e reprodutiva, não só para desencadear a transição demográfica, por meio da redução das taxas de fecundidade, como também para que a transição da adolescência à idade adulta seja saudável", disse o ministro.

O governante disse que o estudo de Dividendo Demográfico foi elaborado com o propósito de avaliar as perspectivas do país, concernentes à obtenção do dividendo demográfico, dada a sua população maioritariamente jovem.

A ideia, de acordo Manuel Neto da Costa, é explorar políticas e programas prioritários, que devem ser adoptados para o efeito, tendo em conta as aspirações de desenvolvimento nacional.

O projecto sobre Dividendo Demográfico foi lançado em 2017 e os seus estudos realizaram-se em 2018, por uma equipa multisectorial de técnicos com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a População, com objectivo de se investir no capital humano para otimizar o Dividendo Demográfico em Angola.

Entende-se por Dividendo Demográfico o benefício económico quantificável em termos de Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que resulta da transição demográfica caracterizada por uma diminuição de nível de mortalidade e uma diminuição considerável nos níveis de natalidade.

I.2 Crise económica e financeira em Angola "matou" 11 mil empresas nos últimos cinco anos

Jornal Expansão

08 De Novembro de 2019

Autor: Martins Chambassuco

A crise económica e financeira que o País vive desde 2014 provocou o encerramento de 10.711 empresas em todo o território nacional, a uma média de 6 empresas por dia, de acordo com cálculos do Expansão com base em dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE).

No final do ano passado, as empresas encerradas representavam 8% do total das unidades registadas no Guiché Único de Empresa (ver página 4).

O Anuário das Estatísticas das Empresas do INE, que avalia a série entre 2015-2018, divulgado esta semana, indica que o País contabilizava, no final

do ano passado, 185.897 empresas com autorização para operar no mercado, ou seja, mais 11,0% face a 2017.

No ano passado, indica o INE, 130.858 aguardavam início de actividade, ou seja, 70,3% do total das empresas registadas até 31 de Dezembro de 2018 eram 'fantasmas', 74 tinham actividade suspensa, 2.276 tinham sido dissolvidas e apenas 52.689 empresas estavam em actividade.

De acordo com as contas do Expansão, sete em cada 10 empresas registadas em 2018 estavam sem actividade em Angola, ou seja, apenas três em cada 10 empresas estava activa.

Os dados do INE indicam que, em 2015, início da nova série sobre o anuário das empresas, Angola contava com 41.507 empresas em actividade de um universo total de 139.980 empresas constituídas.

Para o presidente da Associação Indústria de Angola (AIA), José Severino, a situação tende a melhorar, se olharmos para os dados de 2016-2017 sobre o tecido empresarial, por isso, segundo diz, é preciso que o Estado continue a criar políticas para estimular os mercados em Angola.

"O número de empresas a encerrar as portas aumenta todos os dias. Se 70% das empresas registadas estão sem nenhuma actividade é porque o mercado ainda apresenta algumas incertezas para os investidores que encontram grandes contrariedades", explica o patrão dos patrões, que acredita que o mau momento das empresas está a reflectir-se na vida das famílias. Severino lembrou os mais de 300 mil empregos que o País perdeu, no III trimestre, conforme noticiou o Expansão na edição passada.

Embora reconheça que muitas empresas paralisaram a sua actividade, porque o Estado ainda não regularizou os atrasados, a problemática dos cambiais e o ambiente de negócios também tem vindo a jogar a desfavor das empresas no País, que muitas vezes recorrem ao exterior para adquirir matérias-primas para desenvolver a sua actividade.

José Severino defende o acesso mais aberto a cambiais para os empresários e acredita que mais intervenção nas micro, pequenas e médias empresas pode impulsionar o mercado de trabalho e garantir rendimentos para as famílias angolanas.

Onde estão as empresas

Quanto à distribuição geográfica das empresas criadas no País até finais de 2018, mais de metade, ou seja

59%, das empresas em actividade, equivalente a 31.029, estavam na província de Luanda.

O anuário do INE que avalia o tecido empresarial do País indica que a província de Benguela continua a ter o segundo maior parque industrial do País, com uma quota de 3.947 empresas, enquanto o Cuando Cubango e o Zaire, com 490 e 554 empresas cada, surgem nos últimos lugares da tabela

Em termos de sectores, o comércio lidera o número de empresas em actividade, ou seja, 25.967, correspondendo a 49%, dedicam-se à actividade comercial, enquanto a hotelaria e restauração vem logo a seguir, com 4.315, o equivalente a 9%, segundo a estrutura de actividade.

O INE revela ainda que 1.301 empresas na educação estavam no activo, enquanto na saúde as unidades em funcionamento eram 1.297 e 59 suspenderam a actividade.

Os números continuam a ser animadores para a agricultura. Mais de duas mil empresas, em todo o País desenvolvem actividade no sector agrícola, onde 256 foram obrigadas a suspender a actividade.

O patrão da AIA garante que é preciso estimular o mercado para criar a cadeia de valor dos produtos do campo e aumentar a produção interna para que os homens do campo tenham rendimentos com a sua actividade. Apela, por outro lado, para que as autoridades exijam que os importadores olhem para o mercado interno, no sentido de reduzir recurso às divisas.

No sector da construção, o gráfico continua a baixar e o pessimismo aumenta. Na construção, das 9.499 empresas registadas até final do ano passado, apenas 2.946, estavam em funcionamento em todo o País.

O patrão dos industriais reconhece que este é o sector mais afectado com a crise financeira e com os atrasados. Em 2018, 89 empresas do sector da construção suspenderam a actividade e as grandes dificuldades continua a ser a falta de investimentos, financiamentos bancários e a quebra da carteira de encomendas.

I.3 Três em cada quatro empresas encerradas em 2018 fecharam por quebra de consumo

Jornal Expansão

08 De Novembro de 2019

Três em cada quatro empresas que fecharam as portas, em 2018, encerraram por motivos relacionados com a quebra do consumo por parte das famílias, que se debatem, cada vez mais, com o custo de vida.

Os sectores do comércio, hotelaria e restauração, agricultura e pescas e indústria transformadora são os que mais sofrem com o impacto da quebra no consumo.

Em 2018, do total das 2.351 empresas inactivas, 951 são do sector do comércio, a área com maior número de operadores no tecido empresarial do País.

Empresários e gestores afirmam que, apesar do comércio representar 49% das empresas activas a operar em Angola, ainda é o que regista uma taxa de mortalidade mais elevada (ver infografia). Alertam, por outro lado, que é imperioso saber se se trata de micro, pequenas, mé-dias e grandes empresas.

As elevadas taxas de inactividade das empresas em Angola prendem-se com o volume médio de negócios. "A baixa produtividade e a quebra do consumo estão na base da morte de muitas empresas angolanas", sublinha a fonte do Expansão, que refere também ser importante reduzir a burocracia e o tráfico de influências, para que o País tenha um tecido empresarial cada vez mais sólido.

Na mortalidade de empresas, por províncias, Luanda tem o maior índice, ou seja, das 2.355 que deixaram de laborar em 2018, 42%, ou melhor, 988 unidades, faziam parte do parque industrial da capital.

Os dados estatísticos indicam ainda que, em Angola, há mais empresas a fechar as portas quando comparado com as criadas. No ano passado, foram criadas 862 unidades e morreram 2.355.

Os números do INE, apontam os empresários, confirmam o estado anémico e desproporcional do tecido empresarial que, pela sua configuração e falta de robustez, não é susceptível de gerar crescimento económico suficientemente diversificado e sustentado.

É crucial, referem, para o bom desempenho da economia angolana, que o investimento directo

dos operadores empresariais se faça nos sectores da agro-indústria, indústria transformadora, transportes e logística e na prestação de serviços ligados ao conhecimento e à tecnologia.

Em termos de representatividade, o comércio, com 49% do total das empresas activas em Angola, tem a maior fatia. O economista José Lopes garante que, olhando para a estrutura das empresas por sectores de actividade, o comércio representa bem a estrutura da economia do País e garante que o Produto Interno Bruto por sector também é desequilibrado, se olharmos para ou-tros sectores de actividade.

Ainda há quem reconheça que investir no comércio acaba por ser um financiamento que pode ter um retorno mais rápido, enquanto na indústria transformadora é preciso maior volume de capital físico e o risco do sucesso ainda é bastante maior do que no comércio, onde as regras do mercado são diferentes.

I.4 Desempregados mais do que duplicaram desde 2014 e são hoje 4,2 milhões

Jornal Expansão

15 De Novembro de 2019

Autor: Martins Chambassuco

O número de desempregados em Angola mais do que duplicou desde o ano em que se dá início à crise do petróleo, em 2014, quando 1,7 milhões de pessoas não tinham emprego, um número bastante inferior aos 4,2 milhões apurados no III trimestre deste ano.

Mas se o número de desempregados cresceu, também o emprego disparou em quase seis anos. Contas do Expansão, com base nos dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), indicam que o mercado de emprego, entre 2014 e Setembro de 2019 cresceu 72%, para 9,3 milhões de pessoas, contra 5,4 milhões registadas há quase seis anos.

Num País em que a população jovem é vasta, a população activa, durante o período em referência, subiu 88%, equivalente a 6,3 milhões de pessoas. Em 2014, existiam 7,1 milhões de pessoas activas, enquanto no III trimestre existiam 13,5 milhões.

O INE, publicou, na semana passada, o Inquérito sobre o Emprego em Angola (IEA) no III trimestre de 2019, período em que a taxa de desemprego rondou os 30,7% do total da população economicamente activa. Contas feitas, em cada 100 jovens com idades entre os 15 e os 24 anos, 60 estavam desempregados, entre Julho e Setembro de

2019, o equivalente a 2,4 milhões de pessoas, ou seja, uma variação em cadeia de mais 4,8%, comparativamente ao trimestre anterior quando o número de desempregados, nesta faixa etária rondava os 2,3 milhões, de acordo com o Inquérito sobre Emprego em Angola (IEA).

Neste período, a população total também aumentou, passando de cerca de 25 milhões em 2014 para os actuais 30 milhões.

Em 2014, apenas cerca de 28% do total da população era activa, enquanto no III trimestre deste ano, esse número subiu para os 45%.

Além de hoje haver mais angolanos a trabalhar, ou a procurar trabalho, há também mais desempregados. O IEA considera como fazendo parte da população empregada uma pessoa que tenha efectuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração com vista a um benefício ou ganho em dinheiro ou géneros; tenha uma ligação formal a um emprego; tenha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; ou estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar. Critérios considerados discutíveis por vários especialistas, já que em Angola o mercado informal prevalece sobre o formal em quase tudo.

Apesar dos critérios da avaliação do emprego em Angola abrangerem o mercado informal, a demógrafa Dulce Pimentel, diz que os dados divulgados pelo INE são questionáveis e têm um cunho político, olhando para a realidade do mercado de trabalho e da demografia de empresas no País.

"Tenho sérias dúvidas sobre os dados do INE, olhando para os indicadores macroeconómicos do País. O mercado de trabalho continua a ser afectado com o mar de despedimentos de trabalhadores de empresas forçadas a reduzir os custos com o pessoal e o encerramento de outras", reconhece Dulce Pimentel.

Para o empresário Galvão Branco, o desemprego resulta, em parte, dos atrasados do Estado: "é difícil entender a actual postura do Estado não honrar com os compromissos de pagamentos dos serviços prestados pelas diferentes empresas, que no limite, está na razão dos despedimentos massivos que vêm ocorrendo, como forma de racionalização de custos", admite.

O INE indica que a população activa, no III trimestre, rondou os 13.502.772 milhões de pessoas, registando uma diminuição de 0,6%, o que

corresponde a 81.642 pessoas relativamente ao trimestre anterior.

Do total da mão-de-obra disponível (empregados e desempregados) 2,4 milhões pertencem ao grupo etário entre os 15 e os 24 anos, mais 112,9 mil pessoas sem qualquer actividade remuneratória, nesta fase etária, comparativamente ao II trimestre de 2019.

A taxa de desemprego é mais elevada entre a população dos 15 aos 24 anos, enquanto o indicador vai baixando com o aumentar da idade, ou seja, a taxa de desemprego nesta fase etária é estimada em 56,1%.

A taxa de desemprego (pessoas que não têm emprego, mas estão disponíveis para trabalhar) situou-se nos 30,7%, correspondendo a 4,1 milhões da população economicamente activa, sendo 1,8 milhões homens e 2,2 milhões do sexo oposto.

Os dados indicam que a taxa de desemprego e a taxa de emprego têm tendências inversas em relação à idade, ou seja, a taxa de desemprego diminui com a idade e atinge os valores mais altos entre a população jovem com idades entre 15- 24 anos.

Os resultados do inquérito, de acordo com os especialistas, mostram a situação de carência do emprego para os jovens, sem existir grandes diferenças entre homens e mulheres. Ainda assim, há quem duvide dos dados do INE, tendo em conta a realidade do mercado de trabalho angolano e as políticas do Governo para o incentivo à criação de mais postos de trabalho.

I.5 Desemprego dispara 41% nos centros urbanos, três vezes acima da zona rural

Jornal Expansão

15 De Novembro de 2019

A taxa de desemprego da população com 15 ou mais anos, na área urbana, subiu 41,1 %, no III trimestre de 2019 face ao II, cerca de três vezes superior à da área rural onde o indicador ronda os 16,1%, do total dos 13,5 milhões de pessoas consideradas como população economicamente activa, indicam os dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE).

A população economicamente activa reduziu 0,6%, saindo dos 13,6 milhões de pessoas para os 13,5 milhões, ou melhor, 81,6 mil pessoas deixaram de ser mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços no circuito económico entre Julho e Setembro. Entre Julho e Setembro, mais 212.670 pessoas passaram a inactivas, quer dizer, não

procuraram emprego e nem estavam disponíveis para trabalhar.

O consultor Galvão Branco diz que "faz sentido que seja mais evidentes e visíveis o desemprego no meio urbano, já que nas zonas rurais, predominantemente de natureza agrícola, fica, de certo modo, dissimulado face ao envolvimento dos cidadãos em actividades subalternas e periféricas a actividade agro-pecuária, que não constituem, entretanto, vínculos laborais duradouros."

Entende, por outro lado, que a fileira do agro-negócio poderia "per si", vir a constituir uma relevante oportunidade para os jovens gerarem rendimentos, caso procurem avaliar na cadeia produtiva o potencial de negócio existente em extrair os excedentes de produção agrícolas que permanecem nas zonas de produção e colocá-los em condições de comercialização junto aos centros de consumo.

Por isso, prosseguiu, atendendo aos indicadores do mercado de trabalho, ser incontornável que só o crescimento económico robusto e sustentado é capaz de proporcionar a geração de empregos sobretudo em sectores específicos da nossa economia, como são os casos da construção civil, indústria transformadora e o agro-negócio. Avança, por outro lado que a recessão da economia está a destruir os postos de trabalho já consolidados, como resultado da insolvência de várias empresas, impedidas de garantir a geração de receitas ajustadas às suas necessidades de exploração.

Galvão Branco afirma que é preciso assumir que o emprego tem urna forte dependência do consumo das instituições públicas, pelo que é crítico e estratégico zelar para que o tecido empresarial, seja robusto e consolidado, de modo a proporcionar a geração de postos de trabalho.

O empresário Manuel Pinto de Andrade, quando ao desemprego por zona de residência, explica que se continua a ver muitas empresas privadas a fechar e a dispensar colaboradores, "ainda assim, os 162 mil postos de trabalhos criados, em dois anos, a que o Presidente da República se referiu, têm a ver com as contratações públicas ou pelo número estimado de pessoas contratadas pelas empresas às quais foram adjudicadas empreitadas contratadas pelo Governo."

I.6 A falência das empresas, o Estado e os bancos

Jornal de Angola

18 De Novembro de 2019

É sabido que um número considerável de empresas no país foi à falência. O encerramento de empresas em Angola nos últimos anos foi a causa do aumento da taxa de desemprego, que é das mais altas da África Austral.

Sabemos todos das razões que levaram muitas empresas do país a fechar as suas portas. O que importa agora é que se trace os melhores caminhos para revitalizar o tecido empresarial angolano, para a retomada do crescimento económico.

As empresas são os motores do crescimento económico, mas muitas delas precisam, no caso de Angola, de incentivos para poderem realizar actividade produtiva com regularidade, com vista a aquecer a economia real e a absorver muitos desempregados que temos no país.

A crise económica e financeira afectou muitos negócios, tendo muitos empresários sido obrigados a despedir pessoal, a reduzir salários dos trabalhadores ou a fazer ambas as coisas.

As elevadas taxas de juros praticadas pelos bancos comerciais para concessão de crédito são uma das principais causas que levam muitas empresas a desistirem dos seus negócios, com repercussões na vida das famílias. Quando as empresas encerram, há desemprego e este fenómeno faz com que as famílias deixem de ter rendimentos para poderem consumir, provocando, por sua vez, a retração da actividade económica.

Os empresários têm esperança de que as fórmulas pensadas pelo Estado para ajudar, por via do financiamento parcial de juros que recaem sobre o crédito concedido pelos bancos comerciais a empresas, venham a ser realmente postas em prática, para que a economia possa ter um rumo normal e resolva muitos problemas sociais.

Tem-se dito frequentemente que as empresas têm de ser os principais empregadores de mão-de-obra, pelo que faz sentido que nesta fase de crise económica e financeira o Estado intervenha para

acudir durante um certo período a problemas de unidades produtivas. Há momentos da vida de um país em que o Estado deve intervir, ou para fazer correcções, ou para realizar investimentos que tenham efectivamente retornos benéficos para a sociedade.

Há empresários que são empreendedores e que têm capacidade para realizar projectos produtivos. A falência de muitas empresas não se deveu à incompetência ou negligência dos seus donos, mas à conjuntura difícil que atravessamos, em termos económicos e financeiros.

Que os bancos comerciais tenham uma maior disponibilidade para conceder crédito às empresas, situadas em todo o território nacional. É importante que tenhamos empresas em todo o país, até porque há muitos jovens que fazem cursos médios e superiores em diferentes províncias e que procuram emprego.

Que uma atenção particular deve ser dada às pequenas e médias empresas, que devem existir em grande número no país. É hora de começarmos a valorizar a actividade empresarial que é levada a cabo por pessoas honestas e realmente trabalhadoras.

1.7 Rendimentos mais baixos ficam isentos de impostos

Jornal de Angola

28 De Novembro de 2019

Autor: João Dias

A Comissão Económica do Conselho de Ministros apreciou, ontem, a Proposta de Lei que altera o Código do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho, que pretende a reformulação da tabela de taxas aplicáveis aos rendimentos dos contribuintes por conta de outrem.

A alteração vai permitir a desoneração dos rendimentos mais baixos, a conservação da carga fiscal dos rendimentos dos escalões intermédios e a inclusão de progressividade sobre os rendimentos mais elevados.

Reunido na 11ª sessão ordinária, sob orientação do Presidente João Lourenço, a Comissão Económica apreciou, também, a Proposta de Lei que altera o Código do Imposto Industrial, com o objectivo de eliminar o sistema de tributação cedular sobre o rendimento.

Segundo o comunicado final, o objectivo é propiciar a introdução de um modelo de tributação mais integrado e simplificado, para a concretização de

importantes princípios da tributação, como o da universalidade da tributação e o da capacidade contributiva, bem como assegurar o alargamento da base tributária, maior coerência e harmonização do sistema tributário.

Outro diploma analisado foi a Proposta de Lei do Código do Imposto Predial, que visa dotar o sistema tributário de mecanismos adequados à realidade económica e social. Pretende-se, com a iniciativa, garantir e proporcionar maior eficiência na gestão do modelo de tributação do património imobiliário em todas as vertentes, mediante a criação de ferramentas tecnológicas capazes de dar respostas satisfatórias aos desígnios de desmaterialização dos processos de cadastro e inscrição de imóveis e de outros processos essenciais à boa gestão do imposto sobre o património imobiliário.

A Proposta de Lei que aprova o Imposto sobre os Veículos Motorizados foi, também, apreciada na sessão. O diploma tem, como objectivo, actualizar o regime jurídico da taxa de circulação, conferindo-lhe dignidade de imposto e garantir maior eficácia e eficiência na arrecadação de receitas públicas neste domínio.

A Comissão Económica apreciou um conjunto de propostas e de projectos de diplomas legais, cujo objectivo é potenciar a receita fiscal não petrolífera, nomeadamente a proposta de Lei que altera o Código Geral Tributário, que visa a adopção de medidas tendentes à simplificação de procedimentos, garantir uma maior eficiência por parte da Administração Tributária, bem como facilitar o acesso dos contribuintes às suas pretensões face à administração.

De acordo com o comunicado final, tudo isso vai permitir que, entre outros aspectos, a revisão dos prazos do procedimento tributário, tanto para os contribuintes como para a Administração Tributária, contemple a redução da multa aplicada em processo de transgressão fiscal e a eliminação de algumas disposições de natureza penal.

Plano dos Transportes

O país poderá contar, em breve, com um Plano Director Nacional do Sector dos Transportes para identificar as prioridades relativas ao desenvolvimento e gestão de infra-estruturas e serviços de transportes e as alterações legais e regulatórias necessárias para a sua implementação.

Para o efeito, a Comissão Económica apreciou, ontem, o Plano Director Nacional do Sector dos Transportes, documento que identifica, entre outros aspectos, as prioridades relativas ao desenvolvimento e gestão de infra-estruturas e serviços de transportes

e apresenta propostas para o desenvolvimento institucional e capacitação neste sector.

A Comissão Económica recomendou melhorias ao documento, que deverá ser apreciado pelo Conselho de Ministros em Janeiro de 2020.

Taxa de câmbio

A taxa de câmbio volta a ser livremente determinada pelo mercado para promover o equilíbrio, acesso mais célere ao mercado cambial formal e a protecção das reservas internacionais líquidas. Para tal, a Comissão Económica aprovou um memorando sobre os resultados do recente ajustamento ao mercado cambial, no qual estão descritas as medidas adoptadas em Outubro, no domínio cambial, que se resumem na implementação da segunda fase do processo de flexibilização da taxa de câmbio.

Ainda sobre a situação cambial, foi aprovado um memorando que avalia o impacto fiscal da desvalorização da moeda nacional sobre a taxa de inflação e as taxas de juro, sobre o OGE 2020 e sobre a dívida, entre outros efeitos, e propõe medidas de curto prazo para mitigá-los.

No âmbito da implementação do Acordo intergovernamental celebrado entre os Estados Unidos e Angola, com vista à implementação do FATCA, regime norte-americano que tem como principal finalidade prevenir a evasão fiscal de cidadãos ou residentes fiscais norte-americanos relativamente a património financeiro detido em instituições financeiras fora dos EUA, a Comissão Económica aprovou o Regulamento Complementar do Regime de Reporte Fiscal de Informações Financeiras.

Balança de pagamentos

A Comissão Económica aprovou o Relatório de Balanço de Execução Trimestral do Orçamento Geral do Estado referente ao III Trimestre de 2019, que apresenta dados e registos sobre a execução do OGE 2019, reflectidos no balanço orçamental, financeiro e patrimonial e na demonstração das variações patrimoniais.

Aprovou, igualmente, os balanços de execução do Plano de Caixa do Tesouro e da Programação Financeira do Tesouro referentes ao mês de Setembro e ao III Trimestre de 2019, respectivamente. Estes documentos apresentam os principais pressupostos para a sua execução, nomeadamente o valor das exportações de petróleo, os preços médios por barril e as taxas de câmbio médias que vigoraram. A Comissão Económica aprovou, ainda, o Relatório de Balanço de Execução

do Plano Anual de Endividamento referente ao I Semestre de 2019, que evidencia os fluxos financeiros das emissões, do serviço e do stock da dívida pública interna e externa.

I.8 Os desafios de sempre, imutáveis no tempo e insensíveis ao passar dos anos

Jornal Expansão

29 De Novembro de 2019

Não tenho razões substantivas para acreditar que o País já bateu no fundo e que 2020 venha a ser o primeiro de uma nova era. A recessão na produção interna acontece desde 2015 (neste ano o produto cresceu tão somente 0,9%), tendo atingido a cifra de 5,4% em termos acumulados em 2019), a quebra nas condições sociais tem sido tremenda (-13,6% no rendimento médio por habitante, igualmente em termos acumulados), um aumento do desemprego de 262.187 entre Abril e Agosto e uma taxa de desemprego jovem de 53,8% em Agosto. A taxa global de desemprego poderá ultrapassar 30% no final do corrente ano, iniciando-se 2020 com um assinalável défice de capacidade de crescimento que é dada pela força de trabalho (o incremento do desemprego atrás referido pode ter representado uma perda no PIE de 5,2 mil milhões de USD, tudo o resto permanecendo constante).

É verdade que o trabalho não funciona sozinho nas economias (ainda que se tenha do capital uma noção de representar, no fundo, trabalho acumulado e transformado), sendo necessário juntar outros factores de produção (capital, conhecimentos, tecnologia, informação), que escasseiam no País, ou estão subaproveitados (capacidades de produção instaladas, mas ociosas, conhecimentos existentes, mas subutilizados, porque substituídos por outros importados, investimentos estrangeiros que tardam em chegar na quantidade requerida).

Estes e outros estrangulamentos (recomendo, ainda que juiz em causa própria, a consulta e leitura do Relatório Económico 2018 do CEIC-UCAN para se perceber que colocar uma economia numa rota de crescimento sistemático e sustentado é um desafio permanente) continuarão a exercer a sua maléfica influência ainda durante pelo menos uma década, na minha opinião, porque são estruturais, não sendo ultrapassáveis com políticas públicas com altos e baixos repletas de hesitações (ler o artigo de Gustavo Costa no Novo Jornal de 15 de Novembro).

O baixo crescimento da economia, o elevado desemprego subemprego, a burocracia e a corrupção,

a pobreza endémica, a baixa qualidade das infraestruturas físicas, o reduzido valor do Índice de capital humano (ver Relatório Social 2018 do CEIC), a relativa retracção do investimento privado serão, seguramente, os temas principais da campanha eleitoral de 2022, porque até lá se manterão com e as mesmas características e incidências sociais insidiosas.

A diversificação é um processo de transformação complexo, não apenas do ponto de vista de Scumpeter enquanto "destruição criadora", mas igualmente do ângulo social (da formação social angolana, de análise intrincada, porque engloba o modo de produção, as relações de produção e as forças produtivas), podendo ocorrer um fenómeno semelhante ao anterior, a destruição (igualmente criadora): de classes sociais.

Esta é uma matéria lacunar em termos de pesquisa e análise e de completo desconhecimento e desinteresse do Governo e do partido político que o sustenta. A análise normal e padronizada fica-se pelo económico, esperando-se que o social de si decorra. É um erro. A diversificação será portadora de inúmeros ajustamentos na sociedade, positivos uns, negativos outros. As razões são várias e relacionadas com a própria complexidade do processo: por exemplo, com a diversificação, que assenta na construção de uma competitividade nacional estrutural, a actual classe média manter-se-á nas suas características essenciais (muitos investigadores opinam não haver uma verdadeira classe média no País)? E a classe trabalhadora e o emprego associado?

A diversificação é exigente em habilidades, capacidades e tecnicidade da massa trabalhadora e incompatível com elevadas taxas de analfabetismo (no seu sentido mais amplo).

Portanto e em síntese, trata-se de um processo revolucionário, no económico, no social e no tecnológico com o seu tempo e o seu modo. Nenhum processo de diversificação é pacífico nas suas consequências revolucionárias sobre a economia e a sociedade.

Assim sendo, ninguém poderá dizer que 2020 venha a ser o ano da diversificação económica, nem sequer, pelo que afirmei mais atrás, se pode colocar a questão desta maneira. Havendo estatísticas credíveis e aceitáveis, pode-se acompanhar o processo, detectar lacunas e corrigir rotas. Prever se a diversificação (que muitas vezes vai acontecendo quase de forma silenciosa) começa a partir de 2020 não deixa de ser temerário.

Percorrendo todos os Planos de Desenvolvimento desde a independência do País com honrosa

excepção da obtenção de um desejo e da resolução de um desafio presentes até 2002, a finalização da guerra civil de 27 anos - os reptos permanecem os mesmos, imutáveis no tempo e insensíveis ao passar dos anos.

Aparentemente poucos, muito poucos, desafios foram satisfatoriamente resolvidos, sendo, provavelmente, as razões principais para a sua manutenção nos diferentes programas do

Governo (volto a frisar, desde a independência), a sua má definição' a não consideração de prioridades (quando bem identificados e definidos, os desafios reforçam-se uns aos outros, numa sequência e facilitação da sua obtenção e no sentido de que ultrapassado um, o seguinte poderá ver simplificada a sua obtenção), a deficiente abordagem das políticas públicas para os ultrapassar, a desvalorização das influências dos contextos envolventes (em especial o externo), o voluntarismo e a superficialidade na abordagem dos problemas económicos e sociais (antes de 2002, a causa dos dilemas nacionais era a influência das forças reacionárias e imperialistas, depois da paz, a queda do peço do barril de petróleo).

Que desafios eram esses?

Tornar Angola numa potência económica comparável ao Brasil e à África do Sul, elevar o nível de vida dos angolanos a níveis internacionalmente comparáveis, minorar a pobreza e acabar com a extrema, reduzir o desemprego e subemprego de uma maneira sustentável, constituir e melhorar o capital humano nacional, inserir o País na Ordem Económica Internacional e torná-lo numa potência regional em África, dignificar a educação e a saúde, etc. São desafios que permanecem intactos, porque a respectiva ultrapassagem tem no tempo o seu principal factor.

Alves da Rocha escreve quinzenalmente.

1.9 Pobreza extrema em 40 por cento dos municípios

Jornal de Angola

29 De Novembro de 2019

Autor: André Sibi

O Relatório sobre Pobreza Multidimensional, apresentado ontem pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em Luanda, indica que nove em cada dez pessoas são pobres em 40 por cento dos municípios de Angola.

De acordo com o documento, apresentado pela técnica do INE Eliana Quintas, em 65 dos 164

municípios do país, a pobreza multidimensional (com incidência na saúde, educação, qualidade da habitação e emprego) afecta 90 por cento da população. O município do Curoca, situado a 333 quilómetros de Ondjiva (Cunene), lidera os indicadores de pobreza no país, com uma incidência e intensidade da pobreza de 98 por cento, enquanto nos municípios do Cuvelai e Ombanja a incidência é de 94 por cento, o que significa que quase a totalidade das pessoas desses três municípios são muito pobres.

O município do Cuanhama apresenta uma incidência de 78 por cento, em que perto de oito em cada dez vive na pobreza quase absoluta, mas em todos os municípios os indicadores sobre água, saneamento e electricidade da rede pública contribuem com mais de 40 por cento para a pobreza.

Os indicadores mostram ainda que nos municípios apenas 12 por cento da população tem acesso a água canalizada, o saneamento básico cobre apenas 16 por cento da população, o registo civil 9,00 por cento, percentagem igual à da cobertura da rede escolar.

O director para Estatística e Planeamento do Ministério da Economia e Planeamento, Rui Morais, considerou no acto de apresentação que o relatório constitui um importante instrumento para apoiar o Governo na formulação e implementação das políticas públicas, o que vai contribuir na redução das assimetrias regionais e erradicação da pobreza extrema. Vai permitir, também, uma melhor alocação dos recursos financeiros.

Para Ricardo Nogueira, consultor do INE pela britânica Oxford University, a partir destes indicadores, o Governo angolano saberá gizar as políticas públicas para o desenvolvimento.

Já a técnica do Instituto Nacional de Estatística Eliana Quintas, explicou, que o índice de pobreza multidimensional apresentado neste relatório abarca os sectores como saúde, educação, qualidade de habitação e emprego.

1.10 FMI 'ignora' consequências sociais em Angola

Jornal folha 8

30 De Novembro de 2019

As reformas económicas em curso, no país, “que deveriam acontecer antes, decorrem sob pressão do FMI”, considera o economista Alves da Rocha.

As reformas económicas actualmente em curso, em Angola, que contam com o alto apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) “não interessam o

desenvolvimento económico e social do país”, afirmou esta semana, em Luanda, o director do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC), Alves da Rocha. Mostrando-se preocupado com a actual situação socioeconómica do país, o economista, que diz conhecer as causas na base do actual quadro, assinalou por outro lado sentir que “o modelo que está a ser usado presentemente com o apoio do FMI não é o modelo que interessa para uma criação das bases para o desenvolvimento económico e social de Angola”. Segundo Alves da Rocha, que refuta argumentos sobre a falta de alternativas ao actual modelo de recuperação da economia e da estabilização das finanças públicas, a estabilização macroeconómica “é um processo que pode ser adequado ao crescimento económico”.

Para o director do CEIC, que falava na sede da Universidade Católica de Angola (UCAN), em Luanda, durante a apresentação do Relatório Económico de Angola 2018, elaborado pelo CEIC, apesar da existência de argumentos de que o fim da estabilização macroeconómica de Angola depende de uma percentagem mínima do rácio da dívida pública, a estabilização “é um processo que converge para a sustentabilidade do crescimento económico”. Alves da Rocha recordou na sua intervenção que a economia nacional se encontra num processo de recessão desde 2015, considerando que as reformas em curso, “que deveria acontecer antes, decorrem sob pressão do FMI”.

Redução do défice orçamental e do peso da dívida pública, no Produto Interno Bruto (PIB), assinalou o economista, são os objectivos macros das reformas determinadas pelo FMI, sendo que, segundo observa, “as consequências sociais desses ajustamentos não são da área de preocupação do FMI”. “Isso foi- nos dito, claramente, aqui nesta sala quando fizemos uma reunião com os representantes do FMI em Angola ante a preocupação da deterioração constante e permanente das condições sociais da maior parte da população angolana”, rematou. A taxa de pobreza em Angola ronda os 42%, enquanto a da pobreza extrema se situa nos 20%, segundo estima o CEIC.

Para Alves da Rocha, estes números sinalizam a “degradação constante do nível de vida dos angolanos”, motivada pela crise que o país vive desde finais de 2014.

A décima sétima edição do estudo, orçado em cerca de 19 milhões de kwanzas, aborda a política orçamental, monetária e cambial, analisa a balança de pagamentos e o nível geral da actividade económica de Angola em 2018, bem como o emprego e a produtividade nesse período. Recorde-se que Angola enfrenta, desde finais de 2014, uma forte crise

económica, financeira e cambial devido a queda do preço do petróleo no mercado internacional, maior suporte da economia nacional, com vários reflexos negativos na vida socioeconómica dos cidadãos.

Em consequência desse cenário adverso e para inverter a situação, o Governo angolano assinou com o FMI um programa de assistência financeira orçado em 3,7 mil milhões de dólares, cujo período de reembolso é de 10 anos a uma taxa de juro anual não superior aos 3%.

I.11 Quatro (4) em cada dez (10) angolanos são pobres...

Jornal folha 8

30 De Novembro de 2019

A Universidade Católica de Angola estima que a taxa de pobreza no país ronda os 42% (a ONU fala em 52%), enquanto a da pobreza extrema se situa nos 20%. São números emblemáticos para demonstrar (mais uma vez) a incompetência dos governos – todos do MPLA – que estão no Poder desde 1975, ou seja há 44 anos.

O Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola (UCAN) estima que quatro em cada dez angolanos são pobres. Tomemos, embora não seja novidade, nota desta bandeira do Governo: 4 em cada 10 cidadãos angolanos são pobres.

Segundo o director do CEIC, Alves da Rocha, os números sinalizam a “degradação constante do nível de vida dos angolanos”, motivada pela crise que o país vive desde finais de 2014 e que mostrou que em matéria de competência e seriedade governativa Angola está entregue à bicharada. Bicharada que comeu tudo e não deixou nada, que mandou a diversificação da economia para as calendas criando, dessa forma, 20 milhões de pobres.

“Em 2015 a capacidade de crescimento da economia foi apenas de 0,5%”, notou o economista, que apresentou, em Luanda, o Relatório Económico de Angola 2018, salientando que “a partir daí, Angola entrou em processo de desaceleração económica, o que significa que, em cada ano, se produzem menos bens e serviços”. Desaceleração essa que, contudo, permitiu que mais uns tantos ficassem ainda mais ricos.

A 17ª edição do estudo, orçado em cerca de 19 milhões de kwanzas (cerca de 35 mil euros), aborda a política orçamental, monetária e cambial, analisa a balança de pagamentos e o nível geral da actividade

económica de Angola em 2018, bem como o emprego e a produtividade nesse período.

Para o docente da UCAN, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) comparada à taxa de crescimento da população, estimada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 3,1%, evidencia a “degradação acentuada do nível de vida dos angolanos que desde 2015 atingiu os 15,5%”.

“Em cada ano os angolanos ficam mais pobres, não só porque não há crescimento na economia, mas também porque o desemprego aumenta e consequentemente não há fontes de rendimentos para as famílias”, apontou, lamentando a situação.

Alves da Rocha apontou igualmente o desemprego, cuja taxa cresceu 8,8% nos últimos dois anos, atingindo 28,8% da população activa, segundo um relatório do INE divulgado em Abril passado, como uma das “consequências das reformas e do reajustamento macroeconómico em curso”.

“A população desempregada aumentou entre Abril e Agosto, com cerca de 250.000 pessoas que não conseguiram manter os seus empregos, o que equivale a uma perda de PIB de cerca de 5 mil milhões de dólares”, realçou o académico, para quem as taxas elevadas de desemprego “correspondem a uma menor capacidade de crescimento da economia”.

Recorde-se que o Presidente da República, do MPLA e Titular do Poder Executivo prometeu criar, na legislatura, 500 mil novos empregos...

A versão oficial dos que se servem

A ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Faustina Alves, disse no passado dia 23 de Outubro que o país (falava de Angola) registou uma redução no nível de pobreza, passando dos 36,6% em 2017, para os actuais 29%, com uma meta de 25% até 2022. Como a ministra “assinou” um contrato para mentir, desde que seja para benefício do MPLA, até se compreende.

Faustina Alves falava à imprensa no final de um encontro promovido, em Luanda, pela ONU sobre a redução da pobreza, no âmbito das celebrações do dia das Nações Unidas.

A governante angolana considerou “muito bom” que Angola comece a reduzir os seus níveis de pobreza, enaltecendo o encontro de troca de informações e análise de estratégias para se atingir a meta dos 25%, de acordo com os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável.

“O Governo está a trabalhar, cada vez mais junto das populações. Estamos a identificar as suas necessidades e temos estado a arranjar formas de reunir as condições”, disse a ministra, passando uma monumental esponja sobre o facto de, estando há 44 anos no Poder, o MPLA ter conseguido “dotar” o país com 20 milhões de pobres.

Segundo Faustina Alves, a população está a produzir e as autoridades a arranjar formas de facilitar o escoamento da produção, uma das reclamações existentes.

Por sua vez o Ministério do Comércio lançou, na primeira Expedição Multisectorial da Feira de Negócios dos Municípios de Luanda, uma plataforma digital, denominada “Digit Transporte”, que vai facilitar o escoamento dos produtos a nível nacional, cujos primeiros postos estão localizados nos municípios de Belas, Cacuaco e Viana, noticiou o Jornal de Angola, órgão do MPLA.

É por isso que, embora muitos dos nossos agricultores e zungueiras andem de telemóvel a fazer negócios, mesmo sem acesso à Internet e sem saber escrever nem ler, já se nota o escoamento dos produtos. Também não é preciso saber ler nem escrever. Parafraseando o brilhantismo linguístico de João Lourenço, isso só seria importante se “haver” necessidade...

Faustina Alves realçou o desenvolvimento da produção nas províncias do Moxico, Bié, Huambo e Uíje, e mesmo nas zonas afectadas pela seca, como o Namibe e o Cuando Cubango, à excepção do Cunene, onde vive o maior número de pessoas afectadas.

A titular da pasta da Acção Social, Família e Promoção da Mulher sublinhou que mais do que a redução das percentagens da pobreza, mais importante “é tirar a população do nível de vulnerabilidade em que se encontra”.

“Às vezes apegamo-nos aos números, mas tudo depende do contexto climático, do que é dado às cooperativas e também do engajamento de todos”, salientou. Brilhante. É tudo mesmo resultado do contexto. Desde logo porque, convenhamos, se só tem fome quem não come, quem come não tem fome!

No encontro participaram, além de membros do executivo angolano, o reitor da Universidade Católica de Angola, padre José Cacuchi, o representante residente do Banco Africano de Desenvolvimento, Joseph Ribeiro, e representantes da sociedade civil.

Fome com a barriga cheia?

A ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Faustina Alves, orientou no dia 16 de Agosto, na província de Malanje, os administradores municipais a serem mais dinâmicos e criativos na execução do projecto de combate à pobreza. Há 44 anos que o MPLA divulga as mesmas orientações, e os resultados estão à vista, mesmo dos cegos: 20 milhões de pobres.

Faustina Alves fez esta exortação patriótica (e que respeita os cânones do Departamento de Informação e Propaganda do MPLA), quando intervinha num encontro, realizado na municipalidade de Quiuba Nzoji, com os administradores dos 14 municípios da província de Malanje, cujo objectivo foi analisar os resultados do Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza. Ou seja, ver quantos mais pobres existem na província.

A ministra recomendou aos administradores municipais que devem incluir as famílias vulneráveis em actividades geradoras de renda, para garantir o seu auto-sustento e, assim, reduzir o índice de pobreza na região. Brilhante. Ninguém que tenha, pelo menos, três refeições por dia diria algo mais emblemático.

Para tal, ressaltou, deve-se fazer o levantamento do número real de pessoas em situação de vulnerabilidade para, posteriormente, criar-se planos precisos e eficazes de apoio a esta camada da população. É claro que quanto mais tarde se fizer esse levantamento menos pobres haverá...

A ministra sublinhou ainda a importância da integração de sociólogos, psicólogos e de outros especialistas (que não passem fome) nas direcções municipais da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, para auxiliarem na concepção e materialização de projectos de resolução dos problemas da comunidade.

Incentivou também a contínua troca de experiência entre os administradores municipais, com vista a multiplicar-se as boas iniciativas. Do mesmo modo encorajou as diferentes franjas sociais a reforçar os gestos de solidariedade para com os idosos acolhidos em lares da terceira idade, de modo a minimizar as suas dificuldades.

Igualmente relevante é a multiplicação patriótica dos ensinamentos que levem os angolanos a aprender a viver sem comer. E os resultados são animadores. Até agora só morreram os que estavam quase, quase, a atingir esse objectivo...

Por sua vez, o vice-governador provincial para o sector Económico, Político e Social de Malanje, Domingos Eduardo, disse que o governo local já disponibilizou, desde o início do ano, cerca de 175 milhões de kwanzas, para a conclusão de projectos ligados ao Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.

Fez também saber que o Governo Provincial tem orientado os administradores municipais a aplicar de forma criteriosa, rigorosa e transparente as verbas em programas que elevem o nível de vida da população e o desenvolvimento da comunidade.

Nos últimos 10 meses e até Maio, o Governo disponibilizou (segundo disse) cerca de 6.000 milhões de kwanzas (16,4 milhões de euros) aos 164 municípios angolanos no quadro do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP).

Ah! ah! ah! Mesmo com a barriga vazia o Povo não perde o humor. Ainda bem para o MPLA. Quando deixar de rir vai ser uma chatice. Uma grande chatice.

Recorde-se que o director em Angola do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostrou-se no dia 22 de Janeiro preocupado com aquilo que classificou de “muito elevada” taxa de pobreza no país, 52 por cento. Antes de avançar com esta preocupação, o PNUD deveria – de acordo com as “ordens superiores” do MPLA – dizer que, embora tenham saído do país há 44 anos, a culpa continua a ser dos colonialistas portugueses.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Jovens desempregados obtêm micro-créditos

Jornal de Angola

05 De Novembro de 2019

Autor: Elautério Silipuleni

Jovens desempregados de diferentes extratos sociais, com formação nas especialidades de serralharia, canalização, electricidade e carpintaria, vão beneficiar a partir deste mês, na província do Cunene, de micro-créditos, para iniciar o seu próprio negócio e criar postos de trabalho, no quadro da implementação do Plano de Acção de Promoção da Empregabilidade (PAPE).

De acordo com a directora local do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional, Maria Baltazar, o projecto prevê conceder micro-créditos no valor de 21 milhões de kwanzas, convertidos em kits profissionais, de acordo com a especialidade de cada candidato, para o início do seu negócio e criar mais postos de trabalho. Exortou os jovens a aderirem ao PAPE, nos serviços do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, em todos os municípios da província do Cunene.

O PAPE é um programa aprovado pelo Governo angolano em Abril deste ano e prevê formar, em todo o país, mais de 30 mil jovens, em matéria de gestão de negócios, bem como a concessão de dez mil micro-créditos e a distribuição de 42 mil kits profissionais.

O objectivo do PAPE é fomentar e apoiar o espírito de iniciativa da juventude, formar empreendedores, contribuir para o processo de promoção e inclusão financeira e fiscal, bem como a reconversão das actividades informais em formais.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Mulheres Empreendedoras com problemas de liquidez

Jornal de Angola

15 de Novembro de 2019-12-05

Autor: Manuel Barros

A secretária-geral da Federação de Mulheres Empreendedoras de Angola (FMEA), Henriqueta de Carvalho, reconheceu, em entrevista ao Jornal de Angola, que algumas associadas atravessam sérios problemas de liquidez devido à situação económica e financeira que o país atravessa.

Henriqueta de Carvalho referiu que há casos de associadas que, devido aos baixos rendimentos das empresas e aos tributos regulares que pagam ao Estado, foram obrigadas a passar para a informalidade para poderem sobreviver face à precariedade nas vendas.

Adiantou que o mercado de consumo reduziu drasticamente, com a agravante de muitos produtos que serviam de matéria-prima terem os seus preços especulados com a implementação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)."

Informou que a FMEA é um conjunto de associações compostas por micro, pequenas e médias empresas, em todas as áreas, desde a construção civil ao comércio. E todas as associadas se deparam com a falta de investimentos e quebra do mercado de consumo.

Referiu que a desvalorização do kwanza face ao dólar norte-americano aumenta o fosso na aquisição de bens e serviços.

"Na verdade, acreditamos que deveria haver mais consciencialização e sensibilização sobre o IVA, porque alguns agentes aproveitam-se do sistema precário de fiscalização para especularem os preços e tem efeito dominó, porque quem compra um produto a um preço alto terá que acrescer mais alguns dígitos para lucrar", disse.

Acrescentou que muitas empresas dependiam da importação de matérias-primas e dos produtos que comercializam. Hoje, disse, com a dificuldade de aquisição de divisas, o mercado está virado para a produção local, mas ainda não satisfaz a procura.

Henriqueta de Carvalho referiu que o país está numa ova fase, de criar condições internas, para impulsionar a produção local e este processo de ajustamento da política do Estado tem obrigado a que os empresários se reinventem na nova abordagem do mercado, que perdeu o poder de compra.

Formação dos associados

Com representação em todo o país e cerca de 4 mil associadas, a FMEA tem levado ao conhecimento das filiadas acções de mobilização e consciencialização para adesão aos projectos governamentais, direccionados ao empresariado nacional, como o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi) e o Plano de Acção e Promoção da Empregabilidade (PAPE), que tem como objectivo reduzir a taxa de desemprego, combater a pobreza, a vulnerabilidade e fazer a economia crescer.

3.2 «Gostava de me encontrar com A. Chivukuvuku e A. Costa Júnio»

Novo Jornal

15 De Novembro de 2019

Stélio cancelinha escolheu a Avenida 21 de Janeiro, em Luanda, como o seu local preferido para as vendas. Todos os dias se levanta muito cedo e vai atrás das «queridas» pipocas. Assim como outros jovens, stélio já é um craque na zunga. Aproveita os momentos de engarrafamentos, põe-se na estrada e, com as pipocas em mãos, chama de forma carinhosa a atenção dos automobilistas e transeuntes. E diz que faz o seu trabalho sem vergonha.

Muitos param e compram o produto. Uns preferem não pedir troco ou pagam além do preço normal. Outros param para uma pequena conversa com o jovem.

Há quem vai mais longe pedindo abraços e, em alguns casos, selfies.

"Já recebi algumas propostas de emprego, mas até hoje nunca me chamaram para trabalhar. Se aparecer algum emprego, mesmo se for para ganhar 50 mil kwanzas, eu aceito normalmente. Mas vale ganhar esse valor do que não ganhar nada", frisou.

stélio pensa seguir a carreira diplomática e política e diz que "gostava de ter um encontro com Abel chivukuvuku e Adalberto Costa Júnio", políticos pelos quais nutre algum respeito e admiração.

Apesar da sua actual condição, Stélio tem sonhos e projectos de negócios em carteira e precisa apenas de apoio.

"Se eu tiver a oportunidade de ter 10 milhões de kwanzas vou ser rico. Porque tenho muitas ideias. Faço várias investigações.

Gostaria, por' exemplo, de fazer plantações de morangos, mas infelizmente os nossos bancos dificilmente dão créditos aos jovens para iniciarem um negócio", lamenta.

O jovem licenciado diz que perdeu esperança no actual Executivo devido ao actual momento económico do país e pelos níveis de desemprego. Stélio é apenas um exemplo dos milhares de jovens recém-licenciados que se encontram fora do mercado de trabalho no país.

Números do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) estimam que, no terceiro trimestre deste ano, a taxa de desemprego, na população com 15 ou mais anos de idade, foi de 30,7 por cento, valor superior em 1,8 pontos percentuais ao do trimestre anterior, estimado em 29%.

3.3 O drama de um jovem licenciado que zunga pipocas para sobreviver

Novo Jornal

15 De Novembro de 2019

Autor: Hélder Caculo

"Vendo pipocas nas ruas desta forma [vestido com traje académico], por dois motivos: primeiro por necessidade, e consigo algum dinheiro. Um saco de pipocas normalmente compro a 100 kwanzas e vendo a 250 ou trezentos. A doce tem um preço e a salgada tem outro. Segundo, vendo desta forma para mostrar o meu descontentamento com o actual índice de desemprego no país". É assim que a personagem principal desta reportagem respondeu à nossa equipa quando se lhe perguntou a razão de estar a vender nas ruas de Luanda uniformizado com traje académico. E acrescentou: "Não foi para ganhar algum protagonismo, faço isso mesmo por necessidade".

A resposta do nosso entrevistado deu lugar a uma outra pergunta, muito curiosa, que talvez muitos cidadãos - sobretudo alguns internautas que partilharam e comentaram as imagens do jovem nas redes sociais gostassem de ver respondida. Afinal, estamos diante de um jovem zungueiro que procura pelo «pão» nas ruas de Luanda à semelhança de

outros milhares de jovens angolanos ou de um licenciado que encontrou nas ruas uma alternativa ao desemprego?

Com olhar trémulo e a voz já rouca, fruto de várias horas de gritos por clientes e as mãos carregadas com vários sacos de pipocas, o nosso interlocutor, que na verdade responde pelo nome de Stélio Cardiny Tavares Cancelinha, revelou-nos a sua história.

Em 1984 Stélio, com 2 anos de idade, tornava-se órfão de mãe, cerca de 30 anos mais tarde perdia também o pai. Acolhido pela irmã mais velha, Stélio decidiu abraçar os estudos, pois foi-lhe ensinado desde muito cedo que a formação era o caminho certo para um futuro melhor. Apesar da condição social da sua família, que o obrigava, vezes sem contas, a passar por várias dificuldades, Stélio foi sempre um estudante exemplar, tendo concluído o ensino primário e secundário com sucesso, chegando mesmo a ver o seu nome no quadro de honra das escolas por onde passou. Em 2007, concluiu o curso médio de Electricidade e Telecomunicações no Instituto Médio Industrial de Luanda (IMIL), vulgo "Makarenko". Mas o sucesso académico foi-lhe interrompido pela situação social de sua família, tendo ficado cinco anos sem poder entrar para o ensino superior. Foi então que, segundo nos contou, começou a fazer "bisnos" (palavra muito usada no país para referenciar negócios feitos de forma informal) para sobreviver e dar continuidade aos estudos.

vendeu, comprou e voltou a vender inúmeras mercadorias. Prestou pequenos serviços em casa de vizinhos e familiares, como electricista, pintor e pedreiro. Diz que também chegou a fazer serviços de táxi com uma motorizada que, segundo fez saber, muito lhe custou para adquiri-la.

Com o pouco que conseguiu granjear dos pequenos "bisnos", Stélio entrava finalmente para a Universidade Óscar Ribas (UÓR) em 2013, tendo concluído com sucesso, em 2016, o curso superior de relações Internacionais.

"Desde 2016 que estou à procura de um emprego, mas não encontro. Participei em todos os concursos públicos, mas infelizmente não consegui fazer os testes pelo factor idade", revela.

Actualmente com 37 anos, o jovem diz que os conselhos que ouviu desde a infância de que os estudos poderiam levá-lo a um caminho certo - «foi por água abaixo». "Para não ter que manifestar o meu descontentamento com áudios e mensagens nas redes

sociais, decidi fazer de forma diferente", justificou-se Stélio.

3.4 «Não vamos tolerar desrespeito e roubo ao consumidor»

Novo Jornal

15 De Novembro de 2019

Autor: Álvaro Victória

Atenta à actual conjuntura económica, particularmente à alta de preços de diversos produtos nos mercados formais e informais, a direcção do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) afirma ter intensificado a sua actuação em todo o país, com jornadas pedagógicas e, em casos mais graves, com aplicação de medidas sancionatórias a empresas que optam por desrespeitar os direitos dos consumidores.

Fruto deste trabalho intensificado, fez saber o director-geral do organismo, vários estabelecimentos comerciais viram a sua actividade interrompida pelo INADEC e seus parceiros de actuação. Em situações mais graves, algumas destas empresas, sublinha Diógenes de Oliveira, devem responder em tribunal a alegados procedimentos ilegais contra consumidores.

"Estamos atentos à actual situação económica do país. Não vamos tolerar qualquer desrespeito e roubo ao consumidor. Para deixar isso bem claro, as mãos pesadas da nossa instituição têm-se feito sentir em muitas empresas que insistem em actuar à margem da lei, desrespeitando os direitos dos seus clientes, dos consumidores", afirma o director-geral do organismo.

Em entrevista ao Novo Jornal, o homem que comanda, há sete meses, a instituto estatal que vela pela defesa dos interesses dos consumidores precisa que, recentemente, o organismo levou a cabo um amplo plano de vistoria sobre a actuação do sector de panificação.

E o resultado: sete padarias na capital do país foram encerradas, preventivamente, por se ter constatado "infracções graves, que colocam em causa a integridade física" dos consumidores.

"Há três semanas para cá, estamos a trabalhar num plano não só de constatação do mercado de consumo em geral, mas também de pedagogia para as fornecedores de pão. E constatámos, até hoje, dentro do nosso trabalho nos municípios do Cazenga, Viana e Bela padarias que não deveriam ter a denominação de padaria; sem segurança alimentar, sem higiene, onde o quarto de banho está próximo dos fornos, onde os esgotos passam próximos de onde são

confeccionados os produtos. É um crime previsto e punível segundo o ordenamento jurídico angolano, por se tratar de um atentado à saúde pública ou crime de envenenamento por causa da intoxicação alimentar. Estamos a falar de casos muito sérios", declara Diógenes de Oliveira.

observa que a estas empresas foram movidos pelo INADEC processos civis administrativos, consubstanciados na suspensão das referidas actividades comerciais.

"Até aqui, só em Luanda, foram, preventivamente, encerradas sete padarias. Nós trabalhamos de forma preventiva, estudando o mercado de consumo, de modo a garantir que as empresas prestem um serviço de qualidade e de segurança aos consumidores", refere o líder do INADEC.

Realça que, além do quadro descrito anteriormente, foram também constatadas, no plano de intervenção, várias infracções nos compartimentos de acondicionamentos das panificadoras.

"Além de péssimas condições de higiene nos locais de produção propriamente ditos, constatámos também graves infracções nas condições de acondicionamento do pão. Tudo quanto é infracção contra os direitos dos consumidores, particularmente no domínio da alimentação, nós consideramos como grave", observa Diógenes de Oliveira.

Processos contra empresas infractoras às portas do tribunal. O Instituto Nacional de Defesa do Consumidor prepara-se para dar entrada junto ao Ministério Público de mais sete processos contra empresas infractoras dos direitos dos consumidores.

"Desde a minha chegada [à direcção do INADEC), em Maio, temos, além do processo contra a Jefran, que já foi entregue ao Ministério Público, mais sete outros processos que estão a ser preparados e que podem ir parar a tribunal, isso se não houver consenso prévio", afirma Diógenes de Oliveira.

Em entrevista a este jornal, o director-geral do INADEC observa que, apesar da gravidade das infracções, a sua instituição privilegia, "quase sempre", a resolução do conflito por via extrajudicial, sendo o recurso aos tribunais a "última rácio". "NÓS, INADEC, entendemos que o tribunal é o último caminho a percorrer. Se conseguirmos resolver os problemas de modo extrajudicial é sempre melhor, é menos gasto, economizamos tempo e valor. Quando esgotarmos todas estas fases, aí, sim, remetemos o caso ao tribunal", sublinha.

O dirigente informa que a actuação do organismo nesta fase marcada por alta de preços de diversos produtos permitiu apurar um registo de denúncias, reclamações e queixas superior a mil casos em todo o país.

3.5 Mercado da Mabunda sem condições de higiene

Jornal de Angola

26 de Novembro, 2019

Autor: João Pedro

O secretário de Estado das Pescas para a área de Aquicultura, Carlos Martino Cordeiro, considerou péssimas as condições higiénicas do mercado da Mabunda e sugeriu que se deve redobrar esforços para melhorar a situação.

Carlos Martino Cordeiro teceu estas considerações no final de uma campanha de limpeza realizada ontem pelos funcionários do Ministério da Pescas e do Mar, do Governo Provincial de Luanda e da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda.

O secretário de Estado afirmou que, em coordenação com o Ministério do Ambiente, vai ser implementado um projecto destinado a manter as praias limpas, sublinhando que a limpeza da praça da Mabunda é uma questão urgente.

“Conseguimos mobilizar 90 por cento dos nossos funcionários para participarem na limpeza do mercado e da praia. Esperamos que os comerciantes e os moradores sigam o exemplo”, referiu. Carlos Martino Cordeiro informou que, este ano, o Ministério das Pescas e do Mar tomou a iniciativa de criar novos pontos de atracção de pescado, como o da Ilha de Luanda, visando melhorar e dar outras opções aos munícipes na aquisição do pescado em boas condições de higiene.

O director do Gabinete da Agricultura e Pescas de Luanda, Vladimir Catinda, anunciou, para breve, a criação de novos pontos de descarga de peixe. Acrescentou, que ao longo da costa marítima cada município terá um ponto de descarga do pescado e a ideia é fazer de Cacucaco o centro do peixe em Luanda.

3.6 Casas de Câmbio aguardam nova “limpeza” no sector com a dististência de vários operadores

Jornal Expansão

29 De Novembro de 2019

Autor: Nelson Rodrigues

A Associação das Casas de Câmbio de Angola (ACCA) admite que várias instituições que representa vão deixar de operar até ao final do ano, devido às dificuldades para aceder a moeda estrangeira.

Em resposta ao Expansão, a ACCA não avança quantas empresas deverão saltar da lista de operadores do câmbio, mas adianta que a maioria tem menos de quatro anos de actividade. Ou seja, são novas no mercado e lançaram-se na actividade já no calor da crise financeira e cambial. Outras, mais antigas mas em menor número, também não escapam à crise do sector.

Da última vez que o BNA anunciou a retirada de licença a empresas de câmbio, em Julho, justificou a actuação com a "inactividade por período superior a 6 meses" dos agentes. A medida abrangia seis casas de câmbio e uma cooperativa de microcrédito, nomeadamente a Dias & Poeira, a Expresso, a Global, a Kétsia, a Nevisa, a Ponto Câmbios e a Rede Crédito-Cooperativa de Crédito.

Desta vez, são os próprios accionistas que têm a iniciativa de encerrar os negócios, apurou o Expansão.

Há três anos que estes operadores foram impedidos de comprar moeda estrangeira por via dos leilões de divisas do banco central. Desde então, as casas de câmbio passaram a comprar divisas aos bancos e clientes diversos. Só que, numa altura em que os bancos canalizavam divisas mais para processos de importação de bens, segundo alguns operadores, essa modalidade fragilizou as pequenas empresas de câmbio.

Actualmente o sector comporta 71 casas de câmbio, 45 autorizadas a exercerem actividades de remessas de valores, 24 são sociedades de microcrédito, três são cooperativas de créditos e 15 são sociedades de remessas de valores.

Questionada se as novas normas do BNA não ajudam a travar a desistência destes operadores, sobretudo a da liberalização do mercado, uma fonte do sector considera que a "medida é boa mas é tardia". O que BNA fez agora nós esperávamos há já algum tempo. Vai ajudar o sector", sublinha.

Actualmente, nas operações de compra e venda de divisas, as casas de câmbios deixam de observar na venda o limite de 10% sobre a taxa de referência definida pelo banco central, pelo que o valor de câmbio será livremente negociado entre os clientes e os agentes do sector. A ordem é do BNA e vem no aviso 8/19, datado de 6 de Novembro.

A anterior regulamentação definia que as taxas de câmbio e comissões, incluindo despesas e outros encargos, cobradas pelas casas de câmbio, não podiam ir além de 10% sobre a taxa do BNA. Com a alteração, o banco central corta essa obrigação e estabelece apenas que os operadores cobrem as comissões e quaisquer outros encargos em moeda nacional, sem entretanto a observância do limite previsto por lei.

Outra alteração às regras operacionais das casas de câmbio tem a ver com as actividades desenvolvidas. Ou seja, se na legislação anterior era permitido aos operadores vender ou comprar moeda estrangeira a pessoas singulares residentes cambiais ou a cidadãos residentes estrangeiros, na legislação que agora entra em vigor só é permitido vender a pessoas singulares residentes cambiais.

O Expansão solicitou esclarecimentos ao BNA para aferir se já recebeu pedidos de desistência por parte de casas de câmbio ou se vai revogar licenças ainda este", mas fonte oficial negou as duas questões.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 OGE 2020 prevê receitas de 15,8 bilhões de kwanzas

Jornal Economia & Finanças
01 De Novembro de 2019
Autor: Adelina Inácio

Amortização da dívida pública consta no OGE/202 como uma das prioridades a serem honradas pelo Executivo no próximo exercício. No actual contexto em que a produção do petróleo regista fortes oscilações, o que tem contribuído no lento crescimento dos principais indicadores macroeconómicos (previsão de 1.8 por cento), o Governo continua a encaminhar mais da metade das verbas para o sector social.

A ministra das Finanças, Vera Daves, disse que a proposta de Lei do aGE/2020, comporta receitas estimadas em 15,8 bilhões de kwanzas e despesas em igual montante para o mesmo período. Vera Daves adiantou que o preço de referência para o barril de petróleo é de 55 dólares. Trata-se, segundo a ministra, de "uma estratégia conservadora para nos proteger caso os movimentos de volatilidade do mercado petrolífero aconteça a nosso desfavor".

De acordo com Vera Daves, a ideia é garantir que a despesa que foi projectada tenha maior possibilidade de ser executada.

A governante disse que o Executivo prevê mais despesas do que no orçamento revisto do ano em curso. Vera Daves assegurou que a taxa de inflação esperada será de 24.3 por cento, muito a conta dos ajustamentos tarifários que o Executivo está a implementar.

"Fruto das medidas da melhoria do ambiente económico e o relançamento da participação do sector privado na economia nacional, acreditamos que, a médio prazo, teremos os fundamentos certos para voltarmos a iniciar uma trajectória de redução da taxa de inflação", sustentou. A ministra afirmou que uma parte do OGE de 2020 vai ser dedicado à amortização da dívida pública.

"Temos um OGE melhor do que tivemos em 2019. Ainda não é o orçamento que gostaríamos de ter, mas é o melhor para relançar o crescimento económico".

Por seu turno, o ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior disse que o Executivo prevê, para 2020, uma retoma do crescimento económico, com uma taxa de crescimento de 1.8 por cento, em que o sector não petrolífero terá um crescimento de cerca de 1.9 por cento.

4.2 OGE 2020 Prevê verbas para as autarquias

Novo Jornal
01 De Novembro de 2019

O Orçamento Geral de Estado (OGE) para 2020, principal instrumento da política económica e financeira do Estado angolano, entregue à Assembleia Nacional na quarta-feira, 30 de Outubro, destinou um valor de quase 51 mil milhões de kwanzas (50.834.397.543,00) para a descentralização e implementação das Autarquias locais.

O valor consta do resumo da despesa por programa do Ministério das Finanças, e corresponde a 0,32 por cento do «bolo» global do Orçamento Geral do Estado.

O relatório de fundamentação descreve que a descentralização e o reforço do poder local têm particular destaque no eixo de execução política definido no documento que o Governo submeteu ao Parlamento para discussão e aprovação.

O referido documento prevê iniciativas do Executivo com intuito de criar as bases para implementação das autarquias em Angola, e conta com o PIIM que, de acordo com o relatório de fundamentação do OGE, terá, também, um papel relevante na infra-estruturação dos municípios.

Apesar de ainda não haver uma confirmação da parte do Executivo, e não estar ainda por aprovar todo o pacote legislativo relacionado com as eleições autárquicas em 2020, conforme promessa do Presidente João Lourenço, o Executivo dá um primeiro sinal que não é ainda compreendido como sendo o garante de que as eleições venham a ter lugar em 2020.

A data de realização das primeiras eleições autárquicas foi anunciada na primeira reunião do Conselho da República presidida por João Lourenço, a 22 de Março de 2018, como resultado de uma recomendação consensual dos membros daquele órgão.

Para o efeito, o Chefe de Estado disse na altura estarem em curso passos concretos no plano da desconcentração administrativa, como ante câmara da descentralização, bem como a aprovação do regime financeiro local e a criação do fundo de equilíbrio nacional.

Nesta ocasião, o líder da bancada parlamentar da UNITA lembrou que o seu partido já tinha indicado o ano de 2020, numa visita que fez ao Governo provincial de Luanda. "Não nos resta outra alternativa senão fazer nesta altura, com uma preparação adequada", disse.

Para o deputado da CA-SA-CE, Manuel Fernandes, a data indicativa correspondia à expectativa da coligação. "Foi o que sugerimos ao presidente da CASA-CE, para que levasse para esta consulta a proposta da realização das eleições em 2020".

Em Agosto deste ano, os deputados à Assembleia Nacional aprovaram na especialidade a proposta de Lei sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais, o diploma que vai definir o modo de organização e funcionamento das autarquias locais com vista à sua institucionalização, como forma de materializar a descentralização administrativa.

Na ocasião, foi criado um grupo técnico que fez a fusão dos dois documentos, de que resultou uma única lei com dez capítulos e 70 artigos. Por esta altura, voltou-se também a levantar o debate sobre o princípio do gradualismo, que tem sido o ponto fracturante das discussões sobre as autarquias no país.

O vice-presidente do grupo parlamentar do MPLA, João Pinto, por exemplo, lembrou em Angola que o gradualismo é constitucional. Um outra chamada de atenção veio de Virgílio de Fontes Pereira, também do MPLA, que chamou a atenção para o sentido que se quer dar ao princípio da descentralização política e administrativa.

Virgílio de Fontes Pereira destacou o facto de existirem eleições políticas locais que "são um acto político e não administrativo". Virgílio de Fontes Pereira lembrou também aos deputados da oposição que o gradualismo está na Constituição.

"Se estamos a ter um discurso correcto de que devemos respeitar a supremacia da Constituição, devemos então acolher a ideia do gradualismo", disse.

Dirigindo-se aos colegas da oposição, o deputado do MPLA disse que os mesmos só falam do gradualismo funcional e retiram a parte que a Constituição trata daquilo que é, no essencial, o gradualismo territorial.

O artigo da Constituição que trata da categoria de municípios, acrescentou, diz claramente que autarquia é o município, mas a Constituição explica que embora o princípio regra seja o município como autarquia principal, não está vedada a possibilidade de gradualmente o Estado poder instituir autarquias territorialmente quer supra quer infra.

O deputado da UNITA Jorge vitorino argumentou que a proposta de Lei limita-se apenas ao princípio e à materialização da descentralização administrativa, mas omite a descentralização política administrativa.

A deputada Mihaela Weba, da UNITA, disse que se a Constituição propõe a materialização da descentralização político-administrativa, esta deve estar reflectida na proposta de Lei sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais.

O presidente do grupo parlamentar da CASA-CE, Alexandre Sebastião André, defendeu em Agosto último que não se pode confundir e nem perturbar a ordem constitucional que determina a descentralização política exclusivamente para as autarquias e a descentralização e desconcentração administrativa relacionada com a administração pública.

"Se na verdade queremos institucionalizar as autarquias como sendo um dos poderes locais, impõe-se necessariamente cumprir o que está na Constituição. Trata-se da descentralização política administrativa. Não havendo, não teremos autarquias", disse.

4.3 Os contornos do desemprego que "beliscam" a economia

Jornal Economia & Finanças

01 De Novembro de 2019

Autor: Agostinho Chitata

A imagem fala por si. Um cenário do qual parece estarmos "irremediavelmente" agarrados. Cada um engendra o que pode para fazer face à vida. O informal continua a ser um imperativo. Uma gama incalculável de pessoas teve e continua presa ao negócio feito nas ruas para o sustento familiar.

Não o fazem porque assim o querem, fazem-no porquanto a realidade decidiu empurrá-las para tal

estado de coisa. Tudo passou a valer desde que o desafio passasse por arranjar "alternativas" ao emprego, mas é preciso encontrar soluções capazes de criar empregabilidade e dar uma vida melhor às pessoas que, no fundo, e na condição de contribuintes, velam e sustentam também as receitas públicas, debitando do pouco que ganham para o "milheiro público".

Satisfaz a informação de que para o Orçamento Geral do Estado (OGE) a prioridade recai para as actividades económicas, ou seja, o "relançamento da economia", como publica o Jornal de Angola, na sua edição de ontem. Diz ainda que o aGE tem despesas e receitas estimadas em 15.875.610-485.070,00.

Na ocasião da entrega à Assembleia Nacional da proposta do OGE, o ministro de Estado da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, deixou claro de que se pretende que o "país saia do campo negativo de crescimento e entre para uma retoma económica". Tal pressupõe dar mais apoio financeiro aos sectores como o da Agricultura, Pescas e Indústria transformadora, entendidos por Manuel Nunes Júnior como os que "deverão garantir os recursos necessários para que o país maior controlo das linhas Estado a Estado onde, mais uma vez, chineses não incorporam valor acrescentado porque deixam ficar todos os recursos cambiais no exterior e pagam os custos locais em Kwanzas, obtidos através de negócios diversos praticados internamente, "sob o olhar silencioso das autoridades, ficando mais competitivo recrutar um técnico chinês do que um angolano, mesmo que seja trabalhador braçal", escreveu o empresário Carlos Cunha.

Entretanto, Manuel Nunes Júnior também falou da necessidade de não se entrar naquilo que caracterizou como uma eventual "armadilha da dívida", que existe quando um país tem défices sucessivos e tem de contrair dívidas para pagar outra dívida anterior. "O Executivo está a fazer de tudo para que não caiamos numa situação desse tipo", assegurou. Que assim seja, para o bem de uma economia que se quer próspera. Sairemos todos a ganhar, obviamente.

4.4 Receitas fiscais na província do Cuanza Norte baixam 46% no IIIº trimestre

Jornal Economia & Finanças
01 De Novembro de 2019

As receitas fiscais na província do Cuanza Norte atingiram 1.4 mil milhões de kwanzas nos meses de Julho a Setembro do ano em curso, registando uma queda de 1,8 mil milhões.

A baixa colecta dos impostos, segundo dados da delegação provincial de Finanças a que a Angop teve acesso, deveu-se ao actual contexto difícil da economia nacional que tem estado a influenciar negativamente a actividade dos contribuintes, associado à extinção do imposto de consumo de cerveja nacional, anteriormente pago pela cervejeira EKA - o maior contribuinte da província.

Entre a natureza das receitas colectadas, a fonte destaca o imposto sobre rendimento de trabalho por conta doutrem com um saldo de 444 milhões, 798 mil e 781 kwanzas (correspondente a 42,5 por cento), imposto de consumo com 285 milhões, 289 mil e 59 kwanzas (27 por cento) a par do imposto sobre lucros da actividade económica com 294 milhões, 941 mil e 403 kwanzas (19,6 por cento).

No que se refere às arrecadações por repartições fiscais, a representação do Dondo (município de Cambambe) encabeça a lista com um valor de 517 milhões, 778 mil e 275 kwanzas, seguido da repartição de Ndalatando (Capital da província) com 504 milhões, 938 mil e 445 kwanzas, enquanto a filial de Carnbatela (município de Ambaca) amealhou apenas 22 milhões, 86 mil e 950 kwanzas.

O Cuanza Norte tem repartições fiscais instaladas em apenas três dos 10 municípios da província, nomeadamente, Cazengo (se de provincial), Cambambe e Ambaca, estando a extensão da actividade às demais circunscrições, dependente da criação de infra-estruturas, aumento do quadro de recursos humanos e do crescimento da actividade económica local.

Com uma extensão territorial de 20 mil e 252 quilómetros quadrados, Cuanza Norte é uma província situada no extremo Oeste de Angola e dotada de um grande potencial em termos de recursos hídricos, minérios e vastas extensões de terras aráveis favoráveis para atracção do investimento privado e consequente alargamento da base tributária local.

4.5 Recuperação da Economia é a solução

Jornal Economia & Finanças
01 De Novembro de 2019
Autor: Ismael Botelho

A recuperação da economia nacional é apontada por vários especialistas nacionais e internacionais como a principal decisão para a resolução da situação do desemprego em Angola, que afecta mais de 3-675-819 pessoas no país.

A taxa de desemprego cresceu 8,8 por cento nos últimos dois anos, atingindo 28,8 por cento da população economicamente activa, que é estimada em 12-749-14^o pessoas, de acordo com um estudo recente do Instituto Nacional de Estatística e deste número 9.073.321 angolanos estão empregados.

Além da recuperação da economia que foi, fortemente, afectada pela baixa do preço do petróleo no mercado internacional, só com a diversificação da economia será possível uma maior geração de novos postos de trabalho, porque a economia formal não tem sido capaz de oferecer sustentabilidade a empregabilidade.

Angola apresenta uma das maiores taxas de desemprego da África Subsariana e a segunda mais elevada da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e criar emprego só é possível com pessoas que se sujeitem a fazer empresas sustentáveis e rentáveis. A taxa de desemprego actual é de 28,8 por cento, tendo esta crescido para 8,8 por cento. No país existem 4.479.008 homens e 4.594.313 mulheres empregados.

A médio e longo prazo é necessário que o Executivo incentive aos créditos bancários para o sector privado, baixe o nível de corrupção e aprimore as legislações laborais para criar outra dinâmica interna.

4.6 Terceiro OGE de João Lourenço anuncia crescimento

Jornal O País

01 De Novembro de 2019

A economia angolana vai crescer 1,8 por cento em 2020, contrariando a recessão de 1,1% de 2019. O "optimismo" é expresso pelo Executivo na sua proposta de Orçamento Geral de Estado para o próximo ano.

O governo ancora as suas expectativas num desempenho positivo do sector petrolífero que há de contribuir para o Produto Interno Bruto (PIB) com o desempenho positivo do sector estimado em 1,5 por cento, contando com a ajuda do sector não petrolífero com 1,9%.

De acordo com a proposta, diamantes, minerais metálicos e outros poderão registar um crescimento de 6,6 por cento, seguido das pescas e derivados com 4%, agricultura 3,1% e indústria transformadora com 1,2%.

Para lograr "o milagre do crescimento", como alguns analistas começaram a apelidar o anunciado desempenho positivo da nossa economia em 2020,

João Lourenço e auxiliares acreditam no crescimento do sector petrolífero, em consequência do programa de manutenção em busca da eficácia operacional, revitalização dos campos Malongo West, Kungulo e Banzala, Blocos O, 14, 15, 18 e 31, assim como o reinício da produção de alguns campos inoperantes este ano.

As projecções incluem a entrada em produção do campo Agogo, bem como do projecto Gimboa Noroeste. Enquanto isso, as notícias sobre petróleo não são nada animadoras. O balanço do terceiro e penúltimo trimestres de 2019 aponta para uma redução nas quantidades exportadas de aproximadamente 15,3 milhões de barris. Durante o período em referência, Angola exportou 116,4 milhões de barris, ao preço médio de USD 62,8 por barril, uma diminuição de 5,3 milhões de barris em relação ao 2^o trimestre de 2019, o que resultou num encaixe de receitas brutas de USD 7,3 mil milhões".

Apesar de ser quase já uma "canção" no discurso oficial a necessidade de abandono da dependência do petróleo, ainda não será desta que Angola se livra da sua quase "eterna dependência do ouro negro".

Minerais metálicos; pescas e derivados, agricultura e indústria transformadora são os outros sectores que poderão ajudar no crescimento.

As péssimas notícias são o facto de que pelo quarto ano consecutivo a recessão prossegue a sua marcha, estando a inflação para 2020 projectada em 19,6% (subida de quase 2 pontos em relação a 2019).

O serviço da dívida pública representará 56,8 por cento do total da despesa do Orçamento Geral de Estado (OGE/2020), quando em 2019 representou 51,27% da despesa total.

Dos 7,2 biliões de Kwanzas (AKz) destinados ao serviço da dívida, 4 biliões serão canalizados às operações da dívida pública interna (31,8% do OGE) e 3,18 biliões destinados ao pagamento da dívida externa.

A remuneração do pessoal representará 17,1% da despesa, ou seja AKz 2,18 biliões, os juros 13,6%, cerca de 1,7 biliões de Kwanzas.

As despesas em Bens e Serviços vão situar-se em 1,1 biliões de Kwanzas (8,6% do OGE), ao passo que as transferências correntes corresponderão a AKz 788,7 mil milhões (6,2% do OGE).

O anunciado crescimento de 1,9 por cento do sector não petrolífero será resultado de uma maior aceleração do crescimento nos sectores de

agricultura, pescas e derivados e serviços mercantis, implementação do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (PRODESI).

Inclui ainda o surgimento de novas Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), a concessão de micro-crédito e crédito com juros bonificados, à luz do Projecto de Apoio ao Crédito (PAC), a implementação do Plano Integrado de Intervenção nos municípios (PIIM) e o Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE).

Estratégia do Executivo

Para lograr a realização de suas promessas, o Executivo preconiza "melhoramento da qualidade da despesa pública, reforma estrutural dos sistema tributário e o aumento da base tributária", assim como tenciona alterar a estrutura da dívida pública, descentralização das finanças públicas e maior eficiência das políticas monetárias e cambial.

Em 2020, segundo as projecções do Executivo, está prevista a criação de superavit orçamental de cerca de 0,3% do PIE e um saldo primário de 5,0% do PIB, tudo isso na sequência da mobilização de receitas não petrolíferas procedentes da adopção do IVA e a continuação da racionalização das despesas.

O coordenador do Observatório Político e Social de Angola (OPSA), Sérgio Calundungo, considera que o Executivo está a faltar à sua palavra na metodologia de elaboração do Orçamento Geral do Estado.

Segundo ele, é o próprio Presidente da República que "prometeu" aumentar a inclusão de actores da sociedade civil na elaboração de tão importante instrumento, mas na prática segue outra lógica.

"Como é possível o Executivo subescrever instrutivos a estebelecer que os ministérios que participam na elaboração da proposta de OGE devem contactar os seus parceiros da Sociedade Civil e não temos conhecimento de onde e quando ocorreram, que parceiros foram contactados e o que se discutiu", questionou Calundungo, considerando que mais uma vez a presente proposta não passou por "ampla discussão" como era espectável. Sérgio Calundungo enuncia o Decreto-Lei que institui os orçamentos municipais. Segundo o analista, o diploma previa que para os municípios um grupo de cidadãos juntava-se para discutir o orçamento, assim como a sua sujeição aos Conselhos Municipais de Auscultação Social.

"Lembro-me de ver uma sessão de consulta que mais é, na verdade, uma manipulação. Os proponentes colocaram mais de 150 pessoas na sala sem terem

acesso à proposta em discussão. Sem uma metodologia que permita a indusão das propostas recolhidas", explicou.

Calundungo diz-se preocupado com o facto de, por um lado, o discurso indicar um rumo e a prática caminhar para o sentido oposto. "Continuamos com velhas práticas, velhas formas de fazer", realçou.

Por seu lado, o economista Carlos Rosado considera o orçamento como uma previsão e desde logo sujeita a risco, mas dá o benefício da dúvida, tendo em conta que os números do Governo parecem estar alinhados com os do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Rosado considera que a "chave" da equação para 2020 é a produção do petróleo: "Se o Governo acertar na produção do petróleo, provavelmente a previsão de crescimento pode cumprir-se.

Todavia, cenário é de muita incerteza".

O analista aponta "os efeitos da desvalorização" que podem interferir pela negativa na produção interna que é muito dependente da importação.

"Se as empresas não conseguirem importar não poderão produzir", explicou.

Carlos Rosado mostra-se ainda relutante em admitir que em 2020 começa o fim da recessão na nossa economia. Para ele, não obstante o optimismo do Governo, não é garantido que isso ocorra. "A economia está muito em baixo. A taxa de crescimento idem, porque esta abaixo da taxa de crescimento da população. Seria bom que houvesse algum crescimento no próximo ano"; enfatizou esperançoso.

O economista critica a metodologia seguida, atendendo que o draft partilhado com a sociedade terá sido diferente do que foi entregue à Assembleia Nacional, o que impossibilita uma análise exaustiva.

Já o economista Mondlame Cruz prevê, para 2020, uma taxa de inflação de 24% devido a ajustamentos e reformas no mercado cambial em curso.

A baixa do preço e da quantidade produzida de petróleo, segundo o economista, terá originado ao longo dos últimos 5 anos a escassez de liquidez em moeda estrangeira no mercado, o que criou um desequilíbrio.

"Para garantir a sustentabilidade das contas externas, o BNA optou pela liberalização da taxa de câmbio após a suspensão da denominada banda cambial em que os bancos não podiam apresentar propostas de aquisição de divisas nos leilões superior

a 2% sobre a taxa de referência estabelecida no leilão anterior e colocou o fim da imposição de margem de 2% sobre a taxa de câmbio de referência".

O especialista diz que esta medida vai permitir a depreciação do kwanza e reduzir o spread entre o mercado formal e informal contribuindo para a redução da taxa de inflação.

O especialista diz que esta medida vai permitir a depreciação do kwanza e reduzir o spread entre o mercado formal e informal contribuindo para a redução da taxa de inflação.

Por outro lado esta, medida vai contribuir para uma alteração no saldo da conta corrente, que já vem apresentando um comportamento superavitário desde 2018.

Estas medidas são fundamentalmente para protecção das reservas internacionais líquidas bem como a redução dos desequilíbrios das contas externas.

No que toca a dívida governamental, o especialista defende que ela continuará acima do limite aceitável de 60% do PIB, por isto o processo de consolidação fiscal e estabilização das contas públicas vão continuar em 2020 como Estado a dedicar 56,8% do total da despesa do OGE para dívida.

4.7 Saúde e Educação com a maior verba do PIIM

Jornal de Angola

2 de Novembro de 2019

Autor: Victória Quintas

Os sectores da Saúde e da Educação são os que mais verbas têm do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios, informou, sexta-feira, no Huambo, a ministra Sílvia Lutucuta.

Na Saúde, disse a ministra, o dinheiro vai ser usado na construção e reabilitação de infra-estruturas nos municípios do país, para a melhoria do acesso aos cuidados primários e assistência médica e medicamentosa.

Sílvia Lutucuta, que fez apresentação do documento sobre “a sustentabilidade do serviço de saúde nos municípios e comunas e a problemática do pessoal técnico”, no decorrer dos trabalhos do Fórum dos Municípios e Cidades de Angola, que encerrou sexta-feira, realçou que, na esteira dos investimentos públicos, todos os municípios do país têm infra-estruturas de saúde a serem reabilitadas ou construídas.

“Trabalhamos com os governadores provinciais e os administradores municipais e o Ministério tem a responsabilidade de dar a orientação metodológica. Foram, assim, definidas as prioridades com base na opinião das autoridades locais”, disse.

O Ministério da Saúde, sublinhou, vai continuar a trabalhar na melhoria do sistema de informação, porque, evocou, “não há boa gestão em que não haja dados”, pelo que se está a trabalhar com os municípios a fim de passarem a enviar os dados ao órgão central. Sílvia Lutucuta informou que existe, para o efeito, uma plataforma que permite a introdução de toda a informação e gestão de dados de todas as doenças.

Na óptica da ministra, há necessidade de reduzir a pressão dos hospitais de referência, melhorando os cuidados primários de saúde, não apenas no aspecto preventivo e curativo, mas também na educação e vigilância epidemiológica e melhoria dos recursos financeiros que são atribuídos aos municípios.

“A gestão financeira é descentralizada. Há recursos atribuídos ao nível central, outros atribuídos ao nível das províncias e dos municípios e, concomitantemente, para as comunas. As prioridades também são definidas a este nível”, garantiu Sílvia Lutucuta, avançando que para melhor sustentabilidade do serviço de saúde, a nível do município, precisa-se de recursos financeiros atribuídos em tempo útil, recursos humanos em quantidade e qualidade e infra-estruturas que possam prestar os serviços.

O ministério da Saúde realizou, no ano passado, um concurso público para a admissão de nove mil profissionais, que já estão a funcionar em todos os municípios. “Os concursos serão realizados todos os anos”, reafirmou a ministra, esclarecendo que os técnicos serão acompanhados com programas de formação de curto, médio e longo prazos.

Mais medicamentos

Em relação à logística de medicamentos, Sílvia Lutucuta informou que o Ministério da Saúde está, desde o início deste ano, a trabalhar com as Finanças e a fazer compras agrupadas de medicamentos para as doenças mais comuns, como a malária, a tuberculose, VIH/Sida, doenças de origem hídrica, como a parasitose e outras negligenciadas, para além de doenças crónicas não transmissíveis.

“Temos tido sucessos, porque conseguimos controlar a qualidade, reduzir os custos e fazer poupança em torno de 66 por cento e, por isso, estamos a distribuir mais medicamentos”, disse a ministra, acrescentando

que a distribuição é feita primeiro para as sedes das provinciais e, posteriormente, para os municípios, que, por sua vez, fazem chegar às comunas.

Administradores municipais confiantes na execução Os 164 administradores municipais que participaram na VII edição do Fórum dos Municípios e Cidade de Angola, organizado pelo Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, foram unânimes em reconhecer que evento contribuiu para o “esclarecimento” de regras de implementação do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

Com efeito, os administradores manifestaram-se confiantes com a boa execução do PIIM, o que, em seu entender, vai contribuir para a melhoria das condições de vida das populações.

O administrador do município dos Gambos, província da Huíla, Elias Sova, disse que a realização do Fórum foi uma oportunidade para, com as estruturais centrais, voltar a fazer uma abordagem sobre o PIIM, visando a sua implementação na íntegra.

Segundo Elias Sova, os sectores da Educação, Saúde, a abertura das vias de comunicação e reabilitação dos pontos de água, face aos problemas da seca vividos naquela região, bem como a reabilitação de chimpacas, aquisição de tractores e alfaias, para a produção alimentar, asfaltagem da vila do Chiange e iluminação da sede municipal constam entre as prioridades do município dos Gambos.

José Manuel dos Santos, administrador do município do Bailundo, na província do Huambo, realçou que o PIIM dará solução a muitos problemas, pelo que, defendeu, será obrigatório cumprir e implementar as directrizes saídas dos conselhos de auscultação e concertação social, em que a população foi ouvida. O fórum dos municípios, disse, vai permitir a avaliação da implementação e o desempenho do PIIM, para que, em pouco tempo, se possa sentir o impacto junto das comunidades.

No Bailundo, está prevista a reabilitação de estradas, construções de escolas e de postos de saúde. “Já foram realizados os concursos, estando-se agora na fase da assinatura dos contratos com as empresas que já estão a deslocar-se para as localidades para a realização das obras”, informou.

O administrador do município do Cuango, na Lunda Norte, referiu que o PIIM vai permitir que as administrações, em contacto com a população, possam solucionar os problemas que mais se reflectem na vida social.

4.8 OGE 2020 - Priorizar o prioritário

Jornal de Angola

3 de Novembro de 2019

Autor: Carlos Gomes

Lá se foram os “belos” tempos das vacas gordas, a manta está curta, porque a estiagem abateu-se sobre a “chuva” granizada de dólares que parecia não ter fim em Angola, puro engano...!!!!

A angústia atormenta, o labirinto de soluções assertivas é cada vez mais apertado, e os tambores ressonantes dos que deliram com críticos hilariantes apostam forte no aproveitamento da situação, que, ante os intrincados problemas socioeconómicos, buscam recorrentemente soluções triviais no discurso político, sem olhar para o “DNA” real do “vulcão” económico que irrompeu vorazmente, de tanto reprimido sob o efeito anestésico do “boom” do preço do petróleo, que pouco se soube aproveitar.

Os números “frios” como sempre o foram, estão aí para dizer que não tem mais como escamotear a sua razão de ser, na curva apertada que tentamos a todo o custo descrever, para evitar-se um eventual resvalamento em precipício - qual Serra da Leba...!!!!

É do “draft” da proposta do OGE 2020, que me ocorre comentar - a julgar pelo detalhe como a Secretária de Estado do Orçamento, Dra. Haia-Eza da Silva, tão bem, melhor dizendo, de forma detalhada - aliás, didáctica, soube explicar, com números “pálidos” e gráficos esclarecedores, dando-nos conta que a taxa de crescimento económico (PIB) prevista para o próximo ano estará, uma vez mais, aquém de cobrir as necessidades do país ... uma espécie de cálculo aritmético: $3-2=1$. Sim, isso mesmo: porque de facto, o preço do barril do petróleo teve uma queda acentuada de dois terços: de 112 dólares para 37 dólares, em 2016...!!!! Em economia, os números ajustados ao tempo nunca devem ser negligenciados, tão pouco manipulados, porque todo o exercício nesse sentido resulta em fracasso -(custo de oportunidade).

Os números constantes da proposta do OGE (possível) para 2020 são desafiantes e requererão opções corajosas, sem perder-se o foco de protecção das empresas e das famílias, por se tratarem de dois factores essenciais para a retoma da produção nacional, num novo contexto de liberalização da taxa cambial decidida pelo BNA, nas transações dos bancos comerciais com o mercado.

Falando de opções e retoma da produção, uma condição se impõe: abdicar tudo o que for possível abdicar, para o estancamento da “hemorragia” das escassas divisas que temos, que devem assegurar seis meses de importações, invertendo a tendência do fluxo de recursos de fora para dentro, em contraposição ao que sempre assistimos, de dentro para fora, sendo que as poupanças que forem obtidas, devam ser direccionadas para a economia real (produção nacional), removendo toda a panóplia burocrática, um “artifício” de venda de dificuldades para obtenção de benefícios em detrimento da economia.

A política da “manta curta”, será a saída, não há como cobrir os pés e a cabeça - alguma parte do corpo terá que ficar de fora no próximo exercício económico. O (pouco) dinheiro que temos não chega para cobertura das necessidades desejáveis por todos nós, para tal, bastará contemplar nessa peça importante de gestão macro-económica em 2020 as rubricas de despesas que poderão ser realizadas, para que se evite a recorrente aprovação pelo Parlamento de Orçamentos “surrealistas”, com graus de execuções sofríveis, redundando em prejuízos reputacionais dos seus autores.

4.9 Aprovação na generalidade agendada para terça-feira

Jornal O País

15 De Novembro de 2019

A proposta de OGE 2020 vai ser discutida e aprovada, na generalidade, pelos deputados à Assembleia Nacional já na próxima terça-feira, de acordo com o calendário a que se teve acesso,

O OGE/2020 comporta receitas estimadas em kz 15.970.605.826 135,00 (quinze biliões, novecentos e setenta mil milhões, seiscentos e cinco milhões, oitocentos e vinte e seis mil e cento e trinta e cinco kwanzas) e despesas fixadas em igual montante para o mesmo período.

No quadro do processo de desconcentração financeira ao nível da Administração Local do Estado e do reforço da participação dos cidadãos, a proposta de OGE, na sua fundamentação, explica que o Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, pode proceder à criação de Fundos de Equilíbrio e de orçamentos participativos com vista a garantir a justa repartição da riqueza e do rendimento nacional e a participação dos cidadãos na gestão pública.

Uma das notas no documento, é que no exercício económico de 2020 não são permitidas novas admissões que se consubstanciem num aumento da massa salarial da função pública, incluindo a celebração de Contrato de Trabalho por tempo determinado, podendo apenas ocorrer em casos devidamente justificados e aprovados pelo Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, sob proposta do Departamento Ministerial que responde pelas Finanças Públicas e por solicitação dos sectores interessados.

Nas orientações do relatório de fundamentação está clarificado que as unidades orçamentais dos órgãos da Administração Central e Local do Estado devem submeter ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização preventiva, os contratos de qualquer natureza, de valor igual ou superior a kz 600.000.000,00' (seis centos milhões de kwanzas).

Quanto as receitas resultantes das cobranças de taxas e emolumentos do Tribunal de Contas, as mesmas devem reverter em 60% para o financiamento dos projectos de reforma do sistema judicial.

4.10 OGE 2020 dá mais força aos Programas

Jornal O País

15 De Novembro de 2019

Autor: Isaque Lourenço

As despesas por programa do Orçamento Geral de Estado (OGE) de 2020 têm nos 15,9 biliões de kwanzas previstos um sinal de reforço da capacidade de intervenção do Governo e de afectação de qualidade aos desafios económicos do país.

Comparativamente ao exercício de 2019, a proposta de 2020, a que o JE teve acesso, nas suas páginas 125 e 126, descreve a distribuição por cada programa.

A maior fatia do bolo, em 2020, fica com a rubrica "Acções Correntes" com kz 14,5 biliões (90,91 por cento), contra os 9,6 biliões de 2019, que representaram naquela altura 85,10 por cento do total orçamental.

O combate à pobreza, que em 2019 teve 651,7 milhões de kwanzas (0,01 por cento), recebe, agora, 87,4 mil milhões (0,55 por cento)

A proposta para o próximo ano económico, que está já no Parlamento, dá 157,01 mil milhões (0,98%) para o "Combate às grandes endemias pela abordagem das determinantes da Saúde" e 151,7 mil

milhões de kwanzas (0,95%) para a "Construção e reabilitação de infraestruturas rodoviárias". Estas são também, em termos de programas, as que ficam com as maiores verbas alocadas.

No comparativo, em termos de sectores, a "Expansão do acesso à energia eléctrica nas áreas urbanas, sedes de município e áreas rurais" com 261,7 mil milhões de kwanzas (2,31%) foi quem mais levou do bolo, em 2019. Com 0,79 por cento (kz 126,2 mil milhões) e 0,58 por cento (92,8 mil milhões), o OGE coloca também na linha de prioridades as acções nos domínios da "Expansão do acesso à energia eléctrica nas áreas urbanas, sedes de município e áreas rurais" e o da "Consolidação e optimização do sector eléctrico", respectivamente.

Contexto macroeconómico

As políticas propostas no OGE 2020 surgem como instrumentos para a consolidação da estabilidade macroeconómica e para o início da recuperação do crescimento económico, depois de vários anos de crescimento económico negativo.

Espera-se um crescimento do PIB na ordem de 1,8%, suportado pelo crescimento de 1,5 do sector petrolífero e de 1,9 do sector não petrolífero. Em particular, merecem destaque o sector produtivo (a agricultura e a dinamização da indústria nacional) e o reforço do apoio ao sector social (educação, saúde e combate à 'pobreza).

Apesar dos receios em torno dos riscos associados à volatilidade do preço do petróleo, previu-se que se reúnam condições efectivas para a retoma do crescimento económico em 2020 e nos anos seguintes.

Para 2020, as previsões indicam uma relativa redução do preço do petróleo, face ao que se tem verificado em 2019. As previsões apontam também para um melhor equilíbrio do mercado cambial e uma ligeira subida da taxa de inflação. As previsões indicam uma taxa de inflação anual de 24,3%, devido aos ajustamentos tarifários em curso. Entretanto, no médio prazo prevê-se uma diminuição paulatina da taxa de inflação.

O valor de receitas e despesas do OGE 2020 representa um aumento de 53,5% relativamente ao OGE Revisto de 2019.

As projecções fiscais apontam para a criação em 2020 de um saldo global superavitário de 1,2% do PIB e de um saldo primário igualmente superavitário de 7,1 do PIB.

A proposta de Orçamento Geral do Estado para 2020 comporta necessidades brutas de financiamento de kz 7879,0 mil milhões, 18,7% do PIB. Já necessidades líquidas estão avaliadas em kz 653,3 mil milhões, 1,6% do PIB.

4.11 Parlamento Deputados já têm data para discutir proposta do OGE 2020

Novo Jornal

15 De Novembro de 2019

Autor: Borralho Ndomba

Os deputados começam a discutir e aprovar na generalidade, na próxima terça-feira, 19, a proposta do Orçamento Geral do Estado para o ano económico 2020, cujo relatório parecer conjunto foi aprovado por unanimidade pelas Comissões de Trabalho Especializados, com 25 votos a favor.

A discussão do plano orçamental que estará em discussão na primeira Reunião Plenária Ordinária da terceira Sessão Legislativa da IV Legislatura da Assembleia Nacional, será transmitida em directo pelos principais órgãos de comunicação social, segundo uma fonte da «casa das leis».

A proposta está avaliada em 15 970,6 mil milhões de kwanzas, reflectindo um aumento de 53,5% relativamente ao OGE 2019 Revisto avaliado em 10 407,1 mil milhões de kwanzas.

O Executivo elaborou a Proposta de OGE tendo como pressupostos um preço médio do barril do petróleo bruto de 55 dólares, uma taxa de inflação de 25 por cento e um crescimento 'real do PIB de 1,8 por cento.

As projecções fiscais apontam para a criação em 2020 de um saldo global superavitário de 1,2% do PIB e de um saldo primário igualmente superavitário de 7,1% do PIB.

Entretanto, o grupo parlamentar da CASA-CE vai defender durante as discussões que o Governo priorize o pagamento das dívidas aos empresários nacionais para que se crie condições para mais postos. Em declarações ao Novo Jornal, o líder dos deputados da coligação, Alexandre Sebastião André, afirmou que a sua bancada vai defender durante as discussões que o Governo priorize o pagamento das dívidas aos empresários nacionais para que se crie condições para mais postos de trabalho para a juventude.

"Há tendência de despedimentos de jovens, as empresas fecham os postos de trabalho e com isso há um número elevado de angolanos que estava empregado vai ao desemprego porque há emi-nência de falência criada pelo próprio Estado. Por isso, é que entendemos que o Governo deve priorizar o pagamento das dívidas que tem para com as empresas", disse o deputado.

A deputada Albertina Ngolo, da bancada parlamentar da UNITA, considera que a proposta para o OGE 2020 denota alguma incerteza, não só para o Executivo, "mas também para os agentes económicos porque os indicadores macroeconómicos, sobretudo no que tange a inflação, são desanimadores".

A proposta do OGE para próximo segundo deputado do MPLA, Manuel da Cruz Neto, permite apenas fazer sobreviver o Estado e não é um orçamento para o desenvolvimento. "Como deputados, o que temos que fazer é trabalhar no sentido de encontrarmos a melhor solução para a sobrevivência da nação, enquanto não se criam condições para que o país possa finalmente descolar, que é o desejo de todos nós", apelou o deputado citado no site do Parlamento.

4.12 Proposta de OGE recebe contribuições de parceiros

Jornal de Angola

21 de Novembro de 2019

Autor: Adelina Inácio

Os deputados iniciam, hoje, a discussão na especialidade da Proposta de Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, com a auscultação das propostas dos parceiros sociais, com vista à melhoria do diploma.

De acordo com a proposta, o sector social abarca 40,7 por cento das despesas fiscais da Proposta de OGE para o próximo ano.

O governador do Banco Nacional de Angola (BNA) defendeu que se continue a apoiar o sector produtivo. José de Lima Massano, que falava terça-feira no Parlamento, garantiu que o BNA vai continuar a engajar recursos para assegurar a cesta básica. "É um trabalho que temos estado a fazer envolvendo os bancos comerciais e a classe empresarial", disse. O Executivo prevê uma inflação de 24 por cento, no próximo ano. José de Lima Massano reconheceu que é ainda um nível elevado, mas afirmou que a mesma decorre da necessidade de se prosseguir com as reformas.

O governador do Banco Central lembrou que os dados publicados recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística revelam que o país terminou o mês de Outubro com uma inflação de 16 por cento e sobe para 17 em Dezembro.

O custo restritivo da política monetária, disse, vai permitir consolidar a flexibilização que se está a conduzir a nível do mercado cambial, eliminando, por isso, as distorções que ainda existem e que têm condicionado a promoção do investimento privado. José de Lima Massano disse que a expectativa é que, com este processo, o Executivo tenha condição de atrair mais capital para o país e engajar mais o sector privado. "Quanto mais importamos maior a nossa dependência do sector petrolífero", sublinhou. O governador do BNA afirmou que, em 2017, o país vinha perdendo reservas na ordem dos 600 milhões de dólares por mês. Neste momento, disse, as perdas são de cerca de 140 milhões de dólares. "Neste momento, a nossa conta corrente é já superavitária. Significa que os compromissos com importações de mercadoria e com serviços são cobertos com receitas disponíveis sem necessidade de se recorrer a um excessivo endividamento", disse.

4.13 OGE 2020 segue à especialidade para melhor forma e conteúdos

Jornal Economia e Finanças

22 De Novembro De 2019

Deputados admitem estar perante uma proposta do Executivo que se baseia na realidade económica.

O ministro de Estado da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, apresentou, esta semana, a mensagem do Titular do Poder Executivo sobre as perspectivas macroeconómicas, enquanto a ministra das Finanças, Vera Daves, apresentou aos deputados à Assembleia Nacional a Proposta do OGE 2020, que pretende retomar o crescimento económico.

A ministra Vera Daves indicou que a Proposta de OGE para o próximo ano responde à necessidade de prosseguir o equilíbrio das Finanças Públicas, mediante a optimização das despesas públicas e de potenciação dos recursos fiscais.

Para assegurar a estabilidade macroeconómica na actual conjuntura, o Executivo elaborou a Proposta de OGE do próximo ano tendo como pressupostos um preço médio do barril de petróleo bruto de 55 dólares, uma taxa de inflação de 25 por cento e um crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,8 por cento.

Em termos de distribuição por sectores, o social vai absorver 40,7 por cento da despesa fiscal, cerca de 27,6 por cento a mais do que o ano transacto.

Neste sector destaca-se a protecção ambiental, habitação e serviços comunitários e saúde, com um crescimento orçamental em 182,1, 51,2 e 35,6 por cento, respectivamente.

A Protecção Social, por sua vez, manteve-se quase inalterada, com um crescimento de cerca de 1,2.

O sector económico vai absorver 11, o por cento da despesa fiscal, que corresponde a uma contracção de 28,8 (kz 278,5 mil milhões) comparativamente à dotação orçamental atribuída no OGE.

Este comportamento deve-se, em ande medida, à decisão de uma menor intervenção do Executivo na economia nacional, suportada pelo processo de privatização e fomento da indústria privada.

O da Defesa, Segurança e Ordem Interna regista um crescimento de 11,1 por cento e representa cerca de 19,3 da despesa fiscal, motivada pelo aumento da dotação à Segurança e Ordem Pública de 48,3 por cento.

Os Serviços Gerais representam 19,0 por cento da despesa fiscal, comportamento motivado pelo incremento de 65,1 por cento relativamente ao exercício anterior.

Este comportamento é suportado pelo aumento da dotação orçamental atribuída aos Serviços Gerais (463,6 por cento) e aos órgãos Executivos (78,6 por cento). As necessidades básicas de financiamento para o OGE 2020 estão estimadas em cerca de kz 7.879 mil milhões, 18,8 por cento do PIB.

As necessidades líquidas estão avaliadas em kz 653,3 mil milhões. Este montante será obtido pela captação de financiamento, no mercado interno e externo. As projecções fiscais apontam para a criação, em 2020, de um saldo global superavitário de 1,2 por cento do PIB e de um saldo primário igualmente superavitário.

4.14 Parceiros sociais pedem reforço das verbas no OGE

Jornal de Angola

22 de Novembro de 2019

Autor: Adelina Inácio

Os deputados discutiram, ontem, a Proposta de Orçamento Geral do Estado para 2020 com os parceiros sociais, que solicitaram ao Executivo o

aumento das verbas destinadas a sectores como o da Saúde, Educação e Turismo.

Alexandra Simeão, representante da associação cívica Handeka, disse estar preocupada com o facto de a educação pré-escolar não beneficiar das verbas do OGE para o próximo ano. “Há uma situação que poderá comprometer Angola. Em 2015, o país assinou os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável e dentro destes objectivos, até 2030, temos que ter crianças com idades de cinco anos a fazer o pré-escolar. Em 2017, só tínhamos 11 por cento de crianças”, lamentou.

Alexandra Simeão, que já foi vice-ministra da Educação no quadro do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), pelo extinto Partido Liberal Democrático (PLD), entende que com a quantia de 527 milhões de kwanzas, atribuído no OGE, Angola pode não conseguir cumprir com a cifra dos 100 por cento de crianças no ensino pré-escolar, como está recomendado.

O pré-escolar, sublinhou, é vital, numa altura em que o sistema educativo enferma de vários problemas. A representante da Handeka disse que está igualmente preocupada com o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, que garantiu a massificação do registo e do Bilhete de Identidade. “Nas verbas atribuídas ao sector da Justiça não consta a informatização do registo civil, nem sequer aparece como rubrica no OGE”, notou Alexandra Simeão, adiantando que no Orçamento Geral do Estado para o próximo ano constam apenas a informatização do registo criminal, a massificação do registo e da atribuição do Bilhete. “Mas não aparece a informatização do Registo Civil”, reafirmou.

Pendentes com enfermeiros Jerónimo Silvestre, da Associação dos Enfermeiros de Luanda, defende que as associações devem participar na elaboração do OGE. Jerónimo Silvestre disse que o Executivo tem “valores pendentes” com os membros da classe dos enfermeiros.

“Existe uma dívida, desde 2010, resultante da transição das categorias de uma carreira para a outra e no pagamento destas categorias existiram dívidas que até ao momento não foram pagas, alegando-se falta de verbas”, lamentou Jerónimo Silvestre.

O líder associativo disse que a classe de enfermeiros não concorda com a carreira, índices salariais e as categorias atribuídas à classe. “A classe já apresentou as reivindicações, o Ministério da Saúde está a analisar até agora com os parceiros e, até ao momento, não chegaram a nenhuma conclusão”, queixou-se.

A presidente da Liga Angolana contra o Cancro, Lusineira de Carvalho, defende a elaboração de uma lei e programas que protejam o doente oncológico. “O número de sobreviventes tem baixado cada vez mais e o sector faz pouco para aquelas pessoas sobreviventes”, afirmou.

Lusineira de Carvalho lamentou o facto de haver no país um único instituto para tratar o cancro. Como se não bastasse, acrescentou, existe apenas um médico oncopediatra que está no Instituto Angolano de Controlo do Cancro.

Preocupação no Turismo

O representante da Associação dos Hotéis e Resortes de Angola, Ramiro Barreira, disse que os hoteleiros estão preocupados com o sector do Turismo no país. Afirmou que o sector de Hotelaria e Turismo continua a ser um ente pobre no desenvolvimento da economia do país.

Segundo Ramiro Barreira, Angola, pelas suas características, tem condições propícias para o desenvolvimento da economia, se for buscar receitas no sector do Turismo.

Barreira defende que o Executivo preste uma atenção especial ao sector do Turismo. “As pessoas devem compreender a importância do desenvolvimento do Turismo. Este sector deve ser o que mais rapidamente pode criar empregos directos e indirectos no sector não petrolífero”, afirmou.

O presidente da AIA, José Severino, defendeu a redução do Imposto Industrial em 20 por cento. “Estamos a pedir que a taxa do Imposto Industrial desça de 30 para 20 por cento”, disse, lembrando que as empresas já estão a pagar o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

José Severino defendeu, ainda, a protecção da pesca artesanal e sugere que ela seja enquadrada nos contribuintes fiscais. O líder da AIA afirmou que há mais de 100 mil pequenas embarcações que não estão entre os contribuintes fiscais.

Regozijou-se com o facto de a distribuição das verbas no OGE para 2020 por províncias estar mais equilibrada.

4.15 Credibilidade do Orçamento

Novo Jornal

22 De Novembro de 2019

Quantos cidadãos, neste país, podem hoje dizer que o Executivo cumpre ou não as suas metas de receitas e

despesas durante o ano fiscal? Os gastos reais desviam-se do orçamento aprovado? Ou seja, o valor dos gastos do ano corrente tendem a ser menores ou maiores em relação ao que foi proposto e também em relação ao que foi aprovado? Que rubricas do orçamento tendem a ter gastos em excesso ou gasto em defeito?

Sendo a credibilidade do orçamento importante, penso que, depois de aprovado o OGE, este deveria servir de guia orientador dos gastos destinados à prestação eficaz de serviços públicos e do progresso no desenvolvimento sustentável. Se o orçamento sair do rumo, levanta preocupações sobre o motivo de isso acontecer e quais serão as consequências.

Desvios repetidos tendem a diminuir a confiança no Executivo e provocam cepticismo quanto à seriedade dos compromissos de desenvolvimento assumidos pelo Governo.

O nível das administrações municipais é visível o facto de que aqueles que governam geralmente enfrentam sérios obstáculos para manter seus planos durante a execução do orçamento. Em relatórios recentes publicados por organizações da sociedade civil, que se dedicam à monitoria social em 35 municípios, abrangendo várias comunas e aldeias, notamos que os orçamentos locais tinham, em algumas rubricas, taxas de execução muito baixas em relação ao projectado; e o problema é pior nos municípios mais desfavorecidos, onde as taxas de execução das despesas orçamentadas não superam, em média, 14% dos gastos previstos nos planos municipais.

Os dados de execução, desagregados por rubricas, põem em evidência os desvios do orçamento municipal e geralmente desmentem os argumentos segundo os quais os municípios gerem ao nível local cada vez mais dinheiro de ano para ano. A subutilização é muito mais severa para gastos de capital do que para gastos correntes; as despesas de capital são mais facilmente reduzidas, atrasadas ou canceladas, comparativamente aos gastos com itens como salários e outros custos correntes. Isso significa que o progresso em áreas importantes direccionadas ao desenvolvimento social e económico, como a agricultura (especialmente investimentos na agricultura familiar), melhorias na infra-estrutura (incluindo construção de escolas e hospitais) e a protecção ambiental ficam condicionados à disponibilização das verbas, mesmo que constem das prioridades dos municípios e estejam inscritos nos seus orçamentos ou propostas orçamentais.

Somos conscientes de que as mudanças nas despesas são inevitáveis, dado o contexto que o país atravessa, mas o Executivo, ao nível central e as administrações municipais, precisam de fazer um trabalho melhor, prestando esclarecimentos adequados em relação aos desvios nos orçamentos através da publicação regular de relatórios de execução do orçamento e também sobre os impactos provocados por estes desvios sobre sectores específicos e prioritários, tais como: agricultura, educação, saúde, etc.

4.16 Função pública vai receber 33% das despesas correntes do OGE Como salário

Nojo Jornal

22 De Novembro de 2019

Autor: Maurício Vieira Dias

Angola prevê gastar, em 2020, 2,2 biliões de kwanzas com salários dos trabalhadores da função pública, o equivalente a 4,8 mil milhões de dólares à taxa de câmbio médio actual do Banco Nacional de Angola (BNA), segundo o relatório de fundamentação da proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano.

Os 2,2 biliões de kwanzas que o Governo vai disponibilizar para pagar o ordenado dos funcionários públicos representam 33,2% dos 6,6 biliões de kwanzas de despesas correntes projectadas no OGE 2020.

O montante, de acordo com a proposta orçamental, corresponde a 14% dos 15,9 biliões de kwanzas das despesas totais que o Governo planificou para 2020, aferiu o Novo Jornal na proposta de OGE aprovada na generalidade, na terça-feira, 19, pelos deputados à Assembleia Nacional.

O documento aponta, também, que, no próximo ano, haverá um crescimento de 23,7% das despesas com os vencimentos dos trabalhadores face ao OGE revisto 2019, uma vez que no orçamento em execução o custo com salários ficou estimado em aproximadamente 1,8 biliões de kwanzas, contra os 2,2 biliões previstos para o ano que se avizinha.

O professor da Universidade Católica de Angola e Investigador do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC), Francisco Paulo, entende que as despesas com os salários na função pública são altos, porém, alerta que o grosso de trabalhadores do Estado recebe ordenado muito baixo. Por isso, o especialista pensa que a análise da massa salarial não deve ser feita em conjunto.

"Há pessoas na função pública que trabalham muito mas recebem ordenados muito baixos. Há também aqueles com produtividade zero mas que recebem salários altos", atestou Francisco Paulo. O economista é defensor da redução dos salários do pessoal do top da hierarquia na função pública, argumentando que há indivíduos nessas posições, mas que não produzem.

A proposta de OGE para o próximo ano foi aprovada na generalidade com 119 votos a favor (todos do MPLA), 46 contra (UNITA e parte do grupo parlamentar da CASA-CE) e nove abstenções (todas da coligação). A proposta, que contempla despesas de 15,9 biliões de kwanzas e receitas no mesmo valor, começou a ser discutida, terça-feira, 19, na especialidade.

De acordo com a proposta de lei do Orçamento, em discussão na Assembleia Nacional, no exercício económico de 2020, "não são permitidas novas admissões que se consubstanciam num aumento da massa salarial da função pública".

«Embargo» nas admissões

Tal como esse semanário avançou na sua edição 609, as admissões na função pública vão ser suspensas no próximo ano, sempre que se provocar aumento da massa salarial, incluindo a celebração de contrato de trabalho por tempo determinado. Contudo, o OGE 2020 prevê que no caso de vir ocorrer novas contratações, elas devem acontecer em casos devidamente justificados e aprovados pelo Presidente da República, sob proposta do departamento ministerial que responde pelas finanças públicas e por solicitação dos sectores interessados.

A excepção à regra será o preenchimento de vagas decorrentes de situações, detalhadamente, de reforma, de abandono, de demissão, de transferência, de morte ou de outras circunstâncias previstas em 'diploma próprio, desde que devidamente autorizada pelo titular do Poder Executivo, indica o aGE.

O documento esclarece que este procedimento deverá acontecer "mediante proposta do departamento ministerial que responde pelas finanças públicas, após solicitação do respectivo sector, devendo aquele departamento ministerial avaliar se a respectiva vaga não pode ser preenchida com recurso à mobilidade interna ao nível da administração pública".

Não é a primeira vez que o Governo elabora um OGE que restringe a admissões de trabalhadores na função pública, pois, nos OGE de 2016, 2017 e 2018

também havia limitações nas admissões de funcionários, observou o NJ.

4.17 OGE 2020 Dinheiro para as autarquias depende de «decisão política»

Novo Jornal

22 De Novembro de 2019

Autor: Borralho Ndomba

A disponibilização da verba para a realização das primeiras eleições autárquicas no país, marcadas para 2020, depende da "decisão política" da Assembleia Nacional, que ainda não aprovou as seis propostas de leis do Pacote Legislativo Autárquico.

A explicação foi dada esta semana, em Luanda, aos deputados pela ministra das Finanças, Vera Daves, durante a primeira reunião plenária da 3.^a Sessão Legislativa da IV Legislatura.

Sem avançar o montante para a implementação do poder local no país, a ministra das Finanças garantiu que há recursos em reserva orçamental prontos para serem mobilizados. No entanto, avançou Vera Daves, o dinheiro será disponibilizado caso o poder político avance com a implementação das autarquias.

"Os recursos serão mobilizados tão logo haja decisão política por parte da Assembleia Nacional, e penso que o mote tem de ser lançado a partir daqui, sobre em que momento avançar e como avançar", referiu.

Os diplomas sobre a implementação do poder local continua nas comissões de trabalhos especializados da «casa das leis» e desconhece-se até ao momento a data para o início dos debates na especialidade.

O silêncio por parte da direcção do Parlamento leva os partidos da oposição e alguma franja da sociedade civil a acreditarem que a institucionalização das autarquias pode ser adiada.

Um outro factor que deixa dúvidas sobre a autarquização dos municípios é o desconhecimento do valor global para o financiamento das autarquias e as suas eleições.

Durante as primeiras discussões sobre o OGE 2020, Mihaela weba disse que, na proposta orçamental do ano em que serão realizadas as eleições autárquicas, o Executivo previu apenas despesas para os poderes Legislativo, Executivo e Judicial.

A deputada pela bancada parlamentar da UNITA mostrou a sua insatisfação pelo facto de aquela proposta, aprovada na generalidade com 119 votos a favor e 46 contra, omitir os 80 mil milhões de kwanzas aprovados pelo plenário da Comissão Nacional Eleitoral (CNE) em Agosto deste ano.

"Vai ou não haver a institucionalização das autarquias locais e as primeiras eleições autárquicas em 2020, tal como Angola decidiu em 2018? Se não, porquê? Se vai haver mesmo, onde está inscrito o orçamento eleitoral para as eleições autárquicas aprovadas pelo plenário da comissão Nacional Eleitoral em Agosto de 2019, no valor global de 80 mil milhões de kwanzas?", questionou a deputada.

A parlamentar afirma ser necessário que o Governo "reconheça a dimensão política e jurídica do princípio da autonomia local e que respeite os angolanos".

"Não queremos mais que alguém que se julgue iluminado nos venha dizer que está a criar condições ou as bases para a implementação das autarquias em Angola e que está a fazer primeiro a infra-estruturação dos municípios. Queremos autarquias locais em todos os 164 municípios em simultâneo", defendeu a também jurista.

4.18 OGE assume subida dos combustíveis e desvalorização do kwanza

Jornal Expansão

22 De Novembro de 2019

Um dos pressupostos do OGE 2020 é o aumento da inflação para 25%, nesta altura o acumulado dos últimos 12 meses é de 17,75%, justificado pelo ministro de Estado Manuel Nunes Júnior com a combinação de dois factores o fim do programa de preços subsidiados e a estabilização cambial que significa, na prática, aumento do preço dos combustíveis e impacto da desvalorização do kwanza. Dois pressupostos que também constam do acordo com o FMI e que vão concretizar-se logo nos primeiros meses do próximo ano.

A proposta de OGE aponta para um preço médio do barril de petróleo para o próximo ano de 55 USD, abaixo das previsões internacionais (estimadas entre os 62 e os 65 USD), e uma produção de 1,43 milhões de barris diários (mbd), acima da média deste ano, 1,39 mbd. Uma projecção cautelosa para o preço, mas optimista para as quantidades.

Este é também o orçamento da retoma económica, depois de quatro anos de recessão (a contar com este ano), prevendo um crescimento de 1,8% do PIB, suportado pelo crescimento do sector petrolífero (+ 1,5%) e do sector não petrolífero (+ 1,9%). Recorde-se que OGE 2019 revisto previa um crescimento de 0,4%, mas o Governo assume agora que deverá ter um decréscimo de 1,1%.

Os números globais do OGE apontam para receitas e despesas na ordem dos 15,971 biliões Kz, um acréscimo de 53% face ao OGE 2019 Revisto. Em termos reais, tendo em linha de conta a inflação (deve fechar o ano com um valor de 19%) e a desvalorização do kwanza (previsão de 35% no final de Dezembro), não terá praticamente aumento. Esta análise justifica-se porque grande parte da execução da despesa tem como referência o dólar ou o euro.

Do lado da receita, o OGE está dependente dos financiamentos, 46,0%, sendo que 2,481 biliões virão de financiamentos internos, fundamentalmente títulos de dívida pública, e 4,867 biliões do exterior, dinheiro a ser negociado junto das instituições internacionais (sob a forma de empréstimos, Eurobonds ou linhas de financiamento). As receitas correntes valem apenas 54% do montante total, um pouco mais de 8,610 biliões Kz, com o Imposto sobre o Rendimento das Indústrias Petrolíferas a contribuir com 1,906 biliões.

Do valor global que o País vai "gastar" em 2020, 61% será no serviço da dívida, aproximadamente 9,699 biliões Kz. A este propósito recordar as palavras da secretária de Estado do Orçamento e Investimento Público, Aia Eza da Silva, que garantiu que para o próximo ano a fatia para pagar o serviço da dívida deve ser cerca de metade, 30%, tendo como base o trabalho de transformar a dívida de curto e médio prazo, em dívida de longo prazo.

Segue-se depois os Serviços Públicos Gerais com um valor estimado de 1,816 biliões Kz, 11,4% do total, o Sector Social (Educação e Ensino Superior mais Saúde) com uma despesa prevista 1,726 biliões Kz, 10,8 %, a Defesa, Segurança e Ordem Pública com 1,212 biliões, 7,6% do total, e o Sector Económico com 846 mil milhões, 5,3% do total. Dívida e estes cinco sectores valem 96,1% do total das despesas do OGE 2020.

Se olharmos pela natureza económica dos gastos, dizer que as Despesas Correntes voltam a ter um valor elevado, 41,6%.

4.19 Rendimentos mais baixos ficam isentos de impostos

Jornal de Angola

28 De Novembro de 2019

Autor: João Dias

A Comissão Económica do Conselho de Ministros apreciou, ontem, a Proposta de Lei que altera o Código do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho, que pretende a reformulação da tabela de taxas aplicáveis aos rendimentos dos contribuintes por conta de outrem.

A alteração vai permitir a desoneração dos rendimentos mais baixos, a conservação da carga fiscal dos rendimentos dos escalões intermédios e a inclusão de progressividade sobre os rendimentos mais elevados.

Reunido na 11ª sessão ordinária, sob orientação do Presidente João Lourenço, a Comissão Económica apreciou, também, a Proposta de Lei que altera o Código do Imposto Industrial, com o objectivo de eliminar o sistema de tributação cedular sobre o rendimento.

Segundo o comunicado final, o objectivo é propiciar a introdução de um modelo de tributação mais integrado e simplificado, para a concretização de importantes princípios da tributação, como o da universalidade da tributação e o da capacidade contributiva, bem como assegurar o alargamento da base tributária, maior coerência e harmonização do sistema tributário.

Outro diploma analisado foi a Proposta de Lei do Código do Imposto Predial, que visa dotar o sistema tributário de mecanismos adequados à realidade económica e social. Pretende-se, com a iniciativa, garantir e proporcionar maior eficiência na gestão do modelo de tributação do património imobiliário em todas as vertentes, mediante a criação de ferramentas tecnológicas capazes de dar respostas satisfatórias aos desígnios de desmaterialização dos processos de cadastro e inscrição de imóveis e de outros processos essenciais à boa gestão do imposto sobre o património imobiliário.

A Proposta de Lei que aprova o Imposto sobre os Veículos Motorizados foi, também, apreciada na sessão. O diploma tem, como objectivo, actualizar o regime jurídico da taxa de circulação, conferindo-lhe dignidade de imposto e garantir maior eficácia e eficiência na arrecadação de receitas públicas neste domínio.

A Comissão Económica apreciou um conjunto de propostas e de projectos de diplomas legais, cujo objectivo é potenciar a receita fiscal não petrolífera, nomeadamente a proposta de Lei que altera o Código Geral Tributário, que visa a adopção de medidas tendentes à simplificação de procedimentos, garantir uma maior eficiência por parte da Administração Tributária, bem como facilitar o acesso dos contribuintes às suas pretensões face à administração.

De acordo com o comunicado final, tudo isso vai permitir que, entre outros aspectos, a revisão dos prazos do procedimento tributário, tanto para os contribuintes como para a Administração Tributária, contemple a redução da multa aplicada em processo de transgressão fiscal e a eliminação de algumas disposições de natureza penal.

Plano dos Transportes

O país poderá contar, em breve, com um Plano Director Nacional do Sector dos Transportes para identificar as prioridades relativas ao desenvolvimento e gestão de infra-estruturas e serviços de transportes e as alterações legais e regulatórias necessárias para a sua implementação.

Para o efeito, a Comissão Económica apreciou, ontem, o Plano Director Nacional do Sector dos Transportes, documento que identifica, entre outros aspectos, as prioridades relativas ao desenvolvimento e gestão de infra-estruturas e serviços de transportes e apresenta propostas para o desenvolvimento institucional e capacitação neste sector.

A Comissão Económica recomendou melhorias ao documento, que deverá ser apreciado pelo Conselho de Ministros em Janeiro de 2020.

Taxa de câmbio

A taxa de câmbio volta a ser livremente determinada pelo mercado para promover o equilíbrio, acesso mais célere ao mercado cambial formal e a protecção das reservas internacionais líquidas. Para tal, a Comissão Económica aprovou um memorando sobre os resultados do recente ajustamento ao mercado cambial, no qual estão descritas as medidas adoptadas em Outubro, no domínio cambial, que se resumem na implementação da segunda fase do processo de flexibilização da taxa de câmbio.

Ainda sobre a situação cambial, foi aprovado um memorando que avalia o impacto fiscal da desvalorização da moeda nacional sobre a taxa de inflação e as taxas de juro, sobre o OGE 2020 e sobre a dívida, entre outros efeitos, e propõe medidas de curto prazo para mitigá-los.

No âmbito da implementação do Acordo intergovernamental celebrado entre os Estados Unidos e Angola, com vista à implementação do FATCA, regime norte-americano que tem como principal finalidade prevenir a evasão fiscal de cidadãos ou residentes fiscais norte-americanos relativamente a património financeiro detido em instituições financeiras fora dos EUA, a Comissão Económica aprovou o Regulamento Complementar do Regime de Reporte Fiscal de Informações Financeiras.

Balança de pagamentos

A Comissão Económica aprovou o Relatório de Balanço de Execução Trimestral do Orçamento Geral do Estado referente ao III Trimestre de 2019, que apresenta dados e registos sobre a execução do OGE 2019, reflectidos no balanço orçamental, financeiro e patrimonial e na demonstração das variações patrimoniais.

Aprovou, igualmente, os balanços de execução do Plano de Caixa do Tesouro e da Programação Financeira do Tesouro referentes ao mês de Setembro e ao III Trimestre de 2019, respectivamente. Estes documentos apresentam os principais pressupostos para a sua execução, nomeadamente o valor das exportações de petróleo, os preços médios por barril e as taxas de câmbio médias que vigoraram. A Comissão Económica aprovou, ainda, o Relatório de Balanço de Execução do Plano Anual de Endividamento referente ao I Semestre de 2019, que evidencia os fluxos financeiros das emissões, do serviço e do stock da dívida pública interna e externa.

4.20 “Não temos condição de pagar a dívida à China nos prazos acordados”

Jornal Expansão
29 De Novembro de 2019

Então o trabalho, para criar as condições, é agora do Governo?

E um caminho feito lado a lado. Sinto que o Governo está a fazer o seu papel, nomeadamente melhorando as condições da sala de comércio do Tribunal de Luanda. Agora não pode ser a banca a ir à frente do Estado. O meu rating depende do rating do País e é o Estado que tem de estar na dianteira. Temos de criar em Angola um círculo virtuoso da economia. Quando o dinheiro não circula não há consumo, não há investimento. Preciso que o dinheiro circule para pagar os salários

dos nossos trabalhadores e para pagar as dívidas aos fornecedores.

A vossa carteira de crédito é 60% Estado, 40% economia real. Penso que não é muito diferente nos outros bancos. O que lhe pergunto é como é que se pode falar em diversificação da economia quando a banca comercial está maioritariamente a "subsidiar" o Estado em vez da iniciativa privada?

Aqui, provavelmente vou pôr o dedo na ferida. Somos todos responsáveis por esta situação. A seguir à paz vieram as eleições, altura em que sempre existem maiores gastos, depois o boom do petróleo, e todos vivemos acima das nossas possibilidades, por via dos subsídios aos combustíveis, por via de uma taxa de câmbio fictícia, por via de uma promoção excessiva ao consumo. O excesso fantasiou-nos. Passámos a comprar nas melhores lojas da Europa e foram feitas inúmeras extravagâncias. É como as crianças lá em casa, se as deixarmos fazer tudo o que querem, elas consomem tudo.

Mas se deixarmos as crianças comer os doces todos, elas apanham diabetes ...

Esse é o problema. Nós não tínhamos referências. Com dinheiro na mão, vivíamos apenas para o imediatismo, para o hoje, quando devíamos ter pensado no amanhã. Todos retiraram benefícios, cada um à sua maneira, e não podemos acusar apenas os políticos. No final, o País endividou-se muito para além daquilo que era possível, e o grande problema hoje é a dívida pública.

Pois ... e agora como é que se resolve?

Isto vai parar, acredito eu. Tem havido um esforço conjunto entre a banca e o Estado, e o sector privado vai arrancar. Hoje há um menor apetite e também acredito que o Estado não se pode endividar muito mais.

Mas ainda agora fez-se uma nova emissão de eurobonds, anunciou-se uma linha de crédito da Rússia de 10 mil milhões de dólares ...

Não vejo mal desde que exista qualidade da despesa, que os investimentos sejam reprodutivos.

Não podemos cometer os mesmos erros de 2008. O problema é como aplicamos esse dinheiro. O sector da banca tem um agente regulador. Não acha que devia haver um agente regulador para acompanhar os investimentos do Estado e essa utilização das linhas de financiamento?

Penso que esse trabalho é feito ao nível da Assembleia Nacional, onde os deputados controlam esses custos. Agora pode pensar-se numa entidade independente, meramente técnica, o que aliás vai acontecer em Cabo Verde, com a criação do Conselho de Finanças Públicas. Pode ser um caminho. Quando olhamos para esses fenómenos acha que aconteceram apenas por incapacidade de gestão, por deslumbamento, ou apenas por uma questão de querer enriquecer o mais rápido possível?

Não acredito que tenha sido isso. A seguir à paz tivemos as eleições, fomos buscar muitos recursos à China e não tínhamos experiência. Não nos podemos esquecer que olhávamos para o porto de Luanda e havia 90 navios à espera de entrar para descarregar, das inúmeras construções que foram feitas nas principais cidades, Luanda foi a segunda cidade do mundo com maior número de gruas, logo a seguir ao Dubai. Foi feito muito investimento. Pode é discutir-se se foi com custos superiores aos do mercado. Faltou fiscalização. Mas a culpa é de todos nós, muitos víamos o que estava a acontecer e não dizíamos nada. Todos deveríamos ter sido mais exigentes.

E o resultado está à vista. Claramente que a inflação e a desvalorização da moeda que sentimos hoje é resultado do que fizemos no passado. Mas agora temos de olhar para a frente. Digo sempre à minha equipa que Angola é um País potencialmente rico, mas a grande questão é como vamos transformar esse potencial em efectivo. Estamos no meio do olho da tempestade perfeita: alto endividamento, reservas líquidas internacionais baixíssimas, inflação muito alta, famílias a perderem os empregos, empresas a fechar - e agora temos de nos concentrar no que vamos fazer a seguir. Que passos devem ser dados.

O que é que vamos fazer com a dívida, por exemplo?

Se olharmos para a estrutura da dívida, 50% é denominada em moeda estrangeira e 50% em moeda nacional. Da dívida em moeda estrangeira, 3/4 é com a China. Temos de ter uma conversa muito longa com os nossos parceiros chineses. Não temos qualquer condição de a pagar como está agora, dentro dos prazos (20/25 anos). Só dependemos do petróleo, os preços estão baixos, a produção não está a aumentar e o petróleo está a ser substituído por outras formas de energia. Temos de pedir aos chineses que nos provejam que, na verdade, fazem planos a 99 anos. Não estou a pedir perdão da dívida, mas prazos que nos permitam libertar liquidez para reinvestir no País.

Olhando para a desvalorização do Kwanza, até onde é que acha que ela poderá ir?

A desvalorização vai manter-se enquanto o consumidor angola- no meter pedidos de compra de moeda estrangeira nos bancos. Enquanto os consumidores, os empresários privilegiarem a compra de-bens e serviços lá fora. Vai continuar a desvalorizar, embora pense que está próximo do equilíbrio. Também não há moeda, não há emprego para continuar a desvalorizar.

Em termos de valores, pode chegar até onde? Daqui a seis meses quando valerá o dólar? Se o dólar chegar acima dos 550 Kz vão colocar-se outros problemas. Penso que este valor será o limite para a desvalorização nos próximos seis meses. Mais 10% de queda parece-me razoável. Isto é a minha opinião sem consultar a minha equipa, de previsões que tem acertado na "mouche" (risos).

Outro dos desafios da banca é o processo de reavaliação de activos. Como está a decorrer? Tem de ser feito. É fundamental para rectificar os valores que os bancos têm nos seus livros. Não nos podemos esquecer que em anos passados, o m2 na baixa de Luanda chegou a custar 12.000 dólares. Hoje é completamente diferente, os activos têm outros valores. O imobiliário e os terrenos têm um valor definido pelas projecções futuras, e nós sabemos que estas apontam para dois anos de contracção e depois crescimentos suaves. Houve uma quebra enorme na procura, no valor das rendas, estes valem muito menos

Terá implicações nos bancos?

Claro que sim. Os bancos vão ter de ajustar os seus fundos próprios, possivelmente exigir aos accionistas que entrem com mais dinheiro. Deixe-me dizer que o BNA já terminou este trabalho e os bancos já sabem destas avaliações. Têm sido chamados de forma individual para lhes ser comunicado o relatório da avaliação de activos.

Esta reavaliação não devia ter sido para todos os bancos e não apenas para 13?

Primeiro, deixe-me dizer-lhe que este trabalho é fundamental para que se evitem situações que levem bancos a "cair", porque depois, se acontecer, quem vai pagar são os contribuintes, uma vez que os accionistas não têm capacidade. Ainda recentemente li um livro onde se explicava que, quando há uma crise bancária, a dívida do País cresce 85% em três anos. Veja-se que, no caso angolano, se tal acontece, a dívida podia chegar até

aos 135% do PIB. Sobre a pergunta que me faz, é preciso esclarecer que os 13 bancos escolhidos representam 90% dos activos que existem no sistema bancário.

Mais ainda falta a outra metade, que, pelo que diz, juntos valem só 10% dos activos.

Essa é outra questão. Será que não existem bancos a mais? A minha opinião é que sim. O AQA e as normas de compliance vão ajudar a ajustar esta situação. Por exemplo, bancos que só trabalham o mercado cambial vão ter de alterar a sua fórmula. Vem aí o GAFFI fazer a avaliação, e o que eu acho que vai acontecer, é a minha opinião, é que os bancos que cumprem escrupulosamente com as regras vão poder fazer operações com moeda estrangeiras, e os outros não! Haverá bancos certificados e outros que não vão poder trabalhar com divisas.

Quando falamos de regras do GAFFI temos de falar dos PEP' s. Os bancos angolanos têm muitos nas suas estruturas accionistas.

Vão ter de vender as suas participações. A lei foi aprovada e, na minha opinião, servirá também para depurar um sistema financeiro que todos queremos que seja mais virtuoso, transparente e eficaz. Mas a questão também deve pôr-se do ponto de vista do modelo de governação de cada instituição financeira, de forma que não permita que um ou mais PEP's tenham influência no processo de decisão. É isso que estamos a fazer no BAI. Fazemos tudo para que não exista qualquer tipo de interferência

Mas já aconteceu?

Não posso negar, aconteceu. Mas já corrigimos. Hoje mais do que dizer "sai" , temos de explicar porque é que o devem fazer. E as pessoas quando entendem, quando percebem que é para um bem maior, a nação, recuam.

Parece que há unanimidade quando ao excesso de bancos no mercado. Pensa que a reorganização do sector se fará por fusões, vendas ou falências? Os activos de toda a banca rondam os 50 mil milhões USD, os requisitos de compliance e as regras internas são tão exigentes, que não acredito que bancos sem alguma dimensão possam cumprir sem originar situações fracturantes. Penso que o mais utilizado será as fusões. Sabe-se que foi acordado com o FMI que, depois de concluído o AQA, haverá um prazo para cada instituição se organizar face aos resultados da avaliação, sendo que o BNA, penso que até Junho, deverá manifestar-se sobre cada instituição. Será

normal que um ou outro banco possam mesmo estar sujeitos a processos de falência.

A privatização da participação do Estado no BAI pode alterar a estratégia do banco?

Primeiro há que corrigir, o Estado não pode privatizar. O que o Estado está a fazer é vender uma participação indirecta que tem numa sociedade que se rege pelos seus estatutos e pela Lei das Sociedades Comerciais. O processo está claramente definido nos estatutos da sociedade. O Estado, neste caso a Sonangol, tem de comunicar ao presidente do Conselho de Administração do BAI, que quer vender, e o valor mínimo que pede pela sua participação. Depois são os accionistas do banco que comandam toda a restante operação.

Explique-nos.

Depois de demonstrada a intenção deve ser marcada uma Assembleia de Accionistas, onde estes, individualmente ou agrupados, podem exercer o direito de preferência. Têm 10 dias para o fazer e terá de ser pela totalidade do valor da participação.

Mas não vai haver um concurso público?

Vai Mas apenas para a Sonangol definir o valor mínimo da sua participação e não quem vai comprar essa participação.

O Estado não pode vender a quem quiser? Não pode impor um sócio ao BAI?

Não! Como já lhe disse, esse é um processo a ser conduzido pelos accionistas. Se nenhum dos actuais exercer o direito de preferência, iremos depois à procura de um parceiro que, volto a sublinhar, será escolhido pelos accionistas do BAI.

E pode haver mudanças? Que tipo de parceiro, nestas circunstâncias, o BAI procura?

A nossa visão é clara. Somos uma instituição financeira de referência no mercado angolano e temos uma visão de longo prazo. Os actuais accionistas querem constituir uma instituição financeira que seja o orgulho dos nossos netos. Por exemplo, temos um rácio de distribuição de lucros muito conservador quando comparado com outras instituições. Eu, como presidente da Comissão Executiva, penso a longo prazo, e longo prazo são 50 anos. Nós queremos alguém que não queira grandes rendimentos a curto prazo, mas que partilhe desta nossa visão.

O BAI encara a possibilidade de comprar um banco que esteja no mercado angolano para acelerar o crescimento?

Já o fizemos no passado. Mas na nossa estratégia privilegiamos o crescimento orgânico. Temos uma cultura própria que desenvolvemos nos últimos anos, fizemos uma grande aposta no capital humano, e achamos que um processo de fusão por aquisição pode criar algum ruído naquilo que é a nossa estratégia.

Quando falamos de privatização falamos também da possibilidade de o BAI ser um banco privilegiado neste processo, não apenas na concessão de créditos a futuros interessados, mas- também no processo de emissão dos projectos das empresas que irão à Bolsa.

Nós estamos a trabalhar neste assunto. Temos uma área de banca de investimento que se está a preparar, outros parceiros que nos estão a ajudar gostaríamos de ter a honra de ser convidados formalmente para entrar neste processo.

E informalmente já foram? (Risos) Repito, gostaríamos de ser convidados formalmente e, se acontecer, daremos o nosso melhor para que o processo de privatizações seja um sucesso.

E o BAI prevê diversificar a sua actividade? Crescer para outras áreas?

Já temos o nosso grupo financeiro. Temos um banco em Portugal, um banco em Cabo Verde e uma posição importante num banco de referência de Santo Tomé. Sentimo-nos confortáveis, enquanto gestores de instituições financeiras bancárias e não percebemos muito de outros negócios. A minha resposta seria que, nesta altura, não faz parte dos nossos planos.

A saída da Sonangol preocupa-o tendo em conta que foi a empresa que alavancou o vosso crescimento?

Claro que preocupa. Nos últimos 10 anos, temos vindo a preparar-nos e antecipámos este cenário. Fomos alargando a nossa base de clientes. Quando entrei para o banco, tínhamos 65 mil clientes, hoje temos 1,2 milhões. Temos planos para mitigar possíveis efeitos negativos, mas não acredito que tal venha a acontecer. Mas é indiscutivelmente o nosso principal cliente.

Eram conhecidos como o banco da Sonangol

Nós vamos fazer todos os esforços para continuar a ter o privilégio de ser o parceiro de referência da Sonangol. Somos a instituição que conhece bem as necessidades da Sonangol, temos uma equipa com os melhores profissionais para acompanhar a empresa. Mas, como disse, não é isso que vai inviabilizar a nossa estratégia.

4.21 “Se os Bancos não investirem nos títulos, o Estado pode não conseguir pagar salários”

Jornal Expansão

29 De Novembro de 2019

Autor: João Armando

O ano passado foi um grande ano para a banca, que teve os maiores lucros de sempre. Este tem sido um ano difícil com a crise, mas fica a ideia que o negócio das divisas está a alavancar outra vez os lucros dos bancos. Como está a correr 2019 para a banca, em geral, e para o BAI, em particular? Tem sido um ano desafiante, nós não estamos imunes a tudo o resto que se passa na economia angolana. Mas também é verdade que os resultados cambiais têm contribuído para o aumento dos resultados líquidos dos bancos e no BAI não é diferente. Mas não se pode apenas pôr o foco nos resultados, mas também no apoio que os bancos têm dado à economia. Nós pagamos impostos, e repare que se olharmos para os três trimestres deste ano, o BAI recebeu uma carta da AGT que o coloca como um dos 10 principais contribuintes do País. Criámos empregos, contratámos empresas para prestar serviços, tivemos também um papel muito importante no desenvolvimento económico.

Mas os bancos têm sido bastante criticados, até pelas associações do sector, por andarem à boleia do mercado cambial e do mercado dos títulos da dívida pública e não libertarem dinheiro para as empresas, para a economia real.

Reconheço que com alguma razão. Razão parcial, direi. Nós gostaríamos de conceder mais crédito. Temos uma equipa de comerciais à procura de empresários e de bons projectos. É verdade que não é possível fazer crescer a economia sem crédito, e que não é sustentável para o BAI ou para outro banco, viver apenas de operações cambiais.

Nesta altura, valem para nós 50% do produto bancário e queremos aumentar. Mas, no actual contexto, em que está a correr o AQA (Avaliação de

Qualidade dos Activos), os empresários não nos conseguem convencer com os seus projectos.

Está então a dizer que não há projectos viáveis.

Sim. Vou dar-lhe um exemplo. O aviso 4" saiu em Abril e nós no BAI não temos mais de 30 operações em análise. Não é normal. A questão é porque que não aparecem mais operações? Temos um milhão e 200 clientes e apenas 30 propostas para análise. É com esta realidade que também nos devemos preocupar.

Existe excesso de rigor por parte dos bancos?

É normal que assim seja. Como lhe disse, está a correr o AQA, o processo de incremento das paridades que poderá ter reflexos nos fundos próprios dos bancos e é normal que as instituições sejam mais rigorosas.

O BAI está neste grupo?

Nos últimos 10/15 anos, o BAI tem sido conservador nesta matéria, felizmente. Somos conservadores na análise do crédito, no acompanhamento do crédito, mas também na distribuição de lucros. Isso permitiu preparar almofadas para os períodos mais difíceis, como este que estamos a passar. Em 2010, o Conselho de Administração do BAI percebeu que a crise ia durar 10 anos. Depois da crise de 2008 veio a crise de 2013, e o nosso nível de exigência é muito alto. A nossa equipa que estuda este fenómeno das crises acertou nesta previsão, não temos varinhas mágicas, mas preparámo-nos para estes tempos. O nível de exigência hoje é muito alto.

Mas os operadores económicos podem não perceber essa vossa postura?

É preciso entender que concedemos crédito com base nos recursos dos accionistas, valem entre 18 e 20%, mas tudo o resto são recursos que provêm dos nossos clientes. E temos de devolver esses recursos aos nossos depositantes. A última coisa que queremos é perder a confiança daqueles que escolhem o nosso banco para depositar o seu dinheiro. É preciso olhar para esta questão também por este ponto de vista.

O discurso do Presidente sobre a diversificação da economia tem assentado no PRODESI, que tem como instrumento de crédito o PAC. Mas a verdade é que a banca comercial só aprovou 10 projectos. Não podem ser acusados de estar a boicotar a política do Governo e a ser "contravapor" neste processo de diversificação?

E temos sido acusados. De forma directa ou velada de não estar a contribuir. Mas claro que não concordo. Nós somos parceiros do Governo. Não vivemos numa fantasia à parte da realidade económica angolana.

Mas são os que estão a ganhar mais dinheiro. Mais que todos os outros agentes económicos.

De facto. Não podemos negá-lo. Os números são divulgados e estão aí. Aliás, não há sector mais transparente que a banca. No entanto, eu diria que o dinheiro que ganhamos, reinvestimos na economia, concedemos crédito ...

Através dos títulos ...

No caso concreto do BAI, os títulos valem 60% da nossa carteira de activos e 40% de crédito directo à economia. Se existe esta oportunidade, se o Estado emite títulos é porque as suas receitas são insuficientes para fazer face às despesas. Se os bancos não investirem nos títulos, o Estado pode mesmo não conseguir pagar salários e outras despesas.

Por isso, o tema desta abordagem tem de ser redireccionado. Que condições estão ser criadas para que exista mais crédito para a economia real?

Existem outras responsabilidades?

Vou dar-lhe um exemplo prático que muito temos falado, o relatório Doing Business [do Banco Mundial]. Muitos dizem que vale o que vale. Nós dizemos no BAI que não, não é assim. Este documento permite-nos comparar com os restantes países da região e do mundo. Em África, há 52 países com os mesmos desafios por que passa Angola e, enquanto estivermos abaixo do 100. O lugar, não seremos o destino preferencial dos investimentos. Nesta altura, acho que estamos no lugar 164.0,0 que revela que a nosso ambiente de negócios não é propício.

De que forma isso influencia a concessão de crédito por parte da banca angolana? Podem perguntar porque não concedemos mais crédito. Estou há 16 anos na banca e sabe quantos processos eu conheço de recuperação de crédito que transitaram em julgado e em que foi possível recuperar os activos que serviam de garantia? Dois... Dou-lhe outro exemplo, o registo de propriedade. Os clientes chegam ao pé dos bancos, dizem-nos que têm este e aquele imóvel, que podem servir de garantia aos créditos concedidos, mas que não conseguiram ainda fazer os registos. Que demora anos e que os processos são muito complexos.

Está a dizer-me que o Governo tem de resolver primeiro estes problemas para depois exigir dos bancos esse esforço de concessão de crédito? Claro. Um cliente, quando vai a um multicaixa ou passa um cheque, tem de ter acesso ao dinheiro. Não podemos arranjar desculpas para não honrar com os nossos compromissos. Temos que ter liquidez. Não posso transformar a minha liquidez em terrenos e tijolos que não posso executar, que não posso vender, mesmo perdendo algum dinheiro. Aproveito esta oportunidade para falar de outra coisa, que me parece muito importante. Ouí um empresário a falar e parece que está crescer uma onda para acabar com a CIRC (Central de Risco de Crédito). Não pode ser. Admito que alguns tiveram azar nos seus investimentos

Mas têm de pagar ...

Existe essa cultura de não pagar por parte de alguns. Não é a cultura da maioria dos mutuários particulares, diga-se. Não posso entrar em detalhes, mas muitas pessoas que têm a oportunidade de falar aos microfones e que dão a sua opinião sobre a concessão de crédito têm de ver o que fizeram aos créditos que lhes foram concedidos e que até hoje não reembolsaram a Banca.

Há até figuras públicas que confessaram que não sabiam que o dinheiro que receberam era para pagar.

Eu li apenas isso e não me vou pronunciar. Mas se um Banco cai, quem paga é o contribuinte. E já tivemos esses casos na banca angolana. Obviamente que as coisas podem correr mal, que há abertura para estudarmos cada uma das situações, mas os contratos de crédito são para pagar. Esse é o princípio obrigatório. O crédito não pode ser socializado. Cada um tem de assumir a sua responsabilidade e cumprir na íntegra aquilo que assinou com a banca.

4.22 Dívida pública de novo nos 60% do PIB só com crescimento económico a 10%

Jornal Expansão

29 De Novembro de 2019

Autor: Telma Van-Dúnem

Baixar o rácio da dívida pública para valores próximos dos 60% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2025 só com crescimento económico anual de 10%, revela o relatório económico de Angola de 2018 apresentado pelo Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola, apresentado esta semana.

A redução nas receitas petrolíferas e a desvalorização da moeda nacional face ao dólar fizeram disparar a dívida pública para valores próximos dos 100% do PIB, pondo em causa a sua sustentabilidade que, de acordo com o CEIC, ronda os 60% do PIB.

No final de 2013, o País tinha uma dívida de 35% do PIB e, no final do ano passado, a dívida cresceu para 87,8% e com perspectiva de chegar a 91% no final de 2019.

A "única forma de fazer com que a dívida pública em Angola volte aos níveis normais de 60% do PIB" é com "uma taxa de crescimento de 10% [ao ano], que é o PIB potencial, ou seja, é a capacidade máxima da economia angolana de gerar crescimento, mas estamos muito distantes disso", garante o economista Precioso Domingos.

A solução para sair do 'aperto', de acordo com o membro do CEIC, é fazer com que a economia se desvie da actual trajectória de três recessões económicas consecutivas e a caminho de uma quarta, como já reconheceu o Fundo Monetário Internacional, o Governo, e várias instituições internacionais. Para Precioso Domingos, a saída desta crise passa pelo emprego mas também pela implementação de programas sociais, com o apoio de instituições como o Banco Mundial, que está a implementar um programa de transferência de renda para as famílias na ordem dos 5 mil Kz por mês. No entanto, o também economista admite que só isto não chega, já que estas medidas ficam condicionadas pelo endividamento público, já que o Governo está obrigado a pagar dívida em vez de apostar no investimento.

O relatório do CEIC apresenta três cenários de base, sobre as perspectivas para a economia nacional nos próximos anos. O primeiro, pessimista, aponta a um crescimento de 3% ao ano. Um cenário intermédio perspectiva 5% e um cenário optimista aponta a uns improváveis 10%. Porém, "infelizmente, tendo em conta a realidade económica do País, estamos distante até do cenário pessimista que traçámos para se reverter a actual tendência da dívida", sublinha o economista. Precioso Domingos revela que, para 2020, o modelo macro económico da Universidade Católica de Angola (UCAN) prevê uma taxa de crescimento no intervalo de 1 a 1,5%, valores próximos das previsões do Governo e de instituições internacionais.

Para o economista, se não se alterar a trajectória actual, quer do ponto de vista do que se passa no sector petrolífero, como no sector não petrolífero, "a dívida vai-nos engolir e as coisas atingirão situações muito complicadas".

Para melhor controlo da dívida, Precioso Domingos diz que passa por 'trocar' a dívida de curto prazo por dívida de maturidade mais longa no fundo, sendo estas as recomendações do pró-prio FMI e medidas que o Governo tem estado a concretizar. "Só assim o Governo vai conseguir alongar essa pressão que hoje tem a nível das finanças públicas, enquanto o Governo ganha alguma capacidade hoje de criar um ambiente propício para investimento privado nacional e estrangeiro", salientou.

Por outro lado, o economista Alves da Rocha disse aos jornalistas, após a apresentação do estudo, que decorreu na UCAN, que olha com "preocupação" para a situação social e económica do País: "sentimos que o modelo que está ser usado presentemente com o apoio do Fundo Monetário Internacional não é o que interessa para a criação das bases para o desenvolvimento económico e social de Angola".

Alves da Rocha afirma que antes de 2025 Angola não terá condições para recuperar dinâmicas de crescimento perdidas no passado. Para o coordenador do CEIC, há duas formas de encarar a actual situação: a primeira é a mais optimista, que é a forma que o Governo tem encarado, dizendo que a situação está controlada e que estão a ser tomadas as medidas no sentido de reverter esse processo de degradação económica e social. A segunda, adiantou, é a de encarar de forma realista o que o País necessita para vencer alguns dos desafios mais importantes. "E um dos desafios foi a sustentabilidade da dívida pública, mas não no sentido dela se manter a um nível próximo dos 95% ou 100% do PIB, a sustentabilidade da dívida pública tem a ver com a possibilidade dela consumir menos recursos do PIB e simultaneamente a dívida servir, através do aumento da sua eficiência, para promover o crescimento económico", explicou.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 OGE 2020 Prevê verbas para as autarquias

Novo Jornal

01 De Novembro de 2019

O Orçamento Geral de Estado (OGE) para 2020, principal instrumento da política económica e financeira do Estado angolano, entregue à Assembleia Nacional na quarta-feira, 30 de Outubro, destinou um valor de quase 51 mil milhões de kwanzas (50.834.397.543,00) para a descentralização e implementação das Autarquias locais.

O valor consta do resumo da despesa por programa do Ministério das Finanças, e corresponde a 0,32 por cento do «bolo» global do Orçamento Geral do Estado.

O relatório de fundamentação descreve que a descentralização e o reforço do poder local têm particular destaque no eixo de execução política definido no documento que o Governo submeteu ao Parlamento para discussão e aprovação.

O referido documento prevê iniciativas do Executivo com intuito de criar as bases para implementação das autarquias em Angola, e conta com o PIIM que, de acordo com o relatório de fundamentação do OGE, terá, também, um papel relevante na infra-estruturação dos municípios.

Apesar de ainda não haver uma confirmação da parte do Executivo, e não estar ainda por aprovar todo o pacote legislativo relacionado com as eleições autárquicas em 2020, conforme promessa do Presidente João Lourenço, o Executivo dá um primeiro sinal que não é ainda compreendido como sendo o garante de que as eleições venham a ter lugar em 2020.

A data de realização das primeiras eleições autárquicas foi anunciada na primeira reunião do Conselho da República presidida por João Lourenço, a 22 de Março de 2018, como resultado de uma recomendação consensual dos membros daquele órgão.

Para o efeito, o Chefe de Estado disse na altura estarem em curso passos concretos no plano da desconcentração administrativa, como ante câmara da

descentralização, bem como a aprovação do regime financeiro local e a criação do fundo de equilíbrio nacional.

Nesta ocasião, o líder da bancada parlamentar da UNITA lembrou que o seu partido já tinha indicado o ano de 2020, numa visita que fez ao Governo provincial de Luanda. "Não nos resta outra alternativa senão fazer nesta altura, com uma preparação adequada", disse.

Para o deputado da CA-SA-CE, Manuel Fernandes, a data indicativa correspondia à expectativa da coligação. "Foi o que sugerimos ao presidente da CASA-CE, para que levasse para esta consulta a proposta da realização das eleições em 2020".

Em Agosto deste ano, os deputados à Assembleia Nacional aprovaram na especialidade a proposta de Lei sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais, o diploma que vai definir o modo de organização e funcionamento das autarquias locais com vista à sua institucionalização, como forma de materializar a descentralização administrativa.

Na ocasião, foi criado um grupo técnico que fez a fusão dos dois documentos, de que resultou uma única lei com dez capítulos e 70 artigos. Por esta altura, voltou-se também a levantar o debate sobre o princípio do gradualismo, que tem sido o ponto fracturante das discussões sobre as autarquias no país.

O vice-presidente do grupo parlamentar do MPLA, João Pinto, por exemplo, lembrou em Angola que o gradualismo é constitucional. Um outra chamada de atenção veio de Virgílio de Fontes Pereira, também do MPLA, que chamou a atenção para o sentido que se quer dar ao princípio da descentralização política e administrativa.

Virgílio de Fontes Pereira destacou o facto de existirem eleições políticas locais que "são um acto político e não administrativo". Virgílio de Fontes Pereira lembrou também aos deputados da oposição que o gradualismo está na Constituição.

"Se estamos a ter um discurso correcto de que devemos respeitar a supremacia da Constituição, devemos então acolher a ideia do gradualismo", disse.

Dirigindo-se aos colegas da oposição, o deputado do MPLA disse que os mesmos só falam do gradualismo funcional e retiram a parte que a Constituição trata daquilo que é, no essencial, o gradualismo territorial.

O artigo da Constituição que trata da categoria de municípios, acrescentou, diz claramente que autarquia é o município, mas a Constituição explica que embora o princípio regra seja o município como

autarquia principal, não está vedada a possibilidade de gradualmente o Estado poder instituir autarquias territorialmente quer supra quer infra.

O deputado da UNITA Jorge vitorino argumentou que a proposta de Lei limita-se apenas ao princípio e à materialização da descentralização administrativa, mas omite a descentralização política administrativa.

A deputada Mihaela Weba, da UNITA, disse que se a Constituição propõe a materialização da descentralização político-administrativa, esta deve estar reflectida na proposta de Lei sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais.

O presidente do grupo parlamentar da CASA-CE, Alexandre Sebastião André, defendeu em Agosto último que não se pode confundir e nem perturbar a ordem constitucional que determina a descentralização política exclusivamente para as autarquias e a descentralização e desconcentração administrativa relacionada com a administração pública.

"Se na verdade queremos institucionalizar as autarquias como sendo um dos poderes locais, impõe-se necessariamente cumprir o que está na Constituição. Trata-se da descentralização política administrativa. Não havendo, não teremos autarquias", disse.

5.2 Saúde e Educação com a maior verba do PIIM

Jornal de Angola

2 de Novembro de 2019

Autor: Victória Quintas

Os sectores da Saúde e da Educação são os que mais verbas têm do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios, informou, sexta-feira, no Huambo, a ministra Sílvia Lutucuta.

Na Saúde, disse a ministra, o dinheiro vai ser usado na construção e reabilitação de infra-estruturas nos municípios do país, para a melhoria do acesso aos cuidados primários e assistência médica e medicamentosa.

Sílvia Lutucuta, que fez apresentação do documento sobre "a sustentabilidade do serviço de saúde nos municípios e comunas e a problemática do pessoal técnico", no decorrer dos trabalhos do Fórum dos Municípios e Cidades de Angola, que encerrou sexta-feira, realçou que, na esteira dos investimentos públicos, todos os municípios do país têm infra-estruturas de saúde a serem reabilitadas ou construídas.

"Trabalhamos com os governadores provinciais e os administradores municipais e o Ministério tem a responsabilidade de dar a orientação metodológica. Foram, assim, definidas as prioridades com base na opinião das autoridades locais", disse.

O Ministério da Saúde, sublinhou, vai continuar a trabalhar na melhoria do sistema de informação, porque, evocou, "não há boa gestão em que não haja dados", pelo que se está a trabalhar com os municípios a fim de passarem a enviar os dados ao órgão central. Sílvia Lutucuta informou que existe, para o efeito, uma plataforma que permite a introdução de toda a informação e gestão de dados de todas as doenças.

Na óptica da ministra, há necessidade de reduzir a pressão dos hospitais de referência, melhorando os cuidados primários de saúde, não apenas no aspecto preventivo e curativo, mas também na educação e vigilância epidemiológica e melhoria dos recursos financeiros que são atribuídos aos municípios. "A gestão financeira é descentralizada. Há recursos atribuídos ao nível central, outros atribuídos ao nível das províncias e dos municípios e, concomitantemente, para as comunas. As prioridades também são definidas a este nível", garantiu Sílvia Lutucuta, avançando que para melhor sustentabilidade do serviço de saúde, a nível do município, precisa-se de recursos financeiros atribuídos em tempo útil, recursos humanos em quantidade e qualidade e infra-estruturas que possam prestar os serviços.

O ministério da Saúde realizou, no ano passado, um concurso público para a admissão de nove mil profissionais, que já estão a funcionar em todos os municípios. "Os concursos serão realizados todos os anos", reafirmou a ministra, esclarecendo que os técnicos serão acompanhados com programas de formação de curto, médio e longo prazos.

Mais medicamentos

Em relação à logística de medicamentos, Sílvia Lutucuta informou que o Ministério da Saúde está, desde o início deste ano, a trabalhar com as Finanças e a fazer compras agrupadas de medicamentos para as doenças mais comuns, como a malária, a tuberculose, VIH/Sida, doenças de origem hídrica, como a parasitose e outras negligenciadas, para além de doenças crónicas não transmissíveis.

"Temos tido sucessos, porque conseguimos controlar a qualidade, reduzir os custos e fazer poupança em torno de 66 por cento e, por isso, estamos a distribuir mais medicamentos", disse a ministra, acrescentando que a distribuição é feita primeiro para as sedes das

provinciais e, posteriormente, para os municípios, que, por sua vez, fazem chegar às comunas.

Administradores municipais confiantes na execução
Os 164 administradores municipais que participaram na VII edição do Fórum dos Municípios e Cidade de Angola, organizado pelo Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, foram unânimes em reconhecer que evento contribuiu para o “esclarecimento” de regras de implementação do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

Com efeito, os administradores manifestaram-se confiantes com a boa execução do PIIM, o que, em seu entender, vai contribuir para a melhoria das condições de vida das populações.

O administrador do município dos Gambos, província da Huíla, Elias Sova, disse que a realização do Fórum foi uma oportunidade para, com as estruturais centrais, voltar a fazer uma abordagem sobre o PIIM, visando a sua implementação na íntegra.

Segundo Elias Sova, os sectores da Educação, Saúde, a abertura das vias de comunicação e reabilitação dos pontos de água, face aos problemas da seca vividos naquela região, bem como a reabilitação de chimpacas, aquisição de tractores e alfaias, para a produção alimentar, asfaltagem da vila do Chiange e iluminação da sede municipal constam entre as prioridades do município dos Gambos.

José Manuel dos Santos, administrador do município do Bailundo, na província do Huambo, realçou que o PIIM dará solução a muitos problemas, pelo que, defendeu, será obrigatório cumprir e implementar as directrizes saídas dos conselhos de auscultação e concertação social, em que a população foi ouvida. O fórum dos municípios, disse, vai permitir a avaliação da implementação e o desempenho do PIIM, para que, em pouco tempo, se possa sentir o impacto junto das comunidades.

No Bailundo, está prevista a reabilitação de estradas, construções de escolas e de postos de saúde. “Já foram realizados os concursos, estando-se agora na fase da assinatura dos contratos com as empresas que já estão a deslocar-se para as localidades para a realização das obras”, informou.

O administrador do município do Cuango, na Lunda Norte, referiu que o PIIM vai permitir que as administrações, em contacto com a população, possam solucionar os problemas que mais se reflectem na vida social.

5.3 Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas é votada no dia 19

Jornal De Angola

04 De Novembro de 2019

Autor: Adelino Inácio

A agenda da reunião plenária do dia 19 foi aprovada ontem pelos presidentes dos grupos parlamentares, durante o encontro orientado pelo presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

A proposta de Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas começou a ser discutida ontem nas comissões especializadas da Assembleia Nacional. O mesmo garante o respeito ao princípio da autonomia local e do Estado Democrático e de Direito.

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, informou que o Executivo propõe, no diploma, um novo modelo de observação eleitoral. “A tendência, actualmente, sobre as eleições locais é deixar de existir o formato da observação internacional típica, aquela em que vêm observadores para dizer se as eleições foram ou não livres”, sublinhou o ministro.

“Deveremos passar a assumir essa tarefa no quadro do Estado soberano, por via de cidadãos e organizações nacionais”, defendeu Adão de Almeida, para quem a participação estrangeira nas eleições autárquicas deve resumir-se, apenas, ao acompanhamento do processo por parte de peritos ou estudiosos.

Segundo o ministro, “é uma tendência em desuso na generalidade dos Estados”. “Queremos fazer com que o novo formato comece a acontecer no quadro da realização das eleições autárquicas”, referiu o ministro.

UNITA discorda

Os deputados da UNITA discordam da tese defendida pelo Executivo. David Mendes, parlamentar do maior partido da oposição, disse que a vinda de observadores internacionais não põe em causa a soberania de um Estado. “Não podemos aceitar que seja verdade. Os observadores não interferem na soberania do Estado”, afirmou. O também deputado da UNITA Jorge Vitorino defendeu, igualmente, a vinda de observadores internacionais para as eleições autárquicas.

Raúl Danda, outro deputado da UNITA, reforçou que a presença de estrangeiros na observação eleitoral não interfere na soberania do país. “Os deputados angolanos são chamados para irem fazer observação eleitoral em outros países e isso não significa que vamos lá para interferir na soberania desses países”, afirmou.

A deputada Djamila Prata, do MPLA, manifestou a preocupação em relação à impugnação do contencioso eleitoral nas eleições autárquicas. O diploma defende que este processo é feito na Comarca da sede da respectiva província, no prazo de 24 horas.

Djamila Prata reconheceu que existem, no país, problemas de comunicação e transporte para as províncias. Entende, por isso, que “24 horas é muito pouco tempo” para se remeter ao Tribunal Constitucional o processo sobre contencioso eleitoral. Sugere que o processo seja feito no prazo de 48 horas.

O ministro justificou que as matérias eleitorais exigem bastante celeridade. “Se se perder muito tempo na apreciação das matérias de fórum eleitoral, em momento de contencioso, pode gerar clima de suspeição. Quanto mais célere forem tratadas as matérias melhor”, sublinhou.

Até ao momento, os deputados aprovaram duas leis, nomeadamente, a Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais e a Lei da Tutela Administrativa das Autarquias Locais. Na semana passada, o Conselho de Ministros apreciou mais quatro propostas de lei adicionais ao Pacote Legislativo Autárquico, elevando, deste modo, para 11 o total de propostas de lei remetidas pelo Executivo à Assembleia Nacional. Trata-se da Proposta de Lei sobre o Regime Geral da Cooperação Interautárquica, a Proposta de Lei que aprova o Estatuto dos Eleitos Locais, a Proposta de Lei sobre os Símbolos das Autarquias Locais e a Proposta de Lei sobre o Regime e Formulários dos Actos da Autarquia Local.

Nova família de kwanzas

Os deputados vão, no dia 19, discutir e votar, na generalidade, a Proposta de Lei que autoriza o Banco Nacional de Angola a emitir e colocar em circulação uma nova família de notas do kwanza.

A medida visa aprimorar os dispositivos de segurança em todas as notas, bem como alterar o substrato das mesmas, resultando em benefícios para quem as usa, tais como maior durabilidade, aumento significativo dos níveis de segurança e melhoria da qualidade.

Na agenda da sessão constam, igualmente, para discussão, o Projecto de Lei que autoriza o Presidente da Re-pública, enquanto Titular do Poder Executivo, a legislar sobre o Regime Jurídico de Criação, Organização, Funcionamento, Avaliação e Extinção dos Institutos Públicos. Raúl Lima disse que os deputados vão ainda votar o Projecto de Resolução que aprova a substituição de membros indicados pelo MPLA nas Comissões Provinciais Eleitorais do Bengo, Huíla, Lunda-Norte e Uíje.

OGE vai à votação final na próxima semana

A proposta do Orçamento Geral do Estado, que estima receitas em 15.875.610.485.070,00 de kwanzas (quinze biliões, oitocentos e setenta e cinco mil milhões e seiscentos e dez milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil e setenta kwanzas), despesas em igual montante e prevê um crescimento de 1,8 por cento, vai à votação final global no próximo dia 12, anunciou Raúl Lima. Para 2020 espera-se um crescimento do PIB na ordem de 1,8 por cento, com ênfase para o crescimento do sector não petrolífero. Em particular, merecerão destaque o sector produtivo (Agricultura e a dinamização da Indústria nacional) e o reforço do apoio ao sector social (Educação, Saúde e combate à pobreza). Ainda segundo a proposta, apesar dos receios em torno dos riscos associados à volatilidade do preço do petróleo, a previsão é que sejam reunidas as “condições efectivas” para a retoma do crescimento económico em 2020 e nos anos seguintes. As previsões para 2020 indicam uma relativa redução do preço do petróleo face ao que se tem verificado ao longo deste ano. As previsões apontam para um melhor equilíbrio do mercado cambial e uma ligeira subida da taxa de inflação.

5.4 Avisam empreiteiros na iniciaiva governamental

“PIIM pode ser um fiasco”

Jornal O País

08 De Novembro de 2019

Autor: Ireneu Mujoco

Empresários que ganharam concursos de empreitada no âmbito do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) para construção de escolas e postos médicos em várias províncias do país afirmam que os contratos devem ser “revistos e indexados ao câmbio do dia”, fora do qual “as empresas correm o risco de não concluírem as obras e o programa resultar num fiasco”.

Manuel Norte (o nome é fictício) que assim se identificou "por temer represálias" não tem "dúvidas do insucesso que pode vir a ser o PIIM se continuar a verificar-se atrasos na alocação de verbas para início de obras", e, mais grave ainda, aponta que "se o Governo nada fizer para a revisão dos contratos, então as empresas envolvidas, para além de não cumprirem as suas obrigações, correm o risco de desaparecer".

"Recebemos as obras com o dólar a 350 kwanzas, hoje está a 660 kwanzas, acha que nesse contexto pode haver obra?", questiona empresário, preocupado com "lento andamento do programa", anunciado com pompa e circunstância pelo Presidente da República, mas que "pode transformar-se num verdadeiro embuste para as próprias iniciativas governamentais".

"Corremos o risco de entrar com o nosso dinheiro para avançar com as obras, mas não é um exercício recomendável", pois, "lamentavelmente, o Governo tem sido mau para com os em-presários e as empresas na hora de honrar com os pagamentos", constata a mesma fonte.

Lamentações reforçadas por José Marques, outro empresário da Huíla, que, a exemplo do primeiro, pediu para não ser identificado pelo próprio nome. "Os contratos devem ser revistos porque o PIIM pode ser mesmo um descalabro", acrescenta.

"É um programa que começa mal", evidencia Fernando Miguel, também seleccionado para execução do PIIM. Alertando que "o programa arrancou mas ainda ninguém dentre os empresários recebeu um tostão", Miguel também duvida que "as coisas venham a dar certo".

"O kwanza perde valor a cada dia e muito do material de que precisamos para as obras terá de ser importado. Acha que isso é comportável?", interroga-se, por sua vez, Roque Silva, do Cuanza-Sul, também "bafejado pela sorte" de ser enquadrado nas obras do PIIM. Este empreiteiro vai mais longe, receando que "esse programa, da forma como está a ser levado a cabo, pode ser só mais uma forma encontrada para roubar dinheiros públicos".

Sem retomo

Entretanto, a OPAÍS, fonte do Ministério das Finanças (Minfin), confrontada com estas inquietações dos empresários, avançou apenas que "eles têm razão", prometendo que "à luz das orientações do Executivo, o PIIM não tem retorno", por ser "um programa que deverá re-

volucionar a vida nos municípios, boa parte dos quais muito atrasados do ponto de vista do desenvolvimento económico e social".

O funcionário do Minfin recusou-se, porém, a falar do atraso na alocação de verbas, até mesmo para o município do Cazombo, onde foi lançado o PIIM pelo Chefe de Estado, João Lourenço.

Mas os empresários não caem nesse discurso e voltam à carga: "esse discurso é há muito conhecido. É caduco", reforçando que "o PIIM acabará mesmo por ser uma 'armadilha' se não forem revistas as cláusulas dos contratos". "Se o PIIM falhar, será também um grande revés para o Governo perante instituições de crédito, como o Fundo Monetário Internacional".

5.5 O discurso letárgico no debete autárquico

Novo Jornal

08 De Novembro de 2019

Autor: Ismael Mateus

Estamos a terminar o ano de 2019. No início do ano nem os mais cépticos poderiam imaginar que a esta altura o pacote autárquico não estivesse todo ele já aprovado. Embora "essa responsabilidade esteja entregue aos deputados e ao Parlamento, registou-se também na sociedade um certo afrouxamento do entusiasmo autárquico. Há uma espécie de adormecimento geral em relação a isso, situação essa que se deve, por um lado, aos múltiplos problemas económicos que cada um enfrenta, que não deixa margem para pensarmos em politiquices e, por outro, a um certo cansaço do discurso e da inacção política.

É com imensa pena que vemos as preocupações autárquicas a saírem de moda. Cada vez mais as organizações da sociedade civil deveriam estar empenhadas em mobilizar os cidadãos para as reflexões sobre a paz e a democracia do país; elas têm de ser vistas como oportunidades de afirmação das ideias e visões das organizações da sociedade civil. Numa altura em que todos reclamam e se queixam de alguma coisa, deveria caber às organizações da sociedade civil aproveitar esse discurso de queixas e reclamações para reforçar o papel, a intervenção e a importância da cidadania e da atitude dos cidadãos perante os seus próprios problemas.

Lamentavelmente estamos todos a agir como se a questão autárquica fosse um problema dos políticos e da Assembleia Nacional, que um dia vai aprovar um quadro legal que vai permitir que outros tantos sejam

eleitos e governem. A agressividade que muitas pessoas colocam em reclamações nos seus locais de trabalho, nos grupos etme amigos deveria ser redireccionada para a participação nos problemas da sociedade. Infelizmente criámos todos uma cultura da reclamação, como se só isso nos competisse e depois alguém, vindo porventura de outro planeta, viria resolver os problemas. Alguns vídeos que se tornaram virais mostram o administrador do distrito do Sambizanga a pressionar os moradores do seu distrito a assumirem as suas responsabilidades, tanto na educação dos filhos, na limpeza e na organização dos condomínios, ruas e bairros. O jovem Tomas Bica não poderia estar mais certo, embora não seja a melhor pessoa para o fazer. Esse deveria ser o papel educativo das organizações da sociedade civil. O processo das autarquias, mesmo com a lentidão da Assembleia Nacional, deveria mobilizar todo o saber e empenho da sociedade civil, longe, portanto, dessa letargia que se vê.

Apesar de o discurso político ter mudado, em matéria de inclusão, diálogo e espaço para a sociedade civil pouco ocorreu. É verdade que esta semana o Presidente condecorou muitos agentes da sociedade civil e há uns meses recebeu as lideranças de algumas associações. No dia-a-dia, os departamentos ministeriais continuam com dificuldades em dialogar com as organizações da sociedade civil, sindicatos e figuras independentes; o processo de reconhecimento das entidades independentes é lento e o processo de diálogo formal e informal não é dinâmico e contínuo, as promessas de inclusão e mudança de paradigma na indicação para os cargos públicos também não foram cumpridas e, como na administração anterior, as organizações da sociedade civil ainda não fazem parte das entidades com as quais, em determinados assuntos, é "obrigatório" o diálogo. Em determinadas matérias de especialidade deveria ser obrigatório concertar, buscar consensos, harmonizar posições com as organizações da sociedade civil. Em determinados casos deveria ser obrigatório incluir no diálogo, integrar nas estruturas de diálogo muitos dos jovens que contestam nas ruas e em manifestações. Naturalmente, manifestar é um direito, mas muitos dos jovens recorrem ao uso desse direito porque quem os representa nos órgãos de consulta não o fazem de modo digno ou porque as suas organizações não conseguem ser integradas nestes espaços onde a sua voz pode ser ouvida.

Deste modo, algumas organizações da sociedade civil persistem, por culpa própria, em fazer o velho discurso do "bota abaixo", mas nos últimos meses abriu-se o problema da fraca representatividade e vimos constatando a existência de muitos jovens, incentivados pelas redes sociais e pelas dificuldades

económicas, a actuarem de modo solitário ou em pequenos grupos nas ruas.

É importante que se crie uma estratégia rápida e eficaz para garantir que quem esteja minimamente organizado possa encontrar espaços onde exprimir a sua vontade, opinião e contribuições. É preciso retirar a crítica da rua e levá-la aos gabinetes, tornando-a um agente de participação na gestão e no diálogo.

É necessário aproveitar o discurso de mudança que o Presidente da República vem fazendo e assegurar que se transforma numa oportunidade. Para isso, sobretudo numa atitude pedagógica preparatória para as autarquias, é necessário que as organizações da sociedade civil se credibilizem, façam eleições internas, tenham processos transparentes de eleição interna e adotem um discurso mais contributivo e se afirmem com as suas críticas e sugestões como parceiros do Governo na busca de boas decisões para o país e municípios. Enquanto a sociedade civil não tiver capacidade para evoluir, sair dos queixumes habituais e colocar-se como parceiro, com uma voz qualificada e respeitada em diversas matérias da sociedade, não podemos reclamar do facto de o Governo não contar com ela de modo sério.

É preciso evitar a todo o custo o discurso vazio e improdutivo, quase sempre muito aplaudido, mas que não leva a lado nenhum, e concentrar todos os esforços na contribuição da sociedade para que apareçam ideias e se garanta que o modelo autárquico angolano seja definido com ampla (para não dizer com crucial) participação da sociedade civil.

Para o pacote legislativo que falta aprovar, as organizações da sociedade civil deveriam adoptar, como procedimento para o diálogo com os deputados, a apresentação das suas propostas de projectos de lei para influenciar o debate e elevar o nível qualitativo do debate autárquico.

Há certamente nas universidades e na sociedade quem possa ajudar as organizações da sociedade civil a apresentar propostas tecnicamente sérias nas mais diversas áreas do saber.

Um ponto sensível é a garantia de igualdade de oportunidades entre os futuros candidatos das organizações da sociedade civil ou independentes e dos partidos políticos. Estes últimos terão campanhas financiadas pelos partidos políticos apoiantes que, por sua vez, serão, no caso dos que possuem assento parlamentar, financiados pelo Orçamento Geral do Estado. Nesta fase, deveria existir um forte lobby da sociedade civil para que haja algum apoio financeiro à democracia a ser dado para os candidatos

independentes, sob pena de serem financiados por entidades que mais tarde poderão comprometer a sua capacidade de decisão livremente.

Depois das leis virão outros problemas: o espaço na comunicação social; o equilíbrio financeiro entre os candidatos e também a educação eleitoral junto da população para que conheça bem as autarquias.

De todo, não vemos nenhuma razão para a apatia geral, nem para que as organizações da sociedade civil cruzem os braços perante esse enorme desafio que são as autarquias.

5.6 MPLA está preparado para vencer as eleições

Jornal de Angola

17 De Novembro de 2019

Autor: Adelina Inácio

A vice-presidente do MPLA afirmou ontem, em Luanda, que o partido venceria as eleições autárquicas, ainda que as mesmas fossem realizadas naquele dia.

Luísa Damião, que falava durante um acto político de massas no município do Cazenga, defendeu que o MPLA deve continuar a somar vitórias em todos os desafios eleitorais, com realce para as eleições autárquicas, para as quais a máquina “está cada vez mais afinada” e o partido “venceria qualquer obstáculo, sem nenhum receio”.

A “número dois” na hierarquia do partido no poder em Angola afirmou que, no MPLA, quando surgem os desafios, a mobilização é automática e rompe todas as barreiras que possam surgir, por ter uma trajectória de luta e vitórias forjadas na capacidade de mobilização e visão estratégica.

A também deputada defendeu, no entanto, que todos os militantes do MPLA devem estar mobilizados no apoio ao Presidente da República, que, na sua opinião, está a empreender reformas profundas que requerem coragem e determinação, com vista ao desenvolvimento sócio-económico e ao bem-estar das famílias.

Com efeito, Luísa Damião pediu aos militantes para serem os primeiros a fiscalizar aqueles que prestam serviços públicos e a combater as más práticas. Assegurou que o Presidente João Lourenço está a fazer “um grande trabalho” para melhorar a situação que o país atravessa, olhando para o futuro com confiança e optimismo.

A dirigente partidária prevê dias melhores para que, num curto prazo, os cidadãos possam ter mais acesso à energia e à água potável, saúde, educação, haja empresários mais fortes, uma economia robusta, mais transparência pública e uma Justiça mais célere. Luísa Damião lembrou as promessas feitas pelo Presidente do MPLA e da República que defendeu que não haverá retrocessos e que o foco continua a ser a boa governação, a defesa do rigor e da transparência em todos os actos públicos, no combate à corrupção e à impunidade, bem como na luta pela reanimação e diversificação da economia. A vice-presidente do MPLA lembrou ainda que João Lourenço se comprometeu, igualmente, a resgatar os valores da cidadania e a moralização da sociedade, por serem as bases indispensáveis para garantir o progresso social e o desenvolvimento sustentável do país.

Luísa Damião admitiu que o momento que se vive no país requer disciplina, coerência e comprometimento dos militantes, unidade e coesão das estruturas a todos os níveis para se vencer os desafios políticos que se avizinham.

A dirigente do MPLA disse que o acto político de ontem esteve enquadrado nas jornadas políticas e do trabalho partidário que tem sido feito na província de Luanda, numa altura em que o país comemorou o 44º aniversário da proclamação da Independência Nacional. “Trata-se de uma data de elevado significado e exaltação para todos os angolanos”, considerou.

Luísa Damião entende que um país que se ergue no contexto das nações, à luz dos seus antepassados, não se resigna e nem prescinde de continuar a lutar em prol do desenvolvimento sócio-económico, com vista à melhoria das condições de vida das populações. A vice-presidente do MPLA pediu a todos os militantes para cumprirem, com rigor, o código de ética partidária e as leis do país.

O primeiro secretário do MPLA em Luanda, Sérgio Luther Rescova, garantiu que o Comité Provincial está preparado para materializar os novos desafios que o partido se propõe.

“Não temos nada a temer e só vamos responder com trabalho, tanto no domínio político partidário, como na acção governativa, tirando do papel as palavras e colocando na prática as acções que visam melhorar as condições de vida do nosso povo”, garantiu o também governador de Luanda.

Apesar de considerar que ainda há muita coisa por se fazer na capital do país, Luther Rescova assegurou que Luanda continua a ser a vanguarda do MPLA.

O nacionalista Diogo Ventura realçou a participação do MPLA na luta de libertação nacional, considerando que aquela foi a mais exemplar epopeia. O acto político de ontem ficou marcado, também, pela apresentação da nova direcção da JMPLA.

5.7 Vera Daves garante haver dinheiro para as autarquias

Jornal de Angola

21 de Novembro de 2019

Autor: Adelina Inácio e Arão Martins

A ministra das Finanças garantiu que o Executivo tem previsto recursos orçamentais para o processo da implementação das autarquias, mas em reserva orçamental.

Vera Daves, que falava na terça-feira, na sessão plenária do Parlamento, em que foi discutida e votada a Proposta de Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, adiantou que estes recursos serão mobilizados “tão logo haja decisão política por parte da Assembleia Nacional sobre o momento a avançar e como avançar”.

Autarquias estão nas prioridades do MPLA. O coordenador do grupo de acompanhamento do secretariado do Bureau Político do Comité Central do MPLA para a província da Huíla, Jorge Dombolo, garantiu, segunda-feira, na comuna da Quihita, município da Chibia, a sul da cidade do Lubango, que as eleições autárquicas estão entre as prioridades do partido.

Jorge Dombolo, que falava no final da visita aos projectos de água executados com fundos do programa de emergência do Presidente da República, no âmbito do combate à seca, disse que o MPLA continua a trabalhar para a realização das autarquias. “Continuamos a trabalhar para que as primeiras eleições autárquicas em Angola decorram sem sobressaltos”, afirmou.

O político lembrou que já houve uma primeira fase de discussões, devendo-se entrar, agora, na segunda. As estruturas do MPLA, disse, continuam a empenhar-se junto das organizações para este “grande desafio que teremos nos próximos tempos.” “Quem vota são os homens e o nosso trabalho é no sentido de irmos mobilizando os militantes para este e outras grandes tarefas que teremos já nos próximos tempos”, assegurou.

Jorge Dombolo reconheceu, ontem, que existe empenho, dedicação e esforço na evolução das obras, que estão em curso, das infra-estruturas integradas da cidade do Lubango.

O membro da direcção do MPLA reconheceu haver iniciativa e criatividade do governador provincial da Huíla, Luís Nunes. O importante, disse, é fazer alguma coisa com aquilo que está disponível, o que, em seu entender, depende, também, das iniciativas dos dirigentes e responsáveis.

“Apesar das dificuldades financeiras, está-se a fazer um esforço muito grande no sentido de melhorar a qualidade de vida das populações e da própria imagem da cidade, com o curso das obras das infra-estruturas integradas do Lubango e não só”, reconheceu. Segundo Jorge Dombolo, podia ser feito mais se houvesse mais disponibilidade financeira. “Porém, como partido no poder, vamos continuar a fazer acções em função do que está disponível”, garantiu o político.

O político referiu que o mesmo ganho foi notável no município da Chibia. “Fiquei impressionado com o nível de organização e o asseio que a própria vila da Chibia apresenta”, disse.

Jorge Dombolo garantiu às populações da Huíla que melhores dias virão. Garantiu que o governador da Huíla e primeiro secretário provincial do partido e a sua equipa estão empenhados no sentido de levarem a bom termo os programas que o governo central e provincial, bem como as administrações municipais têm para as populações.

5.8 Conselho de Governação Local reunido no Sumbe

Jornal de Angola

22 de Novembro de 2019

O Presidente da República, João Lourenço, efectua, hoje e amanhã, uma visita de trabalho à província do Cuanza-Sul, centrada fundamentalmente na realização, no dia da chegada, da primeira reunião do Conselho de Governação Local.

Segundo uma nota da Casa Civil do Presidente da República, na cidade do Sumbe, capital do Cuanza-Sul, o Titular do Poder Executivo vai também constatar o andamento de algumas obras sociais, além de ouvir figuras representativas da sociedade civil, num encontro do Conselho de Auscultação e Concertação Social.

O Conselho de Governação Local é o órgão auxiliar e colegial do Presidente da República na formulação de políticas e acompanhamento da execução das políticas de governação de administração do Estado a nível local.

Criado através do Decreto Legislativo Presidencial nº 3/17, de 13 de Outubro, o Conselho de Governação Local reúne-se semestralmente e é presidido pelo Presidente da República, coadjuvado pelo Vice-Presidente da República. Dele fazem parte os ministros de Estado, ministros, os governadores provinciais, secretários do Presidente da República, o secretário do Conselho de Ministros, entre outras entidades ligadas à matéria de governação local.

5.9 OGE 2020 Dinheiro para as autarquias depende de «decisão política»

Novo Jornal

22 De Novembro de 2019

Autor: Borralho Ndomba

A disponibilização da verba para a realização das primeiras eleições autárquicas no país, marcadas para 2020, depende da "decisão política" da Assembleia Nacional, que ainda não aprovou as seis propostas de leis do Pacote Legislativo Autárquico.

A explicação foi dada esta semana, em Luanda, aos deputados pela ministra das Finanças, Vera Daves, durante a primeira reunião plenária da 3.^a Sessão Legislativa da IV Legislatura.

Sem avançar o montante para a implementação do poder local no país, a ministra das Finanças garantiu que há recursos em reserva orçamental prontos para serem mobilizados. No entanto, avançou Vera Daves, o dinheiro será disponibilizado caso o poder político avance com a implementação das autarquias.

"Os recursos serão mobilizados tão logo haja decisão política por parte da Assembleia Nacional, e penso que o mote tem de ser lançado a partir daqui, sobre em que momento avançar e como avançar", referiu.

Os diplomas sobre a implementação do poder local continua nas comissões de trabalhos especializados da «casa das leis» e desconhece-se até ao momento a data para o início dos debates na especialidade.

O silêncio por parte da direcção do Parlamento leva os partidos da oposição e alguma franja da sociedade civil a acreditarem que a institucionalização das autarquias pode ser adiada.

Um outro factor que deixa dúvidas sobre a autarquização dos municípios é o desconhecimento do valor global para o financiamento das autarquias e as suas eleições.

Durante as primeiras discussões sobre o OGE 2020, Mihaela weba disse que, na proposta orçamental do ano em que serão realizadas as eleições autárquicas, o Executivo previu apenas despesas para os poderes Legislativo, Executivo e Judicial.

A deputada pela bancada parlamentar da UNITA mostrou a sua insatisfação pelo facto de aquela proposta, aprovada na generalidade com 119 votos a favor e 46 contra, omitir os 80 mil milhões de kwanzas aprovados pelo plenário da Comissão Nacional Eleitoral (CNE) em Agosto deste ano.

"Vai ou não haver a institucionalização das autarquias locais e as primeiras eleições autárquicas em 2020, tal como Angola decidiu em 2018? Se não, porque? Se vai haver mesmo, onde está inscrito o orçamento eleitoral para as eleições autárquicas aprovadas pelo plenário da comissão Nacional Eleitoral em Agosto de 2019, no valor global de 80 mil milhões de kwanzas?", questionou a deputada.

A parlamentar afirma ser necessário que o Governo "reconheça a dimensão política e jurídica do princípio da autonomia local e que respeite os angolanos".

"Não queremos mais que alguém que se julgue iluminado nos venha dizer que está a criar condições ou as bases para a implementação das autarquias em Angola e que está a fazer primeiro a infra-estruturação dos municípios. Queremos autarquias locais em todos os 164 municípios em simultâneo", defendeu a também jurista.

5.10 Estatuto dos Eleitores Locais passa no Conselho de Ministros

Jornal de Angola

29 de Novembro, 2019

Autor: João Dias

A Proposta de Lei que aprova o Estatuto dos Eleitores Locais é dos quatro diplomas necessários à implementação das autarquias locais que foi apreciado esta quinta-feira, 28, em Luanda, pelo Conselho de Ministros.

A reunião, orientada pelo Presidente João Lourenço, apreciou, também, a Proposta de Lei sobre o Regime Geral da Cooperação Interautárquica e as Propostas de Lei sobre os Símbolos das Autarquias Locais e sobre o Regime e Formulários dos Actos da Autarquia Local.

A Proposta de Lei sobre Regime Geral da Cooperação Interautárquica pretende definir o quadro regulatório geral das formas de cooperação

entre as autarquias, com vista à prossecução de interesses comuns, à redução das assimetrias locais e regionais, bem como ao desenvolvimento nacional, podendo adoptar, entre outras, a forma de associações de autarquias, acordos de comparticipação ou de geminação.

Com o diploma, a ser remetido ao Parlamento, pretende-se um aumento progressivo dos pontos de contacto entre as autarquias de municípios vizinhos, considerando a interdependência dos respectivos problemas e a obtenção de soluções conjugadas para os interesses comuns.

A Proposta de Lei que aprova o Estatuto dos Eleitores Locais estabelece o regime jurídico de direitos, regalias e deveres dos titulares dos órgãos da autarquia local, assegurando-lhes a dignidade que o exercício das funções exige. A proposta procura condensar os principais direitos, com maior incidência para os de natureza patrimonial, bem como os deveres a que os autarcas ficam adstritos, como, entre outros, o de não favorecer interesses particulares, próprios ou de terceiros, de qualquer natureza, quer no exercício das funções, quer invocando a qualidade de membro de órgão da autarquia local.

A Proposta de Lei sobre Símbolos das Autarquias Locais fixa as bases gerais para definição, instituição e uso dos símbolos autárquicos, devendo estes assentar em elementos que traduzem a autonomia identitária dos municípios, a história, a cultura e a actividade local. O diploma define o procedimento a observar para a aquisição, pelas autarquias, do direito ao uso dos símbolos autárquicos e a regra de que os símbolos das autarquias, salvaguardada a devida precedência, são utilizados conjuntamente com os correspondentes símbolos nacionais.

A proposta de Lei sobre o Regime e Formulários dos Actos da Autarquia Local estabelece a forma externa dos actos, estrutura e publicação, bem como os modelos dos formulários a serem usados pelos órgãos autárquicos no exercício das suas funções.

Maior eficiência da AGT

O Conselho de Ministros apreciou, ainda, a Proposta de Lei que altera o Código Geral Tributário. O objectivo é adoptar medidas tendentes à simplificação de procedimentos, garantir uma maior eficiência por parte da Administração Tributária, bem como facilitar o acesso dos contribuintes às suas pretensões face à administração. Pretende-se, ainda, entre outros, a revisão dos prazos de procedimento tributário, tanto para os contribuintes como para a AGT, a redução da multa aplicada em processo de transgressão fiscal, a

obrigatoriedade de todas as instituições públicas ou privadas prestarem todo o tipo de informação à AGT e a eliminação de algumas disposições de natureza penal.

A Proposta de Lei tem também como escopo o aprimoramento do regime de audição prévia, retirando-o dos procedimentos de reclamação administrativa e do recurso hierárquico.

A Proposta de Lei que altera o Código do IRT, que reformula a tabela de taxas aplicáveis aos rendimentos dos contribuintes por conta de outrem, também foi analisada. Visa desonerar os rendimentos mais baixos, conservar a carga fiscal dos rendimentos dos escalões intermédios e incluir alguma progressividade sobre os rendimentos mais elevados. Segundo o comunicado da reunião, o Executivo pretende, com a proposta, concretizar a protecção efectiva das famílias mais pobres, permitindo que as mesmas tenham maior disponibilidade de rendimentos para a aquisição de bens de consumo essenciais à sua subsistência, enquanto taxa os rendimentos mais altos, buscando maior justiça social.

Outro diploma analisado é a Proposta de Lei que altera o Código do Imposto Industrial. A mesma visa, essencialmente, contribuir para a simplificação do sistema tributário, com ajustes pontuais no domínio da tributação das empresas, almejando o relançamento da economia nacional e imprimir competitividade, tanto para as empresas como para as famílias.

A proposta de lei também tem como objectivo incrementar a competitividade no plano da fiscalidade internacional e reforçar a criação de um ambiente favorável à atracção de investimento directo estrangeiro.

Foi igualmente analisada a Proposta de Lei do Código do Imposto Predial estabelece as normas aplicáveis ao imposto predial em todos os prédios urbanos e rústicos situados no país. Neste diploma, pretende-se tributar o património imobiliário, desde a detenção à transmissão, deixando de parte as rendas, por se tratar de realidade tributada em sede dos impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares ou colectivas.

5.11 Chivukuvuku considera que autarquias continuam na incógnita

Jornal de Angola

30 de Novembro, 2019

Autor: César André

O coordenador da Comissão Instaladora do PRA-JA Servir Angola (Partido do Renascimento Angolano – Juntos por Angola), Abel Chivukuvuku, considerou ontem, em Luanda, que não se vislumbra, no país, nenhuma intenção de realização da reforma constitucional, tão necessária para o aprofundamento da democracia.

“Infelizmente, o processo de implantação das autarquias, previsto para 2020, continua uma incógnita e nenhuma das tarefas concretas relacionadas com a realização desse processo foi cumprida”, disse o político, que falava na abertura da reunião magna.

A reunião teve como objectivo iniciar o processo de reflexão, pensamento e preparação da estruturação da organização, que vai culminar com a realização do primeiro congresso.

Abel Chivukuvuku considerou que o país continua em recessão económica. “Registou-se, nos últimos quatro anos, uma grande retracção da actividade económica, levando centenas de pequenas e médias empresas à falência”.

Um dos factores que tem levado à falência de muitas pequenas e médias empresas, segundo o político, está relacionado com a falta de pagamento de serviços prestados por parte de órgãos do Estado. Sobre o ambiente de negócios, Abel Chivukuvuku considerou que ainda é pouco competitivo. No seu entender, o sector petrolífero continua a ser o elemento dominante da economia.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Preços das moradias estão ainda por definir

Jornal de Angola
6 de Novembro de 2019
Autor: Helma Reis

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação esclareceu, ontem, no município de Viana, em Luanda, que ainda não há preços para as moradias que vão ser comercializadas, estando o assunto em estudo.

Ana Paula de Carvalho aproveitou o momento em que falava a jornalistas, no final de uma actividade de plantação de árvores, no Distrito Urbano do Zango, para informar que não corresponde à verdade a informação segundo a qual as casas vão custar até 40 mil dólares, avançada segunda-feira por alguns órgãos de comunicação social.

A ministra adiantou que os preços de 30 mil dólares, o mínimo, e 40 mil, o máximo, avançados por ela, segunda-feira, no Conselho Consultivo do Ministério do Ordenamento do Território, não são definitivos. “Ainda não é um dado definitivo, porque estão os preços a ser analisados, por tipologia, dentro daquilo que é a Política Nacional da Habitação e do Território”, acentuou Ana Paula de Carvalho.

A ministra pediu calma aos cidadãos interessados em adquirir moradias nos projectos habitacionais do Estado e garantiu que toda a informação sobre os critérios, locais e valores a pagar pela aquisição de moradias vai ser passada pelos órgãos de comunicação social, de modo a garantir transparência no processo.

Ana Paula de Carvalho pediu ainda aos interessados em adquirir moradias que evitem levar requerimentos ao Ministério do Ordenamento do Território e Habitação e ao Instituto Nacional do Ordenamento do Território e Habitação.

“Não queremos perder aquilo que é o nosso foco, por isso aguardem pelo momento certo”, salientou a ministra.

6.2 Falta de mercado baixa capacidade de venda de cimento em todo o país

Jornal de Angola
14 de Novembro de 2019
Autor: Roque Silva e Augusto Cuteta

A indústria cimenteira nacional vende apenas 18 por cento da sua capacidade de produção instalada, fixada, actualmente, em oito milhões e 660 mil toneladas de cimento.

O dado foi revelado, ontem, pelo presidente da Associação da Indústria Cimenteira de Angola (AICA), Manuel Pacavira Júnior, que adiantou ser Agosto deste ano o mês em que se registou a pior venda de cimento dos últimos cinco anos, devido à incapacidade do mercado nacional de absorver a quantidade de cimento produzido em igual período.

Manuel Pacavira Júnior disse que, em Agosto último, as cinco cimenteiras existentes no país comercializaram apenas 1.535.582 (um milhão, quinhentos e trinta e cinco mil e quinhentas e oitenta e duas) toneladas das 8.660.000 (oito milhões e seiscentas e sessenta mil) toneladas, que são a actual capacidade instalada.

O empresário referiu que os dados representam uma perda de 7.124.418 (sete milhões, cento e vinte e quatro mil e quatrocentos e dezoito) toneladas do produto.

O presidente da AICA disse que essas perdas são as mais flagrantes dos últimos cinco anos no sector, pelo que urge a necessidade da criação de estratégias para proteger as fábricas.

Manuel da Silva Pacavira Júnior esclareceu que a capacidade anual de produção de cimento instalada no país cresceu de oito milhões de toneladas, em 2016, para 8.660.000 (oito milhões e seiscentas e sessenta mil) toneladas, em 2017, números que, de acordo com o presidente da AICA, deveriam representar um elemento chave para o aumento das vendas.

Manuel Pacavira Júnior fez saber que a indústria cimenteira no país registou algum conforto nos anos de 2015, 2014 e 2016. Nesses períodos, foi possível comercializar 5.198.353, no primeiro ano, 4.917.454, no segundo, e 3.874.603 toneladas, no último ano. Os dados apresentados pelo presidente da AICA mostram, também, que, além do ano em curso, os anos de 2018 e 2017 surgem a seguir entre os mais desfavoráveis para as fábricas do sector, em termos de comercialização de cimento.

Em 2018, disse, as vendas foram de 2.620.115 toneladas e, no ano anterior, de 2.632.389 de cimento vendido. Manuel Pacavira Júnior acentuou que o actual estado do sector obrigou as fábricas a reduzirem, igualmente, os níveis de produção e, conseqüentemente, a utilização dos equipamentos, em relação à sua capacidade instalada.

País bem servido

O presidente da AICA revelou que, neste ano, a indústria cimenteira nacional reduziu para 18 por cento os níveis de utilização dos equipamentos, quando, no ano passado, este número se havia fixado em 26 por cento e, conseqüentemente, em 30, em 2017, 48, em 2016, 64, em 2015, e 61 por cento, em 2014. O presidente da AICA afirmou que o mercado nacional se mostra incapaz de absorver a capacidade instalada de produção de cimento, um facto resultante da redução do volume de obras públicas.

O país está bem servido em fábricas de cimento, afirmou o responsável, para quem a capacidade de produção pelas cinco cimenteiras (Cimangola, CIF, FCKS, Secil Lobito e Cimenfort) é garantida pela existência de matérias-primas por pedreiras com quantidade suficiente de abastecimento por, pelo menos, 50 anos, potencialidade dos equipamentos, água e energia eléctrica, embora algumas ainda sobrevivam de fontes alternativas.

A Cimangola e a CIF, em Luanda, têm jazidas próprias, com uma durabilidade superior a 60 anos, que é o tempo normal de vida de uma mina de inertes. A FCKS tem uma enorme potencialidade de recursos minerais, fundamentalmente o calcário, que, com a argila, areia e o mineiro de ferro, constituem a matéria-prima base, para a produção de cimento, depois de adicionada ao gesso e a outros componentes.

Além de cimento, o clínquer é outro produto fabricado pela indústria cimenteira nacional, cuja produção anual é de seis milhões e 450 mil toneladas. A produção é feita nas fábricas Cimangola, CIF, ambas em Luanda, e na FCKS, no Cuanza-Sul, que, com a Secil Lobito e a Cimenfort, instaladas em

Benguela, integram a Associação da Indústria Cimenteira de Angola, juntamente com as sociedades de investimentos e participações Secil Angola e Ciminvest.

Impacto do IVA

A Associação da Indústria Cimenteira de Angola entende que a implementação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), desde 1 de Outubro, não foi efectuada no momento mais adequado.

Para Manuel Pacavira Júnior, a taxa de 14 por cento também deveria ser bem estudada, sendo que, como alternativa, seria oportuno haver uma diferenciação para cada sector, já que a sua maioria depende ainda da importação para sobreviver.

A Associação da Indústria Cimenteira de Angola, considerou o responsável, pela nobreza do produto das suas associadas e pela multiplicidade da sua utilização nos vários segmentos para a evolução do país, tem um significado bastante importante para a reconstrução e o desenvolvimento nacional.

6.3 Terrenos infra-estruturados postos à venda no Kilamba

Jornal de Angola

14 de Novembro de 2019

Autor: João Dias e Madalena José

A Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados, EGTI, EP, criada por Decreto Presidencial, em 2015, para atender a administração e gestão racional das infra-estruturas e dos espaços infra-estruturados do país, está a preparar uma campanha de venda de terrenos infra-estruturados, na centralidade do Kilamba, numa área total de 658 841,71 metros quadrados, o correspondente a 65 hectares.

Os preços, no Kilamba, giram em torno do equivalente em kwanzas a 214 dólares por metro quadrado, já que o actual não corresponde ao valor de mercado.

O objectivo é vender terrenos “prontos a construir”, à partida com energia, água, saneamento e arruamentos. Contudo, mais do que isso, o Estado pretende evitar que os terrenos continuem a ser objecto de ocupação ilegal, impossibilitando a sua comercialização. Por enquanto, em Luanda, a empresa desenvolve a actividade nos terrenos das cidades do Kilamba, Sequele e Camama, perspectivando o fomento e desenvolvimento de projectos imobiliários privados, já que entende que toda a concessão de direitos de superfície sobre

terrenos a ser feita, nesta nova fase, segue uma estratégia urbana, que visa captar “projectos âncora” que garantam emprego, serviços de qualidade e extensas áreas verdes.

Em entrevista ao Jornal de Angola, o presidente do Conselho de Administração da Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados, Pedro Cristóvão, enfatizou que a localização estratégica do Sequele, Camama e Kilamba, associada a outros aspectos, resultam numa procura exponencial de terrenos, o que coloca sobre eles a vantagem de, no quadro da estratégia urbana, captar “projectos âncora” que garantam emprego e serviços.

Vai ser assim, em breve, em mais de 20 cidades de 12 das 18 províncias do país: Luanda, Cabinda, Uíge, Lunda-Sul, Bié, Huíla, Benguela, Namibe, Moxico, Cuanza-Sul, Huambo e Bengo. Uma lógica que visa privilegiar a estratégia da empresa, que passa por desenvolver a sua acção de comercialização e valorização de activos dentro das regras da sustentabilidade urbanística, oferecendo um serviço público de gestão, promoção e comercialização de terrenos públicos e privados do Estado. Além disso, participa no processo de requalificação e desenvolvimento urbano regido pelo Plano Director Geral de Luanda.

Para Pedro Cristóvão, o país deve caminhar para uma direcção em que o cidadão terá de adquirir terreno devidamente identificado e com infra-estruturas necessárias, na base de segurança e certeza jurídica. “Há esta disponibilidade, mas as pessoas teimam em comprar sempre terrenos ocupados ilegalmente e sem escritura”, advertiu o responsável. A campanha será realizada ainda este ano, num espaço correspondente a 564 lotes para habitações unifamiliares, edifícios multi-familiares, terrenos de uso comercial, saúde, serviços administrativos, escolas e parques urbanos. Numa primeira fase, a campanha deve abranger apenas a cidade de Luanda e, na próxima, todas as províncias, numa altura em que crescem as construções dirigidas.

“Há construções feitas pelos próprios cidadãos em larga escala, em Angola. O que é preciso é apenas uma orientação, ou seja, de terrenos infra-estruturados com o uso dos solos definidos”, disse.

Kilamba, o epicentro

A urbanização de hoje começa no Kilamba, disse Pedro Cristóvão, que considerou a centralidade “epicentro da gestão urbana em Luanda. Esta é a primeira fase de gestão de terrenos infra-estruturados, aprovados e devidamente identificados, seja para lote

central, para os macro lotes ou pequenos lotes, os chamados “lotes chorenira”.

“Toda a gestão que a empresa faz no país tem na cidade do Kilamba um espelho”, sublinhou, prometendo investir em áreas abertas para espaços de lazer e serviços múltiplos, numa cidade que cresce a um ritmo vertiginoso.

A estratégia passa por privilegiar a acção no corredor central, com espaços multi-usos que englobem habitação, serviços, comércio, restauração, equipamentos de utilização colectiva e turísticos, sem deixar de parte infra-estruturas e espaços verdes públicos, para proporcionar qualidade de vida e uma componente paisagística diferenciada.

Pedro Cristóvão afirmou que o Estado deixou espaços para que o investimento privado faça construções na cidade do Kilamba, no caso, colégios e hospitais de referência, numa altura em que a centralidade sequer tem um hospital.

“Tem um centro médico, mas não tem um hospital”, referiu o gestor, para quem “tudo isso tornará a cidade mais apetecível, já que a ideia é fazer com que as cidades se expandam e as pessoas encontrem nelas uma base de vida com qualidade, pela disponibilidade de bens e serviços.

Em sua opinião, deve olhar-se mais para esta componente, para que as cidades deixem de ser dormitórios. A empresa está focada no desenvolvimento, num país, com cidades ordenadas, com mobilidade interna e entre o centro e as centralidades.

Preços e títulos

Os preços de comercialização dos terrenos infra-estruturados estão em análise e giram em torno dos 214 dólares por metro quadrado, no Kilamba. O valor está alinhado ao custo das infra-estruturas, embora o de mercado esteja acima disso, principalmente naquela zona. No Sequele e na zona residencial do Camama, 90 dólares, em média, tendo em conta a localização e a finalidade da solicitação. A grande preocupação, para o lançamento da campanha, tem a ver com o problema da regularização dos direitos fundiários, acesso à escritura pública e aos direitos de superfície. Durante a entrevista, Pedro Cristóvão lembrou que hoje o superficiário leva, em média, dois anos, ainda que tenha documentação para obter títulos, prometendo reduzir este tempo para duas semanas. “Precisamos de encurtar o tempo, de dois anos para uma ou duas semanas, isto é, desde a concessão ao registo predial. Com isso, em menos de um mês, o

cliente terá segurança jurídica e poderá construir e investir no espaço”, realçou. O responsável dá ênfase à vantagem de a empresa vender espaços em estrito contacto com os governos provinciais e as entidades licenciadoras, de construção e de loteamentos. Desta forma, explicou, uma vez concedidos os direitos fundiários, o cliente terá, num curto espaço de tempo, as devidas licenças, contrariando o ainda prevalecente cenário em que o investidor não tem acesso à escritura pública.

“Queremos que as pessoas façam negócios, construam com direitos fundiários e segurança jurídica garantidas e possam ir à banca solicitar investimentos com confiança, em caso de hipoteca do imóvel”, reforçou.

Pedidos oscilam entre os 75 e 80 por mês

Os pedidos de terrenos, para habitação aumentam todos os dias. Em média, são registados, diariamente, três a quatro solicitações, o que corresponde a um total de 75 a 80 por mês, na maioria de pequenos espaços, que, geralmente, não ultrapassam os 300 metros quadrados de área total. As solicitações são de renda média ou renda média-alta, geralmente feitas por jovens. Não há solicitações de rendas baixas, por estarem localizados num espaço infra-estruturado e urbanizado, onde podem ser erguidas casas numa área bruta de mais de 75 metros quadrados, com uma margem de 35 a 40 por cento de índice de implementação.

A empresa estrutura-se, cada vez mais, para disponibilizar terrenos para a construção de habitações multifamiliares, na horizontal ou na vertical, bem como pequenas habitações individuais. Outro maior número de pedidos incide sobre terrenos para edificação de espaços para comércio de pequena dimensão, designadamente lojas de proximidade, barbearias, cafés, escritórios e prestação de serviços. Um terceiro tipo de pedido destina-se a terrenos para a construção de escritórios no corredor central.

O gestor apelou aos clientes que evitem a compra de terrenos em lotes destinados à construção de casas de rés-do-chão, quando pretendem construir mais de um andar. Advertiu que quem assim proceder - uma vez que está definido por instrumento legal - incorrerá em ilegalidade.

“Não será multado, mas terá a casa demolida pelos serviços competentes da administração do distrito, depois do devido processo administrativo ou judicial, se for necessário. O terreno definido para vivendas há-de ser para vivendas, onde for para a construção de um andar a mais, também assim será. Desta forma,

teremos terrenos ordenados e destinados para os fins definidos previamente”, esclareceu. A situação que se vive hoje, onde num espaço definido para erguer vivendas são levantados edifícios, deverá conhecer o seu termo. Afinal, serão definidas infra-estrutura para suportar habitações de pisos terrenos, para evitar obstrução ao escoamento das águas residuais, pluviais e abastecimento de outros serviços. Para o efeito, a EGETI quer trabalhar com as empresas construtoras ou mesmo formar um consórcio para construir casas ao gosto dos clientes, sem violar os padrões de construção estabelecidos.

Vantagem económica

Pedro Cristóvão deixa claro que a EGTI, na sua actuação, não interfere, nem anula a actividade da administração local, distrital e municipal. “Não interferimos, na medida em que a nossa gestão é comercial. Não emitimos licenças de construção, nem temos poder de polícia”, explicou.

As licenças e os impostos, prosseguiu, são tarefas das administrações locais e entidades afins. “Nós simplesmente criamos as condições para que estas administrações sejam auto-sustentadas, com recursos adquiridos da venda de terrenos infra-estruturados”, assinalou.

Ao reinvestir nas infra-estruturas, a empresa não só cria novas estradas, como aumenta a capacidade de distribuição de equipamentos, como água, energia, saneamento básico, estações de tratamento de águas residuais e pontes, esclareceu Pedro Cristóvão. Lembrou que, em muitas ocasiões, encontram terrenos totalmente abertos, sem planos e usos, o que obriga a criar investimentos para depois recuperar. Neste processo, explicou, são entregues terrenos às administrações, já com tudo, isto é, energia, água e prontos a construir.

“Com isso, a apetência de vender terrenos vai acabar, porque ninguém vai desejar comprar um terreno sem infra-estrutura. Estamos na fase de homologação do nosso relatório e contas do exercício 2018, que foi aprovado com reserva”, disse e sublinha que, até ao momento, os que melhor pagam são os que adquirem terrenos pequenos.

Com 40 trabalhadores, a empresa tem a sede em Luanda, apesar da abrangência nacional. Para isso, criará serviços desconcentrados, que actuarão de modo local. Actualmente, encarregada da gestão de espaços infra-estruturados em 20 cidades de 12 das 18 províncias, a EGTI posiciona-se como instrumento público para as políticas de desenvolvimento urbano.

Construir para realojar

A EGTI deve construir, em breve, mil habitações no Sequele, das quais 350 T2 evolutivas, na fase conclusiva. As restantes estão condicionadas a questões financeiras. As habitações erguidas são para realojamento de cidadãos.

“A empresa tem também a componente de construção, quando chamada a atender o realojamento. O Estado atribui a requalificação à EGTI e esta, por sua vez, verifica se é necessário o realojamento”, disse Pedro Cristóvão. Acrescentou que a maior parte dos activos atribuídos à empresa não tem plano urbanístico ou director, nem de pormenor, o que dificulta a sua gestão comercial. Por isso, a EGTI tem a missão de analisar, onde colocar uma escola, um posto médico, centro desportivo. “Esse é o nosso ponto de acção, que passa por identificar as potencialidades e ver a envolvente, refazer o esquema de ocupação destas áreas e permitir que tenham todos os espaços necessários para ser considerada uma cidade”, realçou Pedro Cristóvão.

O responsável salientou o facto de a empresa participar, também, na segunda fase de construção da infra-estrutura da cidade do Kilamba, a ser desenvolvida pelo Gabinete de Coordenação para a Construção e Desenvolvimento Urbano das Cidades do Kilamba, Camama e Cacuaco (GCKCC). O retorno do valor investido pelo Estado em infraestruturas nas cidades do Kilamba, Sequele e Camama já se faz sentir. Segundo Pedro Cristóvão, no exercício económico de 2018, até 31 de Dezembro, o fluxo de caixa da empresa foi de 8,2 mil milhões de kwanzas, resultado das actividades operacionais, como pagamentos respeitantes a imobilizações corpóreas e incorpóreas, investimentos financeiros e outras rubricas.

Comparados com o exercício do ano anterior, a empresa registou um aumento de mais de três mil milhões de kwanzas, num cenário em que uma das atribuições da EGTI é a gestão e o estudo do mercado, para ver até que ponto pode recuperar o investimento. A ocorrer, devolve directamente aos cofres do Estado, investe em novas infra-estruturas, rentabiliza e expande cidades.

“A ideia é tornar as cidades angolanas auto-sustentadas, para reduzir a pressão sobre os grandes centros urbanos. Além disso, pretende-se reduzir a pressão sobre o OGE, no processo de desenvolvimento de cidades sustentáveis”, realçou.

Com quatro anos de existência, a EGTI foi concebida para fazer a gestão de terrenos infra-

estruturados com carácter estratégico. Pedro Cristóvão explicou que, durante algum tempo, o Estado fez investimentos em infra-estruturas, principalmente nas novas centralidades, e olhou para a necessidade de se fazer uma gestão específica, que é gerir terrenos na perspectiva de garantir o retorno do investimento. Neste campo, à EGTI foi atribuída a gestão, comercialização e a regularização dos direitos fundiários.

“A empresa não gere o território nacional no seu todo, apenas aqueles espaços que o Estado atribuir e regulariza os direitos fundiários. De acordo com a legislação do planeamento territorial, os terrenos precisam de ter planos de pormenor, urbanísticos e directores, que definam o uso dos solos”, esclareceu o gestor. Realçou o facto de nem todos os terrenos estarem aptos para comercialização, por falta destes instrumentos de ordenamento do território.

A empresa já requalificou o terreno para realojamento na zona do Sequele.

6.4 Pedidos oscilam entre os 75 e 80 por mês

Jornal de Angola
14 Novembro 2019

Os pedidos de terrenos.

Para habitação aumentam todos os dias. Em média, são registados, diariamente, três a quatro solicitações, o que corresponde a um total de 75 a 80 por mês, na maioria de pequenos espaços, que, geralmente, não ultrapassam os 300 metros quadrados de área total. As solicitações são de renda média ou renda média-alta, geralmente feitas por jovens. Não há solicitações de rendas baixas, por estarem localizados num espaço infraestruturado e urbanizado, onde podem ser erguidas casas numa área bruta de mais de 75 metros quadrados, com uma margem de 35 a 40 por cento de índice de implementação.

A empresa estrutura-se, cada vez mais, para disponibilizar terrenos para a construção de habitações multifamiliares, na horizontal ou na vertical, bem como pequenas habitações individuais. Outro maior número de pedidos incide sobre terrenos para edificação de espaços para comércio de pequena dimensão, designadamente lojas de proximidade, barbearias, cafés, escritórios e prestação de serviços. Um terceiro tipo de pedido destina-se a terrenos para a construção de escritórios no corredor central.

O gestor apelou aos clientes que evitem a compra de terrenos em lotes destinados à construção de casas de rés-do-chão, quando pretendem construir mais de um andar. Advertiu que quem assim proceder - uma vez que está definido por instrumento legal - incorrerá em ilegalidade.

“Não será multado, mas terá a casa demolida pelos serviços competentes da administração do distrito, depois do devido processo administrativo ou judicial, se for necessário. O terreno definido para vivendas há de ser para vivendas, onde for para a construção de um andar a mais, também assim será. Desta forma, teremos terrenos ordenados e destinados para os fins definidos previamente”, esclareceu. A situação que se vive hoje, onde num espaço definido para erguer vivendas são levantados edifícios, deverá conhecer o seu termo. Afinal, serão definidas infra-estrutura para suportar habitações de pisos terrenos, para evitar obstrução ao escoamento das águas residuais, pluviais e abastecimento de outros serviços.

Para o efeito, a EGETI quer trabalhar com as empresas construtoras ou mesmo formar um consórcio para construir casas ao gosto dos clientes, sem violar os padrões de construção estabelecidos.

Vantagem económica

Pedro Cristóvão deixa claro que a EGTI, na sua actuação, não interfere, nem anula a actividade da administração local, distrital e municipal. "Não interferimos, na medida em que a nossa gestão é comercial. Não emitimos licenças de construção, nem temos poder de polícia", explicou.

As licenças e os impostos, prosseguiu, são tarefas das administrações locais e entidades afins. "Nós simplesmente criamos as condições para que estas administrações sejam auto-sustentadas, com recursos adquiridos da venda de terrenos infra-estruturados", assinalou.

Ao reinvestir nas infra-estruturas, a empresa não só cria novas estradas, como aumenta a capacidade de distribuição de equipamentos, como água, energia, saneamento básico, estações de tratamento de águas residuais e pontes, esclareceu Pedro Cristóvão. Lembrou que, em muitas ocasiões, encontram terrenos totalmente abertos, sem planos e usos, o que obriga criar investimentos para depois recuperar.

Neste processo, explicou, são entregues terrenos às administrações, já com tudo, isto é, energia, água e prontos a construir.

"Com isso, a apetência de vender terrenos vai acabar, porque ninguém vai desejar comprar um terreno sem infra-estrutura. Estamos na fase de homologação do

nosso relatório e contas do exercício 2018, que foi aprovado com reserva", disse e sublinha que até ao momento, os que melhor pagam são os que adquirem terrenos pequenos.

Com 40 trabalhadores, a empresa tem a sede em Luanda, apesar da abrangência nacional. Para isso, criará serviços desconcentrados, que actuarão de modo local. Actualmente, encarregada da gestão de espaços infra-estruturados em 20 cidades de 12 das 18 províncias a EGTI posiciona-se como instrumento público para as políticas de desenvolvimento Urbano.

6.5 Pedidos oscilam entre os 75 e 80 por mês

Jornal de Angola
14 Novembro 2019

Os pedidos de terrenos.

Para habitação aumentam todos os dias. Em média, são registados, diariamente, três a quatro solicitações, o que corresponde a um total de 75 a 80 por mês, na maioria de pequenos espaços, que, geralmente, não ultrapassam os 300 metros quadrados de área total. As solicitações são de renda média ou renda média-alta, geralmente feitas por jovens. Não há solicitações de rendas baixas, por estarem localizados num espaço infraestruturado e urbanizado, onde podem ser erguidas casas numa área bruta de mais de 75 metros quadrados, com uma margem de 35 a 40 por cento de índice de implementação.

A empresa estrutura-se, cada vez mais, para disponibilizar terrenos para a construção de habitações multifamiliares, na horizontal ou na vertical, bem como pequenas habitações individuais. Outro maior número de pedidos incide sobre terrenos para edificação de espaços para comércio de pequena dimensão, designadamente lojas de proximidade, barbearias, cafés, escritórios e prestação de serviços. Um terceiro tipo de pedido destina-se a terrenos para a construção de escritórios no corredor central.

O gestor apelou aos clientes que evitem a compra de terrenos em lotes destinados à construção de casas de rés-do-chão, quando pretendem construir mais de um andar. Advertiu que quem assim proceder - uma vez que está definido por instrumento legal - incorrerá em ilegalidade.

“Não será multado, mas terá a casa demolida pelos serviços competentes da administração do distrito, depois do devido processo administrativo ou judicial,

se for necessário. O terreno definido para vivendas há de ser para vivendas, onde for para a construção de um andar a mais, também assim será. Desta forma, teremos terrenos ordenados e destinados para os fins definidos previamente”, esclareceu. A situação que se vive hoje, onde num espaço definido para erguer vivendas são levantados edifícios, deverá conhecer o seu termo. Afinal, serão definidas infra-estrutura para suportar habitações de pisos terrenos, para evitar obstrução ao escoamento das águas residuais, pluviais e abastecimento de outros serviços.

Para o efeito, a EGETI quer trabalhar com as empresas construtoras ou mesmo formar um consórcio para construir casas ao gosto dos clientes, sem violar os padrões de construção estabelecidos.

Vantagem económica

Pedro Cristóvão deixa claro que a EGTI, na sua actuação, não interfere, nem anula a actividade da administração local, distrital e municipal. "Não interferimos, na medida em que a nossa gestão é comercial. Não emitimos licenças de construção, nem temos poder de polícia", explicou.

As licenças e os impostos, prosseguiu, são tarefas das administrações locais e entidades afins. "Nós simplesmente criamos as condições para que estas administrações sejam auto-sustentadas, com recursos adquiridos da venda de terrenos infra-estruturados", assinalou.

Ao reinvestir nas infra-estruturas, a empresa não só cria novas estradas, como aumenta a capacidade de distribuição de equipamentos, como água, energia, saneamento básico, estações de tratamento de águas residuais e pontes, esclareceu Pedro Cristóvão. Lembrou que, em muitas ocasiões, encontram terrenos totalmente abertos, sem planos e usos, o que obriga criar investimentos para depois recuperar.

Neste processo, explicou, são entregues terrenos às administrações, já com tudo, isto é, energia, água e prontos a construir.

"Com isso, a apetência de vender terrenos vai acabar, porque ninguém vai desejar comprar um terreno sem infra-estrutura. Estamos na fase de homologação do nosso relatório e contas do exercício 2018, que foi aprovado com reserva", disse e sublinha que até ao momento, os que melhor pagam são os que adquirem terrenos pequenos.

Com 40 trabalhadores, a empresa tem a sede em Luanda, apesar da abrangência nacional. Para isso, criará serviços desconcentrados, que actuarão de modo local. Actualmente, encarregada da gestão de espaços infra-estruturados em 20 cidades de 12 das

18 províncias a EGTI posiciona-se como instrumento público para as políticas de desenvolvimento Urbano.

6.6 Jefran procura soluções de quesitos com os seus clientes

Jornal Manchete

14 De Novembro de 2019

Informações postas a circular em círculos de comunicação, indicam que mais de 900 milhões de Kwanzas (valor calculado ao câmbio de 150 Kwanzas por 1 USD) e mais de 250 mil USD são os montantes apurados por alguma instituição do Estado que estão na base de conflitos entre a Jefran e mais de 350 famílias, dirigida pelos senhores Francisco Silva e Gerson Silva, num processo de construção e venda de residências a pronto pagamento e em renda resolúvel,

Apesar dos clientes ou pretendentes a clientes alegarem terem cumprido com os pagamentos acordados no contrato de adesão, a empresa ainda não honrou com os compromissos de entrega das residências, alegadamente já pagas. Os queixosos, junto das instituições do Estado, dizem que a Jefran não entregou as casas e está vendendo-as ao Ministério do Interior, tendo o corte da fita das vilas, sido feito pelo então Ministro Ângelo da Veiga Tavares, habitações que já haviam sido compradas por outros clientes.

Os casos começaram em 2012, altura em que o sonho da casa própria começou a ser transformado em pesadelo para centenas de cidadãos que encontram - se ainda hoje aflitos por não saberem como fazer para reaver o dinheiro conseguido com muito sacrifício, alguns recorrendo a crédito bancário, enquanto outros foram vendendo bens para conseguirem um tecto condigno. Mesmo havendo a intervenção do INADEC, alegam os queixosos, que pedem o anonimato, o processo para a resolução tem caminhado a passo de camaleão, algo que aos olhos dos lesados não está bem. Devido a morosidade do processo, alguns têm receio que possam não voltar a ver os seus valores, nem tão pouco as casas, enquanto que os fornecedores destes serviços andam à vontade.

Desde o início desta situação, segundo estes, vários casos de doenças cardio-vasculares e do sistema nervoso têm sido diagnosticados entre os lesados e seus familiares, sendo que há relatos de que um dos casos levou a morte de uma pessoa. Segundo consta, de várias tentativas feitas pelos lesados junto da empresa Jefran, para a resolução da situação,

nenhuma surtiu o efeito desejado, porque os responsáveis dizem-se intocáveis, ao ponto de continuarem a comercializar habitações em várias províncias de Angola sem que sejam entregues aos proprietários sem que nada os acontece e, conseguiram ainda que alguns lesados ficassem detidos pela polícia a pedido da direcção da empresa.

Incumprimentos contratuais, burla, abuso de confiança, sonegação fiscal, ocupação ilegal de terrenos, venda de uma mesma residência a mais de um comprador, roubo e destruição de documentos comprova ti vos de pagamentos das prestações, contas e pagamentos fictícios, super facturação, alta taxa de câmbio acima da imposta pelo BNA e ajustada consoante a critérios próprios da Jefran, são apenas algumas das situações que os lesados apontam a gestão danosa que há na empresa Jefran.

Neste momento apenas pedem que os órgãos de justiça façam o seu trabalho e que o que é devido seja restituído com as devidas compensações legais e que os responsáveis sejam punidos.

A JEFRAN REBATE

Uma equipa do jornal Manchete dar empregos directos e indirectos e nunca tivemos apoio do Estado, tanto é que não compreendemos como é que os discursos dos dirigentes incentivam o povo ao empreendedorismo, entretanto sem apoios. Por outro lado o INADEC, depois de algumas reclamações dos clientes, notificou a empresa e solicitou o encerramento de alguns dos nossos escritórios e mesmo assim nos obrigam a ressarcir danos, isto é difícil, na medida em que se entende, como se alguém lhe pedisse para ir ao seu encontro mas te proíbe de andar. Com os escritórios encerrados, temos dificuldades em resolver o assunto, mas estamos dispostos e abertos ao diálogo: "Nós achamos que este caso não é do INADEC por não se tratar de consumidores, pelo facto destes nem sequer terem terminado com os pagamentos": "Vocês podem voltar a publicar os nossos comunicados de imprensa" "Mais, vale perdoar um culpado do que condenar um inocente"

Na próxima edição, o Manchete garante trazer mais subsídios em relação ao assunto, incluindo a versão do INADEC. contactou a empresa Jefran para ouvir a sua versão em relação as acusações feitas, Sr. Francisco, o representante legal da empresa teceu as seguintes declarações: "todos os lesados têm o direito de reivindicar os seus direitos, mas nós, desde 2015 que enfrentamos dificuldades de ordem conjuntural, fruto da crise que assola o país, pois, se lembrarem bem, houve um período em que nem cimento havia sequer, nos mercados nacionais e nesta altura, nós

também perdemos a capacidade de avançar com as actividades. Nós estamos dispostos a receber as pessoas que se sentem lesadas e sabemos que muitos destes que reivindicam suas casas, não pagaram todas as prestações, alguns até contribuíram com 100 mil, 500 mil ou mesmo 1 milhão de kwanzas e já pretendem receber as casas. O projecto é de venda resolúvel, mas existem mais de 2 mil e 500 famílias a residirem nas casas e sem capacidade de concluir o pagamento do remanescente, incluindo órfãos e viúvas e nós não despojamos ninguém, ao contrário procuramos negociar novas modalidades de resolução do problema. Este projecto, continuou, foi elaborado por angolanos interessados em contribuir para vender casas condignas aos angolanos iguais.

6.7 Nos litígios, o contrato favorece quem compra

Jornal de Angola

16 de Novembro, 2019

Autor: Diógenes de Oliveira

Tecnicamente, define-se um contrato como sendo qualquer tipo de avença (acordo deliberado, bilateral ou não) entre duas ou mais pessoas, em que uma delas assume uma prestação de qualquer natureza a favor da outra, a ser realizada em determinado momento e local.

Tanto o contrato específico como o por adesão têm regime legal, estabelecido pela Lei de Defesa do Consumidor (LDC), que determina os contratos que regulam as relações de consumo, não obrigam os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou os respectivos instrumentos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance à luz do Art. 15º da LDC.

Conforme o nº 3 do Art. 15º da LDC, as cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor, ou seja, caso o contrato contenha termos ambíguos, contraditórios ou confusos e surja qualquer conflito quanto ao seu cumprimento, deverá procurar-se sempre a solução que melhor tenha em conta os interesses do consumidor.

Existem, ainda, outros preceitos normativos acerca do tema mas, na impossibilidade de os transcrever na íntegra, propomos que seja interpretado concisamente o Art. 78º da Constituição da República de Angola, a LDC e outras legislações avulsas.

Vimos que os preceitos acima referidos dão uma protecção contratual, pretendendo-se garantir a boa-fé entre os contraentes (consumidor e fornecedor), de modo a trazer a transparência e harmonia nas relações de consumo, mantendo o equilíbrio entre eles sem prejudicar a liberdade de escolha do consumidor, nem a livre iniciativa do fornecedor.

Nisso, os contratos de adesão, à semelhança daqueles que encontramos nos bancos, seguradoras e outros serviços, embora sejam legais, dão a possibilidade de o consumidor solicitar ou impor ao fornecedor a sua resolução ou a alteração de cláusulas que lesem o seu direito enquanto consumidor. Possibilitam, também, a solicitação da nulidade parcial ou total do contrato a favor do consumidor.

*Director-geral do Inadec

6.8 Quase 50 por cento das imobiliárias inscritas na APIMA foram à falência

Jornal de Angola

16 de Novembro, 2019

Autor: Augusto Cuteta

Pelo menos, 50 por cento das mais de 200 empresas inscritas na Associação de Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA) fecharam as portas nos últimos seis anos, devido à crise económica, revelou, ontem, em Luanda, o presidente da referida organização.

Pedro Caldeira, que lidera a APIMA há dois anos, disse ao *Jornal de Angola* que muitas outras empresas do sector correm o mesmo risco, por estarem a “sobreviver” apenas, sem cumprir na plenitude as suas reais funções.

Como factores para o desaparecimento das empresas imobiliárias, o responsável apontou a queda do poder aquisitivo das famílias, falta de financiamento dos bancos e as altas taxas de juro praticadas pelas instituições bancárias, dificuldades que afectaram, em grande medida, o negócio do sector imobiliário. Fruto disso, muito por culpa da recessão da economia, Pedro Caldeira considerou que o sector imobiliário está estagnado, limitando-se a adoptar políticas de sobrevivência, com pequenos negócios, muito longe do que fazia noutros anos. Nesta altura, as empresas imobiliárias, em vez de criarem postos de trabalho, estão a partir para a tática do despedimento de muitos trabalhadores. “Faltam os impulsos à economia, que devem mobilizar e envolver o nosso sector, porque cria valor acrescentado ao país e, nós, podemos dar inúmeros postos de trabalho”, realçou Pedro Caldeira.

Para o presidente da APIMA, o sector imobiliário que, em Angola, existe praticamente apenas em Luanda, Benguela e Huíla, vitaliza o sector da Construção e muitos outros, atrai o investimento externo e eleva o Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Mediadores de rua Outra situação que contribui para o desaparecimento das empresas imobiliárias, segundo Pedro Caldeira, é a prevalência de duas “manchas”, sendo uma com mediadores ou intermediários de rua, que comercializa produtos pelas artérias de Luanda, e outra que é composta por entidades legalizadas, que gera postos de trabalho e cria valor acrescentado ao país.

“Infelizmente, são essas empresas que criam valor acrescentado ao país que estão a desaparecer”, lamentou Pedro Caldeira, para avançar que a associação tem levado estas preocupações aos órgãos de tutela no sentido de criarem uma dinâmica diferente.

Pedro Caldeira elogiou a criação da Lei de Mediação que, em breve, pode ir à aprovação na Assembleia Nacional, um documento que pode resultar em novas dinâmicas de pressão sobre as inúmeras pessoas ou entidades que estão no sector informal para que possam aderir ao formal.

“Estando no sector formal, o empresário garante subsistência quando chegar à idade da reforma, desconta para a Segurança Social, paga impostos ao Estado e contribui para o desenvolvimento do país”, destacou as vantagens.

Para o presidente da APIMA, é fundamental que se ultrapasse o problema do financiamento e das questões de excesso burocrático, sendo necessário um melhor aproveitamento da instalação do Guiché Único do Imóvel para que se mude o quadro de legalização de imóveis, numa altura em que muitos cidadãos têm casas, mas sem documentos de legalização de tais habitações.

Produção nacional Pedro Caldeira disse que a indústria imobiliária precisa de apostar, igualmente, numa plena produção nacional, fundamentalmente no que diz respeito aos materiais de construção civil, para se ter produtos a custos controlados.

O presidente da APIMA pediu, ainda, que se reforce a política habitacional para os cidadãos com menos poder aquisitivo, através do financiamento à habitação social, e que haja outra dinâmica sobre a questão da regularização jurídica do património imobiliário.

Para isso, Pedro Caldeira solicitou que se acabe com a grande burocracia no tratamento da legalização dos imóveis, na emissão do direito de superfície e se descentralize os processos de constituição desses direitos.

O líder empresarial referiu que esses problemas devem ser resolvidos com maior urgência, por serem a base para o financiamento das empresas, pelo que a associação espera do Executivo a implementação de políticas que criem um ambiente mais atractivo para esse tipo de financiamento.

Enquanto isso, na Projekta 2019, que encerra, hoje, a APIMA participa com 12 empresas do sector imobiliário. “Teríamos mais, porém, as dificuldades financeiras impediram que muitas entidades conseguissem participar nesta feira”, lamentou.

6.9 Parlamento aprova Lei sobre áreas de conservação ambiental

Jornal de Angola

21 de Novembro de 2019

Autor: Adelina Inácio

A Assembleia Nacional aprovou ontem, por unanimidade, na generalidade, a Proposta de Lei das Áreas de Conservação Ambiental.

Durante a apresentação do diploma, a ministra do Ambiente, Paula Francisco, disse que a maior parte das áreas de conservação foi criada na base da legislação colonial e precisa ser actualizada ao contexto actual.

O país, afirmou, está sem base legal para a criação e gestão das áreas de conservação. Paula Francisco garantiu que o diploma vai definir um sistema nacional das áreas de conservação, com vista a estabelecer os critérios e as regras para a sua criação, classificação e gestão por meio de princípios que salvaguardem a sua preservação e conservação.

A ministra do Ambiente explicou que a proposta surge, igualmente, da necessidade de criar um regime jurídico das áreas de conservação e de assegurar o uso da flora e fauna selvagem que pautem pelos princípios constitucionais e direitos internacionais relevantes, em particular os princípios de desenvolvimento sustentável e da protecção do ambiente através da exploração sustentável da diversidade biológica nas áreas de conservação.

O diploma, segundo ainda Paula Francisco, é uma novidade no país e defende a necessidade de se criar as áreas de conservação marinhas, terrestres e cursos

de águas, lagos, lagoas e zonas aquáticas. A proposta prevê questões como a arrecadação de receitas dentro as áreas de conservação, a partir de programas de competitividades nacional para a sua gestão. A Proposta de Lei foi aprovada com 169 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. Ainda ontem, os deputados aprovaram, por unanimidade, a Lei de Protecção das Vítimas, Testemunhas e Arguidos colaboradores em Processo Penal, a Lei de Videovigilância e a Lei de Prevenção do Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em massa.

Valores mobiliários

A Assembleia Nacional aprovou, ontem, na generalidade, a Proposta de Lei que altera o Código dos Valores Mobiliários, para ajustar os valores das multas aplicáveis às transgressões no mercado mobiliário.

A ministra das Finanças esclareceu aos parlamentares que pretende-se que os valores das multas estejam ajustados ao grau de solvabilidade e liquidez das instituições e às boas práticas internacionais, que aconselham a consagração de uma elevada margem de variação entre os limites mínimo e máximo das multas.

Vera Daves, que apresentou o diploma aos deputados, afirmou que a lei estabelece um regime sancionatório, penal e transgressional, aplicável ao mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados, distinguindo os crimes, por um lado, e as transgressões, por outros.

Relativamente ao regime transgressional, disse, o Código dos Valores Mobiliários classifica as transgressões em função da sua graduação e são qualificadas em muito graves, graves e menos graves e define os valores das multas que são aplicadas aos agentes mobiliários.

A Proposta está expressa em Unidade de Correção Fiscal (UCF). Nas transgressões qualificadas como muito graves propõe-se um intervalo entre 40 mil e quatro milhões e 460 mil UCF. Para transgressões qualificadas como graves um intervalo entre 20 mil e 150 mil UCF e para as transgressões qualificadas como menos graves um intervalo entre 4 mil e 50 mil UCF.

Segundo a ministra das Finanças, com a aplicação da Lei, os valores das multas consagradas no Código de Valores mobiliários tem suscitado alguns constrangimentos aos destinatários da referida lei. Os valores, acrescentou, têm se revelado demasiado alto

e desadequados à realidade e ao nível do desenvolvimento do mercado nacional dos valores mobiliários e instrumentos derivados, “pois são valores que se ajustam a mercados mais desenvolvidos e com algumas liquidez”. A ministra mencionou o facto de que, na altura da elaboração da norma, o contexto macroeconómico que o país atravessava indicava que o mercado pudesse evoluir mais rapidamente do que evoluiu, perspectivando-se, na altura, a expansão das actividades das instituições que nele intervêm e, conseqüentemente, correspondente reforço da sua capacidade económica.

“O mercado existe e funciona mas ainda não tem a dimensão nem a liquidez e nem a profundidade que esperávamos”, admitiu Vera Daves, acrescentando que agentes económicos que actuam neste mercado têm tido muitas dificuldades em pagar as multas, correndo o risco de poderem encerrar a sua actividade se tivessem que cumprir essa obrigação.

Por isso, sublinhou a ministra, o Executivo propõe uma alteração da metodologia, dando intervalo de variação entre os limites mínimos e máximos de cada uma das multas superiores aquele que vem actualmente revisto e assente numa lógica de encadeamentos entre intervalos.

A Proposta de Lei foi aprovada com 129 votos a favor do MPLA, CASA-CE, PRS e FNLA e abstenções da UNITA.

6.10 Custo Elevado do Cimento Encarece Construção de Casas na Cidade do Cuito

Jornal Economia e Finanças
22 De Novembro De 2019
Autor: Delfina Victorino

Os elevados preços do cimento, nacional e importado, e outros materiais de construção nos estabelecimentos comerciais do município do Cuito (Bié) está a dificultar a edificação de obras residenciais de muitos cidadãos.

Para constatar os actuais preços dos materiais de construção, em relação ao período anterior à implementação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), o JE esteve em diversas lojas, para constatar a realidade dos materiais de construção nos estabelecimentos bem como no mercado paralelo do Tchissindo e Bairro Azul.

O saco de cimento nacional e importado varia entre os dois mil a dois mil e duzentos kwanzas em

diversas lojas de venda de materiais de construção, no Cuito.

O preço dos varões varia entre 2.200 a 2.600 kwanzas, facto que deixa impossibilitado os cidadãos, que anteriormente chegaram a comprar o mesmo produto a 1.600.

As chapas plásticas e de Zinco estão no valor de 3.700 a 2.600 kwanzas, em diversos estabelecimentos comerciais da Zona periférica e urbana do Cuito, contra os anteriores 1.500 a 1.800.

Em relação aos restantes materiais utilizados para a construção de residências, como o carro de mão e a pá, estão a ser comercializados a 10 mil e a 2 mil kwanzas, cada.

Os tubos PVC que anteriormente estavam no valor de 1.900 kwanzas (tamanhos 90 e 75), actualmente estão a 2.200.

O sócio-gerente de uma das lojas de venda de materiais de construção, desde mosaicos, azulejos, cimento entre outros meios, Mafou Mamadou, de nacionalidade Maliana, esclareceu que o elevado preço está ligado com a escassez do dólar no mercado.

Mafou Mamadou explicou que os materiais de construção são, na sua maioria importados e, os bancos não disponibilizam valores para aquisição dos mesmos no exterior.

"O grande problema é que algumas vezes temos a conta em dólares, mas as agências bancárias não autorizam a sua retirada, mesmo em situações de comercialização de produtos no exterior, sublinhou.

O comerciante de nacionalidade maliana, declarou que os materiais têm custos de transportação porque após a sua comercialização no exterior, são depositados em alguns armazéns de Luanda para depois serem transportados para o Cuito.

O sócio-gerente da loja de venda de materiais de construção, sublinhou que o dólar está actualmente no valor de 73 mil kwanzas na rua que também está difícil conseguir e, dificulta manter o preço anterior dos produtos", desabafou.

6.11 O velho dilema da urbanização

Jornal Economia & Finanças
22 De Novembro de 2019

O mundo celebrou a 8 deste mês, o Dia do Urbanismo e, o foco foi a criação de cidades

sustentáveis, cujas políticas respeitem e preservem o meio ambiente. Mas o que se nota é que Angola continua a enfrentar dificuldades para vencer a "batalha" contra os bairros suburbanos, vulgo musseques.

O país assiste diariamente ao surgimento de novos bairros periféricos, grande parte deles desordenados, erguidos anarquicamente, aos olhos das autoridades. Hoje, mais de 62 por cento da população angolana, ou seja, 16 milhões, 153 mil e 987 pessoas com acesso às zonas urbanas e uma outra franja de 38 por cento, cerca de nove milhões, 635 mil e 037 residem ainda em áreas rurais, desprovidas de condições básicas de saneamento, água potável e energia eléctrica.

O país, com uma população de quase 30 milhões de habitantes, continua a ter uma ínfima percentagem de zonas urbanizadas, taxa que não ascende os 4,8 por cento, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2014). Muitas cidades vivem hoje sob forte pressão demográfica, o que origina, entre vários problemas sociais, a falta de mobilidade e delinquência.

O fenómeno da pressão demográfica, que era notório somente na província de Luanda, hoje é visível em quase todas as capitais do país em excepção, onde se vislumbra o surgimento de bairros suburbanos à volta dos novos centros urbanos, que "nascem" aos olhos de todos, sem respostas eficientes das autoridades competentes.

A desordem urbana é uma realidade que vem de largas décadas, mas tem vindo a acentuar-se nos últimos anos, com a falta de infraestruturas básicas cada vez mais distantes das populações. Hoje, o factor guerra não pode ser aqui trazido como causa primária e única da degradação urbana nacional, não. É preciso que as autoridades assumam para si, única e exclusivamente essa responsabilidade, sobretudo na última década.

O impacto da falta de urbanização na capital do país principalmente, já é sentido até nas centralidades, que vão sendo frequentemente invadidas por construções anárquicas nos arredores.

Esse cenário provoca inundações em época chuvosa, por ausência do sistema de drenagem pouco eficiente e não permite um policiamento eficaz no seu interior: é uma espécie de guerra declarada musseques versus zonas urbanas.

Embora as autoridades reconheçam o problema da falta de urbanização e afirmam que, só com projectos estruturados, a situação será ultrapassada, o

fenómeno continua de forma galopante e não há sinais de resolução do problema, passa, essencialmente, pela execução do Plano Geral Metropolitano de Luanda, que depende da disponibilização de recursos financeiros do Estado e um outro plano de reorganização territorial para todo o país.

Mesmo com um trabalho de alargamento das zonas urbanas em todo o país iniciado em 2012, que resultou na construção de 23 centralidades, a questão está longe de ter um fim, uma vez que a população continua a crescer. Ao todo, o país tem 126 mil unidades habitacionais em centralidades já concluídas, estimando-se que 776 mil pessoas vivam nessas habitações. Além das já mencionadas centralidades, estão também em projecção novas centralidades nas províncias de Malanje, Lunda Norte, Cuando Cubango, Cunene, Bengo e Zaire, solução que pode diminuir a carência habitacional e reduzir os efeitos das construções anárquicas.

Há um outro problema que se levante, o das políticas de distribuição, ocupação de imóveis e os preços das habitações, cujos valores estão aquém das possibilidades das populações carentes de moradias.

6.12 Chefe de Estado inaugura centralidade do Sumbe

Jornal Economia & Finanças
22 De Novembro de 2019

O Chefe de Estado angolano, João Lourenço, trabalha hoje e amanhã, na cidade do Sumbe, capital da província do Cuanza Sul, onde vai orientar a reunião do Conselho de Governação Local. Segundo uma nota de imprensa da Casa Civil do Presidente da República, na cidade do Sumbe, o PR vai também constatar o andamento de algumas obras sociais, além de conceder audiências a membros da sociedade civil. Irá ainda proceder à entrega das chaves aos primeiros moradores da centralidade da Quibaúla, projecto habitacional com 2.010 imóveis, 156 lojas, 213 moradias simples, 393 duplex e 1.404 apartamentos de tipologia T3.

O Chefe de Estado angolano, João Lourenço, trabalha hoje e amanhã, na cidade do Sumbe, capital da província do Cuanza Sul, onde vai orientar a reunião do Conselho de Governação Local.

Segundo uma nota de imprensa, da Casa Civil do Presidente da República, na cidade do Sumbe, o Titular do Poder Executivo vai também constatar o andamento de algumas obras sociais, além de conceder audiências a membros da sociedade civil.

Durante a sua estadia no município do Sumbe, João Lourenço irá proceder a entrega das chaves aos primeiros moradores da centralidade da Quibaúla.

O projecto habitacional, que começou a ser construído em 2012, pela empresa Kora Angola, possui 2.010 imóveis, 156 lojas, 213 moradias simples, 393 duplex e 1.404 apartamentos de tipologia T3.

O projecto possui igualmente dois centros infantis, três escolas, uma das quais secundária com 12 salas e as restantes primárias com 24, bem como um centro médico.

Em Outubro, foram sorteados 500 cidadãos da província do Cuanza Sul, para beneficiarem de residências na Centralidade da Quibaúla, numa iniciativa do gabinete de Infra-estruturas e Habitação.

Com este número perfaz 1.000, a contar com o primeiro sorteio realizado em Agosto do corrente ano, em que, igualmente foram contemplados 500 cidadãos para arrendamento simples e resolúvel.

Governança local

No primeiro dia de trabalho, João Lourenço orienta a reunião do Conselho de Governança Local, que é o órgão auxiliar e colegial do Presidente da República na formulação de políticas e acompanhamento da execução das políticas de governança da administração do Estado a nível local.

Criado através do Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/17, de 13 de Outubro, o Conselho de Governança Local reúne-se semestralmente e é presidido pelo Presidente da República, coadjuvado pelo Vice-Presidente da República. Dele fazem parte os ministros de Estado, ministros, os governadores provinciais, secretários do Presidente da República, o secretário do Conselho de Ministros, entre outras entidades ligadas à matéria de governança local.

Reunião de Malanje

Em Maio de 2019, a cidade de Malanje acolheu a 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Governança Local, sob orientação do Presidente da República.

Na altura, a reunião apreciou o memorando que, de forma sucinta, apresenta os fundamentos sobre a preparação e estruturação de um Plano Integrado de Intervenção nos Municípios, que tem como objectivo a realização de acções e programas nos domínios da educação, saúde, vias de comunicação, saneamento básico, energia, águas, segurança pública e infra-estruturas administrativas, pelos Órgãos da Administração Local do Estado.

Segundo o comunicado da reunião, o Programa dá ênfase especial às principais necessidades dos Municípios, visando a satisfação das mesmas, por meio da transferência de algumas responsabilidades do Governo Central para os Governos Provinciais, e destes para as Administrações Municipais, aprofundando o reforço da desconcentração administrativa.

A preparação do Plano em referência envolveu a auscultação dos 164 Municípios, com o levantamento das necessidades mais urgentes nos domínios dos recursos técnicos, tecnológicos e humanos.

Na mesma ocasião, o Conselho de Governança Local apreciou o Relatório de Balanço da Implementação do Regime Financeiro Local, documento que descreve o grau de execução do referido regime por via do Portal do Município, uma plataforma informática, através da qual é feita a arrecadação de receitas comunitárias e multas, visando o seu posterior retorno na totalidade para as Administrações Municipais e de Distritos Urbanos, como contra prestação dos serviços por elas efectuados. Actualmente, o Portal do Município permite a prestação de 490 serviços e a arrecadação de receitas comunitárias, tendo sido já implementado em 124 Municípios e 32 Distritos Urbanos.

Na ocasião, o Conselho de Governança Local apreciou um memorando sobre a implementação de um Programa de Financiamento Ampliado (EFF) a vigorar entre 2019 e 2021, decorrente do acordo alcançado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que tem, dentre outros objectivos, o reequilíbrio das contas fiscais; a garantia da solvabilidade externa e a eficiência na alocação de divisas; o reforço da resiliência do sector financeiro; da governança corporativa, dos direitos de propriedade e do combate à corrupção; assim como a redução do risco associado às empresas públicas.

6.13 Centralidade de Quibaúla tem primeiros moradores

Jornal de Angola

24 de Novembro, 2019

Autor: Luís Pedro e Casimiro José

A Centralidade de Quibaúla, no Sumbe, província do Cuanza-Sul, inaugurada pelo Presidente João Lourenço, recebeu ontem os primeiros moradores.

Após o corte da fita e o descerramento da lápide pelo Chefe de Estado, seguiu-se a visita guiada aos diversos equipamentos sociais e a apresentação técnica do projecto habitacional.

O Presidente da República fez a entrega das chaves aos primeiros inquilinos, a quem felicitou pela concretização do sonho da casa própria. Durante a apresentação, a ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, disse que a Centralidade da Quibaúla está conforme os padrões universais e com todos os equipamentos indispensáveis para ser habitada.

A Centralidade da Quibaúla, acrescentou, está implantada numa área de 55 hectares, dos 150 disponíveis, possui 2010 habitações urbanas correspondentes a igual número de famílias, totalizando um universo de 14 mil habitantes. Os apartamentos são de tipologia T-3, com um e dois pisos.

60 por cento das moradias estão reservadas para acesso através da renda resolúvel, 30 por cento para arrendamento e as restantes para venda a pronto pagamento.

Ana Paula de Carvalho referiu que, além das moradias, estão implantadas na Centralidade 156 lojas, dois jardins-de-infância, dois campos, sendo um multiuso e outro para jogos exteriores. A centralidade conta ainda com duas escolas primárias, uma escola do II ciclo e um centro médico.

Ana Paula de Carvalho indicou que as obras de construção das infra-estruturas físicas tiveram início em 2012 e concluídas em 2015, seguindo-se, desde 2016, a construção dos equipamentos externos como sistemas de iluminação, abastecimento de água, estação de tratamento de águas residuais e arruamentos.

O casal Arsénio Lucamba e Zelda Lucamba foram os primeiros a receber a chave das mãos do Chefe de Estado e exprimiram satisfação pelo momento que acabava de acontecer. “Estamos felizes pelo facto de recebermos a chave da nossa casa das mãos do nosso Presidente, por isso, o tempo de incertezas faz parte do passado”, disseram.

Foram igualmente contemplados Nicolas Bumba e a esposa, ambos professores, que também receberam a chave das mãos do Presidente João Lourenço. “É um sonho realizado por termos sido os contemplados de forma simbólica com um acto de alto nível”, frisaram.

6.14 Complexo habitacional abandonado há seis anos

Jornal de Angola

24 de Novembro, 2019

Autor: Valter Gomes

Um complexo habitacional com 80 casas, para acomodar jovens da província do Uíge, encontra-se abandonado há seis anos.

As residências apresentam um avançado estado de degradação, muitas delas com fissuras. Os imóveis, alegadamente pertencentes ao Banco de Poupança e Crédito (BPC), foram construídos num perímetro de mais de dois mil metros quadrados, no bairro Kilevu, arredores da cidade do Uíge, para acudir as necessidades habitacionais da juventude.

O projecto habitacional, com casas do tipo T3, começou a ser construído em 2010. Depois das obras serem concluídas, as casas foram abandonadas. Por concluir restavam os serviços básicos, como arruamentos, colocação de asfalto, mobiliário, água, energia, serviços de saúde e outros.

O complexo encontra-se actualmente rodeado de capim e árvores. A população que vive próximo do condomínio está a aproveitar os espaços previstos para os arruamentos para a plantação de ginguba, milho, quiabo e ervilha.

O director do Gabinete Provincial de Infra-estruturas e Serviços Técnicos, António Vicente Lima, lamentou o facto das residências, com condições de habitabilidade, se encontrem abandonadas.

Esclareceu que o projecto habitacional não é da responsabilidade do Governo Provincial, mas sim do Banco de Poupança e Crédito.

António Lima, que reconhece haver um elevado número de jovens que ainda não tem acesso a uma habitação, disse que o BPC foi notificado para dar solução a questão do abandono das casas. “Apelamos aos proprietários para que concluem a obra e coloquem à disposição da população que sonha com uma casa própria”.

A equipa de reportagem do Jornal de Angola procurou, sem sucesso, contactar o BPC para apurar a titularidade do complexo e as razões do seu abandono.

Entretanto, munícipes do Uíge, ouvidos pelo Jornal de Angola, defendem a conclusão da obra, para que os destinatários possam adquirir os imóveis. “Ficamos alegres quando o projecto habitacional começou a ser erguido. Os jovens queriam ter uma casa própria, mas depois a obra ficou paralisada”, disse Afonso Dongala.

Jorge Pereira Mavindo, 32 anos, lamentou o estado avançado de degradação em que as residências se encontram. A água das chuvas, acrescentou, leva grandes porções de terra nos arruamentos e cria fissuras nas paredes das casas.

“Desde que foram construídas as casas, a empresa responsável nunca apareceu no local para proceder à comercialização das mesmas, são fundos que foram gastos e que deveriam ter ajudado os jovens a acomodar-se em boas condições”, lamentou.

Joana Domingos, professora e residente próximo do complexo habitacional, disse ter visto o espaço a ser preparado e as residências a serem construídas, em 2010. Indicou que, depois do abandono da obra, o local transformou-se num centro de esconderijo de marginais, facilitada pela falta de iluminação pública.

6.15 Micronegócios concorrem a obras de até três milhões de kwanzas

Jornal de Angola

26 de Novembro, 2019

Autor: Augusto Cuteta

As micro e pequenas empresas e pessoas que trabalham por conta própria com baixo capital social já podem participar em empreitadas de construção civil e obras públicas que custem até três milhões de kwanzas.

A informação foi avançada ao Jornal de Angola pelo engenheiro Leandro Graça, do Instituto Regulador da Construção Civil e Obras Públicas (IRCCOP), que disse ser necessário apenas que disponham do título de registo, emitido pelo instituto.

O engenheiro Leandro Graça, técnico do Departamento de Qualificação e Licenciamento do IRCCOP, explicou que, com a emissão do título de registo, as empresas e as pessoas que trabalham por conta própria têm licença para exercer a actividade de construção e obras públicas, mesmo que disponham de capital social bastante ínfimo.

Com uma validade de dez anos, o documento que habilita para a execução de obras de pequeno porte

deve ser adquirido por empresários colectivos ou singulares através do pagamento de um emolumento de apenas cinco mil kwanzas.

Outras vantagens deste título de registo, em relação aos habituais alvarás, avançou o engenheiro civil, têm a ver com o facto de não se exigir ao empresário a disponibilidade de escritório, estaleiro, os dez por cento para a empresa emitir o título, assim como o seu tempo de caducidade (dez anos) é superior aos três anos para a caducidade do alvará habitual que é concedido às grandes e médias empresas.

Neste sentido, profissionais como canalizadores, pedreiros, electricistas, carpinteiros, entre outros, passam a ter maiores facilidades para executar actividades de construção civil e obras públicas. Mas, apesar dessas oportunidades, Leandro Graça alertou para a necessidade de as entidades singulares constituírem empresas, por causa dos impostos que devem pagar.

Para promover o documento, o IRCCOP, instituto que tem a missão de regular, fiscalizar, emitir e cassar os títulos habilitantes (alvarás de construção, de projecto e de fiscalização), levou a cabo, no mês passado, uma série de acções de formação junto das administrações municipais no sentido de estas passarem a emitir o título de registo, em breve. Fruto do trabalho de divulgação, o técnico do Departamento de Qualificação e Licenciamento do IRCCOP disse que, nos últimos meses, o instituto passou a receber muitos pedidos de ingresso, o que não acontecia nos anos anteriores, em que se emitiam mais alvarás de renovação e de elevação de classe.

Milhares de ingressos

Em relação às empresas por situação, Leandro Graça avançou que, este ano, foram emitidos 1.236 títulos habilitantes para ingresso, 300 para renovação, 480 para reclassificação (aumento de classe), cinco relacionados com a segunda via e dois casos de cancelamento.

Para o período que vai de 2017 a princípios deste mês de Novembro, o engenheiro de construção civil revelou que o IRCCOP emitiu 3.137 títulos habilitantes (alvarás) para um total de 2.842 empresas de construção civil e obras públicas.

O técnico explicou que os alvarás são classificados por dez classes, sendo que, da primeira à terceira classes, está o grupo das pequenas empresas, da quarta até à sétima, estão as médias e, da oitava ao último grau, encontram-se as grandes empresas. O engenheiro civil salientou que a classificação é

feita, entre outros requisitos, com base no seu capital social e no quadro técnico da empresa.

Neste último quesito, de acordo com Leandro Graça, é exigida às grandes empresas o recrutamento de técnicos superiores inscritos em ordens profissionais (dos arquitectos ou dos engenheiros).

Liderança do mercado

Das 2.842 empresas de construção civil e obras públicas registadas pelo IRCCOP, a província de Luanda domina o mercado ligado ao sector, com um total de 2.118 operadoras, seguida pela Huíla, com 154, e Huambo, com 147.

As províncias do Cuanza-Norte, com 13 empresas inscritas pelo IRCCOP, e a da Lunda-Norte, que controla apenas nove, são as que menos instituições empresariais do ramo dispõem.

As empresas públicas e privadas de direito angolano que actuam no sector da construção civil e obras públicas controladas pelo IRCCOP são 2.624. Por países, Portugal tem 200 instituições, China conta 175, Brasil dispõe de 41, África do Sul, dez, Cabo Verde, seis, e Congo (Brazzaville) tem apenas uma empresa.

Leandro Graça referiu que os dados apresentados ao Jornal de Angola constam da Plataforma de Gestão Estatística e Dashboards (Plaged), criada com o objectivo de controlar as empresas de construção e obras públicas, bem como o seu funcionamento.

6.16 “ Banca comercial está a burlar os benefícios de crédito à habitação”

Jornal O País

29 De Novembro de 2019

Dezenas de cidadãos beneficiários e crédito à habitação acusam a banca comercial de lhes estar a aplicar uma "gigantesca burla". Há dez anos, quando muitos tinham os salários pagos em dólares, contraíram crédito na moeda forte e realizaram o sonho da casa própria.

Entretanto, a conjuntura económica do país deteriorou-se, o Banco Nacional de Angola orientou que todos os rendimentos fossem pagosemKwanzas. Concomitantemente, as entidades patronais deixaram de indexar o salário ao câmbio do dia pelo que os funcionários passaram a auferir os seus rendimentos em Kwanzas, mas os bancos credores não modificaram os créditos daquela época,

convertendo-os exclusivamente para Kwanza como orientavam as instruções do BNA.

A situação está insustentável para todos os que entraram no então apetecível esquema de aquisição de habitação própria. É por exemplo o caso de AJ, funcionário bancário que não quer ser identificado, que conta ter contraído o crédito para pagar uma habitação no valor de USD 150 mil, em 2007, por um período de 30 anos. .

AJ, na frescura dos seus 30 anos, acreditava que com um salário de USD 1000, na categoria de sub-gerente de uma dependência, a sua promissora carreira de bancário proporcionar-lhe-ia outras oportunidades e, conseqüentemente, outros rendimentos, pelo que não hesitou em aceitar descontar mensalmente USD 500, e assim foi sem sobressaltos até aos anos 2014/15, quando a crise começou a fazer moessa.

Segundo a fonte deO PAÍS, grande parte dos funcionários bancários contraíram este tipo de crédito, mas passados esses anos todos de reembolso têm a sensação de não terem pago nada.

"Com o instrutivo do BNA a orientar que todos os ordenados fossem pagos em Kwanzas, por exemplo eu que auferia USD 1000 passei a receber 100 mil Kwanzas na única vez que o salário foi indexado à moeda forte".

De lá para cá, conta, tem havido uma galopante depreciação do poder de compra dos ordenados e cita, como exemplo, o seu caso em que "100 mil Kz até a esta Quarta feira, 20, equivaliam a pouco mais de 186 USD". Isso significa que o poder de pagar o crédito está completamente corroído.

Afirma que "os bancos sabem que o cliente não pode ter uma taxa de esforço superior a 35% dos seus rendimentos".

AJ conta que hoje devia estar a pagar para amortizar o seu crédito cerca de 80 mil Kwanzas, mas o banco ajustou o valor para quase 500 mil Kwanzas.

"O salário não foi ajustado a esta proporção e os bancos têm noção disso. Tentamos negociar e/ou devolver as casas, mas os bancos recusam-se. Isso só pode ser uma mega burla. Não tem outro nome", desabafa o nosso entrevistado.

Os afectados contam que os bancos, em caso de incumprimento, estão a fazer aquilo que o contrato diz, que é recorrer às instâncias judiciais, mas "nós os beneficiários do crédito não estamos a nos furtar à responsabilidade. Estamos, simplesmente, aservítimas de um cenário com o qual nunca contamos e nem somos responsáveis".

"Estamos a apelar aos bancos que nós não podemos fazer milagres. Queremos pagar, mas temos de encontrar um meio-termo, porque não somos um país estável em termos de mercado. Estamos a pedir aos bancos para que desindexem o financiamento da taxa de câmbio e arranjam uma taxa fixa em Kwanzas para que tenhamos capacidade real de honrar os nossos compromissos", garantem encontrar proposta.

"Olhando para o plano financeiro quem compra uma casa a USD 100 mil, no final do período acaba por pagar 300 a 350 mil dólares. O banco na verdade ganha mais do que o dobro".

Outra barreira relaciona-se com a migração dos funcionários. Segundo contam as nossas fontes, enquanto se mantêm como funcionários dos bancos credores as taxas são bonificadas, mas quando migram para outro, elas sobem.

"Para quem está a fazer carreira no sector, às vezes aparecem melhores oportunidades noutras instituições, mas o mecanismo de bloqueio passa a ser o crédito contraído".

AC diz conhecer pelo menos dez pessoas que estão nesta condição, ou seja, contraíram crédito bancário e hoje estão incapazes de cumprir com os seus deveres e os bancos "castigam-nos" com juros ou processos em tribunais.

Credores ignoram Instrutivo do BNA

O Instrutivo do Banco Nacional de Angola (BNA) diz não ser permitida a concessão de crédito com capital indexado (valor que serve de referência para cálculos) a uma moeda estrangeira.

Neste contexto, os bancos podem conceder crédito em moeda estrangeira aos exportadores com receitas nessa moeda.

Determina o instrutivo que sempre que as alterações contratuais resultem de dificuldades financeiras do cliente, os bancos não podem agravar os encargos com o crédito através do aumento da taxa de juro ou da cobrança de comissões ou de despesas relacionadas com a reestruturação do crédito.

"O incumprimento das obrigações previstas no presente instrutivo constitui contravenção punível, nos termos da Lei de Bases das Instituições Financeiras", lê-se no documento.

Estão em causa direitos dos trabalhadores

O Presidente de Direcção do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários (SNEBA), Filipe Makengo,

refere que à luz do Instrutivo do BNA, os bancos detentores destes créditos devem fazer a reestruturação dos mesmos, partindo do pressuposto que a "garantia dos créditos é o salário e, segundo a lei, o trabalhador não deve descontar mais do que 35% do seu ordenado".

"A nossa proposta-solução para este problema é a reestruturação do crédito e aumento do período de reembolso". Segundo Makengo, os créditos indexados em dólares, uma vez que os salários não acompanharam a inflação, não têm outro caminho possível, que não seja a reestruturação e a negociação de novos termos.

O SNEBA "condena" a atitude de entidades empregadoras (bancos comerciais) que tratam os trabalhadores como se fossem "comerciantes". Para o sindicato, a atitude da banca comercial configura um crime pelo que apela aos afectados a "brigarem pelos seus direitos".

"Apelamos a todos os nossos associados que escrevam e nos enviem uma cópia. Estão em causa direitos dos trabalhadores e não podemos continuar a olhar impávidas", disse. O sindicalista apela igualmente ao BNA, através do seu departamento de supervisão, a "intervir no caso".

Filipe Makengo, em nome do sindicato, propõe-se a ajudar e interceder na busca de solução para o problema e adverte que a sua organização vai sempre lutar pela salvaguarda dos interesses dos seus filiados.

Quanto à questão do "bloqueio" à mobilidade profissional, pela via do crédito concedido, o sindicalista afirma que "o linkage não é solução e não é justo que as entidades patronais não cooperem, colocando o empregado em situação de instabilidade social e emocional".

"Os funcionários podiam migrar com os seus créditos que podiam ser repassados para as novas entidades patronais", sugere o sindicalista.

6.17 Depreciação do Kz “trava” venda de 10 mil casas nas centralidades

Jornal Expansão

29 De Novembro de 2019

Autor: Faustino Diogo

A indefinição na atribuição dos preços travou a abertura da nova fase de vendas das habitações do Estado, nas centralidades, cujo arranque estava previsto para Dezembro, num processo que envolve cerca de 10 mil imóveis em todo o País.

O Expansão apurou que o atraso na definição dos preços resulta da instabilidade do mercado cambial, com variações constantes na taxa de câmbio do Kwanza face às moedas estrangeiras, mesmo que os preços dos imóveis sejam fixados em moeda nacional. Só que os preços de referência em termos informais acabam por ir de encontro ao dólar.

Por exemplo, na capital do País, estava previsto arrancar no próximo mês a venda de apartamentos da Urbanização Vida Pacífica (Zango O) e Zango 5, anteriormente designado de Zango 8, pouco mais de 5 mil imóveis (ver tabela).

O Expansão apurou que está em curso um estudo para a definição do preço destas habitações, tendo em atenção a actual situação da depreciação do Kz, que tem retirado poder de compra aos cidadãos. "Nesta fase económica que o País está a viver temos que ter alguns cuidados nos preços", admite uma fonte do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação (MINOTH).

Definir os preços daquela que é a centralidade com maior procura na cidade de Luanda, a Urbanização Vida Pacífica, tem sido a maior 'dor de cabeça'. "Inicialmente estavam definidos alguns preços, mas com o agravar da situação tiveram que ser repensados, porque se retiramos a subvenção que é aplicada em determinadas centralidades, os apartamentos vão encarecer muito e não é este o nosso objectivo", disse

A estratégia deverá passar pela redução dos preços previstos inicialmente, bem como a extensão do tempo de pagamento, como admitiu recentemente a ministra do MINOTH, Paula de Carvalho. "O estudo está praticamente concluído e a qualquer momento iremos dar a conhecer, no sentido de vermos a mensalidade mais baixa, porque vamos também estender o tempo de compra", avançou a titular do Ordenamento do Território e Habitação, quando falava em alusão ao Dia Mundial do Habitat, celebrado no dia 5 de Novembro.

À espera de serem comercializados em Luanda, estão cerca de 5.500 apartamentos de diferentes tipologias, sendo que a 1.680 estão no Zango O e 3.794 estão edificadas na Zango 5, a centralidade mais próxima do novo aeroporto de Luanda.

O cenário vivido na capital não difere muito do resto do País onde mais de 4.800 apartamentos continuam fechados. No total, 10.300 fogos do programa habitacional do Estado, em diversas províncias, continuam fechados à espera de futuros proprietários. Em algumas destas zonas, os imóveis estão fechados há cerca de um ano, e alguns estão já

vandalizados, como acontece na Vida Pacífica, constatou o Expansão no local.

De acordo com a fonte do Ministério, preste a iniciar o seu processo de vendas está a centralidade do Luhongo, na província de Benguela, apesar de se desconhecer, ainda, o número de habitações que deverão ir a vendas. "Se em Luanda é quase certo que este ano não teremos vendas, em Benguela o cenário será diferente. Brevemente vamos começar a vender as primeiras habitações das 2.000 disponíveis em Luhongo. Mas hoje [quarta-feira], os preços ainda não estão definidos", garante a fonte do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação.

O Expansão solicitou esclarecimentos ao Ministério do Ordenamento do Território e Habitação sobre os preços, início de vendas e outros aspectos relacionados com as centralidades no País, mas não obteve resposta até ao fecho de edição, esta quinta-feira, apesar das garantias de que iria obter respostas.

Incumprimentos agravam

A depreciação da moeda nacional não está apenas a condicionar as vendas dos imóveis, mas também está a contribuir para o aumento do número de cidadãos que não conseguem pagar a suas prestações mensais, sobretudo na centralidade do Kilamba, apurou o Expansão junto de fonte do Ministério.

Com a entrada em cena, no ano passado, do Fundo de Fomento à Habitação (FFH), ligado ao Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, na gestão das centralidades, em substituição da imobiliária Imogestim, o "número de incumpridores tem aumentado", acrescentou. "A situação não está boa. Muitos cidadãos não estão a conseguir pagar as casas", garante, acrescentando que os funcionários públicos são os mais 'caloteiros' neste processo.

"Quem mais deve são os funcionários públicos e infelizmente ainda não criámos condições para os responsabilizar", admite responsável do MINOTH.

Mais "apertados" estão os cidadãos que adquiriram apartamentos na primeira fase da Urbanização Vida Pacífica, sob responsabilidade da Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP). Aqui, a subsidiária da Sonangol mantém os preços indexados ao dólar. "Já não sei como fazer. Constituímos advogado e o melhor que conseguimos foi parar o constante aumento do preço das rendas (modalidade resolúvel), mas a SONIP alargou o período dos anos de pagamento", disse uma moradora.

O jurista Nelson Miguel disse ao *Expansão* que a indexação destes contratos à moeda norte-americana é ilegal. "Estes contratos são ilegais. A lei não permite que sejam feitos contratos públicos indexados a moedas estrangeiras. E espanta-me que até agora o Estado ainda não resolveu esta situação", avançou.

6.18 Parque Imobiliário não rentabilizado em Luanda “vale” 3 mil milhões USD

Jornal Expansão
29 De Novembro de 2019

o valor dos apartamentos, escritórios e lojas que estão em condições de ser rentabilizados na cidade de Luanda ascende a 3 mil milhões USD, admite o partner da Zenki Real Estate, que defende que o parque imobiliário do País é desajustado das necessidades da procura actual e futura, já que o mercado dependia em demasia da presença de estrangeiros em Luanda.

São várias as razões que estão por trás deste cenário, mas todas elas levam a uma: a crise económica do País. "Parte significativa do parque ou investimento em imobiliário realizado no País, não está a ser rentabilizando por: dívida acumulada nas centralidades por incumprimento dos moradores; edifícios concluídos, mas com condicionantes que impedem a suacomercialização; conjuntos comerciais/shopping centers que estão concluídos, mas por abrir ou com taxas de ocupação reais reduzidas; hotéis concluídos e que estão por inaugurar um pouco por todo o País", admite Rodrigues.

E há a questão dos investidores que têm 'fugido' deste sector já que a rentabilidade tem acompanhado a tendência de descida dos preços dos últimos seis anos. A rentabilidade média de um investimento no mercado residencial (ver gráfico) era na ordem dos 13,5% em 2015 e, em 2019, é de apenas 4%. Muito abaixo dos 20% de margem bruta que será expectável num país cujo risco de investimento é grande. E por inúmeras as variáveis que aumentam o risco dos investimentos, como incumprimento de prazos (legalização, projectos, licenças, construção), instabilidade das condições de financiamento, perdas cambiais/custos financeiros, demora no escoamento do produto, desfasamento entre a oferta de produto e a procura no momento da comercialização. Ou seja, o promotor corre um maior risco do projecto não cumprir o programa inicial do que em países de mercados mais maduros, refere Diogo Rodrigues.

O responsável defende que a "constituição de um fundo de reestruturação de âmbito nacional, com o objectivo de valorizar e tornar rentáveis os activos que são retirados do balanço dos bancos, actualmente como créditos incobráveis que estão colateralizados por activos, e transformados em unidades de participação do fundo" pode ser uma solução.

Entretanto, num País de grande desigualdade social como é Angola, num mercado imobiliário muito direccionado para os estrangeiros e para a classe alta e média alta, incentivar o "investimento em desenvolvimento de projectos imobiliários orientados para a baixa e média renda poderá revelar-se interessante para os promotores", admite Rodrigues.

"Acreditamos que o Estado continua a ter um papel preponderante nesta temática e poderá, com o apoio de investimento privado, encontrar novas soluções, que onerem menos as contas públicas e que se revelem boas oportunidades de investimentos para promotores privados. Para tal, a dinamização da atracção de investimento privado através da criação e implementação de um modelo com benefícios equilibrados para Estado e privado, pode desonerar o Estado de um investimento em grande escala", admite.

6.19 Preços de venda de habitações baixam 44% e rendas caem 88% desde inícioda crise em 2014

Jornal Expansão
29 De Novembro de 2019
Autor: Joaquim Jose Reis

Os valores de vendaprime de habitação na cidade de Luanda caíram entre os 28% e 44%, consoante a zona, desde o início da crise do petróleo, em 2014, enquanto as rendas prime deste mesmo segmento de maior qualidade desceram entre os 75% e 88%, de acordo com cálculos do *Expansão* sobre o estudo da consultora imobiliária Zenki Real Estate, intitulado Angola Property Market, Balanço 2019, Perspectivas 2020.

Antes da crise dos preços do petróleo, Luanda liderava rankings como o das cidades mais caras do mundo para expatriados, e era notória a dinamização dos sectores da construção e do imobiliário em áreas como a residencial, os escritórios ou os espaços comerciais. O imobiliário era dinamizado essencialmente por empresas do sector petrolífero, financeiro e consultoria, mas também pela classe alta e média angolana e expatriados, nomeadamente quadros médios e superiores das empresas.

Naquela altura, um T3 novo na baixa da cidade de Luanda custava, em média, quase 2 milhões USD. Por um arrendamento de um TI - tipologia muito procurada por expatriados - na mesma zona eram cobrados 12 mil USD, valor que beneficiava da escassez oferta para tão grande procura. Só que a crise dos preços do petróleo iniciada em 2014 teve como consequência o desinvestimento em Angola de empresas estrangeiras e provocou a saída de expatriados. Outra consequência? Cumpriram-se as regras de mercado: maior oferta e menor procura, os preços baixam.

E não foi só no sector residencial que os preços caíram abruptamente já que aconteceu o mesmo nos escritórios, com quedas de 68% no arrendamento na baixa da cidade, de 72% na alta, de 76% na zona da Praia do Bispo e de 60% em Talatona. Para se ter uma ideia, arrendar um escritório com 150 metros quadrados na baixa de Luanda custava, em média, 22.500 USD e hoje custa 7.125 USD. Quanto à venda, o mesmo escritório custaria em 2014 cerca de 1,5 milhões USD e hoje ronda os 900 mil USD, representando uma queda de 41%.

Em Talatona o preço médio por metro quadrado caiu 28% para 4.750 USD e na zona alta da cidade caiu 40% para 5.500 USD.

No comércio, o "clima de incerteza e a drástica quebra do consumo associada à redução do poder de compra, constituem actualmente o principal desafio do segmento", indica o estudo. As quedas acompanham a tendência do restante sector, já que, nos shoppings, o preço médio por metro quadrado caiu 50% para 62,5 USD em seis anos. Quanto às lojas de rua, a mesma tendência. Por exemplo, o preço por metro quadrado para um contrato de arrendamento de uma loja nova na baixa de Luanda ou em Talatona caiu 64% desde 2014, passando de 125 USD por metro quadrado para 45. São os efeitos da crise. Quanto ao segmento industrial e logístico, o preço médio por metro quadrado de um armazém em Viana num contrato de arrendamento valia, em 2014, 16 USD, enquanto em 2019 valia 10 USD, uma queda de 50%. Na venda caiu 50% passando de 1.675 USD para 1.200 USD, de acordo com os dados da Zenki Real Estate. Quanto à venda de terreno apesar de os dados apenas revelarem informação sobre 2016, possível verificar uma queda desde aquele ano. O preço médio por metro quadrado de um terreno na Estrada do Cacucaco custava 115 USD, enquanto este ano valia 100 USD. Na Estrada de Catete, onde o preço por metro quadrado é mais baixo, passou de 50 USD para 30 USD.

Só o regresso ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) poderá contrariar o cenário negativo do

sector imobiliário, admitem os especialistas do sector. Assim, se 2020 for o ano da recuperação económica, como admitem instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial, estará dado o primeiro passo para o renascimento do sector. "Acreditamos que o sector está a entrar numa fase de estabilização e posterior crescimento do retorno no investimento imobiliário, ou seja, antevemos que os próximos dois anos sejam de ajustamento e o ano de 2022 marque o início de uma nova era no sector", admite Diogo Rodrigues, partner da Zenki Real Estate.

"O sector imobiliário, que tem hoje muitos activos em oferta, depende da chegada de quadros expatriados para ocupação de um significativo conjunto de activos que foram produzidos para este segmento. E isto refere-se não só onde residir, mas também onde trabalhar. Só com crescimento económico as empresas crescerão e necessitarão de mais espaço de escritórios e poderão contratar mais colaboradores que posteriormente poderão ter acesso a crédito e poder adquirir produtos imobiliários à sua medida e capacidade", defende Paulo Trindade, partner da Abacus. A relação entre a banca e o sector continua a penalizar os investimentos no imobiliário, já que sem acesso a crédito, dificilmente as famílias conseguem comprar imóveis.

E são justamente os bancos hoje os proprietários de uma boa parte do imobilizado prime na cidade de Luanda, já que face às dificuldades económicas do País, foram-lhes sendo entregues imóveis por promotores que não conseguiram pagar os seus créditos. Ou seja, a banca poderá ter um papel importante na dinamização do sector imobiliário, como defende Diogo Rodrigues (ver caixa ao lado).

o negócio Imobiliário é hoje atractivo para os investidores?

O actual aumento de oferta nova é pouco expressivo e na sua grande maioria incide sobre projectos iniciados até ao final de 2014, cuja conclusão foi sofrendo atrasos. Tendo em consideração o marginal crescimento do stock nos últimos anos e o expectável para os próximos, prevemos que o actual momento antecede uma fase de estabilização e posterior crescimento do retorno do investimento no imobiliário. Ou seja, as perspectivas são optimistas para o médio prazo.

Porque é que as expectativas de retorno são tão altas em relação a outros países?

O retorno do investimento em produto imobiliário deve ser sempre superior às taxas de juro sem risco, o que actualmente não acontece. Atendendo ao risco

do País, acreditamos que o mínimo de rentabilidade que um investidor esperará actualmente de um projecto imobiliário em Angola corresponderá a cerca de 20% de margem bruta.

Como potenciar o sector?

Uma das soluções passa pela constituição de um fundo de reestruturação de âmbito nacional, com o objectivo de valorizar e tornar rentáveis os activos que são retirados do balanço dos bancos, actualmente como créditos incobráveis que estão colateralizados por activos, e transformados em unidades de participação do fundo. Para estimular a procura e a atractividade para investir no sector, seria útil, assumindo que a grande maioria dos imóveis "pertence" aos bancos, a fixação dos valores dos imóveis em Kwanzas, com uma taxa de câmbio previamente definida, transversal a todo o sector, que permitiria o escoamento do produto imobiliário disponível para que pudessemos iniciar dentro de dois a três anos uma nova era do sector imobiliário.

7. TERRA

7.1 Poderosos "usurpam" terrenos e vigarizam os proprietários em Viana

Jornal Manchete

14 De Novembro de 2019

Texto: Moreira Mário

O camponês Filomeno Moisés é dono de uma parcela de terreno com a dimensão de 20,8 hectares, situado na zona do perímetro do Kikuxi, onde exercia as suas actividades agrícolas juntamente com a família.

Em 2015 viu o espaço ser invadido pelos indivíduos Tony Ribas e Guedes, os quais alegaram que estavam sob orientações superiores.

Tratam-se dos mesmos elementos que confiscaram os terrenos dos camponeses Catarina Jacinto e Domingos Adriano, na referida zona (ver edição passada n- 309).

A vítima denunciou que Tony Ribas e Guedes são acobertados pelas instituições judiciais e contam com apoio directo de entidades públicas influentes do país. Entre eles cita o nome do antigo vice-Presidente da República Manuel Vicente, tenente-general Simão Carlitos Wala e coronel Nguinamau. Moisés acusa o general Wala, enquanto comandante da Região Militar de Luanda (RML), de ter enviado várias vezes elementos munidos de armas de fogo, com o objectivo de tomar o seu terreno.

Apesar de ter feito várias reclamações e petições nos tribunais e Procuradorias no sentido de evitar a invasão do espaço, mas não recebeu protecção das referidas instituições. Ao contrário, acabou sendo preso e condenado há dois anos e três meses de cadeia.

Neste momento Moisés encontra-se em liberdade apenas há três meses. A sua vida hoje, é carregada de sofrimento e várias dificuldades, por lhe retirarem o único bem que tinha como fonte de sustento à sua família.

Com o rosto visivelmente amargurado, contou ao Manchete que foi detido no dia 12 de Agosto de 2017, pelo Comando Municipal do Kilamba Kiaxi, acusado de ter roubado a sua própria viatura, com as características e chapa de matrícula LD 82 - 50 BZ, marca Hyundai Ver a Cruz, cor marron.

Durante a investigação foi devidamente confirmado pelo vendedor, de nome Koly, junto do instrutor processual, senhor Samuel, que o negócio tinha sido feito legalmente e não houve roubo nenhum. Embora tivesse apresentado todas as provas, mas a Procuradora junto do Comando Municipal do Kilamba Kiaxi, cujo nome não disse, ordenou a sua detenção mesmo sabendo que procedia à margem da lei. Moisés só veio compreender a razão da sua detenção depois de estar encarcerado na Cadeia de Viana.

O motivo não era a viatura, mas sim, o facto de ser proprietário de um prédio rústico, ora citado. Tony Ribas e seu staff mostravam fortes interesse em apoderarem-se do espaço.

Enquanto permaneceu na cadeia, o grupo aproveitou a ocasião, para erguer grandes edifícios no terreno sob olhar cúmplice das instituições de justiça.

TONY RIBAS O TODO-PODEROSO

Segundo um levantamento feito sobre Tony Ribas, também conhecido pelo nome António Ribas Anderson, alega-se que é supostamente parente do ex-segundo comandante provincial de Luanda da Polícia Nacional, Francisco Ribas, actualmente comandante provincial do Huambo.

O mesmo tem ligação com a empresa Offshore Security, Sociedade Comercial- Praxis Gestão Imobiliárias, SA, com sede em Luanda, no bairro Alvalade, Rua Emílio Mbindi, número 64.

Filomeno Moisés recorda que em 2015, tentou entrar no terreno e foi imediatamente detido pelos guardas colocados no local - e feito de cárcere privado numa das casas de Tony Ribas, onde permaneceu sobe custódia durante três dias.

"Fui agredido fisicamente, por pouco teria perdido a vida": afirmou a vítima ao Manchete.

Disse também que durante o período que esteve preso na Cadeia de Viana, os seus algozes que se escudam pelo nome de Manuel Vicente, general Wala, coronel Nguinamau, e tantos outros, colocaram no terreno homens armados enquanto prosseguem obras, a qual está a ser levada a cabo pela sua empresa Praxis Gestão Imobiliária, SA.

"Fui condenado de forma injusta", disse, sublinhando que o juiz do tribunal do Golfo II que o condenou não fez a justiça, simplesmente viu o poder económico do senhor Tony Ribas.

Lembrou ainda que aquando da leitura da sua sentença, o juiz decidiu que seria devolvida a viatura

logo após a soltura. Mas o oficial das buscas, comandante Assunção, mantém a viatura em sua posse e é visto a circular pela cidade com a mesma como se de sua propriedade se tratasse.

"É assim que vivemos, os que se sentem poderosos espezinham os mais fracos, pequenos e humildes populares", lamentou, alegando que teme ser morto por denunciar as práticas cometidas por esse grupo de malfeitores.

De igual modo, denuncia que a Procuradora junto do Comando do Kilamba Kiaxi só defende seus interesses e dos seus amigos ou de quem tem dinheiro, um bando de corruptos, razão pela qual justiça e seja devolvido o seu terreno.

JUSTIÇA SÓ PARA OS POBRES

o sistema de justiça em Angola, com exceções à regra, tem sido tão arbitrário que castiga à toa os desfavorecidos e produz regularmente autênticas palhaçadas judiciais, segundo escreve o Maka Angola.

Certa vez o advogado David Mendes também denunciou o nível de corrupção existente no sistema judicial angolano. O "advogado dos pobres" disse mesmo que tinha provas de corrupção de juizes e procuradores que vendem sentenças. "O sistema de justiça de Angola encontra-se em falência, marcado por uma profunda corrupção a todos os níveis", disse David Mendes, advogado da Associação Mãos Livres.

O caso Do camponês Filomeno Moisés é apenas mais um, dos milhares angolanos injustiçados pela justiça do país, a troco de interesses pessoais por parte dos seus responsáveis.

7.2 Pedidos oscilam entre os 75 e 80 por mês

Jornal de Angola
14 Novembro 2019

Os pedidos de terrenos.

Para habitação aumentam todos os dias. Em média, são registados, diariamente, três a quatro solicitações, o que corresponde a um total de 75 a 80 por mês, na maioria de pequenos espaços, que, geralmente, não ultrapassam os 300 metros quadrados de área total. As solicitações são de renda média ou renda média-alta, geralmente feitas por jovens. Não há solicitações de rendas baixas, por estarem localizados num espaço infraestruturado e urbanizado, onde podem ser erguidas casas numa área bruta de mais de 75 metros quadrados, com uma margem de 35 a 40 por cento de índice de implementação.

A empresa estrutura-se, cada vez mais, para disponibilizar terrenos para a construção de habitações multifamiliares, na horizontal ou na vertical, bem como pequenas habitações individuais. Outro maior número de pedidos incide sobre terrenos para edificação de espaços para comércio de pequena dimensão, designadamente lojas de proximidade, barbearias, cafés, escritórios e prestação de serviços. Um terceiro tipo de pedido destina-se a terrenos para a construção de escritórios no corredor central.

O gestor apelou aos clientes que evitem a compra de terrenos em lotes destinados à construção de casas de rés-do-chão, quando pretendem construir mais de um andar. Advertiu que quem assim proceder - uma vez que está definido por instrumento legal - incorrerá em ilegalidade.

"Não será multado, mas terá a casa demolida pelos serviços competentes da administração do distrito, depois do devido processo administrativo ou judicial, se for necessário. O terreno definido para vivendas háde ser para vivendas, onde for para a construção de um andar a mais, também assim será. Desta forma, teremos terrenos ordenados e destinados para os fins definidos previamente", esclareceu. A situação que se vive hoje, onde num espaço definido para erguer vivendas são levantados edifícios, deverá conhecer o seu termo. Afinal, serão definidas infra-estrutura para suportar habitações de pisos terrenos, para evitar obstrução ao escoamento das águas residuais, pluviais e abastecimento de outros serviços.

Para o efeito, a EGETI quer trabalhar com as empresas construtoras ou mesmo formar um consórcio para construir casas ao gosto dos clientes, sem violar os padrões de construção estabelecidos.

Vantagem económica

Pedro Cristóvão deixa claro que a EGTI, na sua actuação, não interfere, nem anula a actividade da administração local, distrital e municipal. "Não interferimos, na medida em que a nossa gestão é comercial. Não emitimos licenças de construção, nem temos poder de polícia", explicou.

As licenças e os impostos, prosseguiu, são tarefas das administrações locais e entidades afins. "Nós simplesmente criamos as condições para que estas administrações sejam auto-sustentadas, com recursos adquiridos da venda de terrenos infra-estruturados", assinalou.

Ao reinvestir nas infra-estruturas, a empresa não só cria novas estradas, como aumenta a capacidade de distribuição de equipamentos, como água, energia,

saneamento básico, estações de tratamento de águas residuais e pontes, esclareceu Pedro Cristóvão. Lembrou que, em muitas ocasiões, encontram terrenos totalmente abertos, sem planos e usos, o que obriga criar investimentos para depois recuperar.

Neste processo, explicou, são entregues terrenos às administrações, já com tudo, isto é, energia, água e prontos a construir.

"Com isso, a apetência de vender terrenos vai acabar, porque ninguém vai desejar comprar um terreno sem infra-estrutura. Estamos na fase de homologação do nosso relatório e contas do exercício 2018, que foi aprovado com reserva", disse e sublinha que até ao momento, os que melhor pagam são os que adquirem terrenos pequenos.

Com 40 trabalhadores, a empresa tem a sede em Luanda, apesar da abrangência nacional. Para isso, criará serviços desconcentrados, que actuarão de modo local. Actualmente, encarregada da gestão de espaços infra-estruturados em 20 cidades de 12 das 18 províncias a EGTI posiciona-se como instrumento público para as políticas de desenvolvimento Urbano.

7.3 Terrenos infra-estruturados postos à venda no Kilamba

Jornal de Angola

14 de Novembro de 2019

Autor: João Dias e Madalena José

A Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados, EGTI, EP, criada por Decreto Presidencial, em 2015, para atender a administração e gestão racional das infra-estruturas e dos espaços infra-estruturados do país, está a preparar uma campanha de venda de terrenos infra-estruturados, na centralidade do Kilamba, numa área total de 658 841,71 metros quadrados, o correspondente a 65 hectares.

Os preços, no Kilamba, giram em torno do equivalente em kwanzas a 214 dólares por metro quadrado, já que o actual não corresponde ao valor de mercado.

O objectivo é vender terrenos “prontos a construir”, à partida com energia, água, saneamento e arruamentos. Contudo, mais do que isso, o Estado pretende evitar que os terrenos continuem a ser objecto de ocupação ilegal, impossibilitando a sua comercialização. Por enquanto, em Luanda, a empresa desenvolve a actividade nos terrenos das cidades do Kilamba, Sequele e Camama, perspectivando o fomento e desenvolvimento de

projectos imobiliários privados, já que entende que toda a concessão de direitos de superfície sobre terrenos a ser feita, nesta nova fase, segue uma estratégia urbana, que visa captar “projectos âncora” que garantam emprego, serviços de qualidade e extensas áreas verdes.

Em entrevista ao Jornal de Angola, o presidente do Conselho de Administração da Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados, Pedro Cristóvão, enfatizou que a localização estratégica do Sequele, Camama e Kilamba, associada a outros aspectos, resultam numa procura exponencial de terrenos, o que coloca sobre eles a vantagem de, no quadro da estratégia urbana, captar “projectos âncora” que garantam emprego e serviços.

Vai ser assim, em breve, em mais de 20 cidades de 12 das 18 províncias do país: Luanda, Cabinda, Uíge, Lunda-Sul, Bié, Huíla, Benguela, Namibe, Moxico, Cuanza-Sul, Huambo e Bengo. Uma lógica que visa privilegiar a estratégia da empresa, que passa por desenvolver a sua acção de comercialização e valorização de activos dentro das regras da sustentabilidade urbanística, oferecendo um serviço público de gestão, promoção e comercialização de terrenos públicos e privados do Estado. Além disso, participa no processo de requalificação e desenvolvimento urbano regido pelo Plano Director Geral de Luanda.

Para Pedro Cristóvão, o país deve caminhar para uma direcção em que o cidadão terá de adquirir terreno devidamente identificado e com infra-estruturas necessárias, na base de segurança e certeza jurídica.

“Há esta disponibilidade, mas as pessoas teimam em comprar sempre terrenos ocupados ilegalmente e sem escritura”, advertiu o responsável. A campanha será realizada ainda este ano, num espaço correspondente a 564 lotes para habitações unifamiliares, edifícios multi-familiares, terrenos de uso comercial, saúde, serviços administrativos, escolas e parques urbanos.

Numa primeira fase, a campanha deve abranger apenas a cidade de Luanda e, na próxima, todas as províncias, numa altura em que crescem as construções dirigidas.

“Há construções feitas pelos próprios cidadãos em larga escala, em Angola. O que é preciso é apenas uma orientação, ou seja, de terrenos infra-estruturados com o uso dos solos definidos”, disse.

Kilamba, o epicentro

A urbanização de hoje começa no Kilamba, disse Pedro Cristóvão, que considerou a centralidade “epicentro da gestão urbana em Luanda. Esta é a

primeira fase de gestão de terrenos infra-estruturados, aprovados e devidamente identificados, seja para lote central, para os macro lotes ou pequenos lotes, os chamados “lotes chorenira”.

“Toda a gestão que a empresa faz no país tem na cidade do Kilamba um espelho”, sublinhou, prometendo investir em áreas abertas para espaços de lazer e serviços múltiplos, numa cidade que cresce a um ritmo vertiginoso.

A estratégia passa por privilegiar a acção no corredor central, com espaços multi-usos que englobem habitação, serviços, comércio, restauração, equipamentos de utilização colectiva e turísticos, sem deixar de parte infra-estruturas e espaços verdes públicos, para proporcionar qualidade de vida e uma componente paisagística diferenciada.

Pedro Cristóvão afirmou que o Estado deixou espaços para que o investimento privado faça construções na cidade do Kilamba, no caso, colégios e hospitais de referência, numa altura em que a centralidade sequer tem um hospital.

“Tem um centro médico, mas não tem um hospital”, referiu o gestor, para quem “tudo isso tornará a cidade mais apetecível, já que a ideia é fazer com que as cidades se expandam e as pessoas encontrem nelas uma base de vida com qualidade, pela disponibilidade de bens e serviços.

Em sua opinião, deve olhar-se mais para esta componente, para que as cidades deixem de ser dormitórios. A empresa está focada no desenvolvimento, num país, com cidades ordenadas, com mobilidade interna e entre o centro e as centralidades.

Preços e títulos

Os preços de comercialização dos terrenos infra-estruturados estão em análise e giram em torno dos 214 dólares por metro quadrado, no Kilamba. O valor está alinhado ao custo das infra-estruturas, embora o de mercado esteja acima disso, principalmente naquela zona. No Sequele e na zona residencial do Camama, 90 dólares, em média, tendo em conta a localização e a finalidade da solicitação. A grande preocupação, para o lançamento da campanha, tem a ver com o problema da regularização dos direitos fundiários, acesso à escritura pública e aos direitos de superfície. Durante a entrevista, Pedro Cristóvão lembrou que hoje o superficiário leva, em média, dois anos, ainda que tenha documentação para obter títulos, prometendo reduzir este tempo para duas semanas.

“Precisamos de encurtar o tempo, de dois anos para uma ou duas semanas, isto é, desde a concessão ao registo predial. Com isso, em menos de um mês, o cliente terá segurança jurídica e poderá construir e investir no espaço”, realçou. O responsável dá ênfase à vantagem de a empresa vender espaços em estrito contacto com os governos provinciais e as entidades licenciadoras, de construção e de loteamentos.

Desta forma, explicou, uma vez concedidos os direitos fundiários, o cliente terá, num curto espaço de tempo, as devidas licenças, contrariando o ainda prevalente cenário em que o investidor não tem acesso à escritura pública.

“Queremos que as pessoas façam negócios, construam com direitos fundiários e segurança jurídica garantidas e possam ir à banca solicitar investimentos com confiança, em caso de hipoteca do imóvel”, reforçou.

Pedidos oscilam entre os 75 e 80 por mês

Os pedidos de terrenos, para habitação aumentam todos os dias. Em média, são registados, diariamente, três a quatro solicitações, o que corresponde a um total de 75 a 80 por mês, na maioria de pequenos espaços, que, geralmente, não ultrapassam os 300 metros quadrados de área total. As solicitações são de renda média ou renda média-alta, geralmente feitas por jovens. Não há solicitações de rendas baixas, por estarem localizados num espaço infra-estruturado e urbanizado, onde podem ser erguidas casas numa área bruta de mais de 75 metros quadrados, com uma margem de 35 a 40 por cento de índice de implementação.

A empresa estrutura-se, cada vez mais, para disponibilizar terrenos para a construção de habitações multifamiliares, na horizontal ou na vertical, bem como pequenas habitações individuais. Outro maior número de pedidos incide sobre terrenos para edificação de espaços para comércio de pequena dimensão, designadamente lojas de proximidade, barbearias, cafés, escritórios e prestação de serviços. Um terceiro tipo de pedido destina-se a terrenos para a construção de escritórios no corredor central.

O gestor apelou aos clientes que evitem a compra de terrenos em lotes destinados à construção de casas de rés-do-chão, quando pretendem construir mais de um andar. Advertiu que quem assim proceder - uma vez que está definido por instrumento legal - incorrerá em ilegalidade.

“Não será multado, mas terá a casa demolida pelos serviços competentes da administração do distrito,

depois do devido processo administrativo ou judicial, se for necessário. O terreno definido para vivendas há-de ser para vivendas, onde for para a construção de um andar a mais, também assim será. Desta forma, teremos terrenos ordenados e destinados para os fins definidos previamente”, esclareceu. A situação que se vive hoje, onde num espaço definido para erguer vivendas são levantados edifícios, deverá conhecer o seu termo. Afinal, serão definidas infra-estrutura para suportar habitações de pisos terrenos, para evitar obstrução ao escoamento das águas residuais, pluviais e abastecimento de outros serviços.

Para o efeito, a EGTI quer trabalhar com as empresas construtoras ou mesmo formar um consórcio para construir casas ao gosto dos clientes, sem violar os padrões de construção estabelecidos.

Vantagem económica

Pedro Cristóvão deixa claro que a EGTI, na sua actuação, não interfere, nem anula a actividade da administração local, distrital e municipal. “Não interferimos, na medida em que a nossa gestão é comercial. Não emitimos licenças de construção, nem temos poder de polícia”, explicou.

As licenças e os impostos, prosseguiu, são tarefas das administrações locais e entidades afins. “Nós simplesmente criamos as condições para que estas administrações sejam auto-sustentadas, com recursos adquiridos da venda de terrenos infra-estruturados”, assinalou.

Ao reinvestir nas infra-estruturas, a empresa não só cria novas estradas, como aumenta a capacidade de distribuição de equipamentos, como água, energia, saneamento básico, estações de tratamento de águas residuais e pontes, esclareceu Pedro Cristóvão. Lembrou que, em muitas ocasiões, encontram terrenos totalmente abertos, sem planos e usos, o que obriga a criar investimentos para depois recuperar.

Neste processo, explicou, são entregues terrenos às administrações, já com tudo, isto é, energia, água e prontos a construir.

“Com isso, a apetência de vender terrenos vai acabar, porque ninguém vai desejar comprar um terreno sem infra-estrutura. Estamos na fase de homologação do nosso relatório e contas do exercício 2018, que foi aprovado com reserva”, disse e sublinha que, até ao momento, os que melhor pagam são os que adquirem terrenos pequenos. Com 40 trabalhadores, a empresa tem a sede em Luanda, apesar da abrangência nacional. Para isso, criará serviços desconcentrados, que actuarão de modo local. Actualmente, encarregada da gestão de espaços infra-estruturados

em 20 cidades de 12 das 18 províncias, a EGTI posiciona-se como instrumento público para as políticas de desenvolvimento urbano.

Construir para realojar

A EGTI deve construir, em breve, mil habitações no Sequele, das quais 350 T2 evolutivas, na fase conclusiva. As restantes estão condicionadas a questões financeiras. As habitações erguidas são para realojamento de cidadãos.

“A empresa tem também a componente de construção, quando chamada a atender o realojamento. O Estado atribui a requalificação à EGTI e esta, por sua vez, verifica se é necessário o realojamento”, disse Pedro Cristóvão. Acrescentou que a maior parte dos activos atribuídos à empresa não tem plano urbanístico ou director, nem de pormenor, o que dificulta a sua gestão comercial. Por isso, a EGTI tem a missão de analisar, onde colocar uma escola, um posto médico, centro desportivo.

“Esse é o nosso ponto de acção, que passa por identificar as potencialidades e ver a envolvente, refazer o esquema de ocupação destas áreas e permitir que tenham todos os espaços necessários para ser considerada uma cidade”, realçou Pedro Cristóvão.

O responsável salientou o facto de a empresa participar, também, na segunda fase de construção da infra-estrutura da cidade do Kilamba, a ser desenvolvida pelo Gabinete de Coordenação para a Construção e Desenvolvimento Urbano das Cidades do Kilamba, Camama e Cacuo (GCKCC).

O retorno do valor investido pelo Estado em infra-estruturas nas cidades do Kilamba, Sequele e Camama já se faz sentir. Segundo Pedro Cristóvão, no exercício económico de 2018, até 31 de Dezembro, o fluxo de caixa da empresa foi de 8,2 mil milhões de kwanzas, resultado das actividades operacionais, como pagamentos respeitantes a imobilizações corpóreas e incorpóreas, investimentos financeiros e outras rubricas.

Comparados com o exercício do ano anterior, a empresa registou um aumento de mais de três mil milhões de kwanzas, num cenário em que uma das atribuições da EGTI é a gestão e o estudo do mercado, para ver até que ponto pode recuperar o investimento. A ocorrer, devolve directamente aos cofres do Estado, investe em novas infra-estruturas, rentabiliza e expande cidades.

“A ideia é tornar as cidades angolanas auto-sustentadas, para reduzir a pressão sobre os grandes centros urbanos. Além disso, pretende-se reduzir a

pressão sobre o OGE, no processo de desenvolvimento de cidades sustentáveis”, realçou.

Com quatro anos de existência, a EGTI foi concebida para fazer a gestão de terrenos infra-estruturados com carácter estratégico. Pedro Cristóvão explicou que, durante algum tempo, o Estado fez investimentos em infra-estruturas, principalmente nas novas centralidades, e olhou para a necessidade de se fazer uma gestão específica, que é gerir terrenos na perspectiva de garantir o retorno do investimento. Neste campo, à EGTI foi atribuída a gestão, comercialização e a regularização dos direitos fundiários.

“A empresa não gere o território nacional no seu todo, apenas aqueles espaços que o Estado atribuir e regulariza os direitos fundiários. De acordo com a legislação do planeamento territorial, os terrenos precisam de ter planos de pormenor, urbanísticos e directores, que definam o uso dos solos”, esclareceu o gestor. Realçou o facto de nem todos os terrenos estarem aptos para comercialização, por falta destes instrumentos de ordenamento do território.

A empresa já requalificou o terreno para realojamento na zona do Sequele.

7.4 Governo Acolhe recomendações da ONU sobre Direitos Humanos

Jornal de Angola

15 de Novembro de 2019

O Governo angolano acolheu, com satisfação, as recomendações apresentadas pelos 110 Estados membros do Conselho dos Direitos Humanos das acções Unidas, durante as considerações finais relativas à adopção preliminar do Relatório de Implementação do III Ciclo da Avaliação Periódica Universal, realizada, na terça-feira, em Genebra, Suíça.

De acordo com a secretária de Estado do Direito Humanos e Cidadania, Ana Celeste Januário, que falava, na terça-feira, no Palácio das acções, em Genebra, Angola considera as observações e recomendações apresentadas pelo Grupo de Trabalho da Revisão Periódica Universal (UPR) da ONU de “muito valiosas e construtivas”, que contribuirão para o reforço dos mecanismos nacionais de promoção e protecção dos Direitos Humanos.

Segundo um comunicado de imprensa a da Missão Permanente de Angola em Genebra, a secretária de

Estado, que coordena a delegação angolana à 34ª sessão do Grupo de Trabalho da UPR, referiu que muitas das recomendações formuladas durante o exame de avaliação “estão em consonância com Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, os programas e prioridades nacionais destinados a fortalecer as instituições do Estado de direito e a melhoria dos Índices de desenvolvimento humano do nosso povo”.

Para Ana Celeste Januário, o Governo angolano verificou, com agrado, que muitos dos Estados intervenientes consideraram positivo o contexto político actual do país, com destaque para a Estratégia Nacional de Direitos Humanos, a aprovação do Código Penal e a ratificação de Convenções de Direitos Humanos.

O Governo angolano agradeceu o empenho e esforço do presidente do Conselho dos Direitos Humanos da ONU, embaixador Coly Seck, do Grupo de Trabalho da Revisão Periódica Universal, do Estados- membros intervenientes, do Secretariado, dos membros da Troika (Camarões, Qatar e Croácia) e de todo os profissionais que directa ou indirectamente, contribuíram para o êxito de Angola na 34ª sessão do exame de avaliação das Nações Unidas.

7.5 Títulos de terra protegem famílias camponesas

Jornal de Angola

28 De Novembro de 2019

Autor: João Constantino

Na província do Bié, são 200 famílias camponesas a beneficiar de títulos de terra, numa primeira fase, dentro do projecto “Minha Terra”, iniciativa do Governo Central, executada por uma Comissão Multisectorial, criada pelo Presidente da República.

Os primeiros beneficiários dos títulos de terra, entre as 200 famílias camponesas, são do município do Chinguar, comuna da Cangala, que receberam das mãos da ministra do Urbanismo e Habitação, Ana Paula de Carvalho, os primeiros 170 títulos.

Cada família está a beneficiar de um hectare de terra arável para a prática da agricultura. Os espaços, na comuna da Cangala, já foram preparados pelo Instituto do Desenvolvimento Agrário no Bié e, como prova da sua qualidade, na campanha agrícola 2018-2019 foram colhidas no local 1.150 toneladas de milho.

O “Minha Terra” é um projecto piloto, que vai entregar títulos de terra a 200 famílias camponesas proprietárias de terrenos rurais, em cada uma das 18 províncias do país, segundo a ministra do Urbanismo e Habitação.

Ana Paula de Carvalho, que procedeu ao lançamento do projecto em Outubro passado e fez a entrega de 170 processos titulados a camponeses, na província do Bié, afirmou na altura que este número, 200, é sequencial, à medida da implementação e expansão do programa às demais circunscrições.

“É com muito desagrado que assistimos camponeses e outros cidadãos perderem parcelas de terra que são, na maioria dos casos, seus activos, para promover desenvolvimento”, disse a ministra na ocasião, tendo assegurado que, com a recepção do documento, os camponeses podem trabalhar e produzir sem receios.

Na província do Bié, estão criadas equipas técnicas de níveis provincial e municipal, que, juntas, trabalham para facilitar e acelerar o processo de emissão dos títulos de propriedade, disse, por seu lado, o director da Agricultura, Marcolino Rocha Samdemba, à margem do lançamento do projecto no município do Chinguar.

Aos beneficiários dos títulos, a ministra deixou recomendações no sentido de conservarem a documentação recebida, para que, no futuro, em caso de litígio, possam apresentar elementos de defesa.

Natural satisfação

Um dos 170 beneficiários dos títulos de terra da comuna da Cangala, Hilário Candeia, produtor de milho, afirmou que a recepção do documento representa um mecanismo para eliminar os conflitos de terra.

O camponês disse que o título traduz-se também num incentivo para aumentar os níveis de produção e, por outro, é o reconhecimento do esforço empreendido pelos operadores do campo.

Pedro Capita, outro beneficiário, aplaudiu a iniciativa e disse que, com o gesto, abre-se uma oportunidade de se recorrer a um crédito bancário.

UNACA quer celeridade na entrega de títulos

O vice-presidente da UNACA (União Nacional dos Camponeses de Angola) no Bié, Eduardo Jonatão, disse que a entrega dos 200 títulos por província, numa primeira fase, é pouco, visto que há camponeses associados que ficaram de fora, apesar de pertencerem à mesma cooperativa agrícola.

Considera a iniciativa de entrega de títulos de concessão de terra ao camponês familiar muito boa, mas avalia o número como irrisório.

“Por exemplo, na comuna da Cangala, onde se fez o lançamento do acto, há 350 camponeses, mas só 200 recebem, numa primeira fase. E os outros, quando serão beneficiados?”, questionou-se.

O responsável disse mesmo que, caso o processo atrase, outros camponeses vão perder as suas terras aráveis, como tem acontecido.

“Temos visto em algumas áreas onde os camponeses são expropriados das suas terras por empresas que surgem do nada, já com títulos de terras lavrados a partir de Luanda. Como fica esta situação?”, questionou.

Eduardo Jonatão lamenta o facto de camponeses expropriados das suas terras não saberem onde ou a quem reclamar, por falta de um título, apesar de terem trabalhado no local durante gerações.

O vice-presidente da UNACA no Bié admitiu, contudo, que o projecto “Minha Terra” vem dar ao camponês direito e protecção.

7.6 Falta de meios atrasa “Minha Terra” na província do Cuando Cubango

Jornal de Angola

29 de Novembro, 2019

Autor: Lourenço Bule

A falta de logística, incluindo viaturas todo o terreno 4X4, está a dificultar a mobilidade da equipa que, no Cuando Cubango, deve trabalhar no programa “Minha Terra”, cujo objectivo é a atribuição de direitos fundiários às comunidades detentoras de parcelas de terra para agricultura sustentável.

O chefe da secção técnica do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA) na província, João Joaquim Tândilo, afirmou, ao *Jornal de Angola*, que, por esta razão, até agora a sua equipa trabalhou apenas com a União Nacional dos Camponeses Angolanos (UNACA), que forneceu um dado aleatório de 255 co-operativas agrícolas existentes no Cuando Cubango.

Para João Joaquim Tândilo, a equipa do IGCA “está de mãos atadas”, não consegue locomover-se para as áreas rurais, por falta de meios para poder visitar as comunidades ou cooperativas que, em princípio, devem beneficiar com o projecto.

Explicou que, no projecto “Minha Terra”, o Cuando Cubango elegeu Menongue como o município piloto para o arrancado das actividades de atribuição de direitos fundiários aos camponeses. Este trabalho deveria ter arrancado no mês passado, mas a falta de viaturas, alimentação, combustíveis e de outros suportes técnicos inviabilizou, até à data, o início do processo de mapeamento das terras.

João Joaquim Tândilo disse que, depois de Menongue, a equipa traçou um roteiro para os municípios do Cuchi, Cuito Cuanavale, Cuangar, Calai, Dirico, Mavinga, Nancova e Rivungo, que devem ser cadastrados por esta ordem.

Disse que cada beneficiário deve receber, no mínimo, 11 hectares e, no máximo, mil, para o cultivo de produtos diversos do campo, com o apoio da banca nacional. A ideia é dar maior impulso à produção de alimentos com fartura. Porém, enquanto não se efectivam a titularidade das terras, estes créditos não serão possíveis.

Adesão ao PAC

O chefe da secção técnica do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA) na província do Cuando Cubango, João Joaquim Tândilo, disse que, através dos títulos de concessão de terras, os camponeses poderão aderir ao Projecto de Apoio ao Crédito (PAC), inserido no Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), uma orientação do Executivo angolano.

O programa “Minha Terra”, acrescentou, é um conjunto de mecanismos criados pelo Estado angolano, no sentido de tornar mais célere e menos oneroso o processo de legalização das parcelas de terra das comunidades locais, bem como dos camponeses organizados em cooperativas ou individualmente.

João Joaquim Tândilo disse que o processo culmina com a atribuição de títulos de concessão ou de reconhecimento de terra e o registo dos mesmos nas conservatórias. O papel do Estado é proteger os terrenos das comunidades.

“Os camponeses que quiserem aderir a este programa é só manifestarem o interesse junto do IGCA e accionam-se as brigadas de campo criadas para o efeito. Estas, por sua vez, desenvolvem as acções de vistoria e demarcação da parcela de terra de forma rápida e menos burocrática”, explicou. Acrescentou que o tempo mínimo para atribuição do título de concessão de terra é de até 67 dias.

7.7 Luanda Bairro demolido renasce sem energia e água

Jornal Expansão

29 De Novembro De 2019

Autor: Dulcineia Lufua

Caracterizados como bairros turbulentos por conta das demolições do passado, Bagdade e Iraque renasceram, dez anos depois, e dão lugar ao bairro “Terra Prometida”, já habitado por mais de 100 moradores.

Os bairros Iraque e Bagdade, no município de Belas, demolidos por ordens do Governo Provincial de Luanda (GPL) em 2009, voltam a surgir, dez anos depois, com o nome de “Terra Prometida” e já conta com mais de 100 novos moradores.

Devido às demolições, o local ficou conhecido por ser a zona que teve a maior operação contra a construção anárquica na capital angolana, onde mais de três mil residências foram destruídas e mais de 15 mil pessoas desalojadas. “Foi um terror”, contaram ao NJ alguns moradores que testemunharam tais episódios. Antonica Fernandes, que presenciou as demolições, contou que, por causa destas, muitas pessoas perderam a vida “como se estivessem na guerra do Iraque”.

Quando os moradores foram desalojados, prosseguiu a entrevistada, começaram a surgir novas construções e as informações que colhiam na altura eram de que seriam casas voltadas para a juventude.

“Depois de quase um ano, os chineses foram embora, sem nenhuma explicação, deixando as obras inacabadas. As casas ficaram abandonadas e começaram a ruir.

Então o Governo parte as nossas casas para nada? Isso criou-nos revolta”, revelou Antonica. Por causa disso, dez anos depois, regressaram aos bairros de onde tinham sido desalojados.

“Nós, os antigos moradores, decidimos tomar posse do que sempre foi nosso, a nossa a prometida”, como na Bíblia”, explicou a cidadã que voltou há sete meses.

Desprovidos de luz eléctrica da rede pública e água canalizada, os moradores disseram estar de regresso ao local com o consentimento da administração e da Polícia.

“Já não tínhamos como pagar as rendas de casa, agora que regressámos, mesmo em condições

precárias e em casas inacabadas, dá para remediar com as famílias", disse Antonica Fernandes.

Por sua vez, outra moradora, conhecida por Cidália, fez saber que antes o local era palco de vários crimes. Os meliantes aproveitavam para violar e guardavam as coisas roubadas nas casas que se encontravam despovoadas.

"Desde que cá estamos, o quadro mudou. Criámos um grupo de jovens que fazem giro no período nocturno e os efeitos têm sido positivos, porque já conseguimos andar à vontade, sem medo", disse.

Os bairros Bagdade e Iraque tornaram-se motivo de estudo para o académico Nsambu Vicente, que na semana passada lançou, em Luanda, o livro intitulado Formação dos bairros Bagdad e tracue.

Segundo o seu autor, a obra tem um "lugar significativo na historiografia recente de Luanda" e pretende com o seu lançamento "registar a história de formação daquelas duas áreas, tomando como referência de fundo a questão da origem dos nomes e dos seus habitantes".

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Recolha de lixo

Jornal de Angola
08 De Novembro de 2019
Autor: Luciano Rocha

Os trabalhadores da recolha de lixo em Luanda avisaram que somente lhes resta a greve face aos salários que lhes devem e dou-lhes toda a razão, pois é com eles que se sustentam e às famílias.

Eu sei, a maioria dos luandenses sabe, que há por aí muita gentinha que nunca “vergou a mola” e tem as contas bancárias a abarrotar, frotas de carros de todos os modelos, até helicópteros, aviões, veleiros e ainda entende que é pouco.

Os trabalhadores da recolha de lixo, mesmo que possa haver quem pense o contrário, são pessoas, que precisam de comer e têm famílias também. Não vivem do ar poluído que respiram. Por isso, repito, têm toda a minha solidariedade.

8.2 Vice-Presidente do MPLA informada sobre projectos

Jornal de Angola
13 de Novembro de 2019
Autor: Garrido Fragoso

O défice na produção e distribuição de água potável diferentes zonas da cidade e arredores de Luanda levou ontem, a vice-presidente do MPLA, Luísa Damião, a visitar alguns projectos estruturantes do sector, nos municípios de Cacuaco e Viana.

Dos projectos inspeccionados pela dirigente do MPLA, o destaque recai para o de construção da Estação de Tratamento de Águas (ETA) de Candelabro (terceira fase), no município de Cacuaco, que deve entrar em funcionamento em 2020, para abastecer 200 mil famílias.

Orçado em 122,2 milhões de dólares, o projecto vai permitir aumentar a capacidade de produção diária de água potável de 120 para 210 mil metros cúbicos diferentes áreas de influência de Luanda, incluindo a Centralidade do Sequele.

No projecto de Candelabro, Luísa Damião apreciou os trabalhos em curso, consubstanciados nos processos de armadura com aço e betonagem, alvenaria e trabalhos de estuque e ladrilho.

A obra iniciou em Maio 2017, com data de conclusão prevista para Dezembro do próximo ano.

Os constrangimentos, em termos financeiros, fizeram com que o processo de execução física da obra este cifrado em apenas 33 por cento. Até agora, foram pagas apenas 15 por cento do valor total à construtora chinesa

"China Machinery Engineering Corporation".

Depois de Cacuaco, Luísa Damião rumou para Calumbo onde visitou a Estação de Tratamento de Águas (ETA) local com capacidade de produção de mais de 50 mil metros cúbicos de água por dia.

A vice-presidente MPLA visitou, igualmente o Centro de Captação de Água de Capiapia, ainda em construção, e que visa aumentar a produção de água bruta para as ETA-Sudeste. A meta é aumentar a produção de 2,6 metros cúbicos por segundo para 4,6. O projecto está orçado em mais de 103 milhões de dólares.

Por seu turno, o presidente do Conselho de Administração da EPAL, Fernando Cunha, esclareceu que apesar de estar na parte final de estudo, o Projecto Bit está atrasado cerca de 15 anos, porque, na cidade de Luanda, os sistemas saturam – se de dez em dez anos.

Fernando Cunha informou que Luanda produz 460 mil metros cúbicos por dia, quando, nesta altura, a produção deveria ser de um milhão de metros cúbicos por dia. Feitas as contas, existe um défice de 53 por cento.

Ainda ontem, Luísa Damião visitou a Estação de Captação do Kikuxi, onde lhe foi apresentado o Projecto Bit, financiado pelo Banco Mundial, no valor de pouco mais de mil milhões de dólares.

O Projecto Bit, cujas obras devem iniciar em 2020, vai abastecer potável a região Sul de Luanda, nomeadamente o município de Belas, onde todos os seus distritos não têm água, com excepção do Kilamba, que possui um sistema independente. Com o projecto vão ainda ser feitas melhorias nalgumas zonas que já beneficiam de água, como é o caso do município de Talatona.

Luísa Damião justificou a visita com o facto de o MPLA ser o partido que sustenta o Executivo e por as comunidades reclamarem, constantemente, sobre a falta de água.

"Temos que ver que a água representa um princípio social.

A água é vida e traz-nos saúde. Por esta razão, estamos a realizar visitas e encontramos projectos estruturantes e conseguimos detectar alguns constrangimentos. Vamos fazer alguma advocacia no sentido de podermos ajudar a resolver alguns dos problemas", prometeu.

8.3 Cazenga propõe rescisão de contrato com Elisal

Jornal de Angola
14 de Novembro de 2019

A administração do Cazenga, em Luanda, propôs a rescisão de contrato com a Elisal, por incapacidade da empresa manter a limpeza e o saneamento da circunscrição.

A administradora adjunta do Cazenga para a área Técnica, Infra-Estruturas e Serviços Comunitários, Marta Mendes, disse que actualmente se verificam grandes problemas nos bairros do município, quanto à recolha de lixo. Segundo a responsável, a situação se arrasta há muito tempo e o processo de rescisão está em curso, dependendo apenas de alguns pormenores.

Falando à imprensa, Marta Mendes disse que o Cazenga está sujo e os esforços da administração municipal no sentido de fazer a limpeza semanal e educar a população para manter a localidade limpa, não tem sido suficiente.

Marta Mendes defende a contratação de outra empresa com capacidade e meios técnicos para a limpeza e saneamento da municipalidade.

Para a responsável, existem na província de Luanda empresas capacitadas para a limpeza e recolha de lixo que podem trabalhar no Cazenga e proporcionar uma boa imagem e vida saudável à circunscrição.

A Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL) é a responsável pela limpeza do Cazenga, um dos nove municípios da província de Luanda, que conta com os distritos urbanos do Tala-Hadi, Hoji ya Henda, Cazenga, 11 de Novembro, Kima-Kieza e Calawenda.

8.4 207 mil milhões de Kzs para combater seca no Cunene

Jornal Expansão
15 De Novembro de 2019

Duzentos e sete mil milhões de Kzs vão ser aplicados para combater a seca na província do Cunene, a mais afectada do País. O pontapé de saída é dado esta sexta-feira naquela região, com o lançamento oficial dos projectos estruturantes para o combate aos efeitos da seca no sul de Angola, aprovados por Despacho Presidencial n.º 167/19, de 4 de Outubro.

Avaliado em 44 mil milhões Kzs, o 1º projecto prevê a construção de captação no rio Cunene, sistema de bombagem, conduta pressurizada, construção de canais adutores e canal aberto, que irão permitir a transferência de água do rio Cunene para diversos diques.

"Estamos apenas a falar de projectos que vão transferir água para as zonas que estão muito afectadas pela falta deste líquido", disse ao Expansão o Secretário de Estado das Águas.

De acordo com Lucrecio Costa, o asseguramento de água potável está a ser resolvido pela reabilitação de furos com impacto imediato as populações, mas ainda assim, com a conclusão do 1.º projecto "prevê-se a construção de sistemas de potabilização para atender as pessoas".

O financiamento para os projectos do Cunene já está assegurado, garante o Secretário de Estado, que aponta 2022 como ano para a sua conclusão.

"Numa perspectiva realística, estas obras levarão entre 18 a 20 meses. O financiamento está garantido através do fundo do petróleo", avançou Lucrecio Costa.

Para a província do Cunene estão ainda previstos os projectos 2 e 3 que contemplam a construção das barragens 128 (Calucuve) e 71 (Ndúe) e os seus canais adutores, obras avaliadas em 163 mil milhões Kz.

Os projectos estruturantes para o combate aos efeitos da seca no sul do País, contemplam também as províncias da Huíla e do Namibe, que no entanto, aguardam pelo financiamento para a execução das obras previstas. "Namibe e Huíla ainda não têm horizonte temporal para iniciar. A filosofia é começar pelos mais prioritários e que têm já assegurado o suporte financeiro. Essas são obras avultadas e qualquer uma delas custa mais de 200 milhões USD", explica o Secretário de Estado das Águas, Lucrecio Costa.

8.5 136 milhões para dar solução ao problema da seca no Cunene

Jornal de Angola

16 de Novembro, 2019

Autor: José Bule e Domingos Caluçipa

O projecto de construção do sistema de transferência de água do rio Cunene, a partir da localidade de Cafu, município de Ombadja, à zona de Shana, no Cuamato e Namacunde, e outro de captação, bombagem, conduta pressurizada e canal aberto até ao Cuamato e 10 chimpacas, começaram a ser implementados ontem, na província do Cunene, para combater a seca na região.

As obras vão ser executadas em ano e meio e garantir 330 empregos. O primeiro projecto consiste num sistema de estruturas e meios, que desviam uma quantidade de água limitada a 2 metros cúbicos por segundo, a partir do rio Cunene, na localidade de Cafu, que será bombeada até ao cume da margem esquerda do rio, por sistema de gravidade, para as áreas visadas, através de canais a céu aberto.

As obras serão implementadas por dois lotes, para satisfazer as necessidades domésticas de aproximadamente 235 mil habitantes, que representa cerca de um terço da população de toda a parte angolana da bacia do Cuvelai, além das necessidades animais de aproximadamente 250 mil cabeças de gado.

O projecto de construção de captação no rio Cunene, sistema de bombagem, conduta pressurizada e canal aberto, a partir de Cafu até Cuamato e 10 chimpacas, integra uma estação de bombagem com um caudal de dois metros cúbicos de água por segundo, uma conduta pressurizada com mais de 10 quilómetros e um diâmetro interno DN 1200 milímetros, canal trapezoidal revestido em betão, com cerca de 47 quilómetros de comprimento.

As obras de construção de 10 chimpacas incluem a execução de bombas solares, unidades de tratamento,

fontanário e lavandaria, bebedouro para o gado, vias e rampas de acesso.

Avaliado em cerca de 136 milhões de dólares, os projectos vão envolver uma mão-de-obra considerável. "São projectos que vão mudar a face da província do Cunene, logo que sejam concluídos, dentro de ano e meio", garantiu o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, que procedeu ao lançamento da primeira pedra dos projectos, seguido da consignação das obras, entre a empresa chinesa Sinohydro e o Ministério da Energia e Águas.

O ministro avançou que, fruto de um conjunto de projectos elaborados dentro do Plano Nacional da Água, a prioridade recaiu para os três, para beneficiar as populações da província do Cunene. "Aqui, a água vai ser transportada em condutas e aquedutos, para o abeberamento do gado e da população", esclareceu.

João Baptista Borges explicou que, o segundo e terceiro projectos, consistirão na construção de barragens. Uma na localidade de Ndue e outra em Calukuve, com o objectivo de aprovisionar a água e, de seguida, canalizá-la para outras localidades da província, onde o produto vital faz imensa falta.

O rio Cunene é partilhado por Angola e a Namíbia, e é na base deste acordo de partilha dos recursos hídricos que o país se vê na obrigação de comunicar, atempadamente, à parte namibiana, todos os projectos que dizem respeito à extracção de água no rio Cunene. "Fizemos tudo isso", atesta.

Mais de 800 mil pessoas afectadas pela seca

O governador do Cunene, Vigílio Tyiova, afirmou que, depois da construção da futura barragem do Kadu, canais de irrigação e chimpacas, a população vai deixar de ter total dependência das chuvas. "Renovamos os nossos profundos agradecimentos ao Presidente da República, João Lourenço, por prestar uma atenção especial ao problema da seca, que aflige o povo do Cunene", disse.

Para Vigílio Tyiova, com o acto fica concretizada a intenção do Governo de arranjar soluções estruturantes, definitivas e sustentáveis para acabar com a dependência absoluta das chuvas, aproveitando os recursos hídricos da província da melhor forma possível, permitindo, deste modo, a prática regular da actividade agrícola e pecuária, viabilizando o aumento da segurança alimentar e da empregabilidade.

“É a seca mais severa dos últimos 30 anos, tendo em conta que afectou um total de 880.172 pessoas, e mais de um milhão de bovinos, das quais mais de 30 mil morreram”, disse Vigílio Tyiova, para realçar que o projecto simboliza o empenho do Estado garantir êxitos nas futuras campanhas agrícolas, ao longo dos percursos dos canais e chimpacas, para facilitar a prática de agricultura extensiva, garantir o pasto e o abeberamento do gado.

Com a materialização do projecto, acrescenta o governador, o Executivo vai garantir água aos municípios de Ombadja, Cuanhama e Namacunde. Os canais terão um percurso de 104 quilómetros, 30 chimpacas distanciadas uma da outra em cerca de cinco quilómetros, para beneficiar mais de dois terços da população, cerca de 60 por cento do gado e irrigar cerca de cinco mil hectares.

8.6 Governo Lança Fórum da Água e Saneamento

Jornal de Angola

19 De Novembro de 2019

Autor: Manuela Gomes

Um Fórum Nacional de Água e Saneamento (FONAS), com o propósito de criar uma plataforma entre o Governo, parceiros de desenvolvimento do sector das águas, higiene e saneamento, foi lançado ontem, em Luanda.

O Fórum tem em vista melhorar a coordenação das intervenções no sector, promover a criação de sinergias e o alargamento e alavancamento de recursos financeiros. Vai captar investimentos, tanto nacionais como internacionais, e promover parcerias para o sector das águas e saneamento.

Ao discursar no acto de lançamento do Fórum, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, reconheceu que os abundantes recursos hídricos de que o país dispõe estão, ainda, por ser eficazmente geridos e aproveitados de forma integrada. João Baptista Borges referiu que, nos últimos anos, o Governo tem realizado investimentos ao nível da água e saneamento da capital do país, capitais provinciais, municipais e nas áreas periurbanas e rurais.

“A escala e o alcance dos investimentos recentes são imensos e, se forem eficiente e eficazmente utilizados, resultarão no cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o abastecimento de água e saneamento, embora com o menor progresso nas áreas rurais”, disse o ministro. No entanto, continuou, à medida que algumas acções

são realizadas surgem novos desafios, por isso, acrescentou, “fica claro que precisamos de garantir que qualquer desenvolvimento seja alcançado progressivamente, e que seja totalmente integrado, de modo que seja sustentável ao longo do tempo”. João Baptista Borges reafirmou que o Governo está atento e ciente da importância da criação de processos que proporcionem estruturas e orientações necessárias para apoiar uma visão estratégica de médio e longo prazo.

O ministro da Energia e Águas augura que o Fórum de Água e Saneamento melhore os mecanismos de comunicação, coordenação e cooperação entre as partes interventoras e interessadas nos sectores da Água, Saneamento e Higiene a nível nacional, em apoio ao Governo, assim como responda às necessidades de harmonização das actividades do sector.

Mais apoio ao sector

A ministra do Ambiente, Paula Francisco, disse que a questão da água e saneamento é transversal e ultrapassa as fronteiras dos dois sectores, devendo, para tal, serem envidados esforços para uma integração cada vez mais sectorial, no âmbito da sua implementação.

Para Paula Francisco, a proposta do Fórum de Água e Saneamento tem como base a Declaração de Paris de 2005, que aborda a cooperação efectiva de ajuda ao sector da Água e Saneamento e a Agenda de Accra 2008, que trata da criação de mecanismos para a melhoria e coordenação do sector de Água e Saneamento.

“O FONAS apresenta-se como um elo importante no apoio das acções do sector da Água, Saneamento e Higiene, propondo ao Executivo acções estratégicas, assegurando, assim, uma melhor harmonização e coordenação dos processos de planificação e alinhamento multisectorial”, sublinhou.

De acordo com a ministra, pretende-se, igualmente, que no decurso da implementação possa, através dos técnicos, promover a realização de estudos de investigação aplicada sobre os principais problemas que afectam o sector da Água, Saneamento e Higiene.

O representante do UNICEF em Angola, Abubacar Sultan, felicitou o Executivo pelo estabelecimento do Fórum Nacional da Água e Saneamento, que constitui uma boa prática na melhoria da articulação, cooperação, assim como a aglutinação e partilha de informação para a construção e aproveitamento de sinergias.

O Fórum vai aumentar o número de pessoas que vão fornecer contribuições para o incremento dos parceiros no sector da água e saneamento. Será constituído por Decreto Presidencial. Vai integrar departamentos ministeriais como a Educação, Ciência e Tecnologia, MAPTSS, MAT, Saúde, Recursos Mineirais, Economia e Planeamento e Finanças.

8.7 Moradores da Kilunda “fazem as necessidades” ao ar livre

Jornal de Angola

19 De Novembro de 2019

Autor: César Esteves

Na localidade da Kilunda, situada na comuna da Funda, município de Cacuaco, em Luanda, vive-se uma realidade difícil de ser compreendida.

Das mais de 15 mil famílias aí residentes, apenas um número bastante insignificante dispõe de uma casa de banho no interior da sua residência. As pessoas preferem recorrer às matas para defecar e à sala e ao quarto para tomar banho. A falta de dinheiro para mandar cavar o buraco para a construção da fossa, aliada ao facto de a terra ser muito dura (é argila), é apontada, pelos moradores, como a principal razão que os desmotiva a construir um WC.

“É mais fácil construir o quarto, a sala e a cozinha do que o WC”, referiu o morador João Manuel. O custo para mandar cavar uma fossa, segundo contou, ronda os 20 mil kwanzas, valor que disse não estar ao alcance da maioria dos moradores da localidade, maioritariamente camponesa.

Paradoxalmente, muitas famílias nessas condições dispõem, em suas casas, do serviço de televisão por satélite, vulgo parabólica, levando-os, em alguns casos, a gastar 3.295 kwanzas, por mês ou 39.540, por ano. Benjamim Afonso, por exemplo, gastou 158.160 kwanzas, em quatro anos.

A zona foi contemplada com a luz da rede pública. Benjamim Afonso, um dos moradores que preferiu ter o sinal de televisão em casa, em detrimento de uma casa de banho, contou à reportagem do Jornal de Angola que tomou tal decisão por não dispor de condições financeiras para erguer uma. “Comprei a parabólica para a família não ficar muito isolada”, frisou.

João Manuel, cujos 70 anos de vida foram todos completados naquele bairro, revelou que o hábito de não construir casas de banho vem de longe e foi passando de geração em geração.

O ancião disse que os primeiros habitantes da zona deixavam, propositadamente, de construir casas de banho, porque se sentiam mais confortáveis a defecar nas matas ou nas montanhas.

“Mas, agora, estamos a ver que as casas de banho fazem muita falta”, admitiu.

O morador referiu que a prática de defecar ao ar livre tem provocado, sobretudo no tempo chuvoso, muitos casos de febre tifóide e diarreia na zona.

“As moscas, depois de poisarem nas fezes, transportam as bactérias para as nossas casas”, realçou.

Preocupado com a situação, uma instituição filantrópica construiu, naquela localidade, várias latrinas para impedir o surgimento de algum flagelo. “São poucas. Não chegam para toda a gente”, disse o mais velho João Manuel, acrescentando que muitas delas se encontram, hoje, inoperantes, devido ao mau estado.

As famílias com casa de banho nas residências nem sempre aceitam ser solidárias com as que não têm, por entenderem que as que se encontram nessas condições são negligentes.

Bater a porta de um vizinho com casa de banho, segundo contou o morador Manuel Tchukúlia, nalguns casos, para pedir ajuda, é considerado crime. “Aqui, quem tem casa de banho é rei”, aclarou. Nas poucas casas onde se pode encontrar um WC, estes também clamam por melhores condições. Só a maior das necessidades levaria alguém a utilizar o lugar.

Devido ao acto de defecar ao ar livre, há três anos, o bairro foi assolado por um surto de cólera, que chegou a vitimar mortalmente alguns membros da comunidade.

“Aproximadamente dez pessoas terão morrido naquele período”, recorda Baptista João da Silva, presidente da Comissão de Moradores do bairro Kilunda.

O responsável salientou que o bairro continua a registar, até hoje, por culpa dessa situação, muitos casos de febre tifóide, diarreia e paludismo. Baptista João da Silva confirmou a informação segundo a qual muitas famílias deixam de construir casas de banho devido à falta de dinheiro.

“O valor para a construção de uma casa de banho não está ao alcance de muitas famílias”, confirmou. O mesmo problema verifica-se nos bairros “Terra Branca” e “Kuta”, adjacentes à Kilunda. A situação tem impedido muitas famílias de receber visita. “Os nossos familiares pensam duas vezes para vir aqui, por não termos casa de banho”, contou, a rir, um morador.

Não se sabe, ao certo, há quanto tempo existe o bairro Kilunda, mas alguns moradores falam em mais de 60 anos. A maioria das casas, um total de 600, é de adobe.

Limpam fossas por necessidade e esperam por algum respeito

Se na Kilunda as famílias batem-se por uma casa de banho, em Luanda, os profissionais que se dedicam ao trabalho de desobstrução de tubos de fossas sofrem com a discriminação e a desvalorização.

Paulo Nataniel, 42 anos, Celestino António (41) e João Praia (44) decidiram abraçar o trabalho de saneamento por não terem outra alternativa. Disseram que o trabalho, apesar de constituir a principal fonte de sustento das famílias, lhes tem custado muito caro.

“Ainda vivemos numa sociedade bastante ignorante, que chega a pensar que o único trabalho digno de ser feito é do escritório”, lamentou um deles.

Há oito anos a fazer o trabalho, que envolve também, em alguns casos, a limpeza de fossas, João Praia referiu que, certa vez, ao desentupir o tubo da fossa de uma instituição, foi barbaramente discriminado por uma mulher, por sinal empregada de limpeza, nos seguintes termos:

“Se o meu namorado aceitasse fazer esse trabalho, ainda que me desse uma mesada de mil dólares, o deixaria no mesmo dia”, lembra, com tristeza. Embora já se tenha passado algum tempo, desde que ouviu o insulto, o cidadão diz estar ainda traumatizado. Confessou ter dificuldade para falar do trabalho que faz, porque teme ser discriminado.

João Praia apontou o cheiro das fezes como o principal problema do trabalho.

“Apesar de já estar a fazer este trabalho há um tempo, ainda não me acostumei ao cheiro”, frisou. Muitos colegas que faziam o mesmo trabalho, prosseguiu, encontram-se actualmente em casa, acometidos de infecção pulmonar. Ele acredita que a doença dos colegas foi provocada pelo trabalho que fazem.

Celestino António faz o mesmo trabalho há 12 anos e, diferente do seu colega, disse não ter receio de o assumir, porque parte do princípio de que não está a roubar a ninguém.

“É o único pão que tenho. Não posso me envergonhar dele”, realçou, reconhecendo que também já foi alvo de discriminação.

Paulo Nataniel, por sua vez, confessa não ter sido fácil nos primeiros dias, devido à especificidade do trabalho.

“Não é fácil ver dejectos alheios. Só mesmo a necessidade de sustentar as nossas famílias nos leva a fazer isso”, sublinhou.

Paulo Nataniel contou que, certa vez, enquanto limpava a fossa de uma casa, um dos membros da família decidiu usar a sanita.

“Se não estivesse atento, o dejecto cairia todo por cima de mim”, lembrou. Neste dia, continuou, ponderou colocar um ponto final naquele trabalho. “Não foi fácil”, acentuou.

Miguel Ricardo dedica-se à limpeza da casa de banho de uma instituição comercial no centro da cidade. Disse estar nisso há nove meses. Contou que muitos usuários do espaço não o respeitam, apesar de ser a pessoa que garante a higiene do lugar que eles utilizam.

“Há pessoas que entram aqui e não se preocupam, sequer, em oferecer um bom dia. É como se eu fosse invisível”, lamentou.

Como agravante, salientou, há muita gente que faz uso das casas de banho e não coloca água, tarefa que depois acaba por sobrar para eles.

“É uma autêntica falta de respeito. Apesar de trabalhar nessa área, também merecemos ser respeitados”, frisou.

A data e os números

Assinala-se, hoje, o Dia Mundial da Casa de Banho. A data é comemorada desde 2001 em vários países do mundo. Também conhecida como Dia da Sanita, foi oficialmente reconhecido pelas Nações Unidas, em 2013, e visa alertar a população para o facto de mais de 2,4 mil milhões de pessoas não terem acesso a uma casa de banho limpa, segura e privada. A data tem como objectivo destacar a importância do saneamento básico para a saúde global.

Estudos apontam que 1 em cada 3 pessoas não dispõe de casa de banho que assegure boas condições de higiene e segurança. Mais de 700 mil crianças morrem todos os anos devido à diarreia causada por águas poluídas e más condições sanitárias, tendo provocado perto de 2000 mortes por dia. Em todo o mundo, existem mais pessoas com telemóvel do que com sanita. Mais de 60 milhões de crianças nascem em casas sem saneamento. 7.500 pessoas morrem diariamente por falta de saneamento, entre as quais 5.000 são crianças com menos de 5 anos.

272 milhões de dias de escola são perdidos por ano devido a doenças relacionadas com o saneamento. Apenas 47% das escolas nos países em desenvolvimento oferecem adequadas condições sanitárias.

Alguns países perdem 7% do PIB com problemas de saúde relacionados com a falta de condições sanitárias. Dois milhões de toneladas de dejectos humanos vão todos os dias para fontes de água, contaminando-as e mil milhões de pessoas ainda defecam ao ar livre.

8.8 Elisal trabalhadores levantam greve após promessas de Rescova

Novo Jornal

22 De Novembro de 2019

Autor: Dulcineia Lufua

Dez paralisações por tempo indeterminado foram registadas entre Janeiro e Novembro deste ano na Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal). As interrupções tiveram como pano de fundo as condições de trabalho e o atraso no pagamento dos salários. Por conta destas irregularidades, os mais de 300 trabalhadores consideram a empresa como "um centro de frustrações".

O primeiro-secretário da Comissão Sindical da Elisal, Ventura Luciano, confirmou ao Novo Jornal que os sucessivos atrasos no pagamento dos salários estão na base das várias paralisações vividas naquela empresa pública.

"Estes atrasos constantes obrigam-nos a agir desta forma, pois tem criado vários constrangimentos aos funcionários", afirmou o sindicalista.

As paralisações que duravam de dois dias a uma semana «forçaram» o governador de Luanda, Sérgio Luther Rescova, a exonerar o conselho administrativo da empresa e a criar uma comissão de

gestão que está a ser chefiada pela vice-governadora para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Elisabeth Rafael.

O sindicalista disse que, quando foi criada a comissão, os trabalhadores entenderam que os problemas da empresa seriam resolvidos. Entretanto, avança que o dilema não foi ultrapassado, volvidos dois meses.

"Mais uma vez, fomos forçados a paralisar os trabalhos e só regressámos porque o governador reuniu-se com o pessoal neste mês e garantiu que vai lutar para que os nossos salários não contnuem a atrasar", contou.

Por outro lado, Ventura Luciano lembrou que essa situação já remonta a alguns meses.

"Desde 2014 que nunca recebemos, de forma pontual, os salários. Sempre caem nos dias 40 ou 60. Questionámos a entidade empregadora e fomos informados de que as falhas são originadas pelo pagamento tardio por parte do órgão de tutela [Governo Provincial de Luanda]", explicou, pormenorizando ainda que "a empresa exige pontualidade aos funcionários, mas ela não consegue fazer o mesmo com os nossos salários".

Além dos atrasos salariais, os trabalhadores queixam-se ainda da falta de médicos no centro de saúde da empresa, sobretudo no período nocturno, e da falta de fármacos. Por isso, pedem que se façam convénias com as outras clínicas da capital.

'Recorde-se que não é a primeira vez que as operadoras de recolha de lixo em Luanda reclamam salários. Em 2018, por exemplo, a dívida do GPL para com as empresas de limpeza chegou até 60 mil milhões de kwanzas, o que dificultou na altura o normal funcionamento da recolha do lixo.

8.9 Conselhos de águas avalia efeitos da seca

Jornal de Angola

25 De Novembro de 2019

O Conselho Nacional de Águas reúne-se, hoje, em Luanda, na II sessão ordinária, para analisar, entre outros documentos, o Balanço de Execução das deliberações da reunião anterior, o Relatório de Fundamentação e Orçamento para 2020 e o Plano Geral de Desenvolvimento e utilização dos Recursos Hídricos da Bacia do Cuvelai.

A reunião, a ser orientada pelo Vice-Presidente da República, Bornito de Sousa, decorre na sala de

reuniões dos Órgãos de Apoio ao Vice-Presidente da República e analisa ainda a implementação de soluções técnicas para a melhoria da disponibilidade de água, visando a mitigação dos efeitos da seca na região Sul de Angola.

Criado pelo Decreto Presidencial 76/17, de 20 de Abril, o Conselho Nacional de Águas é um órgão permanente consultivo do Titular do Poder Executivo, de coordenação e articulação entre os diferentes Departamentos Ministeriais ligados directa e indirectamente ao planeamento, gestão e utilização dos recursos hídricos.

Na primeira sessão ordinária, realizada em Fevereiro de 2018, o Conselho Nacional de Águas apreciou o Projecto de Diploma sobre o Regime Jurídico da Taxa de Captação de Água no Domínio Hídrico, que define as condições jurídicas necessárias para a aplicação, no Direito Angolano, da taxa de captação de água, contendo a base regulamentar da incidência, determinação, liquidação, cobrança e pagamento.

A taxa de captação de água é uma das modalidades da taxa de utilização dos recursos hídricos, prevista no Regulamento de Utilização Geral dos Recursos Hídricos, constituindo, deste modo, um instrumento económico de valoração da água, como recurso natural finito, escasso, limitado e não renovável.

Na mesma sessão, o Conselho apreciou, igualmente, o Projecto de Regulamento do Fundo Nacional de Recursos Hídricos, que estabelece as regras e os procedimentos para o estabelecimento, operacionalização, gestão, administração e controlo do Fundo Nacional de Recursos Hídricos.

8.10 Obras de macrodrenagem melhoram a vida da população do Capalanga

Jornal de Angola

26 de Novembro, 2019

Autor: César Esteves

As obras de drenagem da Lagoa do Kinda, em Viana, a cargo da construtora chinesa CR20, vão ser concluídas no final do presente mês. A população do bairro Capalanga já comemora as melhorias do projecto.

Iniciado em Junho, o projecto consiste na construção de um canal de 4,5 quilómetros para escoar a água da Avenida Deolinda Rodrigues e da Lagoa do Kinda para o rio Mulenvos e resolver, de vez, o problema da falta de drenagem das águas da chuva numa das mais importantes vias da província de Luanda.

Em plena época chuvosa, Maria Domingos, moradora do bairro Capalanga, lembra o passado difícil e reconhece “o grande trabalho feito” pela construtora chinesa que conseguiu evitar que as casas inundassem e, ao mesmo tempo, melhorar a circulação rodoviária, através da reparação de estradas secundárias e terciárias no bairro.

“Antes, com uma chuva, como estas que caíram, estas casas todas já estariam inundadas, também tinha muitas ravinhas e em muitas ruas não se passava, por causa da água”, recorda a moradora, que considera a obra um ganho para a comunidade do bairro Capalanga.

Guilherme Trindade, que faz trabalho de táxi no bairro Capalanga há mais de seis anos, considera ter sido feita uma revolução quase a cem por cento, a julgar pelo trabalho feito em várias ruas. “No passado, era lama e quantidades de água à mistura. Muitos carros acabaram por se estragar devido à degradação das estradas.”

Quem também corrobora com Guilherme Trindade é Maria dos Prazeres, residente no bairro há quatro anos. Hoje, com a vida facilitada, prefere esquecer o drama que passou para sair de casa até à paragem do táxi.

“Foi difícil e não via a hora daquele sofrimento acabar”, desabafa, lembrando que tinha de acordar às 5h00 e caminhar a pé, entre lama e lagoas, para apanhar táxi na via principal. Para piorar, as motos (kupapatas) não circulavam pelo bairro e os taxistas, devido ao mau estado das ruas, não aceitavam passar próximo da sua casa, mesmo sendo numa via principal, em função do mau estado da estrada. “Os kupapatas, também, não circulavam aqui”, lamentou.

O estudante universitário Clemente António também lembra momentos difíceis vividos no bairro. Depois de viver parte da infância e adolescência no Bairro Popular, os pais decidiram residir no Capalanga. “Na altura, era estudante do segundo ano do curso de Relações Internacionais na Utanga. Os táxis eram muito difíceis. A minha vida era chorar e implorava ao meu pai para regressarmos ao Bairro Popular”, lembra, reconhecendo o “excelente trabalho” realizado no bairro, que “melhorou a vida” de quem reside no Capalanga.

Residente no Capalanga há 10 anos, António Domingos conta que, nalguns pontos, a circulação com carro era impossível. “Este trabalho trouxe grandes melhorias”, exalta, para acrescentar: “não temos dúvidas de que se tratou de um trabalho de terraplanagem profundo, porque, mesmo chovendo, as ruas continuam intactas. Agora, é importante que

se faça manutenção das ruas todos os anos, para evitar a degradação”.

Administração aplaude

A administradora do Distrito Urbano de Viana não tem dúvidas: o trabalho de construção do canal de drenagem das águas e de reparação das vias terciárias do bairro representam um ganho para a comunidade do Capalanga.

Julieta Ngueve recordou que, no passado, o acesso às principais vias estava praticamente obstruído, devido à quantidade de água da chuva que criava, em alguns pontos, erosão da terra. Hoje, admite, a circulação rodoviária nas principais ruas e vias terciárias do bairro faz-se com normalidade, mesmo em época chuvosa.

A administradora lamentou, por outro lado, que algumas moradias tivessem sido construídas em áreas de passagem de água das chuvas, daí a razão de ficarem submersas em épocas chuvosas, levando mesmo famílias a abandonarem as casas.

Ravinas estancadas

Além da drenagem das águas e das vias de acesso, uma das grandes preocupações das autoridades eram as ravinas no Capalanga. Para travar a rápida progressão do fenómeno, que ameaçava engolir casas, a Administração do Distrito de Viana contactou a empresa CR20 que, prontamente, acedeu ao pedido. A custo zero, fez todo o trabalho de terraplanagem e tapa-buracos, além do estancamento da erosão dos solos.

“Contactámos o Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA), responsável pela obra da vala de drenagem, que está a ser executada pela construtora CR20, no sentido de a empresa chinesa reparar algumas obras. Felizmente, o pedido foi aceite e, em pouco tempo, foi feito o trabalho”, notou a administradora do Distrito Urbano de Viana. “O benefício do trabalho feito pela CR20 é notório. É só vermos que as pessoas estão a passar livremente, de contrário, seria difícil circular nesta área”, precisou.

As melhorias das condições no bairro Capalanga são vistas como o cumprimento de uma das promessas do governador de Luanda, Sérgio Rescova, quando tomou posse, em Janeiro. O governador assegurou, na altura, que iria reforçar a atenção aos “subúrbios, ‘musseques’ e zonas periféricas” da província com “pequenas iniciativas, mas com impacto e duradouras”.

Sérgio Luther Rescova disse que um dos focos do seu trabalho recaía para a melhoria da limpeza e saneamento básico, das estradas secundárias e terciárias, bem como do sistema de drenagem das águas das chuvas. “As administrações devem assumir o seu papel devido, isto é, estar ao serviço do cidadão em primeira instância. Se assim não for é legítimo e normal que o cidadão de Luanda entenda que a solução dos seus problemas está no governo provincial”, disse Sérgio Rescova.

Governador constata obras

Em finais do mês passado, o governador da província de Luanda, Sérgio Luther Rescova, visitou as obras de macro- drenagem da Lagoa do Kinda e notou a evolução do projecto que consiste na construção de canais de água a céu aberto, no espaço que vai da Lagoa do Kinda e algumas zonas do bairro Capalanga.

O director da empresa chinesa CR20, Zhang Guoxu, responsável pela obra, explicou que o trabalho estava já direccionado para a construção dos corpos principais da infra-estrutura, para que a água das chuvas deixe de invadir as casas.

O coordenador pela fiscalização, André Bandazi, realçou que o projecto prevê a colocação de protecções em volta do canal, para salvaguardar a integridade física dos moradores. A obra faz parte de um processo amplo da macro- drenagem que está a ser realizado a nível da Avenida Deolinda Rodrigues.

Construção da macrodrenagem em fase de conclusão

Lagoa do Kinda

A obra de construção da nova drenagem da Lagoa do Kinda possui uma extensão total de 4.515 metros, dividida em canal aberto (1.860 metros) e galeria, atravessadas por vias terciárias. A construção arrancou em Junho e deve estar concluída no final deste mês.

Depois de concluída, a obra vai permitir o livre escoamento da água estagnada na Avenida Deolinda Rodrigues e da Lagoa do Kinda para o rio Mulevos. Fica também resolvido o problema da falta de drenagem no bairro Capalanga, contribuindo assim para facilitar a circulação interna, dar comodidade aos moradores dos bairros vizinhos e melhorar, também, as condições de habitabilidade da população.

Drenagem da Deolinda Rodrigues

Na Avenida Deolinda Rodrigues, os trabalhos de macro-drenagem começaram no Canal do Cazenga, nas imediações da FTU, e terminam na zona da BCA, numa extensão de 2.538 metros. O objectivo é acabar com as inundações que se verificam na via e arredores, na época chuvosa, aliviar a pressão do tráfego e facilitar a passagem da população. A obra foi realizada em duas fases: a primeira, iniciada em Maio do ano passado e terminada depois de cinco meses, com a construção do troço Canal do Cazenga/Inea, numa extensão de 1.833 metros. A segunda parte começou em Maio deste ano e deve estar concluída este mês. Os trabalhos incidem na construção de uma linha de drenagem de 705 metros de extensão.

O objectivo do projecto é de solucionar o problema de escoamento das águas numa área de 3.915.913 metros cúbicos, ao redor da estrada principal. No troço, não havia sistema de drenagem. Quando a chuva caía, a água se acumulava na estrada e a circulação era muito difícil. Neste momento, o novo sistema de drenagem já entrou em funcionamento e os especialistas garantem que não haverá acúmulo de água nos dias chuvosos, o que resolve completamente o problema de dificuldades de drenagem.

A zona da Lagoa do Kinda, do Capalanga e da Avenida Deolinda Rodrigues (no troço Canal do Cazenga/BCA) constavam dos registos da Comissão de Protecção Civil da província de Luanda como áreas com possíveis riscos de inundações, durante a época chuvosa, nos arredores da cidade capital.

Responsabilidade social

Além das obras de construção, a CR20 construiu e melhorou cerca de 14 quilómetros de vias para os moradores, fez doação de mochilas, materiais escolares e material desportivo aos colégios do bairro. A empresa levou, igualmente, uma equipa médica chinesa, que realizou consultas gratuitas a estudantes.

Várias obras e projectos

Uma das principais construtoras da China e com mais de 70 anos de existência, a CR20 executou diversas obras de destaque em Angola. A partir de 2004, deu início à reconstrução e modernização dos Caminhos de Ferro de Luanda (CFL) e de Benguela (CFB). Na linha do CFB, os 1.344 quilómetros de linha férrea, entre o Lobito e o Luau, estão preparados para atender o fluxo de passageiros e mercadorias durante os próximos anos e tornar o CFB num corredor internacional, que liga dois oceanos: o Índico e o Atlântico, atraindo a atenção de toda a África.

Durante os 10 anos da empreitada, mais de cinco mil funcionários chineses e 20 mil construtores angolanos estiveram envolvidos na obra. Depois de uma destruição total provocada pela guerra, os comboios do CFB voltaram, em 2015, a circular do Lobito ao Luau, quase 30 anos depois, graças à reabilitação e modernização dos Caminhos-de-Ferro de Benguela. A empreitada foi adjudicada, em Janeiro de 2006, à construtora CR-20, com um custo estimado em 1,83 mil milhões de dólares, financiados pela Linha de Crédito da China.

A construtora foi ainda responsável, entre outras obras, pela Via Expressa Fidel Castro, viadutos do Kilamba, Zango, Unidade Operativa, aeroportos Joaquim Kapango, no Cuito, e do Luau (Moxico). Do “currículo” da empresa, constam, igualmente, estradas nacionais, obras de abastecimento de água e habitações, além do pavilhão multiusos do Dundo, na Lunda-Norte.

8.11 Furos de água reabilitados minimizam efeitos da seca

Jornal de Angola

29 De Novembro de 2019

Autor: Elautério Silípuleni

Pelo menos cinco furos de água, acoplados a sistemas solares, foram reabilitados, recentemente na comuna do Evale, município do Cuanhama, província do Cunene, no âmbito do PIDe acordo com o administrador Porfírio Kandjubwa, que falava durante a visita do governador Vígilio Tyova àquela circunscrição, os furos fazem parte de um total de oito que a comuna vai beneficiar, para acudir as populações afectadas pela seca.

Os furos ligados a painéis solares comportam sistemas de distribuição de água, para bombear três mil metros cúbicos por hora, reservatório com capacidade para dez mil litros, lavandaria e bebedouro.

Porfírio Kandjubwa disse que a reabilitação dos furos vai permitir aumentar o abastecimento de água às comunidades, prevendo-se a abertura de mais pontos em zonas, para minimizar os efeitos da seca.

O governador do Cunene disse estarem a envidar esforços para resolver o problema da falta de água que assola a província, com a reabilitação de sistemas de abastecimento às comunidades e ao gado.

Segundo Vígilio Tyova, apesar das dificuldades continuam a ser implementados projectos que visam reduzir os efeitos da seca.

Vigílio Tyova disse que o Governo vai garantir todo o apoio às pessoas afectadas pela seca, desde Outubro de 2018, num total de 880.172. O governo provincial, acrescentou, adquiriu 20 camiões-cisterna, de 20 mil litros cada, outros tantos tractores, com tanques de cinco mil litros de água, bem como 400 reservatórios colocados em pontos estratégicos.

8.12 Luanda Bairro demolido renasce sem energia e água

Jornal Expansão
29 De Novembro De 2019
Autor: Dulcineia Lufua

Caracterizados como bairros turbulentos por conta das demolições do passado, Bagdade e Iraque renascem, dez anos depois, e dão lugar ao bairro "Terra Prometida", já habitado por mais de 100 moradores.

Os bairros Iraque e Bagdade, no município de Belas, demolidos por ordens do Governo Provincial de Luanda (GPL) em 2009, voltam a surgir, dez anos depois, com o nome de "Terra Prometida" e já conta com mais de 100 novos moradores.

Devido às demolições, o local ficou conhecido por ser a zona que teve a maior operação contra a construção anárquica na capital angolana, onde mais de três mil residências foram destruídas e mais de 15 mil pessoas desalojadas. "Foi um terror", contaram ao NJ alguns moradores que testemunharam tais episódios. Antonica Fernandes, que presenciou as demolições, contou que, por causa destas, muitas pessoas perderam a vida "como se estivessem na guerra do Iraque".

Quando os moradores foram desalojados, prosseguiu a entrevistada, começaram a surgir novas construções e as informações que colhiam na altura eram de que seriam casas voltadas para a juventude.

"Depois de quase um ano, os chineses foram embora, sem nenhuma explicação, deixando as obras inacabadas. As casas ficaram abandonadas e começaram a ruir.

Então o Governo parte as nossas casas para nada? Isso criou-nos revolta", revelou Antonica. Por causa disso, dez anos depois, regressaram aos bairros de onde tinham sido desalojados.

"Nós, os antigos moradores, decidimos tomar posse do que sempre foi nosso, a nossa a prometida', como na Bíblia", explicou a cidadã que voltou há sete meses.

Desprovidos de luz eléctrica da rede pública e água canalizada, os moradores disseram estar de regresso ao local com o consentimento da administração e da Polícia.

"Já não tínhamos como pagar as rendas de casa, agora que regressámos, mesmo em condições precárias e em casas inacabadas, dá para remediar com as famílias", disse Antonica Fernandes.

Por sua vez, outra moradora, conhecida por Cidália, fez saber que antes o local era palco de vários crimes. Os meliantes aproveitavam para violar e guardavam as coisas roubadas nas casas que se encontravam despovoadas.

"Desde que cá estamos, o quadro mudou. Criámos um grupo de jovens que fazem giro no período nocturno e os efeitos têm sido positivos, porque já conseguimos andar à vontade, sem medo", disse.

Os bairros Bagdade e Iraque tornaram-se motivo de estudo para o académico Nsambu Vicente, que na semana passada lançou, em Luanda, o livro intitulado Formação dos bairros Bagdad e tracue.

Segundo o seu autor, a obra tem um "lugar significativo na historiografia recente de Luanda" e pretende com o seu lançamento "registar a história de formação daquelas duas áreas, tomando como referência de fundo a questão da origem dos nomes e dos seus habitantes".

8.13 Recolha porta a porta reduz lixo o Lubango

Jornal Expansão
29 De Novembro De 2019

A recolha de lixo porta a porta, implementada desde Janeiro deste ano no Lubango, atingiu em Outubro 22 mil 483 toneladas, reduzindo o amontoado de resíduos na sede da província da Huíla. Diferente de Luanda, onde a recolha de lixo porta a porta, constante do Novo Modelo de Recolha de Lixo, se encontra «engavetado» há quase um ano, no Lubango mais de cinco mil residências aderiram ao novo modelo de recolha de lixo, monitorado pela administração municipal e executado por cinco operadoras com 24 motocicletas de três rodas, mediante uma cobrança semanal de 200 kwanzas por casa.

9. GÊNERO E VIOLÊNCIA

9.1 Recolhidas mais de 110 mil armas

Jornal de Angola

01 De Novembro de 2019

Autor: Maximiano Filipe Benguela

O responsável, que falava no acto central alusivo à Semana Internacional do Desarmamento, em representação do comandante-geral da Polícia Nacional, Paulo de Almeida, salientou que destas armas, 8.492 foram entregues voluntariamente pela população e 29.795 recolhidas de forma coerciva. Constatam ainda 161.814 engenhos explosivos, 68.920 carregadores e 765.651 munições.

Aristófares dos Santos disse ainda que, no período em referência, foram destruídas 78.381 armas de fogo de diversos calibres, 8.884 carregadores, 101.667 munições e 98.626 engenhos explosivos. O governador de Benguela exortou os angolanos a desarmarem as mentes, para a preservação da paz. Rui Falcão disse que “este é o momento certo para que todos os cidadãos, que amam a Pátria, abracem o programa de entrega voluntária dos objectos letais que podem destruir vidas. A semana dedicada ao desarmamento deve servir de reflexão para todos”. Com Angop

9.2 Segurança e investimentos marcam agenda com Brasil

Jornal de Angola

13 De Dezembro de 2019

Autor: João Dias e César André

Os domínios da segurança e do investimento privado devem marcar, nos próximos tempos, a nova agenda das relações bilaterais entre Angola e o Brasil, que pretendem dar um novo “fôlego” à cooperação, com a assinatura de vários acordos. “Falamos da necessária e excelente cooperação no sector da segurança, combate à criminalidade e combate ao narcotráfico. Acabamos de assinar um acordo nessa área e estamos muito animados e desejosos de implementar esse acordo”, disse o ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, à saída da audiência que lhe foi concedida pelo Presidente João Lourenço.

O chefe da diplomacia brasileira, que está em Luanda desde quarta-feira, entregou uma carta convite do

Presidente Jair Bolsonaro ao Chefe de Estado angolano para uma visita de Estado ao Brasil, em breve.

O acerto das agendas, de parte a parte, vai definir a data para a visita, cujo objectivo é relançar as relações bilaterais.

Em declarações à imprensa, no Palácio Presidencial, Ernesto Araújo considerou a visita, a ser feita por João Lourenço ao Brasil, um momento de consolidação de uma nova relação entre os dois países. “Temos uma relação bilateral antiga, mas estamos num momento em que ela precisa ser reinventada, reestruturada e passar para um patamar mais elevado, a partir da prioridade dos dois países”, disse.

Durante o encontro, o Chefe de Estado angolano e o ministro das Relações Exteriores do Brasil falaram da necessidade de participação recíproca no processo de desenvolvimento dos dois países. O ministro brasileiro lembrou que o Brasil deseja participar mais no desenvolvimento de Angola, principalmente, por via do investimento privado, que deve abrir novas frentes nos mais diversos sectores. Ernesto Araújo disse ter abordado com João Lourenço questões relacionadas com a situação dos respectivos blocos regionais e da necessidade de se assumir uma coordenação em organismos multilaterais no que respeita ao ambiente e direitos humanos.

Na parte ambiental, disse, o Brasil tem sofrido várias críticas, havendo, inclusive, uma percepção de que muitos países são afectados por este tipo de injustiça. Quanto à relação com Angola, Ernesto Araújo lembrou que a visita a Luanda representa, não só o reafirmar da cooperação, mas trazer, também, uma visão nova nas relações com África, especialmente com Angola.

O que se pretende, sublinhou, é elevar a cooperação para um nível mais produtivo, assente numa estrutura de comércio com vantagens recíprocas. “Conversei muito sobre questões ligadas ao reforço da cooperação Brasil e África no périplo que estou a fazer em países como Cabo Verde, Senegal, Nigéria e, agora, Angola, que é um parceiro fundamental, neste nosso esforço”, disse o ministro brasileiro. O ministro considerou que o continente africano continua a ser uma prioridade absoluta nas relações com o Brasil, contrariando afirmações segundo as quais Brasília estaria apenas com os olhos voltados para os Estados Unidos da América e menos com África, Europa e até América do Sul.

Assinado acordo no domínio da Ordem Interna

Um acordo de cooperação em matéria de Segurança e Ordem Interna entre Angola e o Brasil foi rubricado ontem, em Luanda, pelos ministros do Interior,

Eugénio Laborinho, e das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo.

O acto, que decorreu no edifício do Ministério das Relações Exteriores, foi testemunhado pelo ministro Manuel Augusto, que considerou as relações entre os dois Estados como “indissolúveis”, obrigando-os a trabalhar sempre no sentido do seu reforço. O ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil enalteceu a amizade tradicional existente entre os dois Estados. Informou que o documento assinado formaliza o protocolo de formação de quadros para o combate à criminalidade e a intensificação das relações conjuntas em matérias de defesa.

O memorando, disse, visa ainda a troca de informações sobre a criminalidade transnacional, além de transmitir a experiência brasileira no combate ao crime urbano que, acrescentou, no Brasil, reduziu, no último ano, para 20 por cento. Angola e Brasil estabeleceram relações diplomáticas a 12 de Novembro de 1975. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a Independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975. Cinco anos depois, em 1980, os dois países assinaram o Acordo Geral de Cooperação Económica, Técnico-Científica e Cultural, instrumento que constitui a base fundamental para o desenvolvimento da cooperação bilateral. Em 2010, assinaram o acordo de parceria estratégica.

9.3 Luanda: três assaltos violentos e quatro mortes confirmadas em dois dias

Jornal O País

15 De Novembro de 2019

Autor: Romão Brandão

As três situações tiveram o objectivo primário de subtrair os pertences das vítimas, mas a forma como aconteceram criaram pânico. O vídeo mais partilhado nas redes sociais é o de um senhor, vítima de assalto à mão armada, na baixa de Luanda, propriamente nas imediações do Tribunal Provincial "Palácio Dona Ana Joaquina" e do Ministério das Relações do Exteriores.

O cidadão, que segundo relatos aparenta ter 50 anos de idade, foi morto a tiro, depois de ter saído de uma agência bancária nas proximidades. Indivíduos que se faziam transportar numa motorizada não pouparam a vida dele, disparando à queima-roupa, depois de lhe terem surripiado uma pasta (que supostamente continha dinheiro).

O senhor perdeu a vida mesmo no local do crime, neste caso, dentro da sua viatura, de marca Hyundai i10. Segundo o intendente Hermenegildo de Brito, o senhor saía do Banco Keve e tinha ido fazer a troca de valores a uma quinguila. Seguido e interpelado pelos meliantes que bateram no vidro do carro e pediram a pasta, o condutor da viatura mostrou resistência, facto que fez com que um dos meliantes disparasse para a sua cabeça.

Até ao momento não se tem avaliada a quantia monetária roubada.

O segundo assalto, ainda na Quinta-feira, aconteceu nas proximidades da FAPA: no bairro Cassenda, quando a vítima, a saída do banco onde levantou 900 mil Kwanzas, foi perseguida por dois indivíduos armados, à bordo de uma motorizada.

Os meliantes dispararam contra o motorista quando este se apercebeu que estava prestes a ser assaltado. A vítima foi baleada na região da cabeça", segundo o intendente, perdeu o controlo da viatura, bateu contra o lancil e capotou. O motorista ainda foi socorrido na Clínica Girassol, onde veio a perder a vida por não resistir aos ferimentos.

A única vítima mortal foi o motorista da viatura, pelo que o proprietário da viatura (uma alta patente da Polícia Nacional, comissário-chefe Inaculo), que estava na parte de trás, foi encaminhado ao Hospital Militar, também porque a sua tensão arterial estava alta, onde foi acompanhado pela equipa médica.

Mais duas mortes registadas

A Quinta-feira, 14 de Novembro, foi um dia sangrento para os cidadãos de Luanda, que não perderam tempo para tornar viral os registos dos dois casos. Não foi diferente também com o caso de um grupo de chineses que foi vítima de assalto à mão armada, no dia anterior ao 14, neste caso Quarta-feira, em Cacucaco.

No viaduto de Cacucaco, pelas 15 horas, os cidadãos chineses foram assaltados por 6 homens que os seguiam com motorizadas por transportarem quantia avultada em dinheiro.

Ao aperceberem-se da perseguição, o carro dos chineses tentou desviar-se dos meliantes, mas dada a velocidade da viatura e o descontrolo do motorista, acabaram atropelando mortalmente um cidadão que por ali passava, depois despistaram-se e bateram contra um obstáculo fixo, que fez com que os bandidos efectuassem o assalto.

Dos meliantes, morreu acidentalmente um, porque assim que eles roubam os dois milhões e quinhentos mil Kwanzas, na retirada o condutor de uma das motas acabou por deixar o comparsa, que se desequilibrou e bateu com a cabeça no chão.

O intendente garante que neste momento procede-se a investigações no sentido de se localizar os indivíduos que cometeram estes crimes. Por outra, dadas as situações registadas, "a Polícia tenciona, nos próximos dias, redobrar as suas acções, no âmbito do controlo e combate à criminalidade, com o desenvolvimento de uma mega operação dirigida aos veículos motorizados", reforçou..

9.4 «Crimes violentos em Luanda terão respostas à medida»

Novo Jornal

22 De Novembro de 2019

A província de Luanda tem sido palco de inúmeros crimes violentos. Os criminosos não escolhem hora e nem local para praticar as acções que causam terror e insegurança aos populares. Em seis meses, a Polícia Nacional registou mais de 12 mil crimes que resultaram em 323 assassinatos. A média actual de crimes em Luanda é de 70 ocorrências por dia.

Em resposta à actual situação, o comandante provincial da Polícia Nacional em Luanda, comissário-chefe Eduardo Fernandes cerqueira, garantiu, há dias, que os crimes que têm estado a ocorrer na capital "terão resposta à medida" por parte dos efectivos.

Cerqueira fez estas declarações durante uma reunião com os comandantes e directores de operações dos comandos municipais de Luanda, cujo objectivo foi analisar a situação operativa na província e prestar maior atenção às respostas operacionais dos efectivos de modos a garantir a segurança e tranquilidade públicas.

Apesar das ocorrências dos últimos dias, Eduardo Cerqueira garantiu, numa outra ocasião, que os números da criminalidade em Luanda "não aumentaram" e que a província "é segura".

Esta semana, agentes da PN «abateram» e detiveram alguns supostos marginais em diferentes pontos da capital. Em alguns bairros registou-se igualmente o assassinato de alguns supostos delinquentes, numa acção praticada por populares. Dos 323 crimes registados, 4 % foram homicídios voluntários (praticados sobretudo no seio das famílias) e 82% resultaram da resistência aos assaltantes .

9.5 País registou mais de três mil casos de violência doméstica

Jornal de Angola

25 De Novembro de 2019

Autor: Alexa Sonhi e Angop

Três mil e 703 casos de violência doméstica foram registados no primeiro semestre deste ano, em Angola, revelou a directora Nacional dos Direitos da Mulher, Igualdade e Equidade do Género, Júlia Kitocua.

Em declarações exclusivas ao Jornal de Angola, por ocasião do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, que hoje se assinala, disse que, dos 3.703 casos de denúncias de violência doméstica, 700 foram feitas por homens vítimas de violência psicológica e verbal, que muitas vezes termina em suicídio.

“Muitas esposas não respeitam os maridos; usam palavras chocantes, comparando-os com outros homens. Chamam nomes pejorativos; a homens sensíveis, que não batem em mulheres, acabam por cometer homicídio e depois se suicidam”, alertou. Os casos de abandono familiar que lideram a lista de denúncias feitas nos centros de aconselhamentos, correspondem a 80 por cento do total de casos registados. “Além do abandono familiar, temos registado casos de violência física, psicológica, verbal, sexual e patrimonial”, frisou, acrescentando que o abandono familiar refere-se à falta de prestação de alimentos e registo de crianças. Essa situação, acrescentou, afecta não só famílias, cujos pais são separados, mas também aquelas que vivem juntos. “Muitos chefes de famílias negam-se alimentar e a registar os filhos”, declarou. Para Júlia Kitocua, essa atitude demonstra falta de comprometimento do pai para com os filhos. “Mesmo que haja uma separação, o pai nunca deve esquecer-se dos filhos. A fuga a paternidade é crime punido por lei”, lembrou.

Violência doméstica vs violência no trabalho A directora Nacional dos Direitos da Mulher, Igualdade e Equidade do Género explicou que existe uma estreita relação entre a violência doméstica e a no local de trabalho, na medida em que a primeira começa no lar, mas não termina aí, pois acaba por se repercutir no local de trabalho. Por isso, este ano, o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres é assinalado sob o lema “Pelo fim da violência baseada no género no local de trabalho”, para alertar sobre o impacto negativo que a violência doméstica tem nas sociedades.

Sem avançar dados estatísticos sobre os casos de violência no local de trabalho, Júlia Kitocua revelou que as empregadas domésticas são as que mais denunciam este crime. “Raramente aparecem funcionários de empresas devidamente constituídas”, lamentou.

A directora Nacional dos Direitos da Mulher, Igualdade e Equidade do Género exortou todos os trabalhadores a denunciar em os comportamentos desviantes dos superiores hierárquicos e patrões, que serão encaminhados para o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTESS) para o devido tratamento.

“Os responsáveis devem chamarem em privado o trabalhador dar sempre que notar uma falha e nunca humilhá-lo à frente dos colegas, porque isso baixa a auto-estima e a produção”.

Júlia Kitocua sublinhou que é necessário haver respeito e harmonia nas famílias, porque influencia positivamente no desempenho laboral do casal.

Revisão da lei

A revisão parcial da Lei Contra a Violência Doméstica e o agravamento das penas aos infractores para reduzir os casos violentos registados, nos últimos tempos, em Angola, constitui uma das propostas do Grupo de Mulheres Parlamentares. A proposta será um dos assuntos que vai dominar o primeiro Fórum Nacional sobre Violência Doméstica, que decorre hoje, em Luanda. A presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares, Maria do Nascimento, disse que a proposta prevê rever apenas alguns aspectos pontuais da Lei 25/11, de 14 de Julho, (Lei Contra a Violência Doméstica), e adequá-la à realidade actual.

A parlamentar adiantou que no final do fórum será produzida uma declaração de compromisso, com vista a fazer-se um acompanhamento mais eficaz os casos de violência contra mulheres, homens e crianças.

O atendimento às vítimas e as penas aplicadas aos agressores, disse, ainda estão aquém do desejado, mas que o acompanhamento e o agravamento das penas iria minimizar os índices elevados de violência doméstica no país.

Os participantes ao primeiro Fórum Nacional sobre Violência Doméstica vão reflectir em torno dos temas “A visão do órgão reitor sobre a Lei da Violência Doméstica”, “A violência doméstica contra a criança”, “A violência doméstica à luz do direito costumeiro” e “Casos de vida real/depoimentos”. “Reflexões sobre violência doméstica em Angola” e

“Intervenção dos órgãos judiciais e os mecanismos de implementação e aplicação da Lei Contra a Violência Doméstica” também vão dominar o fórum.

O acto de abertura deste evento será feito pelo presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, enquanto o encerramento está a cargo da ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira.

Causas da violência domésticas

violência doméstica tem várias causas, sendo as principais são o consumo de álcool, insegurança emocional, pobreza, falta de bem-estar emocional, de instrução e de diálogo no lar.

Júlia Kitocua explicou que a violência doméstica afecta famílias pobres, pouco ou muito instruídas, mas também ricas. Segundo a directora Nacional dos Direitos da Mulher, Igualdade e Equidade de Género, nas famílias ricas, as mulheres vítimas de violência doméstica disfarçam essas situações com viagens, carros, compras ou pintura da casa, oferecidos pelo marido.

“Já nas famílias pobres e, muitas vezes, pouco instruídas, as mulheres calam-se e continuam na mesma situação. Outras, depois de dizer basta, separam-se, mas não fazem queixa à Polícia. Como consequência, o parceiro deixado, achando que é dono da mulher, acaba por assassiná-la ou deixá-la com graves sequelas, por não aceitar o fim do relacionamento”, disse.

Por isso, reforçou, as mulheres devem, depois da separação, principalmente se a causa for violência doméstica, apresentar queixa a Polícia Nacional, para que o homem saiba e entenda que a mulher conhece bem os seus direitos.

Efeméride sem acto central

Este ano, o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres será assinalado sem um acto central. As actividades alusivas à data começam hoje e terminam a 10 de Dezembro, Dia Mundial dos Direitos a Humanos.

Durante 16 dias, serão realizadas campanhas contra a violência doméstica e palestras nos mercados e nas comunidades.

A Assembleia Nacional, em parceria com o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), realiza, hoje, um fórum nacional sobre a avaliação e implementação da lei 25/11, Lei sobre a Violência Doméstica.

A directora Nacional dos Direitos da Mulher, Igualdade e Equidade do Género, Júlia Kitocua, disse que o fórum surge, tendo em conta o elevado número de casos de violência doméstica que assolam o país.

10. AMBIENTE

10.1 Defendida criação de plano de alerta sobre queimadas

Jornal de Angola
4 de Novembro de 2019

Um plano de monitorização e alerta sobre as queimadas a nível nacional deve ser criado para se poder mitigar os seus efeitos na alteração climática, defendeu, em Luanda, o director do Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas do Ministério do Ambiente.

Joaquim Laureano, que falava sexta-feira sobre “Queimadas e incêndios florestais”, no quadro do Seminário sobre Jornalismo e Ambiente Sustentável, ressaltou que este plano vai permitir prever e fazer um acompanhamento de onde elas ocorrem, sua intensidade e estragos, bem como mitigar os efeitos e arranjar medidas de recuperação dos ecossistemas que ficam degradados.

O responsável do centro instalado no Huambo referiu que as queimadas contribuem para a destruição da cobertura vegetal, das paisagens, morte de animais e surgimento de ravinas, entre outros aspectos.

Joaquim Laureano salientou que o controlo e a monitorização podem ser usados para se ter queimas para um pasto bom, para prevenir e extinguir incêndios e saber onde elas podem ocorrer, em benefício do meio ambiente.

Para tal, avançou, vai ser proposto ao Ministério do Ambiente a implementação desse plano com carácter de urgência, e esperar que seja implementado tão logo todas as condições estejam criadas.

Um total de 972.730 queimadas foi registado no país, durante o primeiro semestre do ano em curso, resultando na morte de três pessoas e destruição de 45 residências, revelou, no mês passado, uma fonte do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros. No encontro metodológico de prevenção, o porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Sebastião, disse que as queimadas representam, nos últimos tempos, uma grande preocupação por estas representarem um aumento de mais 362.998 casos em relação a igual período do ano de 2018. De acordo com Faustino Sebastião, as províncias do sul e leste do país são as que registam maior número de queimadas, enquanto, na região norte, as províncias do Uíge e Malanje destacam-se entre as demais. Entre as queimadas, inclui-se os fogos considerados

incêndios florestais, onde várias culturas ficaram dilaceradas, afectando a fauna e a flora, disse o porta-voz do SPCB, realçando que os incêndios urbanos também continuam em alta com o registo de vítimas mortais e ferimentos graves.

“Com este número, não podemos afirmar categoricamente que, a nível de África, Angola seja um dos países com maior número de incêndios florestais, pois aquilo que frequentemente temos são as chamadas queimadas florestais, apesar de os números serem assustadores”, sublinhou, na ocasião, Faustino Sebastião adiantando que é por estas e outras razões que o SPCB vai trabalhar na vertente de mobilização e sensibilização dos cidadãos, principalmente daqueles que vivem em zonas rurais, onde é registado o maior número de queimadas.

Carbono

O país irá reduzir, para 35 por cento, a intensidade de carbono na produção da electricidade até ao ano 2030, no quadro da implementação da proposta de Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas 2018-2030.

A informação foi avançada, sexta-feira, em Luanda, pelo chefe do Departamento de Seca e Desertificação do Ministério do Ambiente, Luís Constantino. O sector energético é o que mais contribui na emissão de efeito de estufa, seguindo-se da Agricultura e Indústria, de acordo com o relatório do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas. Em declarações à Angop, à margem do Seminário sobre Jornalismo e Ambiente, Luís Constantino ressaltou que a nova estratégia tem pilares que irão dar suporte para o país responder aos compromissos internacionais e às necessidades em alterações climáticas.

Segundo Luís Constantino, para mitigar o impacto das alterações climáticas no país deve-se implementar programas em parceria com sectores como o da Agricultura, Pesca e Florestas.

Para combater o efeito estufa, o Executivo adaptou, na bacia hidrográfica do Cuvulai, um sistema de alerta para seca e cheias, de modo a permitir que as comunidades da região se adaptem aos efeitos das alterações e se tornem mais resilientes.

Angola é vulnerável às alterações climáticas, inundações, cheias, secas, erosão dos solos e o aumento do nível das águas do mar são os principais efeitos das alterações climáticas no país, de acordo com um informe do Ministério do Ambiente.

10.2 Cunene registou ontem primeira chuva intensa

Jornal de Angola

04 De Novembro de 2019

Até ao fecho da edição não foi possível quantificar o volume de água que caiu sobre o Cunene, cuja produção agrícola ficou, este ano, completamente comprometida. A chuva, de algumas horas, deixou ruas e estabelecimentos comerciais inundados em Ondjiva, além de originar a queda de árvores, segundo noticiou a Angop.

A primeira chuva na província, desde o começo da seca, em Outubro de 2018, caiu há quase dois meses. De lá para cá, cai com alguma regularidade, mas sem grande intensidade. Segundo previsões do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET), a província pode registar este mês chuvas além do normal, com volume de água acima de 800 milímetros, 200 a mais que o normal para a região.

Devido à escassez de chuva, a campanha agrícola 2018/2019, no Cunene, ficou comprometida, sem colheita nos 205 mil hectares, onde estiveram envolvidos 99 mil camponeses.

A seca originou crise de água e pasto, afectando 857.443 pessoas, de um total de 171.488 famílias, e um milhão de bovinos. Desde Outubro de 2018, registou-se a morte de 30 mil animais, entre bovinos, caprinos e suínos.

As autoridades contam com 20 camiões cisternas e 400 reservatórios espalhados pelo território da província, para a distribuição de água às populações.

10.3 Desalojados pela chuva beneficiam de apoio

Jornal de Angola

05 De Novembro de 2019

Autor: Kamuanga Júlia

A Administração de Saurimo, na Lunda-Sul, distribuiu chapas de zinco e bens alimentares a mais de 30 famílias na localidade de Phimbi, a cerca de dez quilómetros da sede municipal, desalojadas na sequência das últimas chuvas que se abateram sobre a região, causando a destruição de várias moradias.

Da doação constam também produtos de higiene e roupa, para mitigar as carências, nesta fase de recomeço difícil da vida, em que dezenas de outras famílias clamam por apoios do género, segundo a administradora adjunta para a área Técnica e Infra-

Estrutura.

Francisca Manganda destacou a parceria dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB), na definição de espaços para a construção de casas em zonas seguras, bem como angariamento de bens para reforçar a assistência aos desalojados.

A administradora adjunta aconselha os munícipes a respeitarem as restrições impostas pelas autoridades, a fim de se evitarem acidentes, por construírem em zonas de risco.

Novo bairro

A Sociedade Mineira de Catoca (SMC) construiu 36 casas de carácter definitivo, destinadas a 36 famílias desalojadas dentro da área de concessão mineira do Luaxe, onde decorrem trabalhos, para permitir o início da exploração de diamantes.

De acordo com o chefe de Departamento de Sustentabilidade de Catoca, Flávio Fernandes, os moradores do novo bairro, construído nas imediações do perímetro do projecto, contam com um sistema de painéis solares para iluminação, chafarizes para abastecimento de água e uma extensa área para o cultivo.

Flávio Fernandes referiu que as casas fazem parte de um projecto que visa construir quatro bairros, no quadro da responsabilidade social da SMC.

10.4 Chuva de pouca intensidade alaga Luanda e provoca caos

Jornal de Angola

6 de Novembro de 2019

Autor: Alberto Pegado

Depois de um sol ardente e um calor infernal na segunda-feira, ontem, pelas primeiras horas da manhã, parte da cidade de Luanda despertou com uma chuva não tão intensa, mas o suficiente para deixar intransitáveis algumas ruas, sobretudo as terciárias.

Luanda provou, mais uma vez, que não está preparada para receber chuvas. Pouca ou muita, faz sempre estragos e cria embaraço ao trânsito na capital do país.

Os gritos de socorro, como é habitual, de pessoas que vivem em áreas de difícil acesso, não se fizeram esperar, assim que São Pedro decidiu “despejar” quantidade de água para terra. Muitos, provavelmente, por esta altura, terão se refugiado em casa de familiares.

A reportagem do Jornal de Angola percorreu algumas zonas de Luanda, onde constatou que boa parte das estradas, muitas das quais sem esgotos, estavam submersas e, por conta disso, o trânsito fazia-se com grandes dificuldades.

Por exemplo, na Avenida Fidel de Castro, também conhecida com a via expressa, da paragem da Mutamba até junto ao Tribunal do Benfica, em alguns pontos, a água da chuva tomou conta do asfalto.

O outro ponto difícil é a do bairro Mulenvos, cujo moradores tiveram sérios problemas para transporem o município de Cacucaco, porque no troço que vai do Aterro Sanitário até à via expressa só era possível circular com carros de grandes cilindradas. Os de pequeno porte, como Toyota Corolla, i10 e outros, ficaram enterrados na lama.

Na Avenida Deolinda Rodrigues, também conhecida como estrada de Catete, o cenário não era diferente ao da via expressa. Da FTU a Shoprite, a estrada está inundada apesar do trabalho de micro drenagem feito ao longo da via muito recentemente.

O resultado de um mau trabalho de engenharia feita pela construtora chinesa CR 20 está à vista, ou seja, veio ao de cima, tal como tantas outras obras feitas às pressas, apenas para inglês ver, mas que a chuva se encarregou de destapar. Para a empreitada, o Estado terá desembolsado milhões de dólares.

Na Avenida Hoji ya Henda, para quem sai da Fábrica da Cuca para Baixa de Luanda, passando pela Cípal e pelo Mercado do São, a situação era pior. Nalguns pontos, o trânsito fazia-se com muita lentidão devido aos buracos na via, porque parte do asfalto foi “comido” pela água das chuvas.

No bairro de São Paulo, na estrada que dá acesso à Igreja Católica, não se aconselha ninguém a circular por esta via, sob o risco de danificar a viatura. A situação naquele perímetro já se arrasta há algum tempo, clamando por uma intervenção urgente. Na 21 de Janeiro, o trânsito caótico deveu-se ao pavimento escorregadio, em consequência da chuva.

Já na estrada da Samba, onde em dias normais a circulação é feita com muita lentidão, o engarrafamento ontem foi de tirar o apetite. Filas longas de viaturas. Algumas não resistiram e acabaram por avariar, complicando ainda mais o trânsito. Houve mesmo quem parasse por falta de combustível.

Na Avenida Comandante Loy, sobretudo para quem sai da Shoprite do Palanca para a Igreja Tocoísta, a dificuldade era enorme.

Os agentes reguladores de trânsito não foram capazes de fazer o seu trabalho devido à desordem dos taxistas, que faziam das suas, desrespeitando as regras de trânsito.

A chuva em alguns pontos da cidade continuou a cair até à noite. É o caso da Baixa de Luanda.

Ontem foi um dia difícil para os automobilistas e, sobretudo, para quem depende de transporte público ou de táxi. Nas avenidas por onde a reportagem do Jornal de Angola passou, as paragens estavam apinhadas de gente que pretendia chegar aos seus locais de trabalho.

10.5 Plantadas no Zango mil árvores de tipo acácia

Jornal de Angola

07 De Novembro de 2019

Autor: Helena Reis

Cerca de mil árvores do tipo “acácia” foram plantadas ontem, num dos separadores centrais do Distrito Urbano do Zango, município de Viana, em Luanda, no âmbito da campanha mundial “Outubro Urbano”.

Na actividade ambiental esteve presente a ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, que, quando falava à imprensa, disse estar prevista a plantação de árvores noutras zonas da província de Luanda.

Ana Paula de Carvalho acentuou que o objectivo da plantação de árvores no Distrito Urbano do Zango é a reflorestação da área, por ter recebido vários projectos habitacionais.

A intenção, acrescentou, é contribuir para a diminuição dos efeitos do sol e melhorar a qualidade do ambiente e de vida da população.

O administrador do Distrito Urbano do Zango, Euclides da Costa, afirmou que a colocação de árvores na circunscrição representa o compromisso do Executivo na melhoria da qualidade de vida da população. Euclides da Costa lembrou que o Distrito Urbano do Zango realiza, quinzenalmente, uma campanha de plantação de árvores nas vias estruturantes, terciárias e secundárias, como medida mitigadora do aumento da temperatura.

10.6 Seca afecta 1,3 milhões de pessoas

Jornal de Angola

07 De Novembro de 2019

Autor: João Dias

De acordo ainda com o documento, analisado ontem, em Luanda, pela Comissão de Protecção Civil, reunida sob orientação do Presidente da República, a seca provocou ainda a desnutrição de 301 pessoas e destruição de 52.119 culturas agrícolas.

A província do Cunene é a mais afectada com 41 por cento do total de pessoas afectadas, num cenário que atinge a região sul há décadas e que conheceu um agravamento desde Janeiro de 2019. O Executivo disponibilizou 23,8 mil milhões de kwanzas para mitigar os seus efeitos. Até agora, foram já distribuídas cerca de 7.200 toneladas de alimentos diversos, numa operação coordenada pelo Executivo e materializada pelo Serviço de Protecção Civil nas quatro províncias afectadas. Para o efeito, foram disponibilizados 19,8 mil milhões de kwanzas para o programa de emergência de combate à seca no sul do país, aquisição de meios para assistência de emergência e acções específicas de combate à seca.

No termo da reunião da Comissão Nacional de Protecção Civil, que abordou a execução do plano de emergência da seca para o apoio às quatro províncias do Sul do país afectadas pela estiagem, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, assinalou que o Cunene, por ser, até agora, a mais atingida, tem merecido mais atenção, no âmbito do plano emergencial, que definiu um conjunto de áreas de intervenção, com ênfase para o apoio alimentar e saúde.

Adão de Almeida lembrou que o Estado tem prestado apoio na compra de algumas cabeças de gado diante de um cenário em que famílias se desfaziam delas a custos bastantes baixos para evitar que continuassem a perder. Além disso, o Executivo tem procurado mitigar a escassez de alimentação do gado, através da distribuição de pasto.

O ministro falou, também, do programa de recuperação escolar, considerando que, por força da situação e da necessidade que algumas famílias tiveram de se deslocar das suas zonas de residência habitual para maior conforto, as crianças deixaram de frequentar as aulas e vão precisar de apoio especial para recuperar o ano lectivo.

Projectos estruturantes

Para contrapor o cenário, vão ser lançados, ainda este mês os projectos estruturantes nos domínios das águas, no Cunene, onde devem ser construídas duas barragens e respectivos canais adutores, que vão transportar água do rio Cunene à cidade Ondjiva.

O objectivo é resolver, a médio e logo prazos, o problema de acesso ao líquido na província do Cunene. Enquanto os projectos estruturantes estão por implementar, a necessidades de mitigar os efeitos da seca passa por um Programa Emergencial de Combate à Seca.

Deste modo, de Janeiro a Setembro de 2019, na província do Cunene foram contabilizadas 175.222 famílias, perfazendo 880.172 pessoas afectadas pela seca. Para mitigar o problema foi programada a distribuição de 63.272 toneladas de bens diversos - sobretudo produtos alimentares - para um período de dez meses, das quais apenas 1.794 já foram entregues aos respectivos destinatários.

Ainda para o Cunene, o Executivo disponibilizou um fundo financeiro para emergência, no valor de 3,9 mil milhões de kwanzas, para mitigar os efeitos da seca.

Em termos de execução financeira, dos valores programados, foram realizadas despesas na ordem de 48,78 por cento, consubstanciadas na aquisição de meios rolantes para a distribuição de água às populações, 29,05 por cento para recuperação e manutenção de pontos de água nos seis municípios do Cunene e 22,17 por cento para outros bens e serviços.

Ainda como consequência da seca, as comunidades rurais perderam progressivamente os seus estoques de sementes e alimentos e as comunidades agro-pastoris tiveram diminuição da qualidade das pastagens, acesso à água para consumo humano e animal, perda do gado e a falta de capacidade para cultivar campos.

10.7 Trabalhadores da Elisal prepararam marcha para sábado

Jornal O País

08 De Novembro de 2019

Autor: Romão Brandão

Os trabalhadores da empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal) paralisaram novamente os seus serviços, desde as primeiras horas de Quarta-feira, por tempo indeterminado, para exigir melhores condições de trabalho. A decisão surge pelo facto de não verem cumpridas as promessas feitas na última reunião de concertação.

Tinham acordado que os salários seriam pagos no fim de cada mês, aspecto que não está a ser cumprido, uma vez que ainda registam atrasos, dizem. Acordaram também que a empresa deve dar apoio fúnebre aos trabalhadores e familiares do primeiro grau; a empresa deve pagar a segurança social e garantir a assistência médica e medicamentosa aos trabalhadores.

Muitos dos trabalhadores não entram na reforma porque a empresa tem dívida na Segurança Social, pelo que os funcionários acham fundamental que o pagamento das mesmas seja um facto. Por outro lado, pagou-se o salário de Setembro, mas esperavam o de Outubro e, nada, como contaram a OPAÍS.

Essas promessas de resolução dos problemas dos trabalhadores da Elisal terão sido feitas na reunião do dia 24 de Outubro com o governador da província de Luanda, Sérgio Rescova. Apesar de terem tentado um consenso como Governo Provincial de Luanda, uma vez que a empresa é gerida temporariamente pelo GPL desde a exoneração do director, da reunião parece não ter "transpirado" muita coisa, pois os trabalhadores voltaram a paralisar e agora estão decididos a não recuar.

"Na Quarta-feira, 06, fomos chamados para mais uma reunião no GPL, que, infelizmente, não aconteceu, por indisponibilidade do governador.

Enquanto durar a greve, os trabalhadores da Elisal sairão das instalações na Frescangol até ao 1º de Maio marchando, também como forma de reivindicação contra as constantes injustiças", disse Ventura Luciano, o primeiro secretário da comissão sindical da Elisal, que voltou a frisar que o problema dos trabalhadores desta empresa pública tem sido cíclico e há bastante tempo que esperam por melhorias.

Falta de condições de trabalho, falta de boa assistência médica e medicamentosa e salários não

pagos pontualmente são os principais motivos desta paralisação que hoje começa, e não tem data de término.

"Só para ter noção, senhor jornalista, nós não temos no centro médico da empresa nem se quer um paracetamol", lamentou.

Aqueles trabalhadores, segundo o entrevistado, colocam diariamente a vida em risco, por lidarem com lixo, e a assistência médica e medicamentosa da empresa não é das melhores. Este problema é antigo e estão cansados de receber promessas da sua resolução que não são cumpridas.

No ano em curso, esta é a terceira paralisação registada na Elisal. A primeira foi em Agosto, numa decisão que surgiu em função do facto de a então direcção da Elisal ter a pretensão de liquidar apenas a dívida dos ordenados do mês de Junho, violando um dos pontos constantes no caderno reivindicativo. A segunda foi há pouco menos de um mês.

Os sucessivos atrasos salariais estavam na base da decisão de paralisar o trabalho, por isso, os trabalhadores foram unânimes em decretar a greve, já que a entidade empregadora decidiu pagar apenas um mês e não dois, como se exigia.

Quando fazem uma greve, aqueles trabalhadores paralisam os serviços de varredura, recolha e depósito do lixo no aterro sanitário dos Mulenvos, até à resolução do problema.

A Elisal tem responsabilidades atribuídas para a manutenção do aterro, assistência técnica dos municípios, bem como a operação na limpeza e recolha dos resíduos sólidos no município do Cazenga.

Desde o dia 30 de Julho de 2019 que o Conselho de Administração da Elisal-EP foi exonerado e criou-se uma comissão de gestão coordenada pela vice-governadora para os serviços técnicos e infra-estruturas, Elisabeth Rafael.

10.8 Seca continua a alastrar

Jornal Folha 8

09 De Novembro de 2019

As províncias afectadas pela seca ficaram um ano sem o registo de chuvas, situação que deixou cerca de 2.3 milhões de pessoas sem água e sem alimentos.

E já que estão a gozar com nossa chipala alimentando-se carnavalescamente nesta orgia escravagista, recordemos que a Directora Adjunta da

FAO, Maria Helena Semedo enalteceu em 6 de Novembro de 2014, em Luanda, o contributo de Angola na, acções que visam o combate à fome e erradicação da pobreza. Viu-se, já! temos 20 milhões de pobres que, segundo Ermelinda Kaliengue, afinal não passam de 500 mil pessoas em situação de insegurança alimentar.

De acordo com Maria Helena Semedo, que falava depois da audiência com o então ministro da Agricultura, Afonso Pedra Canga, Angola foi dos primeiros países do continente que contribuiu com mil milhões de Kwanzas (USD 10 milhões), para o fundo Fiduciário Africano de Solidariedade, de apoio aos países africanos no combate à fome e a pobreza, Maria Helena Semedo disse que o contributo de Angola e de outros países membros do continente tem permitido à FAO apoiar e desenvolver vários projectos de extrema importância a nível do continente africano.

O encontro, segundo Helena Semedo, permitiu informar o ministro angolano da necessidade de se trabalhar nas estatísticas agrícolas, para permitir uma tomada de decisão sustentada e reforço da estrutura de pesquisa e extensão rural.

Maria Helena Semedo informou o ministro que a FAO tinha então aprovado um projecto avaliado em dois bilhões de dólares para apoiar os países africanos que estavam seriamente afectados com flagelo da Ebola, para a melhoria da segurança alimentar das suas populações.

"Este financiamento vai permitir melhorar a qualidade da segurança alimentar e nutricional dos países membros que têm sido afectados", refe-riu.

Quanto aos programas do executivo angolano (sempre do MPLA mas então sob a batuta de José Eduardo dos Santos) que visam o combate à fome e pobreza, disse que o estado angolano se tem empenhado para cumprir com as metas que visam a erradicação da má nutrição da população e conseguiu reduzir a taxa de desnutrição de 78% em 1990-92 para... 18% em 2014.

10.9 Administradores denunciam abate de árvores em florestas

Jornal de Angola

13 de Novembro de 2019

Autor: Arão Martins

O abate anárquico de árvore para abertura de campos agrícolas e produção de carvão tem sido uma pratica recorrente nos municípios de Caconda, Caluquembe

e Chicomba. A denúncia foi apresentada pelos administradores locais na III reunião ordinária do Governo Provincial da Huíla.

Ao intervir no evento, que analisou, entre outros temas, a vida socioeconómica dos municípios integrados no circuito da produção de milho, a administradora municipal de Chicomba, Dina Domingos, disse que muitos munícipes sustentam as famílias abatendo árvores para a produção e comercialização de carvão.

"O abate indiscriminado de árvores, por parte de alguns populares, é um dos constrangimentos que se verifica em vários municípios", sublinhou, acrescentando que, devido à destruição da flora, na região norte da província, regista-se a falta de chuvas.

Sector da Educação

Dina Domingos fez saber que o défice no sector da Educação nos municípios de Caconda, Caluquembe e Chicomba, em relação ao crescente número de alunos que ingressam no sistema de ensino anualmente e a escassez de professores, é acentuado. Paralelamente a este factor, o outro embaraço é o reduzido número de infra-estruturas escolares.

Nos três municípios, disse a responsável, algumas obras de construção de escolas que arrancaram em 2013 encontram - se paralisadas, como por exemplo as de 6 e 7 salas de aula na comuna do Kutenda, município de Chicomba. Com vista a minimizar estas dificuldades, segundo a administradora, o governador da Huíla exarou um despacho que determina a admissão de 77 docentes em diversas categorias para os três municípios.

10.10 Governo suspende corte de madeira na província

Jornal de Angola

14 de Novembro de 2019

O governo do Cuando Cubango suspendeu, na terça-feira, a exploração de madeira em toda a extensão da província, devido à desordem que se regista no exercício da actividade.

O levantamento da suspensão, de acordo com um comunicado do governo, vai depender das decisões a serem produzidas pelo Ministério da Agricultura e Florestas e do governo local, depois de avaliarem o assunto.

A informação consta no comunicado final da III reunião do governo, orientada pelo governador do Cuando Cubango, Júlio Bessa, citado pela Angop. O documento avança que no encontro foi analisada a situação de devastação florestal na província, considerada preocupante.

No âmbito das visitas que o governador realizou no município de Menongue, sede capital da província, em finais de Outubro, refere o documento, Júlio Bessa registou “com preocupação”, o corte da madeira do tipo Mussivi, cuja acção já foi proibida, tendo sido apreendido um camião carregado com a referida madeira.

O governo orientou, por outro lado, às administrações municipais, comandos municipais e comunais da Polícia Nacional e aos Fiscais do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), para que, dentro dos procedimentos legais, intensifiquem as acções de combate às queimadas e à caça furtiva, criando nas áreas de jurisdição mecanismos de controlo para desactivar os pontos de captura e venda de carne de caça, bem como a aplicação de medidas punitivas aos prevaricadores.

Entre outros assuntos, a reunião avaliou as medidas tomadas para conter a caça furtiva, queimadas e exploração ilegal da madeira.

10.11 Tipo de Seca existente no País ainda é desconhecido

Jornal de Angola

15 de Novembro de 2019

O tipo de seca que assola a região Sul do país, com maior realce na província do Cunene, ainda é desconhecido, o que tem dificultado a determinação de solução para o problema, revelou ontem, em Luanda, Yohei Sawada, um dos cinco cientistas estrangeiros solicitados pelo Gabinete de Gestão do Programa Espacial Nacional (GGPEN) para solucionar o dilema, através de uma tecnologia com recurso a dados de satélite.

Ao falar à margem de um seminário sobre tecnologias espaciais, o especialista, formado em Engenharia pela Universidade de Tóquio, referiu que tal informação vai ser obtida durante um processo de auscultação a ser realizado nos próximos dias, junto de parceiros locais.

Yohei Sawada escusou-se a avançar o tempo que vai levar a encontrar uma solução para o problema da seca no país, por via dessa tecnologia, mas avançou

que tal informação está dependente da descoberta do tipo de seca existente no país.

"Só depois de se detectar o tipo de seca é que se vai conseguir encontrar uma solução para o problema", frisou o especialista, que se recusou a adiantar informações sobre a eficácia do projecto, tendo sublinhado apenas que "o dossier seca é bastante promissor". Zolana Rui João, director-geral do GGPEN, reconheceu ser importante a descoberta, primeiro, do tipo de seca existente no país, antes mesmo de se pensar numa solução concreta para o problema, tendo adiantado "não ser possível gerir aquilo que não se consegue medir", numa altura em que existem vários tipos de seca.

Na ocasião, o responsável do GGPEN esclareceu que a referida tecnologia não vai resolver o problema da estiagem no país, mas sim identificar o tipo de seca existente na região Sul de Angola e suas causas, além de fornecer informações acertadas ao Executivo e aos órgãos que lidam mais directamente com o problema, a fim de ser combatido.

"Se o Governo do Cunene puder ter, em tempo real, o volume de água disponível no rio Cunene ou Cuvelai, está em condições de fazer uma melhor planificação do fornecimento de água ou do acesso das populações a ela", realçou.

O responsável não revelou o custo do projecto, tendo dito apenas que a investigação é um trabalho extremamente oneroso. "Agora não é possível falar em valores.

Só o faremos quando terminarmos todo o processo de Diagnóstico do que é necessário fazer para trabalhar na quantificação do problema da seca", aclarou.

Zolana Rui João disse que o problema da seca pode ser prevenido se se tiver em atenção alguns aspectos, como são os casos, por exemplo, da mudança de cor da vegetação, que pode indicar falta de água.

Acrescentou que as pessoas com responsabilidade para lidar mais directamente com a questão da seca podem ter informações com muita antecedência sobre a falta de água.

A diminuição do líquido em rios, da humidade do solo, da falta de chuva, continuou' serve de indicativo de que poderá aproximar-se um período de seca.

O responsável não precisou o verdadeiro prejuízo já causado' até aqui, pela seca, mas avançou que, pelo

menos, mais de um milhão de pessoas já terão sido afectadas por aquele fenómeno natural.

Seca

A seca ou estiagem é um fenómeno climático causado pela falta de precipitação pluviométrica ou chuva, numa determinada região, por um período de tempo muito grande, ou seja, refere-se ao tempo seco de longa duração.

Durante a seca, a água disponível encontra-se abaixo dos parâmetros habituais de uma determinada região geográfica. Por conseguinte, ela deixa de ser suficiente para satisfazer as necessidades dos seres humanos, dos animais e das plantas.

A causa mais habitual da seca é a falta de precipitações.

Quando não chove durante períodos muito prolongados, surge a seca meteorológica e, se esta se mantiver, resulta numa seca hidrológica.

Há vários tipos de seca.

A permanente é uma delas.

É caracterizada pelo clima desértico, onde a vegetação se adapta às condições de aridez, inexistindo cursos de água. Só aparecem depois das chuvas que são fortíssimas tempestades. Ela impossibilita a agricultura sem irrigação permanente.

A seca sazonal é uma particularidade de regiões onde o clima é semi-árido.

Nesta vegetação, reproduz-se porque os vegetais adaptados geram sementes e morrem em seguida, ou mantém a vida em estado latente durante a seca.

Nessas regiões os rios só sobrevivem se a sua água for oriunda de outras regiões onde o clima é húmido. Este tipo de seca possibilita o platío desde que em períodos de chuvas, ou por irrigação.

Seca irregular e variável ocorre em qualquer região onde o clima seja húmido ou sub-húmido e é caracterizado por apresentar variabilidade climática do ponto de vista estatístico.

Seca "invisível". Esse tipo de seca é o pior, pois a precipitação não é interrompida, porém, o índice de evapo-transpiração é maior que o índice pluviométrico, causando um desequilíbrio da humidade regional.

Este desequilíbrio gera uma redução da humidade do ar, que, por sua vez, aumenta o índice de evapotranspiração, que realimenta a perda de humidade

subterrânea para a atmosfera, que devolve esta em forma de chuva, que não é suficiente para aumentar a humidade do solo.

10.12 Luta contra a seca “começa” hoje no Cunene

Jornal O País

15 De Novembro de 2019

Com o acto de consagração a ser orientado pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, dar-se-á início à construção de uma central de captação de água no rio Cunene, do sistema de bombagem e da conduta a partir de Cafu até Cuamato.

O projecto permitirá a transferência de água a partir do rio Cunene, na localidade de Cafu, para a zona da Shana, entre as localidades de Cuamato e Namacunde.

A construção de duas barragens de Calucuve e Ndúe, avaliada em USD 200 milhões, cujo financiamento foi aprovado pelo Presidente da República, João Lourenço, em Abril deste ano, faz igualmente parte do programa.

Mais de 800 mil pessoas na expectativa

As mais de 800 mil pessoas actualmente afectadas pela seca severa na província do Cunene (Sul de Angola) depositam esperanças no projecto de construção das barragens e de transvase (sistema de transferência de água).

Como sinal de partida, o Executivo definiu, numa primeira fase, a construção do sistema de transferência de água do rio Cunene para o Cuamato e Namacunde.

Contará com uma estação de bombagem de 2 mil metros cúbicos por segundo, uma conduta de 57 quilómetros e 10 chimpacas (reservatório tradicional de água nas zonas rurais).

A barragem do Calucuve terá 19 metros de altura, mil e 829 de comprimento e 100 de largura nas secções superior e inferior com uma capacidade de armazenamento de 100 milhões de metros cúbicos de água, a partir da Bacia do Cuvelai.

O seu canal adutor, revestido de betão, por gravidade, a partir do curso natural do Rio Cuvelai, possuirá 111 quilómetros e uma área irrigável de 2.600 hectares/ano, que beneficiará mais de 80 mil pessoas e 182 mil cabeças de gado.

Por seu turno, a barragem do Ndúe, a ser construída no município do Cuanhama, contará com 26 metros de altura, mil 288 de comprimento e um volume de armazenamento de 145 milhões de metros cúbicos de água, a partir: do Rio Cuando.

Incluirá 15 chimpacas e um canal adutor associado de 75 quilómetros, beneficiando 55 mil pessoas, 600 mil cabeças de gado e um campo agrícola de nove mil e 200 hectares, nas localidades de Luapua, Londe e Embundo.

Uma vez concluídas essas obras, a população do Cunene, que, desde Outubro de 2018, vive a dura realidade da falta de água e alimentos, por não haver chuva, terá a situação melhorada e retomará a sua actividade agro-pecuária, a mais praticada naquela região.

A seca no Cunene

A seca severa no Cunene é um fenómeno cíclico, que remonta a 1995 e, desde aquele ano, a cada cinco anos, vai ressurgindo com intervalo de períodos de cheias. Com efeito, registou-se seca em 2008, 2011 e 2017, desalojando mais de 400 famílias, actualmente realojadas nos bairros de Cashila III e Ekuma Nahuma, arredores de Ondjiva. A seca deste ano é a mais devastadora dos últimos 24 anos da história do Cunene.

Desde o tempo colonial que o problema da seca no Cunene é recorrente. É um fenómeno que tem a ver com a proximidade dos desertos do Namibe (Sudoeste de Angola) e do Kalahari (República da Namíbia).

A influência do microclima faz com que o Cunene tenha seca, por ausência de chuvas durante muito tempo, ou cheias resultantes de grandes precipitações. Um autêntico paradoxo.

As consequências da seca

Ao cabo de 12 meses de estiagem (desde Outubro de 2018), o fenómeno atingiu severamente 880 mil e 172 pessoas e mais de um milhão de cabeças de gado bovino e caprino, matando 30 mil bovinos.

Pelo menos 99 mil camponeses ficaram sem colheitas nos 205 mil hectares preparados para a campanha agrícola 2018/2019.

No domínio educacional, foram prejudicadas 413 escolas e pelo menos 900 alunos desistiram das aulas para acompanhar os pais na transumância, comprometendo em 30 por cento o aproveitamento escolar no meio rural.

Governo actua

Atento ao agravamento da situação, o Executivo gizou, de imediato, o Plano de Emergência de combate à fome e à seca no Cunene, o que permitiu recuperar 107 furos de água, dos 171 ao nível dos seis municípios da província. De igual modo, adquiriu 30 camiões, dos quais 26 cisternas e quatro de carga sólida, 20 tractores, bem como 450 reservatórios de 10 e cinco metros cúbicos, distribuídos pelas 20 comunas dos seis municípios.

Sob supervisão do Chefe de Estado angolano, que autorizou a alocação de 3.9 mil milhões de Kwanzas para a primeira fase desse programa, o Governo do Cunene propõe-se também desassorear 54 das 190 chimpacas, para o abeberamento do gado, sobretudo.

Quanto à assistência alimentar a par da solidariedade vinda dos vários sectores da sociedade, o Executivo gizou um plano de abastecimento de bens alimentares à população, viabilizando, actualmente, a chegada ao Cunene de mais de 300 toneladas de bens diversos.

O que se promete, realiza-se sendo a seca um fenómeno natural e, por isso, inevitável, a solução encontrada pelo Executivo angolano para mitigar os seus efeitos foi desencadear acções acertadas e concretas, para proporcionar à população as condições para a sua sobrevivência, podendo desenvolver a agropecuária.

Assim, as duas barragens e um transvase (sistema de transferência de água) a serem construídos renovam a esperança da população local, que augura melhorias no fornecimento de água às zonas rurais, onde a seca se faz sentir com maior intensidade, e, com isso, haverá pasto e alimentos, porquanto os campos irão produzir sem constrangimentos.

10.13 207 mil milhões de Kzs para combater seca no Cunene

Jornal Expansão
15 De Novembro de 2019

Duzentos e sete mil milhões de Kzs vão ser aplicados para combater a seca na província do Cunene, a mais afectada do País. O pontapé de saída é dado esta sexta-feira naquela região, com o lançamento oficial dos projectos estruturantes para o combate aos efeitos da seca no sul de Angola, aprovados por Despacho Presidencial n.º 167/19, de 4 de Outubro.

Avaliado em 44 mil milhões Kzs, o 1.º projecto prevê a construção de captação no rio Cunene, sistema de bombagem, conduta pressurizada, construção de canais adutores e canal aberto, que irão permitir a transferência de água do rio Cunene para diversos diques.

"Estamos apenas a falar de projectos que vão transferir água para as zonas que estão muito afectadas pela falta deste líquido", disse ao Expansão o Secretário de Estado das Águas.

De acordo com Lucrecio Costa, o asseguramento de água potável está a ser resolvido pela reabilitação de furos com impacto imediato as populações, mas ainda assim, com a conclusão do 1.º projecto "prevê-se a construção de sistemas de potabilização para atender as pessoas".

O financiamento para os projectos do Cunene já está assegurado, garante o Secretário de Estado, que aponta 2022 como ano para a sua conclusão.

"Numa perspectiva realística, estas obras levarão entre 18 a 20 meses. O financiamento está garantido através do fundo do petróleo", avançou Lucrecio Costa.

Para a província do Cunene estão ainda previstos os projectos 2 e 3 que contemplam a construção das barragens 128 (Calucuve) e 71 (Ndúe) e os seus canais adutores, obras avaliadas em 163 mil milhões Kz.

Os projectos estruturantes para o combate aos efeitos da seca no sul do País, contemplam também as províncias da Huíla e do Namibe, que no entanto, aguardam pelo financiamento para a execução das obras previstas. "Namibe e Huíla ainda não têm horizonte temporal para iniciar. A filosofia é começar pelos mais prioritários e que têm já assegurado o suporte financeiro. Essas são obras avultadas e qualquer uma delas custa mais de 200 milhões USD", explica o Secretário de Estado das Águas, Lucrecio Costa.

10.14 136 milhões para dar solução ao problema da seca no Cunene

Jornal de Angola

16 de Novembro, 2019

Autor: José Bule e Domingos Calucipa

O projecto de construção do sistema de transferência de água do rio Cunene, a partir da localidade de Cafu, município de Ombadja, à zona de Shana, no Cuamato e Namacunde, e outro de captação,

bombagem, conduta pressurizada e canal aberto até ao Cuamato e 10 chimpacas, começaram a ser implementados ontem, na província do Cunene, para combater a seca na região.

As obras vão ser executadas em ano e meio e garantir 330 empregos. O primeiro projecto consiste num sistema de estruturas e meios, que desviam uma quantidade de água limitada a 2 metros cúbicos por segundo, a partir do rio Cunene, na localidade de Cafu, que será bombeada até ao cume da margem esquerda do rio, por sistema de gravidade, para as áreas visadas, através de canais a céu aberto.

As obras serão implementadas por dois lotes, para satisfazer as necessidades domésticas de aproximadamente 235 mil habitantes, que representa cerca de um terço da população de toda a parte angolana da bacia do Cuvelai, além das necessidades animais de aproximadamente 250 mil cabeças de gado.

O projecto de construção de captação no rio Cunene, sistema de bombagem, conduta pressurizada e canal aberto, a partir de Cafu até Cuamato e 10 chimpacas, integra uma estação de bombagem com um caudal de dois metros cúbicos de água por segundo, uma conduta pressurizada com mais de 10 quilómetros e um diâmetro interno DN 1200 milímetros, canal trapezoidal revestido em betão, com cerca de 47 quilómetros de comprimento.

As obras de construção de 10 chimpacas incluem a execução de bombas solares, unidades de tratamento, fontanário e lavandaria, bebedouro para o gado, vias e rampas de acesso.

Avaliado em cerca de 136 milhões de dólares, os projectos vão envolver uma mão-de-obra considerável. "São projectos que vão mudar a face da província do Cunene, logo que sejam concluídos, dentro de ano e meio", garantiu o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, que procedeu ao lançamento da primeira pedra dos projectos, seguido da consignação das obras, entre a empresa chinesa Sinohydro e o Ministério da Energia e Águas.

O ministro avançou que, fruto de um conjunto de projectos elaborados dentro do Plano Nacional da Água, a prioridade recaiu para os três, para beneficiar as populações da província do Cunene. "Aqui, a água vai ser transportada em condutas e aquedutos, para o abeberamento do gado e da população", esclareceu.

João Baptista Borges explicou que, o segundo e terceiro projectos, consistirão na construção de barragens. Uma na localidade de Ndue e outra em Calucuve, com o objectivo de aprovisionar a água e,

de seguida, canalizá-la para outras localidades da província, onde o produto vital faz imensa falta. O rio Cunene é partilhado por Angola e a Namíbia, e é na base deste acordo de partilha dos recursos hídricos que o país se vê na obrigação de comunicar, atempadamente, à parte namibiana, todos os projectos que dizem respeito à extracção de água no rio Cunene. “Fizemos tudo isso”, atesta.

Mais de 800 mil pessoas afectadas pela seca

O governador do Cunene, Vigílio Tyiova, afirmou que, depois da construção da futura barragem do Kadu, canais de irrigação e chimpacas, a população vai deixar de ter total dependência das chuvas. “Renovamos os nossos profundos agradecimentos ao Presidente da República, João Lourenço, por prestar uma atenção especial ao problema da seca, que aflige o povo do Cunene”, disse.

Para Vigílio Tyiova, com o acto fica concretizada a intenção do Governo de arranjar soluções estruturantes, definitivas e sustentáveis para acabar com a dependência absoluta das chuvas, aproveitando os recursos hídricos da província da melhor forma possível, permitindo, deste modo, a prática regular da actividade agrícola e pecuária, viabilizando o aumento da segurança alimentar e da empregabilidade.

“É a seca mais severa dos últimos 30 anos, tendo em conta que afectou um total de 880.172 pessoas, e mais de um milhão de bovinos, das quais mais de 30 mil morreram”, disse Vigílio Tyiova, para realçar que o projecto simboliza o empenho do Estado garantir êxitos nas futuras campanhas agrícolas, ao longo dos percursos dos canais e chimpacas, para facilitar a prática de agricultura extensiva, garantir o pasto e o abeberamento do gado.

Com a materialização do projecto, acrescenta o governador, o Executivo vai garantir água aos municípios de Ombadja, Cuanhama e Namacunde. Os canais terão um percurso de 104 quilómetros, 30 chimpacas distanciadas uma da outra em cerca de cinco quilómetros, para beneficiar mais de dois terços da população, cerca de 60 por cento do gado e irrigar cerca de cinco mil hectares.

10.15 Pontes degradadas beneficiam de obras

Jornal de Angola

16 de Novembro, 2019

Autor: atias da Costa

De um total de 116 pontes de madeira que interligam as estradas secundárias e terciárias no interior da província do Bié quatro foram substituídas por material de metal e as restantes aguardam por substituição, em função do avançado estado de degradação.

O director provincial do Instituto Nacional de Estradas de Angola “INEA”, Victor Tavira, que avançou a informação ao *Jornal de Angola*, no Cuito, disse que estão em curso trabalhos de terraplanagem em várias regiões da província, onde posteriormente serão substituídas as pontes degradadas.

Victor Tavira informou que, desde o início dos trabalhos, já foram substituídas as pontes degradadas sobre os rios Cutupo, Kwanza, Cunje 1 e 2 e nos municípios de Chitembo e Catabola. “Estão ainda em curso trabalhos sobre a ponte do rio Cuquema, na localidade de Cambândua, no município do Cuito, e ainda a requalificação do troço Catabola/Caiuera”, revelou.

Nos próximos dias, informou o responsável, o INEA vai receber mais meios para dar continuidade aos trabalhos de intervenção nas pontes identificadas com elevado grau de degradação.

O objectivo do INEA, segundo Victor Tavira, é melhorar o tráfego entre as sedes municipais e comunais, com vista a permitir maior circulação de pessoas e mercadorias. “As pontes antigas, construídas com estruturas de madeira, vão ser substituídas, por estarem a limitar o tráfego entre o interior e a cidade, até porque foram feitas para suportar veículos com capacidade inferior a 3,5 toneladas.

A província do Bié tem 4.472 quilómetros de estradas, das quais mil e 226 secundárias e 1.500 terciárias. Em alguns desses troços o Instituto Nacional de Estradas de Angola está a fazer trabalhos paliativos, sublinhou Victor Tavira.

10.16 Chuva mata e desaloja famílias em Cabinda

Jornal de Angola

19 De Novembro de 2019

Autor: Alberto Coelho

A forte chuva que se abateu na tarde de sexta-feira sobre a cidade de Cabinda provocou a morte de um cidadão nacional, de nome Lourenço Mabonzo, 54 anos, funcionário do Governo da Província de Cabinda.

Lourenço Mabonzo, que conduzia uma viatura de marca Toyota Hilux, ignorou o sinal de alerta de perigo dado pelas pessoas no local e arriscou-se a atravessar uma correnteza das águas que escorriam das encostas do morro, tendo sido arrastado a mais de 300 metros e projectado para dentro de uma vala de drenagem, no bairro Lombo-Lombo.

Efectivos do corpo de Bombeiros do Comando Provincial foram mobilizados para o local, procedendo ao resgate da vítima com vida, mas em estado bastante crítico, vindo a falecer momentos depois, no Hospital Provincial de Cabinda.

Ainda não foram contabilizados os prejuízos causados pela chuva de sexta-feira. O primeiro levantamento feito pela comissão multisectorial, composta por técnicos do Comando Provincial de Protecção Civil e Bombeiros, Administração Municipal de Cabinda, do Ambiente e Acção Social, indica a inundação de 13 casas e cinco outras parcialmente destruídas, deixando ao relento várias famílias, sobretudo nos bairros 1º de Maio, Chiweca, Lombo-Lombo e 4 de Fevereiro.

O comandante provincial de Protecção Civil e Bombeiros disse, em entrevista ao Jornal de Angola, que as últimas chuvas têm causado danos consideráveis à cidade e bairros periféricos e complicado a vida das populações.

De acordo com o subcomissário bombeiro Henrique Braz Capita, a chuva registada no passado dia sete afectou 23 residências e desalojou 115 pessoas, enquanto a do dia 11 danificou 28 casas e afectou 140 cidadãos.

Referiu que a chuva, além da destruição de casas, provoca o surgimento de ravinhas, que dificultam a livre circulação de pessoas e bens.

A escassez de esgotos e valas de drenagem provoca acumulação de areia, lama e lixo, quer na cidade quer nos bairros periféricos, situados nas zonas baixas e os mais afectados são o 1º de Maio, Lombo-Lombo, Chiweca, 4 de Fevereiro, Comandante Gika e Vitória é Certa.

Para debelar a situação, disse, torna-se necessário efectuar um trabalho de desassoreamento do rio Lucola, a limpeza das valas de drenagem para permitir a evacuação das águas pluviais e a destruição das casas construídas nas valas de passagem das águas.

10.17 PNUD lança projecto de gestão de calamidades

Jornal de Angola

20 de Novembro, 2019

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou, ontem, no Namibe, o projecto de fortalecimento das estruturas e capacidades institucionais de gestão de risco e de desastres para apoio a pessoas afectadas pela seca, no município de Moçâmedes.

O projecto, segundo a Angop, contribuirá para o reforço institucional e gestão de risco de desastres e recuperação e fortalecimento de resiliências da seca de 2018 a 2022.

De acordo com o chefe das operações do PNUD, Keita Su Jimoto, que falava no acto de lançamento do projecto, nas três províncias afectadas pela seca (Namibe, Huíla e Cunene), aquela instituição vai disponibilizar três milhões de euros para ajudar as comunidades a fortalecer as capacidades técnicas, visando dar resposta a riscos e desastres.

“Estão a ser feitos esforços para evitar futuros impactos humanos e perdas económicas atribuídas a desastres”, referiu.

A vice-governadora para a área Política, Económica e Social do Namibe, Rebeca Cangombe, disse que o objectivo é reduzir a fome, a pobreza e a vulnerabilidade alimentar e nutricional no seio das famílias.

Acrescentou que o fortalecimento sustentável no domínio da agricultura familiar nas províncias do Sul ajudará a minimizar os problemas relacionados com as alterações climáticas. O programa destina-se, ainda, ao reforço sustentável, promoção e melhoria da nutrição e desenvolvimento de capacidade das instituições, especialmente, nos domínios da agricultura, ambiente e protecção civil.

O PNUD vai potenciar a Protecção Civil, munindo-a com equipamentos, formação, capacidade institucional na área de gestão de riscos e desastres nas províncias afectadas pela seca, em parceria com a Comissão Nacional de Protecção Civil.

“Esperamos que a Protecção Civil aproveite, ao máximo, esta oportunidade para melhorar os mecanismos de actuação, pensando sempre na manutenção dos meios para servir as futuras gerações”, acrescentou.

O segundo comandante Nacional para a Protecção Civil, José Horácio da Silva, disse que o projecto vai promover e estabelecer o fortalecimento dos mecanismos institucionais dos desastres nos diferentes níveis e implementar um sistema de riscos de desastres nas províncias no Namibe, Huíla e Cunene.

“A comissão Nacional de Protecção Civil tem adoptado medidas preventivas para mitigar os efeitos dos desastres, tendo assinado um acordo com o PNUD com o objectivo de fortalecer as estruturas para criar as capacidades locais, desenvolver as acções de redução de riscos e desastres, autonomizando as administrações locais, bem como trabalhar na identificação de soluções mais eficazes para reduzir riscos e criar as condições com as respostas locais”, sublinhou.

Estas acções do projecto estão em consonância com a política e estratégias do Plano Nacional de Desenvolvimento para o período de 2018/2022.

No Namibe, mais de 150 mil famílias e 800 mil animais de pasto foram afectadas pela seca.

10.18 Chuvas desalojam dezenas de famílias

Jornal de Angola

21 de Novembro de 2019

Autor: André Brandão

As fortes chuvas que caíram nos últimos dias na cidade do Dondo, município de Cambambe, destruíram muitas residências e deixaram vários bairros inundados e dezenas de famílias a viverem ao relento.

Nos bairros da zona “Quatro e Sete”, Terra Nova, Cafuma, Cazenga, Quibululo, Cassesse I e II e Cerâmica, várias residências, escolas e diversas infra-estruturas públicas ficaram em ruínas.

A população que vivia em zonas consideradas de risco teve de abandonar as casas devido às enxurradas e insurgiu-se contra a Administração Municipal de Cambambe, por, alegadamente, não criar condições dignas para o seu reassentamento. O Jornal de Angola apurou que muitas casas que desabaram foram construídas sem a observância aos padrões de Construção Civil, como a falta de croquis de localização, planta de residência, com o agravante de serem erguidas com adobe e em encostas de montanhas, cursos e assentamentos de águas.

Em 2005, a cidade do Dondo registou cheias devido o transbordo do rio Capacala, em consequência de fortes chuvas que caíram na região, registando-se, na altura, 10 mil pessoas desalojadas e cerca de 900 casas destruídas. O mau estado de conservação do dique de protecção da zona leste do rio Capacala, construído na era colonial, cedeu à “fúria” da água.

Protecção Civil e Bombeiros

O comandante do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB), do município de Cambambe, sub-inspector bombeiro, Ilídio Diogo, disse que a corporação continua a efectuar o levantamento dos danos nas comunidades atingidas, ao mesmo tempo que está a sensibilizar a população para adoptar medidas preventivas, em caso de inundações ou outras calamidades naturais.

“Estamos a desencorajar a população a construir em zonas consideradas de risco, como nas margens de rios, em encostas, junto de ravinas, entre outros locais inseguros”, disse o inspector bombeiro.

Administração Municipal

O director dos Serviços Técnicos da Administração Municipal, Gelson Miguel, informou que estão a ser criadas as condições para o reassentamento das populações que vivem em zonas de risco, mas lamenta o facto de “alguns municípios furtarem-se em cumprir os procedimentos legais”.

Para minimizar a situação, a Administração Municipal está a abrir uma vala de 350 metros de comprimento e um de profundidade para o escoamento das águas das chuvas e residuais.

10.19 Obras de macrodrenagem melhoram a vida da população do Capalanga

Jornal de Angola

26 de Novembro, 2019

Autor: César Esteves

As obras de drenagem da Lagoa do Kinda, em Viana, a cargo da construtora chinesa CR20, vão ser concluídas no final do presente mês. A população do bairro Capalanga já comemora as melhorias do projecto.

Iniciado em Junho, o projecto consiste na construção de um canal de 4,5 quilómetros para escoar a água da Avenida Deolinda Rodrigues e da Lagoa do Kinda para o rio Mulenvos e resolver, de vez, o problema da falta de drenagem das águas da chuva numa das mais importantes vias da província de Luanda.

Em plena época chuvosa, Maria Domingos, moradora do bairro Capalanga, lembra o passado difícil e reconhece “o grande trabalho feito” pela construtora chinesa que conseguiu evitar que as casas inundassem e, ao mesmo tempo, melhorar a circulação rodoviária, através da reparação de estradas secundárias e terciárias no bairro.

“Antes, com uma chuva, como estas que caíram, estas casas todas já estariam inundadas, também tinha muitas ravinas e em muitas ruas não se passava, por causa da água”, recorda a moradora, que considera a obra um ganho para a comunidade do bairro Capalanga.

Guilherme Trindade, que faz trabalho de táxi no bairro Capalanga há mais de seis anos, considera ter

sido feita uma revolução quase a cem por cento, a julgar pelo trabalho feito em várias ruas. “No passado, era lama e quantidades de água à mistura. Muitos carros acabaram por se estragar devido à degradação das estradas.”

Quem também corrobora com Guilherme Trindade é Maria dos Prazeres, residente no bairro há quatro anos. Hoje, com a vida facilitada, prefere esquecer o drama que passou para sair de casa até à paragem do táxi.

“Foi difícil e não via a hora daquele sofrimento acabar”, desabafa, lembrando que tinha de acordar às 5h00 e caminhar a pé, entre lama e lagoas, para apanhar táxi na via principal. Para piorar, as motos (kupapatas) não circulavam pelo bairro e os taxistas, devido ao mau estado das ruas, não aceitavam passar próximo da sua casa, mesmo sendo numa via principal, em função do mau estado da estrada. “Os kupapatas, também, não circulavam aqui”, lamentou.

O estudante universitário Clemente António também lembra momentos difíceis vividos no bairro. Depois de viver parte da infância e adolescência no Bairro Popular, os pais decidiram residir no Capalanga. “Na altura, era estudante do segundo ano do curso de Relações Internacionais na Utanga. Os táxis eram muito difíceis. A minha vida era chorar e implorava ao meu pai para regressarmos ao Bairro Popular”, lembra, reconhecendo o “excelente trabalho” realizado no bairro, que “melhorou a vida” de quem reside no Capalanga.

Residente no Capalanga há 10 anos, António Domingos conta que, nalguns pontos, a circulação com carro era impossível. “Este trabalho trouxe grandes melhorias”, exalta, para acrescentar: “não temos dúvidas de que se tratou de um trabalho de terraplanagem profundo, porque, mesmo chovendo, as ruas continuam intactas. Agora, é importante que se faça manutenção das ruas todos os anos, para evitar a degradação”.

Administração aplaude

A administradora do Distrito Urbano de Viana não tem dúvidas: o trabalho de construção do canal de drenagem das águas e de reparação das vias terciárias do bairro representam um ganho para a comunidade do Capalanga.

Julietta Ngueve recordou que, no passado, o acesso às principais vias estava praticamente obstruído, devido à quantidade de água da chuva que criava, em alguns pontos, erosão da terra. Hoje, admite, a circulação rodoviária nas principais ruas e vias terciárias do bairro faz-se com normalidade, mesmo em época

chuvosa.

A administradora lamentou, por outro lado, que algumas moradias tivessem sido construídas em áreas de passagem de água das chuvas, daí a razão de ficarem submersas em épocas chuvosas, levando mesmo famílias a abandonarem as casas.

Ravinas estancadas

Além da drenagem das águas e das vias de acesso, uma das grandes preocupações das autoridades eram as ravinas no Capalanga. Para travar a rápida progressão do fenómeno, que ameaçava engolir casas, a Administração do Distrito de Viana contactou a empresa CR20 que, prontamente, acedeu ao pedido. A custo zero, fez todo o trabalho de terraplanagem e tapa-buracos, além do estancamento da erosão dos solos.

“Contactámos o Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA), responsável pela obra da vala de drenagem, que está a ser executada pela construtora CR20, no sentido de a empresa chinesa reparar algumas obras. Felizmente, o pedido foi aceite e, em pouco tempo, foi feito o trabalho”, notou a administradora do Distrito Urbano de Viana.

“O benefício do trabalho feito pela CR20 é notório. É só vermos que as pessoas estão a passar livremente, de contrário, seria difícil circular nesta área”, precisou.

As melhorias das condições no bairro Capalanga são vistas como o cumprimento de uma das promessas do governador de Luanda, Sérgio Rescova, quando tomou posse, em Janeiro. O governador assegurou, na altura, que iria reforçar a atenção aos “subúrbios, ‘musseques’ e zonas periféricas” da província com “pequenas iniciativas, mas com impacto e duradouras”.

Sérgio Luther Rescova disse que um dos focos do seu trabalho recaía para a melhoria da limpeza e saneamento básico, das estradas secundárias e terciárias, bem como do sistema de drenagem das águas das chuvas. “As administrações devem assumir o seu papel devido, isto é, estar ao serviço do cidadão em primeira instância. Se assim não for é legítimo e normal que o cidadão de Luanda entenda que a solução dos seus problemas está no governo provincial”, disse Sérgio Rescova.

Governador constata obras

Em finais do mês passado, o governador da província de Luanda, Sérgio Luther Rescova, visitou as obras de macro- drenagem da Lagoa do Kinda e notou a evolução do projecto que consiste na construção de canais de água a céu aberto, no espaço que vai da

Lagoa do Kinda e algumas zonas do bairro Capalanga.

O director da empresa chinesa CR20, Zhang Guoxu, responsável pela obra, explicou que o trabalho estava já direccionado para a construção dos corpos principais da infra-estrutura, para que a água das chuvas deixe de invadir as casas.

O coordenador pela fiscalização, André Bandazi, realçou que o projecto prevê a colocação de protecções em volta do canal, para salvaguardar a integridade física dos moradores. A obra faz parte de um processo amplo da macro- drenagem que está a ser realizado a nível da Avenida Deolinda Rodrigues.

Construção da macrodrenagem em fase de conclusão

Lagoa do Kinda

A obra de construção da nova drenagem da Lagoa do Kinda possui uma extensão total de 4.515 metros, dividida em canal aberto (1.860 metros) e galeria, atravessadas por vias terciárias. A construção arrancou em Junho e deve estar concluída no final deste mês.

Depois de concluída, a obra vai permitir o livre escoamento da água estagnada na Avenida Deolinda Rodrigues e da Lagoa do Kinda para o rio Mulevos. Fica também resolvido o problema da falta de drenagem no bairro Capalanga, contribuindo assim para facilitar a circulação interna, dar comodidade aos moradores dos bairros vizinhos e melhorar, também, as condições de habitabilidade da população.

Drenagem da Deolinda Rodrigues

Na Avenida Deolinda Rodrigues, os trabalhos de macro-drenagem começaram no Canal do Cazenga, nas imediações da FTU, e terminam na zona da BCA, numa extensão de 2.538 metros. O objectivo é acabar com as inundações que se verificam na via e arredores, na época chuvosa, aliviar a pressão do tráfego e facilitar a passagem da população. A obra foi realizada em duas fases: a primeira, iniciada em Maio do ano passado e terminada depois de cinco meses, com a construção do troço Canal do Cazenga/Inea, numa extensão de 1.833 metros. A segunda parte começou em Maio deste ano e deve estar concluída este mês. Os trabalhos incidem na construção de uma linha de drenagem de 705 metros de extensão.

O objectivo do projecto é de solucionar o problema de escoamento das águas numa área de 3.915.913 metros cúbicos, ao redor da estrada principal. No troço, não havia sistema de drenagem. Quando a chuva caía, a água se acumulava na estrada e a

circulação era muito difícil. Neste momento, o novo sistema de drenagem já entrou em funcionamento e os especialistas garantem que não haverá acúmulo de água nos dias chuvosos, o que resolve completamente o problema de dificuldades de drenagem. A zona da Lagoa do Kinda, do Capalanga e da Avenida Deolinda Rodrigues (no troço Canal do Cazenga/BCA) constavam dos registos da Comissão de Protecção Civil da província de Luanda como áreas com possíveis riscos de inundações, durante a época chuvosa, nos arredores da cidade capital.

Responsabilidade social

Além das obras de construção, a CR20 construiu e melhorou cerca de 14 quilómetros de vias para os moradores, fez doação de mochilas, materiais escolares e material desportivo aos colégios do bairro. A empresa levou, igualmente, uma equipa médica chinesa, que realizou consultas gratuitas a estudantes.

Várias obras e projectos

Uma das principais construtoras da China e com mais de 70 anos de existência, a CR20 executou diversas obras de destaque em Angola. A partir de 2004, deu início à reconstrução e modernização dos Caminhos de Ferro de Luanda (CFL) e de Benguela (CFB). Na linha do CFB, os 1.344 quilómetros de linha férrea, entre o Lobito e o Luau, estão preparados para atender o fluxo de passageiros e mercadorias durante os próximos anos e tornar o CFB num corredor internacional, que liga dois oceanos: o Índico e o Atlântico, atraindo a atenção de toda a África.

Durante os 10 anos da empreitada, mais de cinco mil funcionários chineses e 20 mil construtores angolanos estiveram envolvidos na obra. Depois de uma destruição total provocada pela guerra, os comboios do CFB voltaram, em 2015, a circular do Lobito ao Luau, quase 30 anos depois, graças à reabilitação e modernização dos Caminhos-de-Ferro de Benguela. A empreitada foi adjudicada, em Janeiro de 2006, à construtora CR-20, com um custo estimado em 1,83 mil milhões de dólares, financiados pela Linha de Crédito da China.

A construtora foi ainda responsável, entre outras obras, pela Via Expressa Fidel Castro, viadutos do Kilamba, Zango, Unidade Operativa, aeroportos Joaquim Kapango, no Cuito, e do Luau (Moxico). Do “currículo” da empresa, constam, igualmente, estradas nacionais, obras de abastecimento de água e habitações, além do pavilhão multiusos do Dundo, na Lunda-Norte.

10.20 Desabamento de moradia causa a morte de crianças

Jornal de Angola

29 De Novembro de 2019

Autor: Venâncio Victor e Eduardo Cunha

Duas crianças, entre os 2 e os 9 anos, morreram, terça-feira, no bairro da Carreira de Tiro, devido ao desabamento da residência em que viviam, na sequência das fortes chuvas registadas no município de Malanje.

Em declarações ao Jornal de Angola, a porta-voz do Comando de Protecção Civil e Bombeiros, Júlia Pedro, destacou a destruição, no mesmo período, de três casas, no bairro da Vila Matilde.

Em Malanje, desde o início da época chuvosa, registou-se a destruição de 210 casas de construção precária e o desalojamento de 1.254 pessoas, nos municípios sede, Marimba Mucari, Kiwaba-Nzoje, Cahombo e Kunda-dya-Base.

Júlia Pedro disse que se tem estado a adoptar medidas para acudir as pessoas sinistradas, sublinhou o perigo de se construir em zonas de risco.

Apoio a idosos

O Comité Provincial da JMPLA ofereceu, ontem, bens de primeira necessidade ao lar de idosos no bairro Maxinde. A oferta foi presenciada pelo primeiro-secretário da organização juvenil do MPLA, Dilangue Baião. A responsável do lar, Domingas Joveta, disse que a dádiva vai ajudar a minimizar as dificuldades e pediu às demais pessoas singulares e entidades seguirem este exemplo.

Do donativo constam bens, como massa alimentar, arroz, óleo, farinha de milho e detergente. O programa em alusão ao Dia Nacional do Idoso, que se assinala amanhã, cujo acto provincial terá lugar no município de Massango, a 210 quilómetros da cidade de Malanje, reserva campanhas de limpeza dos lares e centros de acolhimento, palestras sobre a importância da preservação da figura do idoso na comunidade, visitas às quedas de Calandula, Centralidade da Carreira de Tiro, Casa da Juventude e ao projecto de desassoreamento do rio Malanje, além de uma missa de acção de graças, no Lar de Maxinde.

10.21 Florestas de Cazengo estão a ser devastadas

Jornal de Angola

30 de Novembro, 2019

Autor: Marcelo Manuel

A devastação do pulmão florestal do morro do Binda, da floresta do Quilombo e das fosforeiras no Lucala, bem como a caducidade de árvores ornamentais plantadas na década dos anos 80, são apontadas por alguns habitantes de Cazengo como as principais causas do aumento da temperatura em Ndalatando, nos últimos anos.

O Jornal de Angola soube de fonte oficial que nos últimos cinco anos o Departamento Provincial do Ambiente e a Administração Municipal de Cazengo plantaram mais de três mil árvores de rápido crescimento, com o propósito de atenuar a situação, cuja maior parte delas foi destruída por alguns cidadãos, antes de atingirem a fase adulta. Estima-se que entre os anos 70 e 80 a cidade de Ndalatando tinha mais de 100 mil árvores, entre eucaliptos, cedros, pinheiros, acácias, palmeiras e outras, na sua maioria originárias da América do Sul e Ásia, com alturas que variam de cinco a 30 metros de comprimento.

Manuel Francisco, de 63 anos, morador da rua dos Voluntários, desde 1978, conta que nos anos 80 a cidade de Ndalatando tinha um verde “sem igual”, proporcionado por diversas árvores e jardins, o que permitiu, na altura, a existência de um clima fresco e agradável. “Actualmente as ruas com árvores e jardins dignos de realce são a avenida Doutor António Agostinho Neto e a rua das Palmeiras”.

Ilha de calor

O bio-pedagogo Yuri Manuel explica que a ilha de calor é um termo usado para se referir ao aumento da temperatura em áreas urbanas. Na sua opinião, isso acontece devido à falta de áreas verdes, excesso de construções, asfalto e poluição. A forma mais eficaz de combater a ilha de calor, acrescentou, é o plantio de árvores, que ajudam a fornecer sombras.

De acordo com a Agência de Protecção Ambiental dos EUA, ainda segundo Yuri Manuel, uma área sombreada pode ser até sete graus mais fresca do que áreas expostas ao sol.

“Amenizando o calor, ameniza-se, também, a quantidade de energia gasta para a refrigeração de ambientes, o que, consequentemente, também

diminui a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera”, rematou.

Yuri Manuel fez saber que as árvores realizam naturalmente um processo de evapotranspiração, tendo avançado que, durante este processo, elas libertam vapor de água na atmosfera, ajudando a refrescar naturalmente o ambiente.

O bio-pedagogo deu a conhecer que as árvores têm grande influência na manutenção do ar e podem limpar os poluentes atmosféricos.

Outro benefício oferecido pelas árvores é a purificação da água. Ao envolver o solo, as plantas funcionam como um filtro natural e retentor de águas. Quanto mais árvores presentes nas cidades, melhor é o escoamento de água durante as tempestades e mais limpo o recurso será.

Aquecimento global

O chefe de Departamento do Ambiente do Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos Sólidos e Serviços Comunitários, Rui Sebastião, disse que o aumento da temperatura em Ndalatando e arredores resulta de um processo climático global, derivado da devastação das florestas, desertificação e queimadas.

Fez saber que nos últimos cinco anos as entidades governamentais do município de Cazengo procederam ao plantio de mais de três mil árvores, em diversas ruas e bairros da cidade de Ndalatando, mas, infelizmente, a maior parte delas foi vandalizada pela população, sem causa aparente.

Importância das árvores

O chefe de Departamento do Ambiente do Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos Sólidos e Serviços Comunitários aponta a falta de conhecimento sobre a importância das árvores como factor fundamental da destruição e arranque das mesmas.

Revelou que a devastação do pulmão florestal do Morro do Binda, da Floresta do Quilombo e as Fosforeiras no Lucala aumentou nos últimos anos, por causa do custo de vida e pelo facto de a população encontrar nestas zonas condições propícias para o fabrico de carvão vegetal e corte de lenha.

Destacou que para a reversão do actual cenário, o Departamento do Ambiente desenvolve várias acções de moralização e sensibilização, através de palestras ligadas à educação ambiental, combate às práticas nocivas ao ambiente e criação de ambiente sadio. Afirmou que neste momento o departamento que dirige tem em sua posse mais de mil mudas de plantas ornamentais para o repovoamento vegetal da cidade de Ndalatando e arredores.

10.22 Milhares de habitantes são assistidos nos Gambos

Jornal de Angola

30 de Novembro, 2019

Autor: Estanislau Costa

Mais de sete mil habitantes da povoação da Taka, município dos Gambos, 150 quilómetros a Sul do Lubango, estão já a consumir água potável, com a construção e apetrecho de dois sistemas de captação e distribuição.

Os sistemas, acoplados a bebedouros para dezenas de cabeças de gado bovino e caprino, fazem parte do leque de projectos do Executivo para minimizar os efeitos da seca prolongada que afectou 206 mil populares de nove municípios da província da Huíla.

Gambos, com mais de 72 mil habitantes, possui a maior cifra de afectados, razão para motivar as autoridades a prestar, com frequência, apoio alimentar às famílias, assim como a criação de condições para preservar o gado bovino e caprino, principais riquezas da região.

O soba da Taka, Manuel Tchilulo, comovido com a assistência alimentar, médica e medicamentosa, enalteceu a construção do estabelecimento que vai assegurar a sanidade animal e conter as doenças que têm assolado os animais. “Com a abertura de novos sistemas de captação e requalificação dos antigos, já não percorremos longas distâncias à procura de água para as famílias e animais”, disse a autoridade tradicional. Comovido com a nova estrutura para a sanidade animal, Manuel Tchilulo defendeu a criação de condições para a aplicação da técnica de resiliência agrícola em diversas áreas produtivas dos Gambos. “Não queremos depender só da assistência do Governo. Como agricultores e criadores de gado, queremos trabalhar a terra”, sublinhou.

O governador da Huíla, Luís Nunes, que procedeu a entrega de 20 motas cisternas das 77 previstas, garantiu que estão em curso acções para aliviar as dificuldades das famílias assoladas pela seca em nove municípios da província”.

Luís Manuel Nunes exortou as famílias afectadas que estão a beneficiar de infra-estruturas diversas, com destaque para sistemas de abastecimento de água, a preservarem os imóveis.

A directora da Agricultura, Mariana Soma, informou que prossegue a distribuição de mais de 735 toneladas de alimentos diversos e 312 motorizadas cisternas aos nove municípios afectados pela calamidade, com realce para os Gambos, Chibia, Humpata, Quilengues e outros.

Acções de emergência

O Jornal de Angola apurou que o plano de emergência no município dos Gambos prevê a construção e reabilitação de 34 sistemas de captação e abastecimento de água potável, sendo que 16 são novos, projectados para as zonas que merecem atenção cuidada.

II. EXPLORAÇÃO MINEIRA

II.1 Defendida criação de plano de alerta sobre queimadas

Jornal de Angola
4 de Novembro de 2019

Um plano de monitorização e alerta sobre as queimadas a nível nacional deve ser criado para se poder mitigar os seus efeitos na alteração climática, defendeu, em Luanda, o director do Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas do Ministério do Ambiente.

Joaquim Laureano, que falava sexta-feira sobre “Queimadas e incêndios florestais”, no quadro do Seminário sobre Jornalismo e Ambiente Sustentável, ressaltou que este plano vai permitir prever e fazer um acompanhamento de onde elas ocorrem, sua intensidade e estragos, bem como mitigar os efeitos e arranjar medidas de recuperação dos ecossistemas que ficam degradados.

O responsável do centro instalado no Huambo referiu que as queimadas contribuem para a destruição da cobertura vegetal, das paisagens, morte de animais e surgimento de ravinas, entre outros aspectos.

Joaquim Laureano salientou que o controlo e a monitorização podem ser usados para se ter queimas para um pasto bom, para prevenir e extinguir incêndios e saber onde elas podem ocorrer, em benefício do meio ambiente.

Para tal, avançou, vai ser proposto ao Ministério do Ambiente a implementação desse plano com carácter de urgência, e esperar que seja implementado tão logo todas as condições estejam criadas. Um total de 972.730 queimadas foi registado no país, durante o primeiro semestre do ano em curso, resultando na morte de três pessoas e destruição de 45 residências, revelou, no mês passado, uma fonte do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros. No encontro metodológico de prevenção, o porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Sebastião, disse que as queimadas representam, nos últimos tempos, uma grande preocupação por estas representarem um aumento de mais 362.998 casos em relação a igual período do ano de 2018. De acordo com Faustino Sebastião, as províncias do sul e leste do país são as que registam maior número de queimadas, enquanto, na região norte, as províncias

do Uíge e Malanje destacam-se entre as demais. Entre as queimadas, inclui-se os fogos considerados incêndios florestais, onde várias culturas ficaram dilaceradas, afectando a fauna e a flora, disse o porta-voz do SPCB, realçando que os incêndios urbanos também continuam em alta com o registo de vítimas mortais e ferimentos graves.

“Com este número, não podemos afirmar categoricamente que, a nível de África, Angola seja um dos países com maior número de incêndios florestais, pois aquilo que frequentemente temos são as chamadas queimadas florestais, apesar de os números serem assustadores”, sublinhou, na ocasião, Faustino Sebastião adiantando que é por estas e outras razões que o SPCB vai trabalhar na vertente de mobilização e sensibilização dos cidadãos, principalmente daqueles que vivem em zonas rurais, onde é registado o maior número de queimadas.

Carbono

O país irá reduzir, para 35 por cento, a intensidade de carbono na produção da electricidade até ao ano 2030, no quadro da implementação da proposta de Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas 2018-2030.

A informação foi avançada, sexta-feira, em Luanda, pelo chefe do Departamento de Seca e Desertificação do Ministério do Ambiente, Luís Constantino. O sector energético é o que mais contribui na emissão de efeito de estufa, seguindo-se da Agricultura e Indústria, de acordo com o relatório do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas. Em declarações à Angop, à margem do Seminário sobre Jornalismo e Ambiente, Luís Constantino ressaltou que a nova estratégia tem pilares que irão dar suporte para o país responder aos compromissos internacionais e às necessidades em alterações climáticas.

Segundo Luís Constantino, para mitigar o impacto das alterações climáticas no país deve-se implementar programas em parceria com sectores como o da Agricultura, Pesca e Florestas.

Para combater o efeito estufa, o Executivo adaptou, na bacia hidrográfica do Cuvulai, um sistema de alerta para seca e cheias, de modo a permitir que as comunidades da região se adaptem aos efeitos das alterações e se tornem mais resilientes.

Angola é vulnerável às alterações climáticas, inundações, cheias, secas, erosão dos solos e o aumento do nível das águas do mar são os principais efeitos das alterações climáticas no país, de acordo com um informe do Ministério do Ambiente.

11.2 Administradores denunciam abate de árvores em florestas

Jornal de Angola

13 de Novembro de 2019

Autor: Arão Martins

O abate anárquico de árvore para abertura de campos agrícolas e produção de carvão tem sido uma prática recorrente nos municípios de Caconda, Caluquembe e Chicomba. A denúncia foi apresentada pelos administradores locais na III reunião ordinária do Governo Provincial da Huíla.

Ao intervir no evento, que analisou, entre outros temas, a vida socioeconómica dos municípios integrados no circuito da produção de milho, a administradora municipal de Chicomba, Dina Domingos, disse que muitos munícipes sustentam as famílias abatendo árvores para a produção e comercialização de carvão.

"O abate indiscriminado de árvores, por parte de alguns populares, é um dos constrangimentos que se verifica em vários municípios", sublinhou, acrescentando que, devido à destruição da flora, na região norte da província, regista-se a falta de chuvas.

Sector da Educação

Dina Domingos fez saber que o défice no sector da Educação nos municípios de Caconda, Caluquembe e Chicomba, em relação ao crescente número de alunos que ingressam no sistema de ensino anualmente e a escassez de professores, é acentuado. Paralelamente a este factor, o outro embaraço é o reduzido número de infra-estruturas escolares.

Nos três municípios, disse a responsável, algumas obras de construção de escolas que arrancaram em 2013 encontram - se paralisadas, como por exemplo as de 6 e 7 salas de aula na comuna do Kutenda, município de Chicomba. Com vista a minimizar estas dificuldades, segundo a administradora, o governador da Huíla exarou um despacho que determina a admissão de 77 docentes em diversas categorias para os três municípios.

11.3 Governo suspende corte de madeira na província

Jornal de Angola

14 de Novembro de 2019

O govern do Cuando Cubango suspendeu, na terça-feira, a exploração de madeira em toda a extensão da província, devido à desordem que se regista no exercício da actividade.

O levantamento da suspensão, de acordo com um comunicado do governo, vai depender das decisões a serem produzidas pelo Ministério da Agricultura e Florestas e do governo local, depois de avaliarem o assunto.

A informação consta no comunicado final da III reunião do governo, orientada pelo governador do Cuando Cubango, Júlio Bessa, citado pela Angop. O documento avança que no encontro foi analisada a situação de devastação florestal na província, considerada preocupante.

No âmbito das visitas que o governador realizou no município de Menongue, sede capital da província, em finais de Outubro, refere o documento, Júlio Bessa registou "com preocupação", o corte da madeira do tipo Mussivi, cuja acção já foi proibida, tendo sido apreendido um camião carregado com a referida madeira.

O governo orientou, por outro lado, às administrações municipais, comandos municipais e comunais da Polícia Nacional e aos Fiscais do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), para que, dentro dos procedimentos legais, intensifiquem as acções de combate às queimadas e à caça furtiva, criando nas áreas de jurisdição mecanismos de controlo para desactivar os pontos de captura e venda de carne de caça, bem como a aplicação de medidas punitivas aos prevaricadores.

Entre outros assuntos, a reunião avaliou as medidas tomadas para conter a caça furtiva, queimadas e exploração ilegal da madeira.

11.4 Florestas de Cazengo estão a ser devastadas

Jornal de Angola

30 de Novembro, 2019

Autor: Marcelo Manuel

A devastação do pulmão florestal do morro do Binda, da floresta do Quilombo e das fosforeiras no Lucala, bem como a caducidade de árvores ornamentais plantadas na década dos anos 80, são apontadas por alguns habitantes de Cazengo como as principais causas do aumento da temperatura em Ndalatando, nos últimos anos.

O Jornal de Angola soube de fonte oficial que nos últimos cinco anos o Departamento Provincial do Ambiente e a Administração Municipal de Cazengo plantaram mais de três mil árvores de rápido crescimento, com o propósito de atenuar a situação, cuja maior parte delas foi destruída por alguns cidadãos, antes de atingirem a fase adulta.

Estima-se que entre os anos 70 e 80 a cidade de Ndalatando tinha mais de 100 mil árvores, entre eucaliptos, cedros, pinheiros, acácias, palmeiras e outras, na sua maioria originárias da América do Sul e Ásia, com alturas que variam de cinco a 30 metros de comprimento.

Manuel Francisco, de 63 anos, morador da rua dos Voluntários, desde 1978, conta que nos anos 80 a cidade de Ndalatando tinha um verde “sem igual”, proporcionado por diversas árvores e jardins, o que permitiu, na altura, a existência de um clima fresco e agradável. “Actualmente as ruas com árvores e jardins dignos de realce são a avenida Doutor António Agostinho Neto e a rua das Palmeiras”.

Ilha de calor

O bio-pedagogo Yuri Manuel explica que a ilha de calor é um termo usado para se referir ao aumento da temperatura em áreas urbanas. Na sua opinião, isso acontece devido à falta de áreas verdes, excesso de construções, asfalto e poluição. A forma mais eficaz de combater a ilha de calor, acrescentou, é o plantio de árvores, que ajudam a fornecer sombras.

De acordo com a Agência de Protecção Ambiental dos EUA, ainda segundo Yuri Manuel, uma área sombreada pode ser até sete graus mais fresca do que áreas expostas ao sol.

“Amenizando o calor, ameniza-se, também, a quantidade de energia gasta para a refrigeração de ambientes, o que, conseqüentemente, também

diminui a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera”, rematou.

Yuri Manuel fez saber que as árvores realizam naturalmente um processo de evapotranspiração, tendo avançado que, durante este processo, elas libertam vapor de água na atmosfera, ajudando a refrescar naturalmente o ambiente.

O bio-pedagogo deu a conhecer que as árvores têm grande influência na manutenção do ar e podem limpar os poluentes atmosféricos.

Outro benefício oferecido pelas árvores é a purificação da água. Ao envolver o solo, as plantas funcionam como um filtro natural e retentor de águas. Quanto mais árvores presentes nas cidades, melhor é o escoamento de água durante as tempestades e mais limpo o recurso será.

Aquecimento global

O chefe de Departamento do Ambiente do Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos Sólidos e Serviços Comunitários, Rui Sebastião, disse que o aumento da temperatura em Ndalatando e arredores resulta de um processo climático global, derivado da devastação das florestas, desertificação e queimadas. Fez saber que nos últimos cinco anos as entidades governamentais do município de Cazengo procederam ao plantio de mais de três mil árvores, em diversas ruas e bairros da cidade de Ndalatando, mas, infelizmente, a maior parte delas foi vandalizada pela população, sem causa aparente.

Importância das árvores

O chefe de Departamento do Ambiente do Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos Sólidos e Serviços Comunitários aponta a falta de conhecimento sobre a importância das árvores como factor fundamental da destruição e arranque das mesmas.

Revelou que a devastação do pulmão florestal do Morro do Binda, da Floresta do Quilombo e as Fosforeiras no Lucala aumentou nos últimos anos, por causa do custo de vida e pelo facto de a população encontrar nestas zonas condições propícias para o fabrico de carvão vegetal e corte de lenha.

Destacou que para a reversão do actual cenário, o Departamento do Ambiente desenvolve várias acções de moralização e sensibilização, através de palestras ligadas à educação ambiental, combate às práticas nocivas ao ambiente e criação de ambiente sadio. Afirmou que neste momento o departamento que dirige tem em sua posse mais de mil mudas de plantas ornamentais para o repovoamento vegetal da cidade de Ndalatando e arredores.

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINESES EM ANGOLA

13.1 Angola e China reforçam relações de cooperação

Jornal de Angola

21 de Novembro de 2019

Autor: Gabriel Bunga

O secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas, Domingos Custódio Vieira Lopes, e o vice-ministro do Comércio da China, Qian Keming, assinaram, ontem, em Luanda, um processo verbal, instrumento jurídico que estabelece as linhas orientadoras para o incremento da cooperação nos domínios económico, técnico e comercial.

A assinatura foi antecedida de conversações entre as delegações angolanas e chinesa no Ministério das Relações Exteriores, durante as quais se passaram em revista as principais áreas de cooperação entre os dois países no domínio do comércio. Na abertura das conversações, o secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas disse que as relações entre Angola e a China consubstanciam-se no estreitamento dos laços de cooperação e de amizade, desde 1983.

Domingos Custódio Vieira Lopes sublinhou que as relações entre os dois países evoluíram para a parceria estratégica que permitiu financiar a execução, por empresas chinesas, de projectos do programa de reconstrução nacional. “Hoje, a disponibilidade para o reforço desta cooperação é cada vez mais patente nos diversos acordos que temos vindo a assinar e neste acto que aqui realizamos”, disse.

O secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas disse que é necessário reforçar as sinergias das estratégias de desenvolvimento.

O reforço das sinergias, referiu, ganha dimensão maior com a interligação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2018-2022 e as “Oito Acções” da Iniciativa Chinesa “Uma Faixa e Uma Rota”.

Domingos Custódio Vieira Lopes frisou que Angola continua engajada na concepção de políticas que permitam a implementação de estratégias de aproveitamento das “Oito Acções”.

“É nosso entendimento que a Comissão Orientadora da cooperação económica e comercial deve reunir-se para, entre outros assuntos definir áreas, projectos prioritários, bem como coordenar, dissipar problemas e dificuldades decorrentes dessa cooperação”, disse, sublinhando que a China tem-se assumido como parceiro seguro nas relações com Angola.

O vice-ministro do Comércio da China, Qian Keming, lembrou que Angola é o segundo maior destino dos produtos chineses em África e que “há, cada vez mais, interesse das empresas chinesas em querer investir na agricultura”.

Acrescentou que a Fábrica de Cimento da empresa CITIC já funciona em Angola. “A cooperação trouxe benefícios reais às duas partes”, disse. “É necessário resolver as questões e dificuldades que possam existir na relação de cooperação entre Angola e a China”, acrescentou.

Qian Keming sublinhou que, no ano passado, os Presidentes de Angola e da China, Xi Jinping e João Lourenço, eram passos importantes no sentido de os dois países celebrarem um acordo de protecção recíproca de investimentos. “A parte chinesa está disposta a acelerar o processo para dar protecção legal aos investimentos chineses”, referiu.

Desde 2015, sublinhou, a China criou bolsas de estudos e que já foram beneficiados 700 pessoas. Depois da assinatura do processo verbal, Domingos Custódio Vieira Lopes e Qian Keming trocaram lembranças.

13.2 China forma anualmente mais de 200 estudantes

Jornal de Angola

28 De Novembro de 2019

Autor: Edivaldo Cristovão

O governo chinês forma, anualmente, com base na atribuição de bolsas de estudo, mais de 200 estudantes angolanos, nas especialidades de engenharia, tecnologia, agronomia e em outras áreas do saber, informou ontem, em Luanda, o ministro Conselheiro e Encarregado de Negócio daquele país asiático.

Li Bin, que falava durante a entrega de certificados a 70 alunos que participaram na redacção em mandarim, intitulada “A minha história com a China”, disse que muitos destes angolanos já formados fazem parte do quadro do Executivo, referindo que, com base no conhecimento adquirido, têm ajudado Angola a ser um país diferente, com infra-estruturas modernas.

O diplomata lembrou que a China teve participação importante, tornando-se, durante dez anos, no principal parceiro na construção de estradas e residências.

O ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios sublinhou que, com o domínio da língua chinesa, os angolanos podem estreitar o relacionamento com a China de forma mais rápida e viável. Argumentou que a proximidade entre os dois países remete para os sectores da economia, mineração, pescas, construção e educação.

O director do Instituto Confúcio, Ren Bing, disse que, neste momento, a instituição conta com 300 alunos registados, mas que dispõe apenas de oito professores chineses e dois angolanos que estudaram na China.

“Neste momento temos em vista um programa de capacitação para que os angolanos sejam no futuro os professores do instituto, de forma a atingir os mil alunos. A entrada no instituto depende do interesse da pessoa, desde que mostre interesse em aprender o mandarim, pois o curso é gratuito”, disse. Madalena Diogo, de 20 anos, foi uma das vencedoras do concurso de redacção em mandarim e, com isso, foi contemplada com uma viagem à China no próximo ano, além de ter recebido a quantia de 70 mil kwanzas.

Residente no município de Viana com a irmã mais velha, a jovem diz que fez o curso em seis meses, por influência de amigos e familiares. Escrevi a redacção, baseando-me nas dificuldades da vida e das minhas vivências”.

Esperança Marinho, 21 anos, começou a fazer a formação em Abril deste ano e disse que a curiosidade levou-lhe a fazer o curso, mas, considerou não ser uma tarefa nada fácil.

“É difícil aprender mandarim, porque depois não tens como praticar. A escrita e a pronúncia das coisas são mais difíceis. Temos de aprender a língua com muita dedicação e é importante que se tenha muito cuidado, porque têm caracteres muito idênticos”, disse a jovem.

Manuel Garcia Adão, 22 anos, vive no Camama e venceu o “Summer Camps”, que dá direito a viagem à China. “Optei em aprender mandarim para aumentar o desenvolvimento pessoal, porque tenho interesse em concluir o ensino superior em medicina na China”.

Mais de 500 angolanos foram formados, em três anos, pelo Instituto Confúcio, situado no Campus Universitário Agostinho Neto, numa parceria entre os Governos angolano e chinês para o sector da Educação.

13.3 Publicação chinesa realça novo ambiente de negócios em Angola

Jornal de Angola

29 De Novembro de 2019

A maior revista chinesa sobre investimentos e negócios, “China Investment”, realça na edição de Novembro o que chama um novo ambiente de negócio em Angola, marcado por medidas estruturais destinado a diversificar a economia do país.

A maior revista chinesa sobre investimentos e negócios, “China Investment”, realça na edição de Novembro o que chama um novo ambiente de negócio em Angola, marcado por medidas estruturais destinado a diversificar a economia do país. O artigo, escrito com base na participação de uma representação angolana na Expo Shanghai, no início deste mês de Novembro, aponta como melhoria no ambiente de negócio em Angola, a ratificação do Acordo de Facilitação do Comércio da Organização Mundial de Comércio (OMC), bem como a simplificação e desburocratização das importações e das exportações.

Publicado em chinês e Inglês, o artigo cita também os benefícios fiscais que incluem incentivos tarifários, citando declarações da administradora da Agência de Apoio aos Investimentos e Promoção das Exportações (AIPEX), Sandra Dias dos Santos, a enumerar as alterações às leis do Investimento Privado, da Concorrência e outros instrumentos legais para proteger a actividade empresarial e prevenir a concorrência desleal entre os agentes económicos.

“A vigência desses instrumentos estruturais e legais demonstra o engajamento e a determinação do Governo angolano em aumentar a abertura da economia do país ao investimento privado estrangeiro sem burocracia”, escreve a revista citando a representante da AIPEX.

O artigo cobre duas páginas em cada uma das línguas e salienta, também, com subtítulos, as oportunidades que Angola oferece nos sectores da Agricultura e Pescas, onde, segundo a AIPEX, “os investidores chineses podem aplicar o seu capital, com ou sem parceria, produzir e exportar para onde quiserem”.

13.4 Crimes? A China Resolve!

Jornal folha 8

30 De Novembro de 2019

O ministro do Interior de Angola, Eugénio Laborinho, admitiu hoje, na China, que o país tem ainda algumas dificuldades na prevenção e combate ao crime, pelo que pede a colaboração daquele país no domínio da segurança pública. Bem pensado. Desde logo porque a China é o país que mais aplica a pena de morte em todo o mundo e executou, em 2017, mais condenados do que todos os outros países juntos, segundo a Amnistia Internacional.

Segundo uma nota do Ministério do Interior de Angola, Eugénio Laborinho deslocou-se à China para avaliar a evolução dos sistemas tecnológicos que estão a ser desenvolvidos com a China National Electronics Import and Export Corporation (CEIEC), para a implementação em Angola do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP).

A delegação angolana visitou hoje a sede do CEIEC, a empresa chinesa que é parceira do Ministério do Interior angolano, na criação, construção, implementação e soluções tecnológicas, que vão complementar o Sistema Integrado de Segurança Pública.

O governante angolano sublinhou que o CISP, cuja primeira fase deverá ser inaugurada em Dezembro deste ano, é uma estrutura que vai auxiliar os órgãos de defesa e segurança pública na manutenção da ordem e tranquilidade públicas.

Segundo o ministro, a construção desta estrutura vai abranger, na primeira fase, as províncias de Luanda, Benguela, Huambo e Huíla, estando a segunda fase prevista para as restantes regiões do país.

“Este centro de segurança pública será regulado por uma lei específica, que é a Lei sobre o Sistema de Vídeo Vigilância, aprovada recentemente pela

Assembleia Nacional, faltando somente a sua entrada em vigor”, disse Eugénio Laborinho.

A Lei sobre a Vídeo Vigilância, aprovada este mês, estabelece a instalação e utilização de câmaras de vigilância em pontos críticos, previamente identificados pelas autoridades policiais.

O diploma legal autoriza os órgãos de polícia criminal a captar, fixar e utilizar algumas imagens com interesse no processo-crime na fase de instrução preparatória. O ministro considerou ainda que com este importante instrumento jurídico estão criadas as condições para o seu pleno funcionamento.

Eugénio Laborinho solicitou o apoio financeiro do CEIEC para dar início às fases subsequentes do projecto, tendo em conta o seu impacto na garantia da ordem e segurança pública do país.

“O CISP é um ambicioso projecto de segurança pública do nosso país, por essa razão, devemos manter e estreitar as nossas relações e manter uma comunicação permanente entre o Ministério do Interior e a empresa CEIEC, face ao objecto de trabalho deste departamento ministerial, da sua importância e relevância no que concerne à segurança pública”, frisou.

De acordo com o ministro, entre outros objectivos, o CISP visa ampliar a capacidade de intervenção, acção, respostas e esclarecimentos das acções de natureza criminal.

Em Agosto passado, Eugénio Laborinho realizou uma visita ao CISP em Luanda, onde já estão instaladas mais de 700 câmaras de vídeo vigilância, para se inteirar do andamento do projecto.

Na província de Benguela, também estão já instaladas algumas dezenas de câmaras, que vão permitir a monitorização das cidades em tempo real.

A infra-estrutura do CISP está equipada com plataformas de tecnologias de informação e comunicação consideradas as mais modernas no mercado tecnológico.

Em Maio de 2018, o Governo aprovou um adiantamento de quase 62 milhões de euros para pagar as despesas com o CISP. A informação consta de um decreto assinado pelo Presidente João Lourenço, com data de 14 de Maio, autorizando o Ministério das Finanças a inscrever o projecto no Programa de Investimento Público de 2018.

Para o efeito, foi aberto um crédito adicional suplementar de 16.822 milhões de kwanzas (61,6 milhões de euros) para adiantamento do pagamento

das despesas do projecto de implementação do CISP, lançado em 2017, em Luanda, pelo então chefe de Estado, José Eduardo dos Santos.

Trata-se de um sistema integrado de gestão das operações e de respostas a incidentes, que reunirá informação dos diferentes órgãos do Ministério do Interior. O centro de Luanda, de âmbito nacional, contará com o número de emergência 111, que receberá ligações de todo o país.

A primeira pedra do CISP de Luanda foi colocada a 15 de Agosto de 2017 e a construção foi então projectada para um período de 24 meses. Afecto ao Ministério do Interior, este contará com uma área de cerca de 8.000 metros quadrados, integrando, além da unidade nacional, 16 centros provinciais.

A China, é claro!

Quem melhor do que o país que executa mais penas de morte do que o resto do mundo para nos ajudar a resolver a questão da nossa crescente criminalidade? Aliás, recorde-se, a China considera as condenações à morte como segredos de Estado. É por isso que a Amnistia Internacional (AI) acredita que milhares de execuções de sentenças de morte tenham ocorrido no país em 2017, à revelia de qualquer registo.

“A verdadeira escala das sentenças de morte aplicadas permanece desconhecida, pois os dados são classificados como secretos”, explicava o relatório de 2017 da AI. Mas é certo que a China executou “mais sentenças de morte do que todo o resto do mundo junto”, garantia a AI. Em 2016 terão sido, pelo menos, executadas mil pessoas.

O levantamento registou 993 execuções em todo o mundo em 2017. Excluindo a China, a AI diz que 84% das execuções documentadas no mundo ocorreram no Irão, na Arábia Saudita, no Iraque e no Paquistão. Alguns países chegaram até mesmo a retomar a aplicação da pena de morte em 2017. Entre eles estão Bahrein, Kuwait, Emirados Árabes Unidos e Jordânia.

Embora os números de 2017 ainda sejam altos, são 4% menores do que em 2016, quando a organização de direitos humanos registou 1.032 mortes. Em 2015, foram 1.634 execuções – o maior registo desde 1989.

A diminuição seria uma tendência global? O especialista em pena de morte da AI, Oluwatosin Popoola, apresenta ressalvas. O declínio deve-se ao facto de que três países que estão no topo daqueles que mais aplicam a pena de morte no mundo – Irão, Arábia Saudita e Paquistão – executaram oficialmente menos pessoas.

O Irão registou uma diminuição de 11% no número de execuções, segundo a AI, enquanto o Paquistão teve uma queda de 31% na aplicação da pena de morte.

No caso do Iraque, Popoola diz que as autoridades “continuaram a recorrer à pena de morte em resposta a um ultraje público depois de ataques reivindicados por grupos armados, incluindo o grupo do Estado Islâmico, com dezenas de homens executados.

As razões por trás dessas quedas nesses países são variadas. “No Irão, por exemplo, a queda pode ser atribuída a reformas judiciais por crimes relacionados com drogas”, disse Popoola à DW.

Popoola afirma que é mais difícil chegar a uma conclusão em relação ao Paquistão e à Arábia Saudita. A única coisa que está clara é que “as execuções [em 2017] caíram em relação aos últimos registos”. A AI também registou uma queda de 20% no Egipto.

Ainda assim, a organização adverte que esses registos não contam toda a história: eles são baseados em números mínimos, ou seja, aqueles que puderam ser confirmados sem sombra de dúvida. O verdadeiro número de pessoas executadas pode ser mais alto. Ao todo, 23 países em todo o mundo executaram condenados em 2017.

Globalmente, os países também estão sentenciando menos pessoas à morte. Em 2016, mais de 3.117 pessoas foram sentenciadas. Em 2017, esse número caiu para 2.591 em 53 países. No entanto, a AI registou quase 22 mil casos de prisioneiros no corredor da morte em todo o mundo.

O relatório da AI tem um prefácio do secretário-geral da ONU, António Guterres, que diz que “a pena de morte faz pouco pelas vítimas ou para impedir o crime”.

De acordo com Popoola, não há provas de que a pena de morte funcione como elemento de dissuasão para o crime: “Por exemplo, no Canadá, a taxa de homicídios em 2016 foi quase a metade daquela de 1976, quando a pena de morte foi abolida lá.”

Ao todo, 142 países aboliram a pena de morte nas suas leis ou na prática. Segundo Popoola, os esforços agora devem ser concentrados em abolir a pena de morte nos países que ainda a adoptam. Ele afirma que esses países “podem imediatamente impor uma moratória oficial sobre execuções com vistas a abolir a pena de morte” e “remover prisioneiros do corredor da morte”, colocando-os em condições normais de prisão.